



Tiago Henrique de Pinho Marques França

DEFICIÊNCIA E POBREZA NO BRASIL
a relevância do trabalho das pessoas com deficiência

Tese de Doutoramento em Sociologia - Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo, orientada pela Professora Doutora Sílvia Portugal, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Setembro de 2014



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Tiago Henrique de Pinho Marques França

Deficiência e Pobreza no Brasil

a relevância do trabalho das pessoas com deficiência

Tese de Doutoramento em Sociologia - Relações de Trabalho, Desigualdades
Sociais e Sindicalismo, apresentada à Faculdade de Economia da
Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Doutor

Orientadora: Prof. Doutora Sílvia Portugal

Coimbra, 2014

A todos que trabalham para que as diferenças entre os corpos não sejam motivo de adversidades.

Agradecimentos

Reconheço que as ajudas recebidas durante a caminhada do meu doutoramento muito contribuíram para que eu alcançasse o fim.

Essa trajetória iniciou-se ainda no Brasil, com o incentivo dos amigos e familiares, a quem agradeço pela compreensão da ausência nos momentos de celebração e consternação, em especial, à Luiza, minha mãe, e à Ana, minha irmã.

Agradeço imensamente à Professora Doutora Sílvia Portugal, pelo seu desempenho na função de orientadora. Minha admiração se fez presente desde o nosso primeiro contacto, quando demonstrou não temer desafios, se convencida de que valem a pena. Agradeço a sua dedicação, generosidade e sinceridade.

Sou grato também ao Professor Doutor Luis de Moura Ramos pela troca de ideias e pela disposição em debater comigo as possibilidades de análise. Agradeço aos demais professores da Faculdade de Economia, com quem tive contacto, especialmente ao Professor Doutor Elísio Estanque e ao Professor Doutor Hermes Augusto Costa, por levarem à frente, com grande dedicação, o programa de doutoramento.

Agradeço ainda aos funcionários da Universidade de Coimbra, principalmente ao trio responsável pela Biblioteca Norte/Sul, Maria José, Acácio e Ana, preciosidades do Centro de Estudos Sociais.

Tenho profunda gratidão aos amigos e aos amores vividos em Coimbra, pela companhia para os estudos e pelo afeto no dia a dia. Não há exagero em classifica-los como imprescindíveis. Agradeço ao Diego Giménez, com a licença por citar somente um desses nomes. Muito obrigado, meu amigo, pelos debates acalorados e por toda a ajuda e parceria nos momentos mais difíceis.

Por fim, agradeço ao Projeto Monesia, pertencente ao Programa Erasmus Mundus, por prover o auxílio financeiro para que fosse possível fazer-me doutor em Coimbra. E, sou grato também à Universidade de Coimbra pela oportunidade dada e pelo acolhimento.

O doutoramento que resultou nesta tese foi financiado através de uma bolsa do
Projeto Monesia.

Uma iniciativa do Programa Erasmus Mundus.

My expectations were reduced to zero when I was 21.

Everything since then has been a bonus.

Stephen Hawking, *The New York Times*

Resumo

Este trabalho tem por objetivo avaliar o poder do trabalho das pessoas com deficiência como instrumento para a mitigação do risco de pobreza destes indivíduos e dos seus agregados familiares. Estudos em diferentes contextos indicam que a pobreza tem maior incidência nas famílias com pessoas com deficiência. Esta investigação analisa a relação entre pobreza e deficiência na realidade brasileira, a partir da análise dos dados do Censo Demográfico 2010.

A tese ancora sua problemática em quatro dimensões analíticas: 1) a temática da deficiência, com ênfase nas elaborações teóricas fundamentadas no materialismo, que defendem a importância do trabalho para o seu processo de inclusão social; 2) o debate sobre a pobreza centrado na ideia de privação material, com especial foco na realidade brasileira; 3) a interseção entre pobreza e deficiência; 4) as possibilidades de investigação empírica destes temas, a partir de uma fonte como o Censo Demográfico.

Os resultados obtidos versam sobre: a implicação das deficiências sobre o risco de pobreza; a gravidade da pobreza das famílias das pessoas com deficiência; o impacto das deficiências sobre o trabalho, das pessoas com deficiência e dos seus agregados domésticos; a ocorrência e qualidade do trabalho das pessoas com deficiência, e seu poder e limitações como instrumento frente à pobreza. Conclui-se que o trabalho das pessoas com deficiência é uma ferramenta importante no combate à pobreza, porém limitada, frente ao complexo desafio da realidade em questão.

Palavras-chave: pobreza; deficiência; trabalho; censo demográfico; Brasil

Abstract

The present work aims at assessing disabled people's work power as an instrument in the mitigation of poverty risk, for themselves and their respective households. Literature on different contexts points out that poverty occurs more frequently on families with a disabled person. This work analyses the relation between poverty and disability in the Brazilian context, dealing with data obtained in the 2010 Demographic Census.

The thesis grounds its problematic on four analytical dimensions: 1) disability as a theme, emphasizing on the theoretical implications based on materialism, which advocates for the importance of work in the social inclusion process; 2) the debate on poverty focusing on material deprivation, specifically regarding the Brazilian context; 3) the intersection of poverty and disability; 4) the empirical possibilities of research on those themes, departing from a source such as the Demographic Census.

The achieved results deal with the following points: the implication of disabilities on the poverty risk; the severity of poverty on a disabled person's family; the impact of disability on work, of the disabled person and of their household; the occurrence and the quality of a the disabled person's work, its power and limitations as an instrument in relation to poverty. Finally, it can be said that the work of disabled people is an important tool in the efforts to fight poverty, though limited, due to the challenges imposed by the complex reality it faces.

Keywords: poverty; disability; work; census; Brazil

Lista de Siglas e Abreviaturas

- AIVD — Atividades instrumentais da vida diária
- AVD — Atividades da vida diária
- BPC — Benefício de Prestação Continuada
- CadÚnico — Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
- CAGED — Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
- CEDEPLAR — Centro de Planejamento e Desenvolvimento Regional
- CID — Classificação Internacional de Doenças
- CIDID — Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens
- CIF — Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde
- CLT — Consolidação das Leis do Trabalho
- DIEESE — Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
- dif. — Dificuldade permanente
- DRA — Disability Rights Advocates
- FAO — Food and Agriculture Organization of the United Nations
- FEBRABAN — Federação Brasileira de Bancos
- FEUC — Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
- HIV — Human Immunodeficiency Virus
- IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICHI — International Classification of Health Interventions
- IDH — Índice de Desenvolvimento Humano
- MDS — Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- Monesia — MObility Network Europe-Southamerica: an Institutional Approach
- MTE — Ministério do Trabalho e Emprego
- OMS — Organização Mundial da Saúde
- PCD — Pessoa com deficiência
- PETI — Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PNAD — Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Prob. — Probabilidade

PRONATEC — Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

RAIS — Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego

ref. — Categoria de referência

SIDA — Síndrome da imunodeficiência adquirida

Sig. — Significância (P-Valor)

SM — Salário mínimo

UC — Universidade de Coimbra

UNICEF — United Nations Children's Fund

UPIAS — The Union of the Physically Impaired Against Segregation

Lista de Figuras

Figura 1 – Esquema causal da CIDID.....	12
Figura 2 – Esquema causal da CIF.....	34

Lista de Quadros

Quadro 1 – Tipos ideais de pobreza segundo Serge Paugam	71
Quadro 2 – Modelos Logísticos utilizados para análise	161
Quadro 3 – Modelos utilizados para a análise da pobreza	172
Quadro 4 – Modelos utilizados para a análise do trabalho	208

Lista de Tabelas

Tabela 1 — Condição habitacional e financeira dos domicílios brasileiros	167
Tabela 2 — Condição habitacional e financeira dos domicílios das pessoas com deficiência	168
Tabela 3 — Percentual de domicílio em pobreza financeira, segundo a idade da pessoa com deficiência que nele habita.....	169
Tabela 4 — Resultados do Modelo I-A	174
Tabela 5 — Coeficientes e Significância das variáveis de deficiência nos modelos I-A e I-B	183
Tabela 6 — Probabilidade de pobreza financeira estimada, segundo o impacto da deficiência, para diferentes perfis	188
Tabela 7 — Resultados dos modelos I-A e I-C.....	196
Tabela 8 — Coeficientes e Significância das variáveis de deficiência nos modelos I-A, I-B, I-C e I-D.....	199
Tabela 9 — Trabalho na população em idade ativa, Brasil, 2010	204
Tabela 10 — Aplicação dos coeficientes de deficiência sobre as probabilidades de trabalho, por sexo.....	217
Tabela 11 — Trabalho formal no universo das pessoas em idade ativa, por deficiência ...	240
Tabela 12 — Resultado do exercício contrafactual	257
Tabela 13 — Modelo I-A	282
Tabela 14 — Modelo I-B	284
Tabela 15 — Modelo I-C	287
Tabela 16 — Modelo I-D	289
Tabela 17 — Modelo II-A	292
Tabela 18 — Modelo II-B	295
Tabela 19 — Modelos II-C	297
Tabela 20 — Trabalhadores cegos por nível de instrução	301
Tabela 21 — Remuneração dos trabalhadores cegos, em salários mínimos	301
Tabela 22 — Trabalhadores cegos por área de atuação	302
Tabela 23 — Trabalhadores surdos por nível de instrução.....	303
Tabela 24 — Remuneração dos trabalhadores surdos, em salários mínimos	303
Tabela 25 — Trabalhadores surdos por área de atuação	304
Tabela 26 — Trabalhadores que não caminham por nível de instrução	305
Tabela 27 — Remuneração dos trabalhadores que não caminham, em salários mínimos	305
Tabela 28 — Trabalhadores que não caminham por área de atuação	306
Tabela 29 — Nível de instrução dos trabalhadores com grande dificuldade para caminhar	307

Tabela 30 — Remuneração dos trabalhadores com grande dificuldade para caminhar, em salários mínimos	307
Tabela 31 — Trabalhadores com grande dificuldade de caminhar por área de atuação ...	308
Tabela 32 — Nível de instrução dos trabalhadores com deficiência mental	309
Tabela 33 — Remuneração dos trabalhadores com deficiência mental, em salários mínimos	309
Tabela 34 — Trabalhadores com deficiência mental por área de atuação	310

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – População com e sem deficiência, por faixa etária, Brasil, 2010.....	149
Gráfico 2 – Brecha de rendimentos média por tipo de deficiência e idade da pessoa com deficiência	192
Gráfico 3 – Percentual do exercício de trabalho remunerado por tipo de deficiência	205
Gráfico 4 – Percentual do exercício do trabalho remunerado por sexo e grupo etário da pessoa com deficiência com que habita	206
Gráfico 5 – Coeficientes das deficiências do indivíduo nos modelos II-A e II-B	215
Gráfico 6 – Coeficientes do Modelo II-A acerca do impacto da deficiência de outrem sobre o exercício do trabalho, por sexo e idade da pessoa com deficiência com quem habita	220
Gráfico 7 – Taxa de atendimento escolar por deficiência, para os anos 2000 e 2010	224
Gráfico 8 – Nível de instrução por faixa etária em 2010	225
Gráfico 9 – Coeficientes da interação entre deficiência e nível de instrução do Modelo II-C	227
Gráfico 10 – Associação dos coeficientes da deficiência, da instrução e da interação entre ambas do Modelo II-C	229
Gráfico 11 – Vínculo trabalhista por tipo de deficiência	234
Gráfico 12 – Ocorrência do trabalho da pessoa com deficiência, segundo o rendimento domiciliar	253
Gráfico 13 – Participação da remuneração da pessoa com deficiência no rendimento domiciliar	254
Gráfico 14 – Ocorrência do trabalho da pessoa com deficiência, segundo o rendimento domiciliar e o tipo da deficiência.....	255

Sumário

INTRODUÇÃO	1
1. O CORPO FÍSICO E O MEIO SOCIAL: OS MODELOS DE DEFICIÊNCIA	7
1.1 O Modelo Biomédico	7
1.2 O Modelo Social da Deficiência	13
1.2.1 Críticas e Desenvolvimento Teórico	16
1.2.2 O Modelo Social da Lesão	19
1.2.3 A Abordagem Culturalista	21
1.2.4 O Materialismo e o Conceito de Opressão	23
1.3 O Modelo Biopsicossocial	31
1.3.1 Um Novo Modelo?	35
1.4 Limitações e Aplicação	37
2. PARA UM ENTENDIMENTO DA POBREZA	39
2.1 A Pobreza Como Privação Material	42
2.1.1 O Conceito Absoluto de Pobreza	43
2.1.2 O Conceito Relativo de Pobreza	46
2.1.3 A Importância dos Modos de Medição da Pobreza.....	52
2.2 Para Além da Privação Material: outros modos de pensar a pobreza	57
2.2.1 A Pobreza como Privação de Potencialidades	58
2.2.2 A Dependência como a Expressão Social da Pobreza	62
2.2.3 A Exclusão Social: a importância do mundo em redor	66
2.2.3.1 A Desfiliação Social	67
2.2.3.2 A Desqualificação Social	70
2.3 A Limitação Necessária: a busca por um conceito aplicado de pobreza	75

2.4 Ordem e Progresso? Entendimentos sobre a pobreza brasileira	78
2.4.1 A Escravatura e a Formação da Sociedade Brasileira	79
2.4.2 A Teoria da Dependência	81
2.4.3 Novos Olhares sobre a Pobreza do Brasil	84
2.4.3.1 A Pobreza Brasileira pelo Materialismo	85
2.4.3.2 Da Reprodução Subjetiva de Classe à Manutenção da Desigualdade	88
2.4.4 A Perspetiva Governamental	91
2.4.4.1 O Enfrentamento da Pobreza	92
3. A POBREZA E A DEFICIÊNCIA: MÚLTIPLAS PROXIMIDADES	101
3.1 Da Pobreza à Deficiência: os riscos característicos	105
3.1.1 As Ausências da Saúde	106
3.1.2 Meios Desiguais e Dinâmicas Sociais	109
3.2 Da Deficiência à Pobreza: estar fora, obter menos e necessitar mais	115
3.2.1 O Custo da Deficiência	115
3.2.2 O Papel do Trabalho	118
3.2.2.1 A Centralidade do Trabalho	119
3.2.2.2 O Trabalho da Pessoa com Deficiência: a inclusão desejada	125
3.2.2.3 Trabalho, Cuidado e Família	129
4. METODOLOGIA	135
4.1 A Evolução do Registo da Deficiência	138
4.2 Temas e Categorias Centrais da Análise	145
4.2.1 A Deficiência	145
4.2.2 A Pobreza	151
4.2.3 O Trabalho	154
4.2.4 A Educação	156
4.3 A Modelagem Logística	157

5. POBREZA E DEFICIÊNCIA: EVIDÊNCIAS DA REALIDADE BRASILEIRA	165
5.1 Análises acerca da Pobreza	165
5.1.1 Fatores Associados à Pobreza: o estudo das variáveis independentes	175
5.1.1.1 Composição Domiciliar	175
5.1.1.2 Educação, Trabalho e Programas Sociais	177
5.1.1.3 Localização	179
5.1.1.4 Leitura Global do Modelo I-A	179
5.1.2 A Deficiência e a Pobreza: evidências das múltiplas tendências	180
5.1.2.1 Brecha de Rendimentos: um exame da gravidade da pobreza	191
5.1.2.2 Para Além dos Rendimentos: uma análise da pobreza ampla.....	194
5.1.2.2.1 A Pobreza Ampla e as Deficiências	198
5.1.2.3 Considerações Acerca do Exame da Pobreza	201
5.2 Análises do Trabalho	202
5.2.1 Fatores Associados ao Trabalho: o estudo das variáveis independentes	209
5.2.1.1 Sexo, Idade e Cor/Raça	209
5.2.1.2 Educação	211
5.2.1.3 Composição Domiciliar	212
5.2.1.4 Localização	213
5.2.2 As Deficiências e o Exercício do Trabalho: evidências das (im)possibilidades ..	214
5.2.2.1 O Poder da Educação: um determinante do trabalho da pessoa com deficiência	222
5.2.3 O Perfil dos Trabalhadores com Deficiências.....	233
5.2.3.1 Perfil dos Empregados na RAIS: uma leitura do balanço do mercado de trabalho formal	235
5.2.3.2 Índícios da Inclusão no Mundo do Trabalho: diferenciais do trabalho protegido	242
5.2.3.2.1 Deficiência Mental: ausência e exceção	242

5.2.3.2.2 Deficiência Física: notas da diversidade	244
5.2.3.2.3 Deficiência Visual e Auditiva: o sucesso relativo	246
5.2.3.3 Considerações a Respeito do Trabalho da Pessoa com Deficiência	247
5.2.4 Trabalho, Pobreza e Família: o potencial do trabalho da pessoa com deficiência	252
6 CONCLUSÃO	259
BIBLIOGRAFIA	271
ANEXO I — Modelos Ajustados	258
ANEXO II — Diferenciais do trabalho protegido por tipo de deficiência	301

INTRODUÇÃO

A pobreza é uma ameaça à vida e à dignidade humana. A ameaça é ainda mais grave quando atinge grupos sociais particularmente vulneráveis, como é o caso das pessoas com deficiência. Necessidades especiais e uma maior vulnerabilidade à exclusão social fragilizam esta população, aumentando o risco de pobreza.

Para se combater a pobreza, e a perpetuação das desigualdades para aqueles que a vivem, é necessário evidenciar as relações entre pobreza e deficiência e produzir conhecimento que permita elaborar estratégias de enfrentamento. Este estudo propõe-se evidenciar as relações entre pobreza e deficiência no Brasil, dando especial destaque às implicações da educação e, principalmente, do trabalho, nesta dinâmica.

Esta investigação insere-se no percurso acadêmico de seu autor, como um movimento de expansão da tese de mestrado em demografia, elaborada no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais, no Brasil, cujo objetivo central consistiu no exame da relação entre a deficiência e a trajetória escolar, com particular atenção no poder da família nesse processo. As conclusões deste trabalho suscitaram, por um lado, interrogações mais amplas sobre o objeto de estudo, e, por outro lado, questões específicas sobre o conjunto de variáveis que compõe o quadro complexo de relações entre pobreza e deficiência.

As dinâmicas que conduzem as pessoas com deficiência e suas famílias à pobreza precisam de ser evidenciadas, para que os meios de combate à pobreza possam ser examinados criticamente. O objetivo central desta tese consiste em avaliar o trabalho das pessoas com deficiência como meio efetivo de redução do risco de pobreza. Para tal, é necessário evidenciar a relação da deficiência com a pobreza e com o trabalho.

A visibilidade das pessoas com deficiência e das condições de vida de suas famílias é um dos valores centrais que justificam e orientam o objetivo e os modos pelos quais esta investigação é desenvolvida. A invisibilidade social das pessoas com deficiência, assim como das suas necessidades e das suas famílias, deve ser combatida com entendimentos amplos, que englobem um conjunto de fatores que permitam avaliar a participação social

das pessoas com deficiência, com especial destaque no que diz respeito à sua inserção laboral.

Neste sentido, as decisões acerca da investigação foram definidas por dois movimentos: uma procura de extensividade, ampliando a análise ao máximo de casos possíveis, para que pudessem ser garantidas representatividade e diversidade; uma avaliação de quesitos de pobreza que conjugassem representatividade social e económica e representatividade política, aproximando-se dos entendimentos públicos, que sustentam as medidas governamentais de combate à pobreza. A união dessas duas demandas possibilita a consolidação de uma proposta analítica que evidencia as pessoas com deficiência e sua inserção social, contemplando a sua diversidade, ao passo que permite avaliar o poder efetivo do trabalho da pessoa com deficiência e o seu risco de pobreza nos termos em que os debates são correntemente realizados e reconhecidos, viabilizando comparações.

Esta investigação orienta-se pela hipótese que o trabalho das pessoas com deficiência não consegue efetivar o seu potencial emancipatório, ao ponto de se constituir um efetivo meio de evitar a pobreza. Por dois motivos: a especial propensão à pobreza dos agregados familiares onde vivem as pessoas com deficiência; a baixa qualidade da inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

O exame proposto comporta um desafio, que se prende com a articulação da pobreza individual e familiar e a sua investigação em dois domínios — o do indivíduo e do agregado doméstico. A articulação de variáveis individuais (como a deficiência), com outras de carácter coletivo, constitui um importante estímulo analítico desta tese, que pretende dar visibilidade à complexidade de relações estabelecidas por este jogo de variáveis, na configuração das condições de vida das pessoas com deficiência e das suas famílias.

No âmbito microsocial, a família, devido à prática de redistribuição de recursos entre os seus membros, é um domínio privilegiado no estudo da pobreza. Nela, a exclusão de um se traduz na pobreza dos outros. Assim, produz-se e reproduz-se um ciclo de pobreza. É necessário não pensar a deficiência apenas como uma característica da pessoa, mas perceber que as suas implicações se estendem ao conjunto das pessoas que a cercam. Os contornos da relação entre pobreza e deficiência podem ser encobertos por diversos

fatores, que precisam de ser devidamente explorados, numa interseção entre dinâmicas econômicas, demográficas e sociais.

O objetivo central desta pesquisa é, assim, elaborar uma abordagem que construa entendimentos da pobreza e da deficiência que dialoguem com estas interrelações e dinâmicas. Diferentes conceitos de deficiência e definições (e medidas) de pobreza são discutidos e entrecruzados, teórica e empiricamente, com enfoque individual e familiar, avaliando as suas capacidades de resposta analítica aos questionamentos propostos. Realiza-se um esforço teórico para tecer cenários possíveis de interseção entre pobreza e deficiência, e confrontam-se as dinâmicas identificadas em tipos ideias com o contexto social e populacional da análise.

A questão central acerca das possibilidades do trabalho enquanto forma de combate à pobreza para as pessoas com deficiência é permeada por outros questionamentos, mais específicos, advindos da realidade empírica: que deficiências? que características individuais? que formas de inserção laboral? que arranjos domésticos são mais determinantes na pobreza? Estas questões possibilitam um exame mais crítico sobre a necessidade, o poder e os limites do trabalho como meio de romper com a pobreza. A metodologia desenvolvida na investigação tem como objetivo a busca de robustez analítica na definição de potenciais relações de causalidade, no jogo entre as características do agregado e a pobreza, entre as características do indivíduo e o trabalho.

As questões acima enunciadas, que, de algum modo, expressam inquietações universais, quando trazidas para a realidade brasileira, assumem especiais particularidades. Entre elas, ganha destaque a insuficiente garantia do trabalho como instrumento para a superação da pobreza, o que possui grande divergência com os contextos sociais nos quais são elaboradas as teorias da deficiência e da pobreza. Coloca-se, assim, em xeque a afirmação de que todo o trabalho é, em si, um meio para a inclusão, e conseqüentemente, para o combate eficaz da pobreza.

Outras características da realidade brasileira são a imensidão e a diversidade populacionais, que contrastam com a baixa visibilidade da deficiência, que tem uma expressão numérica relevante. A opção por uma abordagem extensiva, a fim de incluir o maior número de pessoas, foi determinada e determinou a seleção das técnicas e das fontes de investigação.

Optou-se, assim, por analisar o registo mais exaustivo da população com deficiência realizado no Brasil — o Censo Demográfico de 2010. Esta fonte de dados foi utilizada com a consciência de todas as suas vantagens, mas também de todas as suas limitações, as quais são, também, expressas nas análises realizadas.

Os objetivos desta investigação implicam a articulação de dois grandes temas: a deficiência e a pobreza. Os debates acerca dos diferentes entendimentos de ambos são os temas dos primeiros capítulos desta tese.

O primeiro capítulo debate as principais contribuições de três modelos analíticos sobre a deficiência — biomédico, social e biopsicossocial, em busca de conceitos que permitam realizar relações entre eles.

Centrado no corpo, o Modelo Biomédico é apresentado como uma abordagem individualista da questão, apoiada numa Ideologia da Normalização. A sua estreita associação com os valores científicos da classificação e universalização é explorada através da análise dos conceitos utilizados na Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens, documento que cristaliza o pensamento do Modelo Biomédico.

Em seguida, o Modelo Social, que percebe a deficiência enquanto cristalização de limitações socialmente construídas, é apresentado segundo diferentes vertentes e perspectivas teóricas. As abordagens culturalista e materialista são contrapostas, com ênfase nesta última, pela sua proximidade com a análise proposta e pela centralidade ocupada pelo tema do trabalho.

Por último, o Modelo Biopsicossocial, apresentado como um esforço de síntese entre os modelos biomédico e social, é questionado na sua capacidade efetiva de concretizar esta proposta. O conceito de deficiência encontrado na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde é discutido e criticado nos seus propósitos, assim como, no impacto sobre os registos e estudos da deficiência.

O segundo capítulo dedica-se à reconstituição do desenvolvimento dos conceitos de pobreza na literatura especializada. Este é composto por três partes. A primeira apresenta os conceitos associados à privação material, os conceitos absoluto e relativo. O exame de

ambos é feito a partir de estudos clássicos e abordagens utilizadas para mensurar o fenômeno.

Em seguida, outros modos de pensar a pobreza são apresentados. Discute-se a privação de potencialidades, a pobreza como dependência e a exclusão social nas suas capacidades explicativas para o entendimento da pobreza como um fenômeno social. As elaborações apresentadas nessa seção fundamentam as reflexões acerca de temas como o papel das políticas de assistência e do trabalho e o cuidado familiar.

O segundo capítulo encerra com uma discussão acerca da pobreza no Brasil, analisando tanto os contributos teóricos e analíticos, como as atuais abordagens políticas. O objetivo é compor um retrato dinâmico da realidade, olhando o modo como o Brasil se esforça para parar de ver a si mesmo como um país pobre e, perceber, hoje, a pobreza como um problema a ser resolvido, realizando-se uma breve leitura crítica das principais iniciativas governamentais de combate à pobreza.

O terceiro capítulo analisa, sinteticamente, a relação entre pobreza e deficiência, em dois movimentos: a pobreza como causa da deficiência e o seu inverso. O papel do acesso aos serviços de saúde, as dinâmicas sociais, os constrangimentos financeiros, o desempenho do cuidado no âmbito doméstico e, principalmente, o papel do trabalho são discutidos a partir de outros estudos empíricos que evidenciam esta relação. Por fim, a proposta de investigação é definida, com ênfase nas dinâmicas domiciliares entre exclusão do indivíduo e pobreza do agregado familiar.

O capítulo seguinte dedica-se à descrição da metodologia utilizada na tese. Discutem-se questões acerca dos dados e definições utilizadas, assim como o método utilizado no exame das hipóteses. Começa-se por uma discussão acerca da inquirição e do registo das deficiências, debatendo-se os impactos conceptuais e heurísticos das diferentes modalidades. Em seguida, são explicitadas as categorias centrais da análise: deficiência, pobreza, trabalho e educação. Finalmente, a técnica da Modelagem Logística é apresentada como o principal método de análise das relações da deficiência com a pobreza e o trabalho.

No quinto capítulo, a análise é desenvolvida em duas partes. A primeira consiste na análise da pobreza doméstica e na sua relação com a deficiência. Os resultados versam sobre como as deficiências nas diferentes etapas da vida dos indivíduos produzem resultados diversos

quanto ao risco de pobreza das suas famílias. No processo, três definições de pobreza são exploradas, e o impacto das deficiências é diferenciado. Esta análise serve de alicerce para a análise do trabalho.

A análise do trabalho formula um panorama complexo a respeito do impacto das deficiências sobre as possibilidades de exercer um trabalho, com ênfase no trabalho remunerado. O impacto da deficiência sobre o trabalho é examinado na perspectiva individual e do agregado familiar. O papel da educação é destacado nesse processo. Em interação com as deficiências, a educação indica possuir uma importância distinta para as pessoas com deficiência.

Depois de verificar o impacto da deficiência sobre o trabalho, analisa-se o impacto do trabalho das pessoas com deficiência através da caracterização das ocupações desempenhadas, com ênfase no trabalho desempenhado com proteção legal e na remuneração auferida. Pretende-se avaliar o impacto na composição do rendimento do agregado, e o seu potencial para mitigação do risco de pobreza.

Por fim, o estudo conclui-se com uma análise da sua hipótese central, revista em conjunto com os resultados da análise da pobreza e trabalho, com ênfase na diversidade observada nos distintos grupos etários e deficiências. Outras reflexões, subsidiadas pelas análises realizadas, são, ainda apresentadas. A abrangência das definições de pobreza, as limitações dos registos da deficiência, a adequação da literatura internacional ao contexto brasileiro, o papel da assistência social, as questões de género, entre outros temas, são discutidos, e, por vezes, acompanhados de pistas para futuras reflexões analíticas, empíricas e políticas.

1. O CORPO FÍSICO E O MEIO SOCIAL: OS MODELOS DE DEFICIÊNCIA

A contraposição entre a forma e funcionamento esperados do corpo humano e o desvio, pauta a distinção entre o normal e o anormal. Nessa dinâmica, diferentes entendimentos e reações à deficiência podem ser observados. Este capítulo dedica-se a apresentar e discutir os mais relevantes modelos de compreensão da deficiência na atualidade: o biomédico, o social e o biopsicossocial. Por modelo entende-se a associação entre uma conceptualização específica, as ações desenvolvidas sobre o tema e a construção do lugar da pessoa com deficiência na sociedade.

Apresenta-se em primeiro lugar, o Modelo Biomédico. Destacam-se nesse ponto a Ideologia da Normalização que orienta as ações de inspiração biomédica, e o princípio científico da classificação que levou à cristalização do conceito de deficiência que melhor descreve a orientação do Modelo Biomédico no documento intitulado Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (CIDID). Em seguida, essa abordagem é contrastada com o Modelo Social, que entende a deficiência como uma construção social que desfavorece as pessoas. O desenvolvimento teórico do Modelo Social é abordado, com ênfase na sua vertente materialista. Por fim, o Modelo Biopsicossocial é também discutido e criticado, sendo ele, hoje, a principal tendência de abordagem da deficiência, anunciado como resultado de um esforço de síntese entre os modelos Biomédico e Social.

1.1 O Modelo Biomédico

A crescente racionalização do mundo a partir do século XVI e, sistematicamente a partir do século XVIII, inaugura os domínios pelos quais a deficiência passou a ser, e ainda é definida. A medicina tornou-se o campo de conhecimento privilegiado na definição do que é a deficiência e a sua natureza, em contraposição à essência espiritual, que anteriormente caracterizava a deficiência (Stiker, 1999; Barnes, 1997). A compreensão do fenômeno a

partir desse paradigma, hoje hegemônico, é centralizada estritamente na dimensão física, no corpo humano.

O Modelo Médico (ou Biomédico) da Deficiência compreende-a como um fenômeno biológico. Segundo tal concepção, a deficiência é a lesão no corpo, adquirida primariamente por meio de uma doença, ou como consequência dessa. Decorre da deficiência uma excepcional incapacidade física, ao passo que tal condição de saúde leva os indivíduos a uma série de desvantagens sociais. Este modelo pauta-se por uma ideologia normalizadora que consiste na crença de que há um parâmetro normal que deve ser percebido e almejado pelos indivíduos e populações. Aqueles que se distanciam dessa referência devem sofrer ações interventoras para regularizar a situação ou, ao menos, reduzir o desvio. Essa ideologia tem implicação direta na vida das pessoas com deficiência.

Esta ideologia proclama uma abordagem individualista, defendendo que se deve prover às pessoas com deficiência serviços que ajam sobre seus corpos para que executem funções mais próximas possíveis do “normal”, ou dentro de um espectro também assim considerado (Aranha, 2001). A habilitação e reabilitação, são os principais marcadores das abordagens normalizadoras. Normalidade, nesse caso, traduz-se na execução de ações como fariam na média as pessoas que não têm deficiência, segundo o esperado para a sua idade, sendo assim um conceito essencialmente bio-estatístico. Essa ideologia orienta não somente o meio pelo qual os indivíduos se podem inserir socialmente, como também quem o pode fazer, nas palavras de Mike Oliver:

Normalização, argumenta-se, ser a ideologia (ou uma das ideologias) que permite que pessoas retornem para as comunidades onde podem ser “normalizadas” ou, numa variação posterior, podem ter atribuídos papéis sociais normais. Afinal, não queremos que o diferente, o desviante, ou mesmo, o perigoso, retorne para as nossas comunidades (Oliver, 1994: 8).

De acordo com essa perspectiva estritamente biológica, é sobre o corpo que devem decorrer as ações a serem tomadas face à deficiência. Dever-se-ia, assim, realizar intervenções sobre o corpo para promover o seu funcionamento adequado (quando possível) e servir à sociedade, para que se aproxime ao máximo das expectativas e representações da normalidade, e assim reduzir as desvantagens sociais vividas pelas pessoas com

deficiência. O ímpeto curativo da medicina e a reabilitação são respostas comuns à deficiência, contudo, essas iniciativas não esgotam as respostas sociais à deficiência.

Crow (1996) destaca que a sociedade possui respostas específicas ao corpo com lesão, que implicam diretamente na vida das pessoas com deficiência. A autora classifica tais respostas em quatro categorias principais: prevenção, cura (por intervenção médica), gestão e anulação/evasão (por práticas como aborto, esterilização, infanticídio, suicídio, etc.). Seja no nível individual ou coletivo, o ideal de promoção da normalidade orienta fortemente tais ações. Historicamente, diversos fatos auxiliam na ilustração dessa afirmação.

A Ideologia da Normalização regeu, por exemplo, iniciativas como a Educação Ortopédica dos Surdos (Souza, 1995). Esse método consiste no desenvolvimento das capacidades vocais e de leitura labial, assim como na restrição ao uso de gestos. A argumentação a favor do oralismo varia entre argumentos de distintas origens, desde a superioridade da comunicação oral (tida como natural, portanto, normal), à integração social do surdo, passando também pela proteção social contra conspirações devido ao uso de língua gestual, de pouco conhecimento da população geral.

Ao nível macrossocial, a promoção da normalidade está orientada para controlar e reduzir a deficiência, com ênfase na sua incidência. A história moderna mostrou que esforços para esse fim podem ganhar contornos sistemáticos e políticos. O Darwinismo Social postula que, como na natureza, a manutenção de certas características e grupos populacionais tenderia a ser desvantajosa à vida em sociedade, e, portanto estariam elas condenadas a reduzir-se e extinguir-se. Atualmente, esse conceito goza de baixa popularidade, especialmente após o conhecimento público das consequências de sua manipulação, como a eugenia, que visava o controle populacional e intergeracional de determinadas características físicas para suposto aprimoramento da raça humana. Contudo, essa ideia gozou de forte prestígio e orientou diversas iniciativas historicamente documentadas.

Há registros de que diferentes grupos étnicos e raciais, assim como pessoas com deficiência foram alvo prioritário de ações eugenistas. Um exemplo interessante, descrito por Souza (1995), está na argumentação dos defensores do oralismo no século XIX, como

Graham Bell, que inclui a redução de casamentos entre surdos como um benefício social, visando a redução da surdez nas gerações futuras.

Talvez, o maior exemplo de eugenia conhecido e documentado seja a perseguição e extermínio em massa de judeus durante o Terceiro Reich, evidenciando a importância que a etnia e a raça tiveram nesse processo. Porém, inicialmente, o projeto político de busca pelo dito aprimoramento da raça ariana instituiu a perseguição às pessoas com deficiência, como teste de popularidade das iniciativas do governo (Kudlick, 2003). Dentre as principais ações voltadas às pessoas com deficiência, nesse primeiro momento, destaca-se a esterilização forçada e o apoio à “eutanásia”, que serviu para desenvolver os métodos de extermínio extensamente utilizados posteriormente, como a câmara de gás (DRA, 2001). Na sequência, ainda guiados pelo ideal de erradicação das deficiências na população alemã, discursivamente articulada com a redução de gastos públicos, ocorreram assassinatos de crianças em unidades pediátricas e de adultos nos campos de concentração, destino primeiramente imposto àqueles que não fossem considerados aptos ao trabalho forçado (DRA, 2001). É estimado que o número de vítimas do Holocausto, exterminadas por possuírem uma deficiência, tenha atingido a marca de um milhão.

Não obstante a importância humana dessas passagens históricas, atualmente, destaca-se outro modo através do qual a Ideologia da Normalização atua sobre os indivíduos: o incentivo ao desenvolvimento de terapêuticas que podem efetivamente impactar de modo positivo a vida das pessoas com deficiência, ao expandir as suas capacidades individuais. Por outro lado, enquanto idealiza a normalidade restaurada, ou simplesmente se referencia pela normalidade idealizada, as pessoas com deficiência sofrem desqualificação social, ao atribuir-lhes inaptidão para o exercício de determinada função, excluindo-as, assim, da participação social, ponto central da crítica ao Modelo Biomédico.

Nas palavras de Vic Finkelstein (2001):

Por natureza, os seres humanos são fracos, vulneráveis e fisicamente imperfeitos. Mas, em toda a história, as pessoas com capacidades esforçaram-se em busca da perfeição e, quanto mais essas interferem em suas estruturas corporais, mais as pessoas com deficiência são marginalizadas (Finkelstein, 2001: 8)

A Ideologia da Normalização precede o Modelo Biomédico, ao passo que o compõe como uma de suas características—ser normalizador. Fundamentalmente, o Modelo Biomédico caracteriza-se por circunscrever a deficiência a um fenômeno biológico, restrito, ao corpo. Assim, além de orientar processos médico-normalizadores, esse modelo cristaliza a objetificação e instrumentalização da deficiência, sendo esse princípio o meio pelo qual o modelo foi sistematizado.

Para se compreender o que hoje é intitulado Modelo Biomédico da deficiência, para além da sua ideologia, deve-se perceber a importância da abordagem cientificista classificatória. Esse princípio permite restringir a deficiência ao âmbito físico, por meio de parâmetros aparentemente neutros de pretensão universalista.

O principal documento que cristaliza a conceptualização (e a dinâmica envolvida entre os conceitos) do Modelo Biomédico intitula-se Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (CIDID). Elaborado como parte complementar da Classificação Internacional de Doenças (CID) pela Organização Mundial da Saúde (OMS) com o propósito de abarcar as condições crônicas, consequências de doenças para sua classificação e consequente tratamento, a CIDID, datada originalmente de 1976, oferece concepções próprias de deficiência, incapacidade e desvantagem (*disability, impairment e handicap*, nos termos originais).

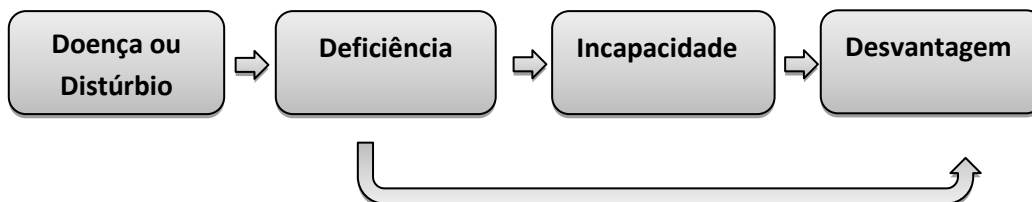
– Deficiência (*Impairment*): qualquer perda ou anormalidade, temporária ou permanente de uma estrutura física ou função fisiológica, psicológica ou anatômica. “Representa a exteriorização de um estado patológico, refletindo um distúrbio orgânico, uma perturbação no órgão” (Amiralian *et al.*, 2000: 98). Nessa perspectiva, a deficiência é, portanto, algo que está completamente no domínio do corpo.

– Incapacidade (*Disability*): restrição ou total incapacidade de desempenhar uma atividade de maneira considerada normal ou dentro de um limite assim também considerado. A incapacidade é consequência de uma deficiência.

– Desvantagem (*Handicap*): limitação ou impedimento do desempenho dos papéis sociais tidos como normais para o indivíduo. É o resultado de uma deficiência ou incapacidade, e depende diretamente das atribuições culturais e sociais esperadas para um determinado indivíduo de acordo com seu perfil social.

É facilmente percebida uma causalidade entre os termos que pode ser expressa em:

Figura 1 – Esquema causal da CIDID



Fonte: Amiralian *et. al.* (2000)

A formalização dos conceitos feita pela CIDID, de algum modo, expressa o entendimento comum que se tinha (e ainda se tem) da deficiência, como algo eminentemente orgânico, a limitar as ações individuais e a causar desvantagens sociais. Segundo o esquema causal apresentado na CIDID, a desvantagem vivida pelas pessoas com deficiência seria consequência somente das limitações físicas, sejam elas na estrutura do corpo (deficiência) ou em seu funcionamento (incapacidade).

Hoje, o documento já não é utilizado. Algumas críticas estruturais, como situar as deficiências necessariamente como decorrência de uma doença e atribuir à incapacidade e à deficiência a existência de desvantagens sociais, levaram ao abandono do documento como referência médica do que é a deficiência (Diniz, 2007). Porém, é sobre o tipo de pensamento que ele representa, hegemônico na atualidade, que a oposição crítica se edificou. A revisão e o abandono da CIDID foram realizados por um corpo de especialistas para tornar mais preciso o processo de classificação. Nesse sentido, o descrédito formal do documento não representa necessariamente uma mudança de concepção do que é a deficiência numa dimensão socialmente ampla.

De fato, por gozar de grande popularidade e compor aquilo que se entende maioritariamente como deficiência, o Modelo Biomédico foi desnaturalizado pelos agentes

interessados em contrapor os seus princípios, ao passo que ofereciam um modo alternativo de compreender o que é a deficiência e como ela deve ser tratada, o Modelo Social. O princípio dessa nova formulação é a crítica à abordagem individualista, restrita ao corpo, decalcada do conhecimento médico, que roga uma neutralidade científica e preconiza ações normalizadoras, enquanto rotula os indivíduos como inaptos e ignora as estruturas sociais que impedem a participação social das pessoas com deficiência.

1.2 O Modelo Social da Deficiência

Denomina-se Modelo Social da Deficiência a corrente de pensamento que a define como um constructo social que marginaliza as pessoas que possuem lesões específicas ou limitações aparentes em seus corpos. Nesta secção, sua origem, formalização e críticas serão apresentadas. Por fim, o desenvolvimento teórico sobre o tema em duas vertentes, a culturalista e a materialista, será tratado, com ênfase nas elaborações materialistas, por serem de grande valor heurístico para a compreensão da relação entre deficiência e pobreza.

É atribuída ao sociólogo inglês Paul Hunt (1966) a primeira publicação elaborada por pessoas com deficiência, que teve por objetivo debater as limitações sociais das suas vidas, para além das questões autobiográficas e médicas. É também atribuída a Hunt a pioneira articulação política de pessoas com deficiência em Inglaterra, em torno do que ficou posteriormente conhecido como movimento das pessoas com deficiência (Barnes e Mencer, 1996). Nasceu dessa iniciativa a UPIAS – *The Union of the Physically Impaired Against Segregation* – entidade responsável pela conceção de deficiência como um fenómeno de natureza social, decorrente da necessidade de postular que a pobreza não atinge as pessoas com deficiência simplesmente por assim serem, mas pelas restrições sociais a elas impostas.

Segundo o *Fundamental Principles of Disability* (UPIAS, 1975), documento que registra o debate entre a *Union of the Physically Impaired Against Segregation* (UPIAS) e *The Disability Alliance*, a deficiência (*disability*) é uma situação de opressão causada por condições sociais específicas, vivenciadas por imposição àqueles que possuem um corpo com lesão (*impairment*).

... lesão como a falta completa ou parcial de um membro ou ter um membro, órgão ou uma função do corpo com defeito; e deficiência como a desvantagem ou restrição de atividade causada pela organização social contemporânea que não leva (ou pouco leva) em consideração as pessoas que possuem uma lesão, e assim as exclui da participação das atividades sociais (UPIAS, 1976: 20).

Essencialmente sociológica, tal definição consolidou-se sobre o nome de Modelo Social da Deficiência, em contraposição ao Modelo Biomédico, e passou a subsidiar politicamente a luta dos movimentos sociais das pessoas com deficiência, especialmente no contexto europeu. Tal definição de deficiência a emancipa do corpo. Nesse sentido, desafia diretamente a Ideologia da Normalização, ao afirmar que a incapacidade observada, atribuída ao corpo, advém da interação social. O conceito de deficiência do Modelo Social subsidia as principais críticas à padronização sobre a normalidade, como se fosse esperado de todos que atingissem desempenho semelhante em execução de tarefas, o que notoriamente não ocorre nem entre as pessoas sem deficiência, e questiona a construção de uma “menor valia” humana e social das pessoas com deficiência (Aranha, 2001).

Decorre desse questionamento o fundamento político de combate à discriminação às pessoas com deficiência (discriminação notada como a própria deficiência), assim como reorienta as reações sociais face à deficiência. Após denunciar que promover a “normalidade” do corpo não o levaria necessariamente à inclusão social, o objetivo deixaria de ser normalizar o corpo, mas tornar a própria deficiência algo normal, parte da diversidade humana, e, por meio da intervenção na sociedade, proporcionar a participação das pessoas assim consideradas. Dessa maneira, o desenvolvimento da erradicação da deficiência detêm-se na eliminação das barreiras que limitam a participação social das pessoas com deficiência, sejam elas de ordem física/arquitetônica, política ou comportamental.

A passagem da normalização das pessoas à intervenção social para promover a participação das pessoas com deficiência, no que tange à relação entre as pessoas com deficiência e a sociedade, é tida por Aranha (2001) como a transição do Paradigma de Serviços para o Paradigma do Suporte. Sob o novo paradigma, caberia à sociedade transformar-se, democratizar-se e tornar-se o mais acessível possível às pessoas com deficiência, incluindo os serviços e bens públicos (educação, saúde, esporte, turismo, lazer, cultura, dentre outros) e a participação política e social. Dessa forma, diferencia-se a inserção da integração social, sendo a primeira caracterizada apenas pela presença das pessoas nos espaços sociais e a segunda pela participação de fato nos processos, tendo a acessibilidade como um valor.

Articulando uma semântica inovadora com uma percepção política da deficiência, o Modelo Social da deficiência não somente preconiza intervenções sociais para alterar a realidade das pessoas que sofrem com a deficiência, como também enfatiza que a situação de desvantagem social experimentada por essa população deve ser notada como uma construção social. Os *Fundamental Principles of Disability* destacam que questões como rendimento, mobilidade e ações institucionais não devem ser tratadas de forma isolada, desconsiderando a exclusão das pessoas com deficiência, de modo a promover a participação integral na vida social. O texto declara que as pessoas que vivem sob o estigma¹ da deficiência devem assumir o controle de suas próprias vidas, mesmo quando necessária a ajuda de outros (UPIAS, 1975). A proposição indica também que os profissionais e especialistas, que trabalham diretamente com a deficiência devem estar comprometidos em promover esse controle.

Ainda segundo o mesmo documento (UPIAS, 1975), a pobreza é uma consequência da opressão vivida, que implica na falta de participação social, no que tange esferas como a educação e o mercado de trabalho. Assim, o combate à pobreza não deveria dar-se de forma isolada, mas fundamentado na participação social dos sujeitos. Benefícios sociais que tenham esse intuito, por exemplo, agiriam como “caridade do Estado”, enfatizando a noção de incapacidade individual, ao passo que reafirmariam a dependência dessas pessoas. Desse modo, essas políticas seriam dedicadas somente ao combate da

¹ Por estigma entende-se o conceito cunhado por Ervin Goffman (1975) a respeito das características pessoais (de facto ou presumidas), advindas de construções coletivas e comumente atribuídas a grupos sociais, que prejudicam a inserção social dos indivíduos, sem o governo desses, com ênfase nas relações interpessoais.

consequência (a pobreza) enquanto reforçam a causa (exclusão social) de uma vida socialmente limitada.

As ações preconizadas pelos diferentes modelos de deficiência, e essencialmente os divergentes conceitos de deficiência extraídos de ambos, ilustram a principal dualidade no campo das investigações sobre a deficiência. O relativo sucesso do Modelo Social em desnaturalizar a exclusão das pessoas com deficiência, os debates públicos, políticos e legais acerca da questão, e a sua crescente apropriação pela academia indicam uma aparente bipolarização em torno do tema, entre a adoção do Modelo Biomédico ou do Modelo Social. Contudo, é importante enfatizar que o espaço do Modelo Social se restringe sobretudo aos movimentos sociais e à academia (onde também não é unânime), e a divergência política e científica sobre o tema pouco ultrapassa os limites dos fóruns especializados. É plausível afirmar que a concepção hegemônica de deficiência, nas elaborações sociais mais populares, assim como nos discursos científicos de maior audiência, se aproxima do modo como o Modelo Biomédico percebe o fenômeno.

1.2.1 Críticas e Desenvolvimento Teórico

O movimento dedicado a estabelecer o Modelo Social como peça-chave na desnaturalização das condições de vida das pessoas com deficiência, ao ganhar expressão no contexto europeu, conseguiu delinear alguns pontos de conflito e disputa entre esse e o Modelo Biomédico, o que permitiu evidenciar críticas ao Modelo Social. Mike Oliver (1996), um dos precursores do Modelo Social, categorizou os principais questionamentos feitos ao modelo entre pontos em disputa e críticas realizadas por aqueles que com ele compactuam. Por se centrarem, principalmente, na definição de deficiência proposta, os pontos abordados pelo autor restringem-se ao emprego da linguagem, ao valor da normalidade e ao papel do corpo².

Uma crítica comum apontada às formulações conceituais do Modelo Social é que a simples mudança de termos empregados em pouco ou nada afetaria de fato a realidade, sendo portanto, uma simples questão de adequação de termos ao “politicamente correto”. Oliver (1996) afirma que a linguagem dá forma à realidade e, com frequência, contribui para uma

² Tema esse que será aprofundado teoricamente pela proposta de Liz Crow (1996), apresentada mais adiante.

caracterização inferior da pessoa com deficiência, com efeito a ressaltar vitimização ou incapacidade. Como caso exemplar, o termo *handicap*³. Para a língua portuguesa a importância de uso de termos adequados evidencia a sua força ao constatar-se, por exemplo, as frases “uma pessoa com deficiência compareceu à entrevista” e “um incapacitado (ou inválido) compareceu à entrevista”. Por outro lado, a construção primária dos termos que se referem à deficiência mantem-se fundamentadas numa negação, como indica Stiker (1999) ao analisar termos *dis-ability*, *impairment* e *mal-formation*. O mesmo pode ser observado nos termos da língua portuguesa, em deficiência e deformidade, por exemplo.

Ainda sobre a linguagem, questiona-se o baixo impacto que pode ocorrer quando apenas se busca resignificar os termos conservando seu uso, como no caso do termo *disability* encontrado tanto no Modelo Social como no Modelo Médico que, no seu uso, por ter duplo significado acabaria sempre por mascarar ou ocultar um desses. Dessa forma, pode-se vir a tornar impreciso o posicionamento de autores quanto à abordagem que fazem.

No plano ideológico-filosófico, a Ideologia da Normalização que preconiza a intervenção física no corpo da pessoa com deficiência, para que o seu desempenho se aproxime de uma suposta normalidade, é abertamente combatida pelo Modelo Social (Oliver, 1994). Para aqueles que defendem essa abordagem, a principal intervenção deve ser feita na sociedade para garantir a participação das pessoas com deficiência que necessitam de ter seu acesso facilitado ou desimpedido. Contudo, um questionamento realizado ao Modelo Social consiste na afirmação que a negação da normalização seria frágil, uma vez que, o Modelo Social pretende promover uma “vida normal” em sociedade para as pessoas com deficiência. Oliver (1996) contra argumenta ao afirmar que a ideologia por de trás do Modelo Social nega por completo a normalização em favor do ideal de celebrar a diferença e as diferentes experiências de vida, ao invés da busca da normalidade padronizada. Nas palavras de French e Depoy, “a deficiência é vista como parte da diversidade humana e não como um traço indesejado a ser curado ou corrigido” (French; Depoy, 2000: 2).

Outra crítica ao Modelo Social reside na sua abrangência, ou seja, na sua capacidade de identificar a população com deficiência unicamente a partir do critério da discriminação.

³ Termo amplamente utilizado em países de língua inglesa na altura em que o texto foi editado, em sua etimologia sugere a deficiência associada à mendicância.

Em outras palavras, haveria uma sobrevalorização da discriminação como fator único de distinção das pessoas com deficiência. Quem seriam as pessoas com deficiência que teriam as suas vidas integradas no cerne da sociedade, baseadas principalmente em mudanças externas, sem necessidades de intervenção no corpo? Existem diversas limitações e lesões no âmbito físico, e, à primeira leitura, o Modelo Social adapta-se melhor às situações menos limitadoras. De modo complementar, outras críticas respondidas por Oliver (1996) também indicam denunciar uma aparente emancipação da deficiência em relação ao corpo que ocupa o segundo plano no Modelo Social. A falta de menção aos estados de saúde, incluindo doenças e enfermidades induz à crença que a deficiência não estaria relacionada com os processos de adoecimento ou simplesmente à perda ou redução da saúde, o que muitas vezes é o que ocorre.

Além disso, por desfazer a relação entre saúde e deficiência, o Modelo Social define como independente a lesão da deficiência, criando um aparentemente contrassenso num quadro em que a deficiência independe da lesão física, mesmo sendo essa condição necessária para a manifestação da deficiência. Em defesa do Modelo Social, o autor responde às críticas destacando o âmbito sobre o qual a elaboração original diz respeito.

De fato, o Modelo Social da Deficiência evita menção sobre tais assuntos [relativos à saúde], não por ter sido escrito por tetraplégicos saudáveis, mas porque dor, medicação e adoecimento enquadram-se no modelo individual de deficiência, assim como no modelo social da lesão (Oliver, 1996: 12).

Deste modo, Oliver difere os modelos de deficiência, ao circunscrever o Modelo Social ao âmbito coletivo, e o Biomédico ao nível individual. Pode-se perceber que as críticas apresentadas por Oliver (1996) sobre o Modelo Social se fundamentam em grande parte na ideia da simplicidade da primeira elaboração conceptual. Na simplicidade do Modelo Social reside também a sua força. Uma ideia simples pode ser mais facilmente assimilada e rapidamente difundida. Pela sua originalidade, acaba por exercer grande impacto nas pessoas que em comum vivenciam a deficiência, mesmo que possuam lesões distintas. Não é raro perceber o encontro dos indivíduos com o Modelo Social traduzindo-se numa tomada de consciência. É possível encontrar relatos pessoais dessa experiência entre os textos dos teóricos do Modelo Social, inclusive daqueles que desejam seu desenvolvimento

e complexificação teórica, como Liz Crow (1996) e Paul Abberley (1987) que o reconhecem como um pensamento inovador de grande impacto.

A soma das críticas ao Modelo Social indica que a sua intenção inicial de ser uma ferramenta para o desenvolvimento da deficiência como uma questão política poderia ser interpelada pela falta de robustez. Nesse sentido, é importante distinguir o Modelo Social da deficiência como uma maneira de pensar a deficiência e as elaborações teóricas construídas a partir dele. As elaborações teóricas baseadas no modelo são mais complexas e nascem da necessidade de se compreender melhor como a dinâmica perversa denunciada pelo modelo atua, assim como definir sociologicamente a sua origem. Além disso, respostas às críticas mais complexas, como o papel do corpo no modelo, também têm lugar no desenvolvimento dos estudos sociais da deficiência. Nesse sentido, destacam-se as elaborações de Liz Crow sobre a dimensão orgânica da deficiência, a lesão (*impairment*), por meio de um olhar sociológico.

1.2.2 O Modelo Social da Lesão

O Modelo Social da Lesão (*Social Model of Impairment*) é o termo utilizado para definir parte do desenvolvimento teórico do Modelo Social da Deficiência ao incorporar o reconhecimento da lesão como fator de restrição à participação social, e postular como a lesão e a deficiência se conjugam. Como precursora e defensora da ideia, Liz Crow (1996) compreende que ocultar a lesão e suas implicações é também ocultar parte das restrições sociais vividas pelas pessoas com deficiência. Para a autora, algumas restrições do corpo desencadeiam diretamente restrições sociais, como na capacidade de comunicar visualmente no caso de pessoas cegas, por exemplo. No entanto, ainda nesses casos, haveria espaço para restrições surgidas nas relações sociais. Além disso, essa proposição teórica indica que a sociedade constrói suas próprias representações da lesão, cujo significado transcende a restrição biológica, como a difundida ideia de tragédia pessoal. O argumento central para a inclusão da lesão numa perspectiva sociológica é que o limite entre as representações sociais, reações e limitações relativas à lesão tem que ser melhor explorado para que possa ser também transformado.

A autora também anuncia que a melhor maneira de compreender ambos os fenômenos (lesão e deficiência) é reconhecendo-os como conceitos independentes que podem desenvolver separadamente, com ou sem implicação entre eles. Basta pensar-se que o fim da deficiência como discriminação teria um efeito sobre a vida do indivíduo, porém nenhum efeito sobre a sua condição física, necessariamente. Por outro lado, a variação de uma lesão, agravando-se ou reduzindo-se, pode não interferir no nível de discriminação sofrida por uma pessoa com deficiência. Mesmo a cura de uma lesão não restauraria os efeitos discriminatórios anteriormente sofridos, que resultassem em baixa escolarização a escassa experiência profissional, justificados pela condição anterior.

De outra maneira, localizar a deficiência e a lesão como fatores independentes não resulta em não reconhecer a implicação mútua entre elas. Crow (1996) postula não haver necessária relação de causa e efeito entre lesão e deficiência, no entanto, percebe que é possível haver casos em que uma determine o desenvolvimento da outra.

A lesão pode ser também a causa ou fazer parte da deficiência. Por exemplo, uma rampa excessivamente inclinada pode causar uma nova lesão ou dor exacerbada. Um centro de saúde pode restringir o acesso aos rastreios que preveniriam o surgimento de outra lesão, enquanto recursos inadequados [para as pessoas com deficiência] podem significar que os tratamentos necessários a serem administrados e os meios para redução da dor não estão disponíveis para muitos que deles precisam (Crow, 1996: 13-14).

Desse modo, críticas como “se a dor física de uma pessoa é a razão de sua infelicidade, então não há nada que o movimento das pessoas com deficiência possa fazer a respeito” (Vasey, 1992: 43 *apud* Oliver, 1996: 44) podem ser tratadas também no âmbito social e político. Ao determinar necessidades específicas que ajam sobre as restrições físicas e as razões pelas quais não são contempladas, questões políticas e sociais como a desigualdade e discriminação poderiam figurar como fatores determinantes das insatisfações.

No entanto, não há consenso entre os teóricos do modelo social a respeito do corpo e da sua importância para o desenvolvimento dos estudos sociais da deficiência. A dicotomia entre deficiência e lesão é questionada com frequência. Hughes e Paterson (1997) aconselham uma aproximação à sociologia do corpo, ao considerar que o silêncio acerca das questões do corpo incorre no risco de delegar apenas à medicina a produção de conhecimento sobre o tema, o que seria indesejado.

Inspirados pelas teorias feministas pós-modernas, Shakespeare e Watson (2002) consideram a dicotomia entre lesão (*impairment*) e deficiência (*disability*) como um atraso que compromete o vigor do Modelo Social. A percepção como um *continuum*, ou seja, uma experiência integrada, entre construção cultural do corpo e reação social aos seus desvios, uma vez que não há individualidade que se manifeste sem um corpo. Entretanto, questionamentos dessa natureza ainda não indicam compor (ou ter alterado) o corrente entendimento do que é o Modelo Social da deficiência.

Para além do papel do corpo, o Modelo Social como originalmente pensado, também suscitou outras críticas de natureza teórica acerca do seu poder explicativo. As críticas mais significativas podem ser traduzidas em afirmações como: notar a opressão social vivida não é explicar a sua origem ou o que seria importante para combatê-la; e saber que a deficiência impede a participação integral das pessoas não indica como estas se inserem na sociedade. Oliver (1996) compreende tais questionamentos como uma confusão recorrente, advinda da incompreensão do propósito do Modelo Social e da sua natureza não explicativa. Seria o modelo apenas um instrumento para interpretar e evidenciar a opressão vivida pelas pessoas com deficiência. Seriam os teóricos sociais da deficiência que se dedicam à elaboração teórica da opressão os responsáveis por responder sobre tais questionamentos.

São duas as vertentes do desenvolvimento sociológico do Modelo Social da deficiência. A abordagem culturalista e a materialista competem e se questionam na elaboração de propostas que tencionam decifrar a origem da exclusão vivenciada pelas pessoas com deficiência. Porém, as duas correntes indicam mais complementaridade que concorrência na explicação dos fenômenos. A seguir, ambas serão apresentadas, com destaque à abordagem materialista, por discutir diretamente os temas de maior relevância para esta investigação, a pobreza e o lugar das pessoas com deficiência no sistema produtivo.

1.2.3 A Abordagem Culturalista

A perspectiva pós-moderna da deficiência questiona a divisão da experiência social das pessoas com deficiência entre lesão (biológica) e deficiência (social) ao percebê-las como

um *continuum* (Thomas, 2004). De modo que seria impossível desvincular a pessoa do corpo, assim como a lesão da discriminação. Segundo essa perspectiva, a principal característica da discriminação sofrida pelas pessoas com deficiência é ter reduzida ao corpo e, especificamente, à deficiência toda a sua existência social.

Como uma das principais referências da abordagem pós-moderna, Tom Shakespeare dedicou-se à busca da raiz do preconceito para com as pessoas com deficiência. Para Shakespeare (1997) o preconceito é determinante para a ocorrência da exclusão social ao nível microssocial, com implicações, também, ao nível macro. Ao revisar estudos feministas que apontam a objetificação do corpo feminino como elemento definidor da opressão vivida pelas mulheres, o autor afirma que as pessoas com deficiência sofrem de opressão semelhante. Por esse prisma, a lesão ou a limitação funcional visível seria o meio pelo qual as pessoas com deficiência são objetificadas, o que levaria à prevalência social da lesão na identidade e interação social. Uma característica comum dessa objetificação é imputar às pessoas com deficiências identidades e personalidades próximas, o que acaba por resumir a existência das pessoas à sua própria lesão. Desse modo, os significados da lesão e da incapacidade em determinada cultura seriam determinantes para o desenvolvimento das vidas das pessoas, devendo assim ser levados em conta no tratamento teórico e político da questão.

O Modelo Social precisa ter seus conceitos revistos: pessoas com lesões são pessoas com deficiência, não somente pela discriminação material, mas também pelo preconceito. Esse preconceito não é somente interpessoal, está também implícito nas representações culturais, na língua e na socialização (Shakespeare, 1997: 17).

Ao identificar os valores envolvidos na representação da lesão, Shakespeare (1997) postula que as pessoas com deficiência personificam involuntariamente a queda do ser humano, em falhas e tragédias, em sua falência física e morte. O efeito perverso dessa representação se traduziria em reações que variariam da pena à perseguição.

Pessoas com deficiência são bodes expiatórios. Não somente por serem diferentes, dispendiosas, inconvenientes ou estranhas: é por representarem uma ameaça [...] à ordem ou à auto representação do homem ocidental que, desde o Iluminismo, vê a si mesmo como perfeito, como conhecedor de todas as coisas, semelhante a deus: capaz, acima de todos os outros seres, de dominar as limitações de sua natureza por meio das vitórias de sua cultura (Shakespeare, 1997: 17).

A abordagem culturalista, como também é conhecida, se concentra em ideias como identidade e estereótipos, linguagem e criação de sentido na origem do preconceito. A busca de construção de novas possibilidades identitárias seria, portanto, um modo de transformação social. Nesse sentido, as narrativas pessoais são intrinsecamente políticas (Shakespeare, 1996). A crítica em torno da perspectiva teórica interacionista de Shakespeare reside na irredutível construção cultural e primária da inferioridade vinda com a lesão (Abberley, 1997), sendo a transformação em nível cultural menos passível de ser determinada ou regida de acordo com os movimentos para a emancipação das pessoas com deficiência.

Em oposição ao culturalista, o enfoque materialista, ainda que dependente das representações sociais acerca das pessoas com deficiência como a origem da discriminação, entende que os meios para transformação da realidade das pessoas com deficiência não diferem daqueles que regeriam a sociedade moderna como um todo, as dinâmicas do sistema produtivo.

1.2.4 O Materialismo e o Conceito de Opressão

Segundo Vic Finkelstein (2001), o materialismo deve ser central na compreensão da exclusão social das pessoas com deficiência, e especialmente necessário para alterar a realidade que desfavorece as pessoas com deficiência. Ao reconhecer o mercado como instituição central da sociedade, o autor compreende que a superação da exclusão somente é possível se envolver tal instituição, essencialmente por meio da luta de classes.

Acredito que não podemos compreender ou lidar com a deficiência sem lidar com a própria natureza da sociedade em sua essência. Para isso, as pessoas com deficiência devem encontrar maneiras de se engajar na luta de classes, onde a direção histórica da sociedade é disputada, vencida ou perdida. É nessa arena que as fronteiras do conhecimento que excluem as pessoas com deficiência da “normalidade” podem e devem ser questionadas abertamente (Finkelstein, 2001:8).

O principal sociólogo responsável pelo desenvolvimento teórico dessa abordagem foi Paul Abberley (1987), cujas elaborações buscam sistematizar a origem das restrições vividas

pelas pessoas com deficiência, numa perspectiva materialista, sendo o conceito de opressão seu constructo teórico de maior valor.

Alinhado com uma perspectiva analítica de tendência marxista, o autor conjuga o materialismo histórico e o interacionismo simbólico para definir a opressão vivenciada pelas pessoas com deficiência. Ao reconhecer que nem toda a condição de exclusão social tem origem na classe social, o autor localiza nas relações interpessoais e representações sociais a origem da forma de exclusão social denominada opressão. Segundo Abberley (1987), a opressão social para ser considerada como tal deve atender a alguns critérios que justifiquem a sua existência e manutenção.

No nível empírico, em dimensões significativas, argumenta-se que as pessoas com deficiência podem ser consideradas como um grupo cujos membros encontram-se numa posição inferior em relação aos outros membros da sociedade porque têm deficiência. Também se argumenta que essas desvantagens estão dialeticamente relacionadas com uma ideologia ou grupo de ideologias que justifica e reproduz essa situação. Além disso, é alegado que tais desvantagens e as ideologias que dão suporte não são naturais nem inevitáveis. Por fim, isso implica identificar alguns beneficiados das coisas como estão (Abberley, 1987: 7).

Nesse caso, a opressão sofrida pelas pessoas com deficiência as localiza na mais baixa posição numa sociedade orientada para o sistema produtivo, excluídas da participação. O não trabalhador que, por suposição acerca de seu inexorável corpo, não poderá vir a ser produtivo. Como principais consequências perversas da opressão sofrida pelas pessoas com deficiência, Abberley (1987) lista o desencorajamento à participação no processo produtivo; a submissão a processos normalizadores; a manutenção da ordem e controle social por meio da dependência econômica; e a representação da má distribuição e privação de recursos como consequência das limitações pessoais.

Diferenciando da exploração como elaborada por Marx, a opressão não seria uma experiência de classe, mas pessoal, mesmo que possa atingir todo um grupo social, por meio de sistemas de representação que produzem inferioridade como fator inerente aos indivíduos, através de estereótipos que justificam a manutenção da subordinação e exclusão desses. Diversos foram os sujeitos que historicamente viveram ou ainda vivem a opressão. Sob o signo de oprimido, mulheres e negros compõem exemplos clássicos para a

compreensão da questão, que por um conjunto de medidas políticas e científicas vieram a questionar as representações opressoras.

As pessoas com deficiência, por seu turno, enfrentam um desafio peculiar para a contestação do estigma que sobre elas recaem, um corpo que conta com uma lesão ou limitação evidente (ou aparente). Esse elemento acaba por subsidiar o discurso do Modelo Médico que traduz diretamente a limitação física em limitação social.

Contudo, se a inferioridade incorporada na lesão é entendida como pura ou primeiramente biológica em sua origem, a analogia sugerida com a opressão racial e sexual indica ser intrinsecamente dúbia, uma vez que o centro de tais teorias consiste na afirmação de que a desvantagem em última análise é um produto social e não biológico. Então, uma teoria da deficiência como opressão deve propor em sua essência uma teoria social da lesão (Abberley, 1987: 9).

Abberley (1987) argumenta que os estereótipos fundamentalmente consolidados em torno das imagens de jovens que enfrentam problemas e que precisam de ajuda criam uma identificação não fidedigna da pessoa com deficiência. O sistematicamente ignorado fator idade, associado ao ocultamento da alta ocorrência das lesões seriam os responsáveis pela elaboração de uma imagem distorcida e opositora das pessoas com deficiência. O primeiro modo pelo qual isso aconteceria seria por situar a incapacidade como algo excepcional ao invés de comum (devido à sua elevada ocorrência), ou até mesmo esperado (devido à distribuição por idade). A partir do errôneo caráter excepcional, no qual a população jovem tem destaque, consolidou-se uma reação social que oprimiria as pessoas com lesão cuja principal preocupação estaria na administração da presumida improdutividade que, conseqüentemente, justificaria também a imposição de processos de normalização dos corpos.

Para se assimilar a cadeia de ideias propostas por Abberley (1987), é necessário que se credite à sociedade a maior parte das lesões. Por diversos meios essencialmente ligados ao sistema produtivo e à distribuição desigual de recursos e riscos, a sociedade lesiona os indivíduos. O autor sustenta em dados estatísticos a associação de estilos-de-vida degradantes, principalmente relacionados com o mundo do trabalho, à origem da maior parte das lesões.

Por fim, segundo Abberley (1987), para se compreender a existência e perpetuação da opressão vivenciada pelas pessoas com deficiência é necessário identificar o beneficiário e o meio através do qual se beneficia da opressão. O sociólogo define o sistema capitalista como o beneficiário dessa dinâmica, ao manter um processo produtivo nocivo à custa da integridade física dos indivíduos que sistematicamente é degradada no processo, numa equação em que a mitigação do risco e lucro figuram como elementos opostos. Ou seja, quanto mais penoso, degradante e de maior risco à integridade dos trabalhadores mais econômica é a produção, maior a mais-valia e, portanto, também o lucro.

Contudo, a atribuição do processo de produção como beneficiário da deficiência não é algo simples de ser validado, sendo difícil aplicar a lógica a todos os casos, como, por exemplo, das pessoas que adquiriram lesão por decorrência de um processo médico que resultou em garantir a sobrevivência da pessoa. Outro grupo, pouco abordado pelo autor, são as pessoas que toda a vida possuíram uma deficiência, nascendo com ela ou adquirindo-a logo na infância. Reconhecer esse grupo como minoria sobrerrepresentada é essencial para a lógica empregada por Abberley (1987), no entanto, são essas pessoas que possivelmente melhor conhecem o modo de vida marcado pela deficiência. Sobre esse grupo, o autor compreende que não estão isentos das forças sociais que levam à condição marcada pela deficiência, principalmente no que diz respeito à distribuição de recursos médicos preventivos. Se, por um lado, a desigualdade de acesso a tais recursos pode ser entendida como consequência do capitalismo, por outro, pouco se relaciona de fato com o processo de produção incapacitante, elemento de grande importância na teorização do autor. Em outros termos, a lesão (*impairment*) nunca será completamente extinta, mesmo após serem reduzidos ao mínimo os riscos associados à produção (Abberley, 1999). Porém, tanto pela via da produção, quanto em decorrência da distribuição desigual de recursos, o imperativo capitalista manter-se-ia como força de grande importância na produção social da lesão.

The Concept of Oppression and the Development of Social Theory of Disability, o referido trabalho de Abberley (1987), tornou-se uma referência incontornável no plano teórico dos estudos de deficiência que se alinham com o Modelo Social da Deficiência com enfoque materialista. A elaboração de Abberley não somente fundamenta teoricamente o Modelo Social como evidencia o Modelo Médico como seu opositor, ao contradizê-lo na

elaboração da lesão como resultado de forças sociais, assim como ao indicar como a normalização é socialmente fomentada.

Alguns questionamentos ou ressalvas devem ser realizados a respeito da proposta de Abberley. De acordo com Bill Armer (2004), o marxismo fragiliza o entendimento materialista da deficiência. O principal argumento do autor consiste em descreditar a opressão como parte planejada do sistema capitalista, ao não perceber nenhuma intenção malévola específica contra as pessoas com deficiência, especialmente em relação à discriminação sofrida. Pelo contrário, a ausência no mercado de trabalho acaba por gerar indivíduos que consomem sem produzir, uma distorção não desejada para o sistema.

Armer (2004) também critica Abberley por desconsiderar as limitações reais que algumas lesões imputam a determinado tipo de trabalho. Por isso, acredita que a elaboração de Abberley (1987) tem baixa representatividade, sendo uma teoria para a exceção. No âmbito teórico, Armer destaca que a utopia de Marx era uma construção para uma sociedade de trabalhadores sem limitações físicas. Em suma, a alternativa materialista defendida por Armer (2004) consiste em entender a deficiência como uma deslocalização social (*social dislocation*) da normalidade construída, ou seja, impedimento de ser um membro integral. Nesse sentido, a emancipação das pessoas com deficiência não estaria associada à luta de classes ou à revolução, mas, sobretudo ao questionamento do padrão de normalidade. Entretanto, por articular somente a exclusão do mercado de trabalho, Armer não considera a produção capitalista da lesão, elaboração de Abberley que melhor evidencia o aparente ganho do sistema, na dinâmica entre a geração de lucro, mitigação de riscos e degradação física dos trabalhadores.

A transposição entre lesão e deficiência é também um elemento passível de crítica na teorização de Paul Abberley (1987). O autor foca a análise na lesão (*impairment*), todavia não parece haver necessária correspondência entre possuir uma lesão e ser socialmente reconhecido como uma pessoa com deficiência, especialmente tratando-se das pessoas com idade avançada. Com enfoque na realidade brasileira, Medeiros e Diniz afirmam:

Associar o envelhecimento à deficiência é algo que encontra alguma resistência em decorrência do estigma associado ao termo ‘deficiente’, porém pela interpretação do modelo social, faz sentido argumentar que muitos idosos são excluídos de uma parte importante da vida social, em proporção muito maior que aquela que poderia ser atribuída a suas eventuais limitações (Medeiros e Diniz, 2004: 11).

Assim, desassociar a incapacidade de idosos à deficiência seria um atraso para o desenvolvimento político da questão já que reforçaria o caráter de ocorrência excepcional, ao passo que “à medida que mais grupos são reconhecidos como deficientes, o peso que o conceito de lesão tem na definição da deficiência passa a diminuir” (Medeiros e Diniz, 2004: 11), o que representaria um ganho político. No âmbito da administração pública, por exemplo, desconsiderar idosos como deficientes poderia levar a orçar por baixo as necessidades específicas das pessoas com deficiência.

Posteriormente, neste estudo, o fator idade será tratado de forma empírica, na sua importância como mediador entre a deficiência e a pobreza. Espera-se que, a partir das contribuições desta investigação esse debate possa ser revisitado, com foco na realidade brasileira.

Outro questionamento à teorização de Paul Abberley consiste na aparente falta de solução para a superação da opressão às pessoas com deficiência. Inicialmente, suas elaborações oferecem uma complexa e coesa perspectiva sobre a condição das pessoas com deficiência na sociedade moderna, contudo, identificar a dinâmica da opressão social das pessoas com o capitalismo não é suficiente para elaborar uma alternativa que rompa com essa condição.

Abberley vê no capitalismo o motor da produção da lesão, da deficiência (no âmbito ideológico) que beneficia de sua existência. No entanto, a superação do capitalismo não seria garantia de erradicação da deficiência. Tampouco isso indica ser uma alternativa plausível no horizonte contemporâneo, seja inglês, brasileiro, português ou em escala internacional. Desta maneira, seria dentro da dinâmica do próprio sistema vigente que soluções primárias para a questão devem ser desenvolvidas. Como advoga Finkelstein (2001), é necessário incorporar as demandas das pessoas com deficiência na luta de classes, por meio de ação direta no mercado, com efeito no mercado de trabalho.

Nesse sentido, uma aparente contradição se edifica. Por um lado reconhece-se o sistema produtivo como gerador de lesões e discriminador dos lesionados, perpetuando a deficiência. Por outro lado, o trabalho figura como elemento central na relação entre indivíduo e sociedade, relaciona-se com a autonomia e integração social. Pelo menos três discursos podem ser extraídos desse paradoxo: i. as pessoas com deficiência devem ser protegidas do trabalho; ii. as pessoas com deficiência devem ter acesso integral ao trabalho, e assim alterarem tanto a percepção social sobre si, quanto as condições de trabalho; iii. o trabalho deve adaptar-se ou transformar-se⁴, novos modos de trabalho referentes às pessoas com deficiência devem ser reconhecidos e a centralidade do trabalho questionada. Na prática, não é possível traçar limites exatos entre essas diferentes manifestações de pensamento, porém tendências podem ser percebidas.

O primeiro tipo de discurso não é frequente na academia, contudo, por vezes pode ser identificado no âmbito político. A proteção social que reforça a dependência, e conseqüentemente, a exclusão do trabalho, é exatamente o que foi contestado pelo movimento das pessoas com deficiência que deu origem ao Modelo Social.

Um exemplo no campo político do discurso protetivo desqualificador se encontra na decisão anunciada em 2004 pelo Tribunal Superior Eleitoral do Brasil que tornaria facultativo o voto de pessoas com deficiência⁵. Nesse caso, enquanto a justificativa na dificuldade de acesso aos locais de votação soa como um modo de facilitar a vida de pessoas com deficiência, a União Nacional dos Cegos entendeu como uma forma de discriminação e um desincentivo à promoção do acesso aos locais de votação, assim como ao direito ao voto, repudiando publicamente a medida, que por fim não chegou a ser sancionada. Dinâmica semelhante motivaria a proteção ao trabalho e a prioridade da assistência social, no que tange as políticas sociais destinadas às pessoas com deficiência, na qual a ajuda ou benefício reforçaria a dependência, ao invés de reformular a sociedade para torná-la favorável à participação social, nos sistemas educacionais e, principalmente, no mundo do trabalho.

⁴ Os debates sobre as transformações no mundo do trabalho terá lugar no capítulo 3, cujo propósito é estabelecer a relação entre deficiência e pobreza, com destaque para o papel do trabalho.

⁵ No Brasil, a participação nas eleições para definição das casas legislativas e cargos do Poder Executivo é obrigatória, com exceção de pessoas com menos de 18 ou mais de 70 anos.

De um modo geral, os especialistas dos estudos sociais da deficiência são críticos desse modelo de proteção, ao passo que preconizam a integração das pessoas com deficiência, especialmente por meio do trabalho. Nesse sentido, seria válido questionar o quão próximo poderia estar a demanda por maior abertura no campo do trabalho baseada na ideologia moderna que o roga como um meio para a realização humana, incluindo o amadurecimento físico dos indivíduos. No entanto, para as pessoas com deficiência, trabalho é também parte crucial da luta por igualdade (Abberley, 1999), assim como foi (ou ainda é) para as mulheres.

Em sua análise sobre o trabalho, Abberley (1999) indica que as transformações que vem sofrendo, tornando-o mais inseguro em termos de jornada e contratos de trabalho, pode ter um impacto sobre possibilidades favoráveis às pessoas com deficiência. Contudo, isso dependerá das oportunidades educacionais e acesso às novas tecnologias. Caso esse arcabouço não seja garantido, as transformações do mundo do trabalho podem propiciar ainda maior restrição às pessoas com deficiência. O autor parece certo que enquanto as pessoas com deficiência se mantiverem fora do sistema produtivo não é razoável esperar que este venha a alterar-se a favor dessas.

Outro dilema acerca do trabalho resume-se em:

Independente dos esforços desempenhados, alguns não serão capazes de produzir bens ou prestar serviços de valor social, 'de participar da criação da riqueza social'. [...] Como reconhece Finkelstein, a sociedade pode estar disposta e, em algumas circunstâncias, ansiosa para absorver uma parte de sua população com lesão em sua força de trabalho, contudo, isso pode sustentar e talvez intensificar a exclusão do restante. Precisamos desenvolver uma teoria da opressão que evite essa bifurcação por meio de uma noção de integração social que não dependa da inclusão das pessoas com lesão em atividades produtivas (Abberley, 1999: 12).

Idealmente, como seria possível estabelecer a luta pela inclusão laboral das pessoas com deficiência sem tornar ainda mais inferior a posição daqueles que não poderiam integrar a força de trabalho é uma questão em aberto, e de baixa correspondência com a abordagem materialista. Tal abordagem está baseada em elaborações desenvolvidas para uma sociedade industrial, típica da modernidade. Atualmente, outras perspectivas pós-modernas, que contemplam a crise do trabalho e a reestruturação produtiva que remove a centralidade

da indústria podem colaborar para uma melhor compreensão do dilema que se apresenta às pessoas com deficiência.

A busca por diretrizes suficientemente alargadas para teorias gerais da opressão vivenciada pelas pessoas com deficiência é atualmente apenas um dos entraves em torno do Modelo Social. Sua prioridade, referenciar ideias e propostas emancipadoras a respeito da deficiência, principalmente no âmbito político é tida, hoje, como estagnada. O movimento social das pessoas com deficiência que deu origem ao modelo é analisado por Oliver e Barnes (2006) e Filkenstein (2001) como desviado dos seus princípios. Tendo-se focado principalmente na conquista de direitos e sendo incorporado, em parte, pelo Estado. Essa aproximação trouxe resultados insuficientes no que diz respeito à autonomia e participação integral na sociedade, assim como na remoção de barreiras econômicas e sociais na opinião desses especialistas e defensores do modelo.

Por outro lado, é inegável a importância e influência exercidas pelo Modelo Social, na sua conceptualização e desenvolvimentos teóricos. Como elaboração sociológica capaz de revelar novas faces do ordenamento social, o modelo é ainda pouco conhecido no campo sociológico. Já, no que tange ao universo da deficiência, por se consolidar como um constructo teórico incontornável, o Modelo Social impôs mudanças na própria revisão do Modelo Biomédico, dando origem ao Modelo Biopsicossocial da Deficiência.

1.3 O Modelo Biopsicossocial

O Modelo Biopsicossocial da deficiência consiste numa tentativa de síntese entre os modelos médico e social. Por se apresentar como neutro, o Modelo Biopsicossocial conceptualiza o que é a deficiência, no entanto, não expressa com clareza o que deve ser feito face a ela. Existe uma relação estreita entre o Modelo Biopsicossocial e a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), documento cunhado no âmbito da Organização Mundial de Saúde para substituir a CIDID. Nesta

secção, apresentar-se-á o documento, seu conceito de deficiência e as fragilidades deste modelo para a compreensão da deficiência.

A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) tem por objetivo padronizar a linguagem dos registos das condições da saúde humana. A CIF faz parte da chamada Família das Classificações Internacionais da OMS, conjuntamente com a CID-10 e a ICHI⁶. Juntos, estes documentos pretendem classificar todos os tipos de condições de saúde, propósito clássico cientificista. “Em suma, a CID-10 é principalmente utilizada para classificar as causas de morte, mas a CIF classifica a saúde” (OMS, 2002: 3). Na prática, como idealmente prevista, a CIF guiaria a construção de um retrato da condição de saúde dos indivíduos, das suas doenças e distúrbios crónicos, lesões, limitações e condições de vida.

A classificação é declarada como portadora de suposta universalidade e neutralidade. Como sistema classificador, idealmente, a CIF deveria ser aplicável irrestritamente a qualquer indivíduo para qualificar a sua condição de saúde, sendo assim universal. Por seu turno, o princípio da neutralidade refere-se à busca pela isenção de juízos de valor nos termos adotados no processo de classificação.

De facto, a CIF é tão abrangente quanto pretende ser. A sua aplicação qualifica o sujeito nas esferas biológica, pessoal e social. Para isso, o indivíduo responde a uma lista (*checklist*) de questões que abarcam informações de esferas distintas: informações demográficas, lesões (*impairments*) de funções do corpo, lesões (*impairments*) de estruturas do corpo, limitações de atividades, restrição de participação, fatores ambientais e informações de saúde, em apêndice. Somam-se 1.454 categorias entre os quesitos classificados. Em função de tamanha diversidade e amplitude, estão a ser desenvolvidas sínteses de conjuntos principais (*core sets*) para viabilizar a sua utilização, na qual as versões mais alargadas contarão somente com 130 categorias (Riberto, 2011). Contudo, o esforço para dinamizar a aplicação da CIF, através da elaboração de tais conjuntos, indica possuir menor coesão entre as categorias que se referem aos fatores ambientais e às funcionalidades, descaracterizando-os.

⁶ *International Classification of Health Interventions.*

Como instrumento classificatório, a CIF não pode deixar de ser notada como um avanço, especialmente em termos técnicos. Com exceção das informações demográficas, os itens são dispostos, na sua maioria, de forma escalar, especialmente sobre as limitações e os fatores ambientais, cujos valores podem figurar entre positivos e negativos, variando, assim, entre facilitadores de acesso ou barreiras, no caso das questões ambientais. Nesse sentido, um quesito como “sistemas educacionais” poderia ser tanto um facilitador, se propiciar maior participação aos indivíduos com algum estado de saúde crônico, como uma barreira, caso restrinja a participação. Por sua vez, as limitações são notadas também com referência a sua intensidade, da falta absoluta à incapacidade, com marcadores intermediários. O que se consolidou como uma importante tendência na produção de dados sobre deficiência e funcionalidade.

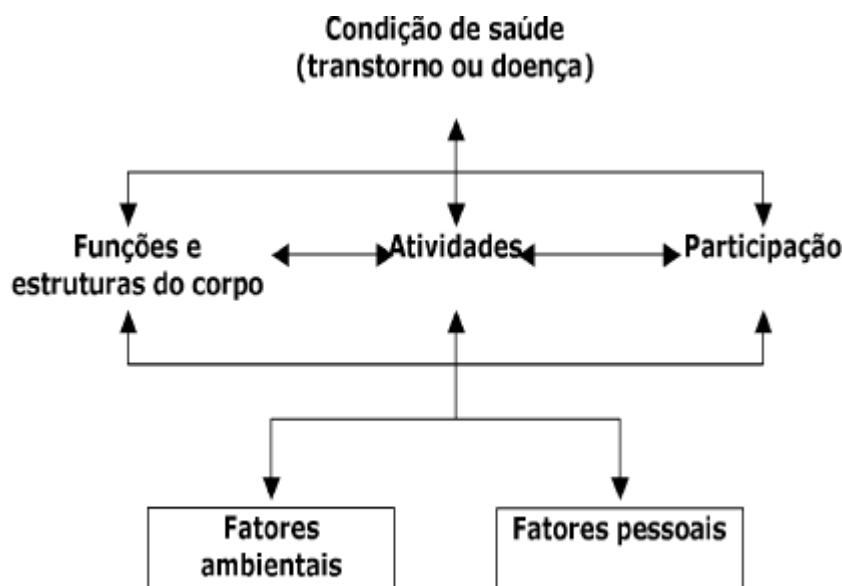
Conceptualmente, a CIF também traz inovações em relação à CIDID. O termo *handicap* foi abandonado por não ser compatível com a proposta, por sua origem pejorativa (Diniz, 2007). Os conceitos referenciados no ambiente passam a ser os “Facilitadores” e as “Barreiras”, que podem ser físicos, sociais e de atitudes. O termo *disability*, não figura como categoria a ser classificada. A esse é atribuído um sentido amplo, comumente chamado de conceito guarda-chuva.

A deficiência é um fenômeno complexo, que é um problema no nível físico do indivíduo, e também um fenômeno essencialmente social e complexo. A deficiência é sempre uma interação entre as características da pessoa e do contexto no qual ela vive. Mas, alguns aspectos da deficiência são quase totalmente inerentes à pessoa, enquanto outros são quase completamente externos (OMS, 2002: 9).

Na prática, essa reformulação amplia o que é a deficiência, ao passo que a generaliza. Qualquer condição crônica de saúde que esteja associada a uma limitação na participação social é passível de ser qualificada como deficiência. Se, por um lado, o reconhecimento da exclusão social indica ser um significativo avanço na conceptualização, por outro, a ausência da ideia de limitação funcional na definição pode ser problemática. Segundo a CIF, seriam situações de deficiência tanto um indivíduo com lesão medular limitado socialmente em sua circulação pública, quanto um indivíduo com vitiligo que seja socialmente discriminado por sua aparência e receio de contágio, mesmo que não seja percebida ou atribuída qualquer limitação funcional (OMS, 2002).

No que tange a relação entre as estâncias classificáveis pela CIF, a dinâmica possui grande fluidez. A interação entre os elementos que compõem a classificação de um estado de saúde é caracterizada por independência entre os termos. Assim, diversos arranjos são possíveis. Dentre eles, aqueles que compõem lesão física sem limitação funcional, e vice-versa. Para ilustrar a afirmação acima, têm-se portadores de doenças de pele no primeiro caso, e mulheres com gravidez em estágio avançado no segundo. O esquema a seguir ilustra como operam os conceitos da CIF e suas interrelações na caracterização de um estado de saúde.

Figura 2 – Esquema causal da CIF



Fonte: Farias e Buchalla (2005), adaptado de OMS (2002)

Contudo, a faceta mais interessante relativa à deficiência, é a inclusão de fatores ambientais ao possibilitar arranjos em que a deficiência pode ou não ocorrer. Como ilustra Elwan (1999), “a infertilidade feminina, por exemplo, pode definir uma mulher como deficiente em algumas culturas, mas não necessariamente o faz nas culturas ocidentais”

(Elwan, 1999: 3). Nesse sentido, é importante reafirmar que a discriminação não é a deficiência, mas é necessariamente parte integrante dela.

Não se encontram críticas estruturais feitas ao sistema classificatório da CIF. A sua metodologia foi problematizada por Farias e Buchalla (2005) em dois pontos: o primeiro diz respeito ao tempo que é necessário para a aplicação completa a um indivíduo que, nas palavras das autoras, “requer um tempo muitas vezes maior do que a própria consulta [médica]” (Farias e Buchalla, 2005, p.192), cuja adaptação via a produção dos *core sets* pode resultar como solução; o segundo, este mais complexo, diz respeito aos Sistemas de Saúde e à sua capacidade de incorporar a CIF de maneira satisfatória em relação aos fatores ambientais. Isso ocorreria devido ao despreparo dos sistemas para reconhecer e contemplar questões cujo centro não seja a saúde do organismo humano. Nesse sentido, o Modelo Biopsicossocial pretende ser mais amplo do que é, na prática.

1.3.1 Um Novo Modelo?

Nos últimos anos, a literatura especializada, com ênfase nos estudos sobre saúde, reconhece a CIF como um marco regulatório, e vem debatendo e incorporando nos seus princípios (Ruaro *et al.*, 2012). Porém, a padronização de conceitos e registros da deficiência não deveria permanecer circunscrita apenas a essa esfera. Uma padronização, como pretende a CIF precisa referenciar também outras áreas, em especial, a jurídica e a administração pública (Farias e Buchalla, 2005; OMS, 2002). Na prática, a grandeza anunciada da potencialidade da CIF parece ainda não se concretizar.

Deve-se, portanto, distinguir as potencialidades e pretensões da CIF de sua aplicação. No Brasil, diagnosticou-se que:

O uso da CIF ainda é incipiente na comunidade científica brasileira, apesar do crescente interesse na sua utilização. [...] Do ponto de vista das áreas de utilização, observou-se uma concentração de estudos nas áreas relacionadas ao aparelho locomotor (Ruaro *et al.*, 2012)

Hoje, a CIF vive pelas Ciências Médicas e adjacentes, e consolidou-se como ferramenta desejada para sistematizar a linguagem e o conhecimento produzido, distanciando-se de

uma proposta de amplitude universal. Para além da instrumentalidade observada, que indica ser, por ora, uma atualização da necessidade científica de classificação dos fenômenos, outros elementos levam aos questionamentos da CIF como suficiente para a consolidação de um (novo) modelo para se pensar a deficiência.

Primeiramente, a própria dependência do modelo frente à CIF deve ser destacada. O Modelo Biopsicossocial não surgiu para consolidar uma concepção partilhada pelos especialistas que o sistematizou. Pelo contrário, o modelo foi cunhado para orientar como a deficiência deveria ser idealmente tratada. Esse processo não é ilegítimo, contudo, indica ser pouco representativo socialmente. Consequentemente, a CIF como norma técnica, sendo uma atualização da CIDID, indica ter força e respaldo científico, enquanto é incipiente como um novo entendimento sobre saúde e deficiência.

Outro problema advém da incongruência inerente à síntese de modelos tão díspares. O Modelo Biopsicossocial advoga-se como uma síntese entre os modelos Biomédico e Social. A tentativa de conjugar as percepções da deficiência como limitação física (Modelo Médico) e como um estigma advindo de uma aparente condição limitadora de saúde (Modelo Social) falha em ser tão ampla que se distancia do entendimento comum do que é a deficiência, para ambos os parâmetros, ao afirmar que qualquer condição de saúde (doença ou distúrbio) que esteja associada a uma restrição na participação social pode ser considerada deficiência. No caso, dos indivíduos HIV-positivo que sofrem discriminação social, e têm participação restringida por isso, dificilmente seriam considerados deficientes em qualquer âmbito, senão na CIF. Desse modo, o Modelo Biopsicossocial parece esvaziar o sentido de deficiência, tanto como termo técnico, quanto político.

Assim, o Modelo Biopsicossocial aproxima-se do Modelo Médico ao ver-se como alternativa universal, mais completa e neutra. Nesse processo, retira a carga de limitação que havia no termo deficiência, generalizando-o. Por outro lado, a proposta do Modelo Biopsicossocial reaproxima a doença/distúrbio da ideia de deficiência, movimento oposto ao do Modelo Social.

Para o Modelo Social, a aparente limitação (real ou não) traduz-se socialmente, por meios discriminatórios, em restrição à participação social. Dessa forma, a relação entre restrição física e restrição social indica ser mais importante para a imputação da deficiência que uma

doença ou distúrbio que pode não trazer necessariamente consigo a lesão aparente ou a limitação funcional. A deficiência parece ser atribuída e justificada socialmente pela naturalização social de uma restrição física. Seria exatamente isso que a distinguiria de qualquer discriminação baseada nas condições de saúde (e doenças), como no caso do HIV.

Por fim, é inegável o aperfeiçoamento que o Modelo Biopsicossocial representa frente ao Modelo Médico, especialmente no uso instrumental. No que tange à sua capacidade para incorporar o preceito base do Modelo Social, especialmente por não contemplar o que é a essência da deficiência como construção social, o modelo é limitado. Por fim, centrado no esforço de abranger os modelos médico e social, a maior ausência anunciada pelo Modelo Biopsicossocial é o elemento psicológico, oculto.

1.4 Limitações e Aplicação

Para esta investigação, que tem por objetivo evidenciar e qualificar a relação entre pobreza e deficiência, assim como avaliar o trabalho da pessoa com deficiência em seu potencial frente ao risco de pobreza, ater a somente um modelo de deficiência não é suficiente.

Pela natureza quantitativa da investigação, esta utiliza registos da deficiência no Censo Demográfico Brasileiro de 2012, fortemente influenciado por diretrizes internacionais, subjogadas ao Modelo Biomédico da deficiência. Portanto, é inescapável que esse modelo figure como premissa das análises realizadas, especialmente, pela sua iniciativa classificatória⁷.

No entanto, as análises da pobreza e do trabalho, como são exploradas, remetem diretamente às propostas teóricas do desenvolvimento do Modelo Social da Deficiência, com ênfase na sua abordagem materialista. De facto, as inquietações sobre deficiência enquanto produto social, fundamentaram-se num debate sobre o empobrecimento das pessoas com deficiência no documento-manifesto *Fundamental principles of disability*, cujo principal interlocutor é Peter Townsend, grande expoente do estudo da pobreza. Tal

⁷ O capítulo 4 expõe a evolução do registro das deficiências em inquéritos populacionais oficiais no Brasil.

problema, a proximidade social entre pobreza e deficiência, também indica fazer-se presente na realidade brasileira.

Nesse sentido, investigar a implicação da deficiência sobre a pobreza, inicialmente, tomando uma (pobreza) como consequência da outra (deficiência), permite ao mesmo tempo compreender criteriosamente a situação em que as pessoas com deficiência e suas famílias se encontram, assim como possibilita uma leitura crítica dessa mesma relação, ao notar como as estruturas sociais, com ênfase no papel do trabalho e da educação, consolidam na prática esse cenário, e seu potencial para alterá-lo.

2 PARA UM ENTENDIMENTO DA POBREZA

A pobreza é um fenômeno multidimensional. Distintos atores sociais são responsáveis pela construção do tema, resultando na elaboração de um mosaico que varia de abordagens subjetivas a estruturalistas. A sociedade, a política e a academia são esferas privilegiadas e fundamentais para ilustrar esse cenário.

No âmbito social, a pobreza é uma ideia amplamente difundida. É razoável afirmar que todos possuem alguma elaboração sobre o tema. Seja pelo imaginário ou pela experiência, ou através do que se vê na mídia ou nas ruas. Frequentemente, indivíduos, famílias, comunidades, grupos sociais e populações inteiras são referidas como pobres. No nível individual, por exemplo, diversos signos podem contribuir para a identificação social da pobreza: a apresentação pessoal (roupas, fala, etc.), a alimentação, os meios de acesso à alimentação, a falta de alimentação, a ausência de trabalho, o trabalho desempenhado, a falta de rendimento, o baixo rendimento, o meio pelo qual se obtém o rendimento, negação de direitos e serviços essenciais, entre outros.

Registrar a representação social da pobreza por aqueles que a vivenciam é o objetivo do estudo intitulado *Voices of the poor* realizado pelo Banco Mundial (Narayan,1999), provavelmente o mais extenso e significativo trabalho sobre a temática. A análise de entrevistas realizadas em quarenta e sete países indica que as representações não são universais. A variedade de concepções relatadas reitera a multidimensionalidade da pobreza. As falas e experiências dos indivíduos levaram os pesquisadores a classificar diversas concepções de pobreza referenciadas pelas seguintes categorias: bem-estar material (com destaque para a segurança alimentar e o emprego); bem-estar psicológico (relativo ao poder e “voz”, e às normas sociais e culturais); e infraestruturas de responsabilidade estatal.

Entre os elementos utilizados para referenciar a pobreza, a fome deve ser destacada. A fome corporifica a pobreza e, deste modo, denota a sua existência e gravidade. Parece unânime a concordância que a fome não é uma questão de escolha e que, por causa dela, nenhum indivíduo deveria padecer, seja ele quem for. Sobretudo, a morte pela fome seria

uma violação à humanidade⁸. Somam-se à alimentação outras necessidades consideradas indispensáveis à vida humana. O vestuário, alojamento e assistência médica, por exemplo, também constam na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Além de ameaçar a vida, a pobreza também pode ser frequentemente relacionada com outros fenômenos prejudiciais ao desenvolvimento pessoal e social, como restrição às oportunidades educacionais (Coleman, 1966; Guimarães 2010) e ao acesso a serviços de saúde (Neri e Soares, 2002). Outro fato relevante decorrente da pobreza é a produção de externalidade (Rein, 1971 *apud* Sen, 1999). São denominadas desse modo as consequências nocivas da pobreza que afetam aqueles que não são pobres. A criminalidade, por exemplo, ilustra essa questão.

Por se traduzir em problemas de consequências graves, individuais e sociais, a pobreza requer ações políticas. O papel do Estado nesse campo é diverso. De um modo geral, cabe-lhe combater a pobreza e amenizar as suas consequências, por meio de políticas eficazes e específicas. Contudo, a sua ação em diferentes setores pode implicar em consequências diretas de grande relevância à pobreza. Políticas que reorientam o valor do trabalho, ou regulam a produção e o preço dos alimentos, por exemplo, têm consequências nos recursos e gastos dos indivíduos. No domínio dos serviços, por sua vez, a educação, a saúde e a segurança social são áreas de forte domínio governamental e grande importância tanto para o combate, quanto para a prevenção da pobreza.

Mesmo que a pobreza em seu limite extremo seja, de modo geral, moralmente condenada, diversos autores têm mostrado que ela tem funções específicas na sociedade. Entre as funções da pobreza, destacam-se: assegurar que trabalhos de risco sejam realizados; garantir o status do não pobre; justificar a dominação social; e outras⁹ relativas à

⁸ A fome é fenômeno claro e persistente, tendo sofrido baixa redução na última década a nível mundial. As estatísticas da Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), secção que monitoriza mundialmente a fome, estimam que 868 milhões de pessoas estiveram em desnutrição no período entre 2010 e 2012, o que corresponde a, aproximadamente, a 12% da população mundial (FAO, 2012). A instituição sugere um índice de 7% para o Brasil, referente ao mesmo período.

⁹ Ao todo, Gans (1972 *apud* Townsend, 1979) lista quinze funções da pobreza: “ajuda a assegurar que o trabalho sujo, perigoso, subalterno e indigno seja realizado; subsidiar as economias dos ricos (por exemplo, empregados domésticos); gera candidatos a uma série de profissões (tais como, tráfico de drogas, prostituição, exército e política); os pobres compram bens falsos, obsoletos e avariados (por exemplo, roupas de segunda mão) e prolongam sua utilidade econômica e, igualmente, utilizam-se de profissionais incompetentes e maus preparados, como médicos e professores; ajuda a sustentar a legitimidade das normas dominantes, provendo exemplos de desvio (como a preguiça, a desonestidade e a promiscuidade); ajuda a prover satisfação emocional, evocando compaixão, pena e caridade, desta forma o rico pode sentir-se

manutenção da ordem social. Dessa forma, a manutenção da pobreza pode representar um ganho para aqueles que dela obtêm vantagens.

Portanto, cabe ao poder público equacionar duas grandes demandas, convertendo-se num fundamental e, por vezes, pouco homogêneo agente de transformação ou reprodução social. Por consequência, o embate político entre as posições liberais e socialistas compõe um quadro em que políticas de assistência social e combate à pobreza são ora reforçadas ora criticadas. Na busca de um equilíbrio entre o “saco vazio não para em pé” e o “melhor que dar o peixe é ensinar o homem a pescar”¹⁰, o diálogo público acerca da intervenção sobre a pobreza é socialmente perpetuado.

No que tange a operacionalização das políticas sociais destinadas ao combate da pobreza, a abordagem do tema é essencialmente pragmática. Quantificar e monitorizar são premissas para a ação direta do Estado, assim como, formalmente, reduzir (e idealmente erradicar) é a meta. Nessa dinâmica, a identificação da pobreza segue critérios objetivos que, por vezes, podem ou não estar associados a outros valores também regidos pelo Estado, como o salário mínimo, por exemplo.

Além das representações sociais dos indivíduos e do tratamento dado pelo Estado, a academia também produz um entendimento sobre a pobreza. Estudos de áreas distintas compõem um quadro dinâmico de conhecimento acerca da questão, no qual a economia e a sociologia se destacam, ora sobrepondo-se, ora contrapondo-se. Diversos são os conceitos de pobreza, ao estudá-los, Spiker (2007) agrupou-os em quatro grandes categorias: material, econômica, social e moral.

honrado; possibilita às pessoas ricas participação imaginada no comportamento sexual, alcoólico e narcótico; ajuda a garantir o status dos não pobres; colabora com a ascensão dos não pobres (ao terem negadas as oportunidades educacionais, ou ao serem estereotipados como burros ou incapazes de aprender, o pobre possibilita que outros obtenham os melhores trabalhos); viabiliza socialmente grupos não-econômicos (isto é, angariação de fundos, liquidações, e outras atividades filantrópicas); executa funções culturais, como prover força de trabalho na construção das pirâmides, templos e igrejas; prover a “baixa” cultura que frequentemente é adotada pelos ricos (por exemplo, o jazz, o blues, a música religiosa, a música *country*); servir como eleitorado simbólico e oponentes de diversos grupos políticos (sendo o pobre visto como carente, assim como enganadores da assistência social); absorver os custos econômicos e políticos das mudanças e do crescimento na sociedade estadunidense (por exemplo, na reconstrução das cidades e na industrialização); possuir um papel pequeno nos processos políticos e indiretamente permitem que os interesses dos outros se tornem dominantes” (Gans, 1972 *apud* Townsend, 1979: 85).

¹⁰ Ditados populares brasileiros que referem respectivamente à alimentação como condição necessária para a vida e execução de atividades, e o risco de criar-se indolência ou dependência caso seja entregue o resultado do trabalho ao invés de ensinar um ofício.

O conceito de pobreza a ser elaborado ao longo deste capítulo pretende conjugar algumas dessas dimensões. A pobreza da pessoa com deficiência e da sua família estará intimamente relacionada com a ideia de bem-estar material (com forte relação com o trabalho) no âmbito das representações sociais. No âmbito político, a pobreza alinhará com a ideia de uma condição nociva que necessita de ser combatida. Mensurar a pobreza e examinar os riscos de ser ou tornar-se pobre devido aos fatores referentes à deficiência fazem parte dos objetivos desta investigação. Sendo, portanto, mais um ponto de aproximação com a dimensão política da pobreza, com ênfase nas políticas sociais que permeiam essa relação. A construção do conceito dar-se-á essencialmente por meio da apresentação e discussão dos conceitos anteriormente empregados, com destaque para aqueles que abordam a pobreza através do bem-estar material e servem às medições da mesma.

Portanto, inicialmente este capítulo dedicar-se-á a tratar os conceitos originários de pobreza como situação de privação de bens essenciais, a saber, o conceito absoluto e relativo de pobreza. Posteriormente, conceitos alternativos e questões adjacentes necessárias para o desenvolvimento teórico do objeto serão discutidos a fim de abarcar noções de alta relevância, como dependência e participação social. Através do pensamento de Serge Paugam e Robert Castel, será, também, dado destaque, neste texto, à discussão sobre a exclusão social. Por fim, uma breve contextualização sobre a realidade brasileira será tecida, cujo intuito se restringe a oferecer uma visão histórica e panorâmica da pobreza no Brasil, como essa é concebida pelas ciências sociais do país, e discutir as políticas de combates a pobreza.

2.1 A Pobreza Como Privação Material

Os conceitos de pobreza utilizados com maior frequência surgiram da necessidade de mensurá-la, e são orientados pela capacidade dos indivíduos ou famílias em suprir um conjunto de necessidades. Existem duas versões clássicas dessa concepção de pobreza, sendo nomeados conceitos absoluto e relativo de pobreza, de acordo com o modo pelo qual é definido o conjunto básico de necessidades. Deriva da definição da pobreza referente ao

bem-estar material, a noção de linha de pobreza, instrumento amplamente utilizado e de grande importância para a mensuração do fenômeno.

Ambos os conceitos serão apresentados por meio de suas referências clássicas, seguidos de considerações, críticas e contribuições para o conhecimento sobre a pobreza, seja no âmbito acadêmico ou político. Posteriormente, a discussão sobre as medidas de pobreza com base nessa abordagem será sintetizada.

2.1.1 O Conceito Absoluto de Pobreza

É atribuída a Seebohm Rowntree (1902), em *Poverty: a study of town life*, a definição clássica da pobreza como conceito absoluto. Publicado em 1901, o livro dedica-se ao estudo da pobreza na cidade de York, no fim do século XIX. O objetivo principal da investigação consistiu em identificar as condições de vida dos assalariados (*wage-earning classes*), com especial atenção à pobreza.

Por meio de um levantamento extensivo a 11.560 famílias, o investigador procurou identificar a prevalência populacional da pobreza, e distinguir as famílias pobres das não pobres. O critério utilizado para diferenciar a pobreza está centrado na garantia da sobrevivência. Rowntree indica a existência de dois níveis de pobreza, a primária e a secundária. O primeiro, mais grave, em que a eficiência física, na perspectiva alimentar não é garantida, enquanto no segundo, o rendimento necessário para a sobrevivência é detido, mas as condições de vida ainda denotam a pobreza. Nas palavras do autor:

As famílias de quem os rendimentos são insuficientes para obter o mínimo necessário para a manutenção de sua eficiência física. A pobreza que recai sobre esse chefe de família, a descrevo como pobreza primária.

As famílias de quem os rendimentos totais seriam suficientes para a manutenção física, mas não os são, por uma parte do rendimento estar sendo destinado para outro gasto, seja útil ou não. A pobreza que recai sobre esse chefe de família é descrita como pobreza secundária (Rowntree, 1902: 86).

O processo para se definir o limite da pobreza se deu a partir de necessidades nutricionais traduzidas em quantidade de alimentos e, posteriormente, em dinheiro necessário para obtê-la. Adicionado a isso, um mínimo referente ao valor de bens estritamente necessários

como roupas, aluguel de um imóvel e o necessário à sua manutenção (como eletricidade e gás). Desta maneira, se a alimentação e outros bens essenciais à manutenção física não estão garantidos, uma família sofreria pela pobreza primária. Caso a sobrevivência não esteja assegurada, mesmo com o rendimento necessário para a manutenção da vida, essa família seria também pobre, porém, sofreria de pobreza secundária.

Em ambos os casos, tanto a pobreza primária quanto a secundária, são consideradas componentes do conceito absoluto. O que define esse conceito é ser orientado para as necessidades mínimas em si mesmas, desconsiderando, por definição, as variações advindas de critérios subjetivos, culturais ou sociais.

Entre os principais nomes nos estudos da pobreza, Amartya Sen (1999) atribui importância e pertinência ao conceito absoluto de pobreza. Ao nomeá-la de biológica, valoriza a conexão direta entre a alimentação e a pobreza. Sen reconhece a alimentação como fenômeno capaz de distinguir diferentes condições de vida. A alimentação tanto pode identificar a pobreza, por meio de sua ausência ou insuficiência, como também pode indicar o estado e o desenvolvimento das condições de vida. Para ilustrar tal afirmação, Sen (1999) utiliza-se da constatada relação entre o ganho em estatura, a melhoria na alimentação e a qualidade de vida de uma população.

Costa (2008) tece uma ressalva quanto ao termo (absoluto) empregado para definir essa abordagem, ao preferir a utilização da expressão “conceito normativo de pobreza”. Em parte, essa escolha é resultado da necessidade de distinguir o conceito absoluto de pobreza de uma ideia de pobreza absoluta.

Utilizado com frequência, o termo pobreza absoluta não possui uma definição sistemática, sendo empregado para qualificar uma situação de pobreza de altíssima gravidade, como intuitivamente indica a expressão. Já, o conceito absoluto, como já mencionado, é caracterizado essencialmente por se referenciar a uma cesta de bens tidos como mínimos necessários. Sempre que essa lógica operar no centro da definição de pobreza, estar-se-á baseado no conceito absoluto de pobreza. Contudo, tal cesta de bens pode ser mais ou menos generosa. Costa (2008) indica que o próprio Rowntree ampliou o conjunto de necessidades básicas com que referenciava a pobreza em estudos posteriores ao original. De fato, o conceito absoluto de pobreza é assim intitulado em contraponto ao conceito

relativo de pobreza, não correspondendo necessariamente a uma ideia de pobreza extrema, ou seja, uma condição de completa privação material.

Peter Townsend (1979), principal crítico do conceito absoluto de pobreza (e proponente do conceito relativo), teceu diversas críticas ao método e conceito empregados por Rowntree. Primeiramente, Townsend (1979) questiona as necessidades nutricionais tomadas como fixas no desenvolvimento da investigação de Rowntree. Townsend indica que as necessidades nutricionais são variáveis e aponta dois fatores que evidenciam tal afirmação, a idade (a nível individual) e a composição do agregado doméstico (a nível familiar). A crítica elaborada também questiona a incapacidade do método empregado por Rowntree de lidar com a flutuação de preços dos alimentos, assim como a variação na escolha dos alimentos para suprir as necessidades alimentares. A operacionalização desconsidera os diferentes meios pelos quais os indivíduos podem satisfazer as suas necessidades, sendo assim, limitada frente aos recursos familiares. Nesse sentido, uma consulta aos hábitos alimentares foi recomendada para o refinamento do método. Townsend entende que a escolha arbitrária da cesta mínima de consumo acaba por se basear nos alimentos mais baratos, não correspondendo necessariamente ao consumo corrente. No âmbito dos resultados, Townsend desaconselha as estimativas de gastos com alimentos feitas por Rowntree, nas quais haveria um desvio que sobrestimaria o gasto das famílias com alimentação. No plano teórico, todas as críticas de Townsend sobre a rigidez do método de Rowntree traduzem-se na alegação de que as necessidades alimentares, assim como as demais, são socialmente definidas.

Ao analisar esse conjunto de críticas, Sen (1999) aprecia-as como pertinentes e acrescenta as suas próprias. Reitera a necessidade de se utilizar de parâmetros alimentares elaborados a partir dos hábitos de consumo observados e desejados de determinada região. Dessa maneira, poder-se-ia estimar as necessidades alimentares reais e ideais com maior precisão. Outro questionamento de Sen (1999) consiste na utilização do rendimento financeiro como referência final para determinação da pobreza centrada na questão nutricional. O autor declara o acesso aos alimentos como indicador ideal e prioritário da pobreza no sentido biológico. Em outras palavras, Sen compreende que ter dinheiro não se traduz necessariamente em garantia de acesso aos alimentos, bem como indica ser possível suprir as necessidades alimentares através de outros meios, além da compra. Portanto, estar

abaixo de um estimado limiar da pobreza não corresponde à certeza de não se estar a alimentar satisfatoriamente. No sentido da prática investigativa, perceber o relativismo social (e a variação individual) da pobreza leva Sen a concluir que a imprecisão é intrínseca à medida de pobreza.

Sobretudo acerca da perspetiva teórica, Sen (1999) responde às críticas de Townsend (1979) a Rowntree (1902). Para ele, a pobreza e a alimentação são socialmente determinadas. Partindo dessa conceção, Sen (1999) qualifica o conceito absoluto de pobreza como unidimensional, por abarcar somente o aspeto biológico da pobreza, ou seja, a manutenção física da vida. Contudo, Amartya Sen (1999), estudioso de grandes fomes, compreende que a dimensão primária do conceito absoluto de pobreza é também a mais relevante, uma vez que, “morrer de fome é, claramente, o aspeto mais significativo da pobreza” (Sen, 1999: 27). Dessa maneira, o investigador distingue o conceito absoluto (ou normativo, biológico) como necessário para a compreensão da pobreza no que ele considera ser o seu sentido mais importante. Portanto, ainda que criticado, o conceito absoluto é fortemente recomendado pela sua orientação central, intrinsecamente relacionada com a preservação da vida.

Na sequência das críticas, o conceito absoluto de pobreza perdeu a sua hegemonia em detrimento da adoção do conceito relativo e outras abordagens. Contudo, a pobreza como entendida pelo conceito absoluto permanece como uma ideia de grande adesão em diversas esferas. Com tendência universalista e intuitiva, ela pode ser encontrada no centro da justificativa de elaborações políticas como o salário mínimo e medidas de segurança social.

2.1.2 O Conceito Relativo de Pobreza

A construção do conceito relativo de pobreza faz-se, essencialmente, pela crítica à fixidez do conceito absoluto. Este diferencia-se por localizar na centralidade da pobreza a capacidade do indivíduo em se inserir na sociedade, com base na capacidade de sanar as necessidades por ela definidas. Esse conceito, como ressalta Costa (2008), tem a exclusão social como uma característica da pobreza. Na sua principal definição, o conceito cunhado por Peter Townsend (1979):

Pobreza pode ser objetivamente definida e consistentemente operacionalizada apenas em termos de privação relativa. [...] O termo é melhor compreendido em termos objetivos que subjetivos. Indivíduos, famílias e grupos populacionais podem ser tidos como em situação de pobreza quando lhes falta os recursos para manter o tipo de dieta, participar das atividades e ter as condições de habitação que são costumeiras ou, ao menos, largamente encorajadas ou aprovadas na sociedade a qual pertencem. Seus recursos estão gravemente abaixo da média individual ou familiar exigida, e eles são, de facto, excluídos do padrão de vida, costumes e atividades habituais (Townsend, 1979: 31).

A concepção de necessidade relativa pode ser originalmente encontrada em Adam Smith (1776 *apud* Sen, 1983) cujos limites do necessário transpunham os bens destinados à simples manutenção da vida, alcançando também aqueles itens que se deve ter para ser uma pessoa com dignidade (*creditable person*), mesmo para aqueles da mais baixa condição. Contudo, a pobreza, conceptualizada de modo relativo, associa a necessidade como descreve Smith aos recursos para supri-las. De modo sintético, Townsend (1979) indica que a principal inovação do conceito relativo de pobreza é expandir a relação entre rendimento e consumo mínimo necessário (do conceito absoluto) para recursos e padrão-de-vida.

Townsend (1979) argumenta que todas as necessidades humanas são condicionadas socialmente, assim como várias dessas são essencialmente sociais. Em torno desse pensamento, o autor procura discursivamente demonstrar a variabilidade da pobreza em razão da sociedade e suas configurações, tanto no que se refere às necessidades, quanto aos recursos.

A respeito das necessidades, as variações podem ser regionais, temporais, legais, culturais e consoantes à cobertura dos serviços públicos. Alguma das necessidades que distinguem os pobres podem não ter nenhum ou pouco valor para a manutenção da vida, essas seriam essencialmente sociais, como seria o chá para os ingleses (Townsend, 1979). Os bens essenciais para a vida, alimentos, por exemplo, também sofrem condicionantes sociais dadas a região onde se vive, a variação dos preços e a quantidade que se demanda, que por sua vez, sofre influência dos diferentes estilos de vida e atividades desempenhadas.

Classicamente representada pelas diferenças entre o espaço urbano e rural, a variação territorial implica condicionalismos tanto às necessidades quanto aos meios para supri-las. Quanto à variação temporal, Townsend indica que alguns marcadores da dignidade, como atualmente concebida, nem sempre foram considerados como fator dessa distinção.

Townsend (1979) indica que a evolução da legislação pode indicar a mudança temporal daquilo que se tem como um padrão-de-vida digno, e utiliza as férias como exemplo. Ser privado de férias seria, atualmente, um indicador de estar abaixo do padrão-de-vida aceitável. A legislação também pode definir novas necessidades e redesenhar como os recursos devem ser gastos. O autor ilustra essa afirmação por meio das implicações que o aumento da escolaridade obrigatória tem sobre o orçamento familiar.

As necessidades também podem variar culturalmente. É esperado que em diferentes contextos e costumes, necessidades específicas sejam responsáveis pela inserção na comunidade, o que poderia ser investigado em grupos étnicos e minorias. Desse modo, Townsend introduz a ideia de necessidades específicas, que vêm a ser muito importante na caracterização da pobreza que acomete as pessoas com deficiência.

A argumentação em torno do condicionamento social das necessidades para uma inserção social digna é de extrema importância para a definição do conceito relativo de pobreza e sua diferenciação do conceito absoluto. Contudo, a pobreza é principalmente definida e mensurada a partir dos recursos demandados para garantir a cobertura de tais necessidades.

Ao argumentar acerca de toda a diversidade que as necessidades podem manifestar, Townsend (1979) declara que o critério de rendimento em dinheiro (*cash income*) como definidor dos pobres é inadequado. Segundo o autor, outros elementos deveriam compor os recursos que os indivíduos e famílias possuem para atingir a garantia de um modo-de-vida digno. A lista completa é composta por:

1. Rendimentos em dinheiro:
 - a. Remuneração
 - b. Investimentos
 - c. Segurança social
2. Bens de capital:
 - a. Casa/apartamento ocupado pela família
 - b. Ativos (outros além de instalações residenciais) e poupanças
3. Valor de benefícios trabalhistas:
 - a. Benefícios extras; subsídios e seguro ocupacional
 - b. Equipamentos
4. Valor de benefícios da assistência social pública em produtos e serviços:
Incluem subsídios governamentais e serviços, ex. serviços de saúde, educação e habitação, mas não inclui a segurança social
5. Rendimentos de produtos ou serviços particulares:
 - a. Produção doméstica
 - b. Prendas
 - c. Valor de serviços de apoio pessoal

(Townsend, 1979: 55)

A lista apresentada pelo autor expande os limites dos recursos sem excluir o rendimento em dinheiro como um fator importante, figurando como o primeiro recurso, numa perspectiva alargada, ao reconhecer a sua origem em outros ativos além do trabalho. Outros tipos de recursos possíveis, de acordo com Townsend, são aqueles em espécie, ou seja, em produtos e serviços que um indivíduo ou família tem acesso e que contribuem na composição do modo-de-vida, tais como: alimentos produzidos em casa, serviços públicos, transporte oferecido pelo empregador, entre outros.

Neste conjunto, os serviços públicos merecem destaque. Tais serviços, como compreendidos por Townsend, podem ir ao encontro de necessidades na composição do padrão-de-vida mínimo desejado. Desse modo, tais serviços figuram-se também como um elemento interveniente na relação entre os recursos familiares e as necessidades. Em outras palavras, a oferta eficiente em serviços públicos tende a reduzir os gastos familiares com educação e saúde, por exemplo, ao passo que a falta de oferta adequada sobrecarrega o orçamento familiar. Outra especificidade de grande importância referente aos serviços é o seu duplo papel. Além de atuar como recurso, constitui também como necessidade na composição de um modo-de-vida digno, especialmente importante para a investigação acerca da inserção social das pessoas com deficiência.

De modo geral, a ampliação dos recursos elegíveis a serem levados em conta na identificação da pobreza não é tida como um fator controverso. Porém, uma ressalva de grande valor pode ser encontrada na literatura especializada quanto ao conceito de pobreza cunhado por Townsend: os recursos devem advir de meios tidos como dignos ou normais para serem considerados como válidos (Costa, 2008). Nesse sentido, nem todos os recursos, mesmo quando legalmente legítimos, deveriam ser levados em conta na composição do critério de identificação da pobreza, caso não seja validado socialmente. Segundo Costa (2008), a segurança social, por exemplo, possui medidas socialmente mais e menos reconhecidas como dignas em Portugal (a reforma e o rendimento social de inserção, respetivamente). Nesse sentido, a diferenciação social dos recursos é fortemente orientada pela ideia de dependência. Portanto, seriam pobres também aqueles cujos bens essenciais são garantidos através do financiamento advindo de terceiros.

A ressalva apresentada e adotada por Costa (2008) contribui para o aumento da coerência interna do conceito de pobreza relativa, uma vez que o contexto social que distingue o modo-de-vida como digno também passa a atuar na legitimação dos recursos.

Amartya Sen (1983) elaborou críticas sobre o conceito em diversos níveis, desde a sua ideia central à sua aplicação. Isso resultou numa interpretação alternativa da relatividade da pobreza. Segundo Sen (1983), em sua essência, o conceito relativo de pobreza tende à imprecisão, uma vez que um modo-de-vida digno é uma noção vaga, especialmente quando em contraposição à ideia de preservação da vida que figura no núcleo do conceito absoluto de pobreza. O autor argumenta que não se deve presumir que a concepção de necessidades mínimas absolutas é constante no tempo. Ou seja, que os quesitos em torno da aplicação do conceito de pobreza absoluta não pretendem ser inexoráveis ou universais, sendo, portanto, relativos.

Outra crítica apresentada pelo autor diz respeito à relação de proximidade entre o conceito de pobreza e o de desigualdade. Sen (1983) indica que a elaboração do conceito, essencialmente relativo, acaba por tornar os dois fenômenos não diferenciáveis. Como consequência, a pobreza se tornaria, em parte, impossível de ser erradicada. Para ilustrar essa preocupação, aplica a lógica relativa da pobreza ao extremo, ao afirmar que: “Seria absurdo chamar alguém de pobre somente porque ele detem os meios para comprar somente um Cadillac por dia, enquanto os outros em sua comunidade podem comprar dois desses carros todo dia” (Sen, 1983: 159). Assim, um aumento generalizado da riqueza expandiria também os limites da pobreza, decorrendo uma superestimação do fenômeno em termos absolutos. Contudo, o efeito contrário poderia incorrer em problemas mais graves. Se levada a ilustração do outro extremo (mais factual que o exemplo oferecido por Sen), onde todos sofrem ou, frequentemente, correm o risco de sofrer da privação absoluta de bens essenciais, a privação relativa e, conseqüentemente, a pobreza relativa seria pequena, e a pobreza absoluta seria subestimada.

Sen (1983) declara que essa distorção é consequência da falta de um núcleo absoluto na definição de pobreza de Townsend. Mesmo quando pensada de modo relativo, a pobreza não deveria orientar-se pelo que é comum ou encorajado pela sociedade, mas pelo que caracteriza uma condição de vida como inaceitável ou amplamente indesejada. Em outras

palavras, não deveria orientar-se pela tendência média, mas pelo limite que distingue o que deve ser evitado, assim dotada de contornos concretos (absolutos).

A última crítica de Amartya Sen ao conceito relativo de pobreza postula que nem toda a diferença objetiva entre as posições sociais que os indivíduos ocupam (incluindo os pobres) é decorrente ou pode ser expressa por meio das diferenças nos recursos. A informação seria um fator interveniente da relação entre recursos e atingir certo modo-de-vida. Assim, numa determinada sociedade, dois indivíduos (ou duas famílias) poderiam ter recursos semelhantes e atingir modos-de-vida diferentes, inclusive qualificando somente um dentre eles como pobre. Sen (1983) utiliza-se desse argumento para reiterar a sua posição de necessidade de um centro absoluto na elaboração do conceito de pobreza ao afirmar que a informação é um elemento que só pode ser expresso em termos absolutos, tem-se ou não.

Por fim, Amartya Sen (1983) compreende que há uma noção importante de pobreza que só pode ser expressa em termos relativos. A pobreza numa abordagem relativa para o autor deve ser expressa numa medida de escala, ou seja, possibilitar a quantificação da pobreza em termos de intensidade (ser mais ou menos pobre) ao invés de limitar-se à definição normativa (ser ou não pobre). Sen preocupa-se em registrar a pobreza de modo que, um agravamento da situação de privação entre os pobres seja também considerado um aumento (ou intensificação) da pobreza de fato, mesmo se não houver alteração alguma na quantidade de pobres. Assim, Sen reinterpreta a relatividade e a conjuga com a noção de pobreza absoluta, especialmente ao dedicar-se à construção de um indicador de pobreza.

As críticas realizadas ao conceito relativo de pobreza indicam a necessidade de uma aplicação mais criteriosa das suas premissas e das medidas que dele decorrem. Todavia, atualmente, o conceito relativo de pobreza mantém-se altamente relevante, servindo principalmente para ampliar a visão do que são os recursos, os bens necessários e o porquê dessa necessidade, quando se estende para além da simples preservação da vida humana. É a discussão a partir do conceito relativo de pobreza que permite incorporar elementos como independência e participação social no debate da pobreza. Igualmente importante é a influência do conceito no desenvolvimento das medidas de pobreza provenientes das concepções baseadas na privação material, como é tratado a seguir.

2.1.3 A Importância dos Modos de Medição da Pobreza¹¹

Ambas as abordagens já tratadas, absoluta e relativa, entendem a pobreza como referente a um grupo de necessidades. Nos dois casos, a elaboração, assim como a crítica aos conceitos, advém do interesse em identificar os pobres e mensurar a pobreza. Percebe-se, portanto, que a conceptualização adotada e a intenção prática dos autores são indissociáveis para o entendimento adequado dos conceitos. A seguir, serão apresentadas as concepções de medidas pelas quais Rowntree e Townsend desenvolveram as suas investigações pioneiras, e como essas abordagens foram convencionadas na atualidade.

Inicialmente, é necessário conceptualizar a chamada linha de pobreza para o entendimento dos métodos a serem descritos. A linha de pobreza consiste numa demarcação comumente aplicada a uma distribuição de rendimento que divide os pobres dos não pobres, por se situarem abaixo daquele limite. Duas questões fundamentais orientam a elaboração da linha de pobreza: os elementos definidores da pobreza (como rendimento ou consumo); o estabelecimento do limite para ser considerado pobre. Frequentemente, essas decisões são dotadas de um caráter político que se resume em identificar a população sobre a qual intervenções devem ser realizadas (Goedhart, *et al.*, 1977), como será possível ilustrar nos exemplos clássicos.

A pobreza absoluta de Rowntree (1902) é classificada em dois níveis: primário e secundário. O primeiro, preocupação central do autor, designa aqueles que não possuem rendimento suficiente para prover os bens necessários para garantir a sua sobrevivência. Foram selecionados a alimentação, a habitação e itens de necessidade doméstica como componentes dessa coletânea de bens básicos.

Cada um desses elementos foi inspecionado de modo diferente. Para as necessidades alimentares, o processo que estimou o custo dos alimentos levou em consideração a função (como nutrientes, calorias, etc), a quantidade necessária e a espécie. Portanto, foi realizado por meio de uma mescla entre conhecimento técnico sobre os alimentos e demanda alimentar, e saberes comuns acerca dos preços praticados no mercado local.

¹¹ As definições matemáticas aplicadas pelos autores foram omitidas para que o enfoque fosse dado no modo de identificar a pobreza. Posteriormente, quando utilizadas nesta investigação, as medidas de pobreza terão as suas definições explicitadas.

Por sua vez, a habitação baseou-se em valores médios do mercado imobiliário da cidade de York. Já, as necessidades domésticas foram selecionadas a partir de consulta direta a pessoas da classe trabalhadora que tinham histórico de privações. O custo de vestuário, da energia elétrica, gás e outros bens finalizaram a composição do mínimo necessário referente à linha de pobreza adotada por Rowntree. Observa-se que a composição final da linha de pobreza é de origem mista quanto à determinação das necessidades, variando entre informação científica, mercadológica e de consulta aos indivíduos.

A pobreza secundária, por seu turno, foi identificada a partir da estimação dos pobres por outro meio, a observação das condições de vida, especialmente da habitação. Aqueles que por observação eram pobres, mas possuíam um rendimento acima da linha de pobreza primária, foram considerados como pobres secundários. Como coletivo, os pobres secundários foram mensurados pela subtração dos pobres primários do total estimado por meio da observação.

Inicialmente, a pobreza secundária é interpretada como resposta aos casos em que a má administração dos recursos domésticos (Rowntree, 1902) gerava privação grave à família. O autor faz referência aos gastos com álcool, jogos e desperdícios como justificativas vulgares para esses casos.

Em geral, a pobreza elaborada por Rowntree, nas suas duas dimensões, indica a existência de famílias da classe trabalhadora que não têm assegurados os bens necessários para a manutenção da vida, primariamente, por não conseguirem auferir o suficiente para provê-los. Seria, portanto, necessário uma intervenção para corrigir essa situação, mesmo que a identificação desses casos possua algum desvio envolvido. No caso, o conceito de pobreza secundária parece ser derivado dessa imprecisão.

De fato, desde os seus primórdios, a quantificação da pobreza indica conter erros. Townsend (1979) assume não haver como identificar o fenômeno de modo exato, ao passo que oferece alternativas para circunscrever diferentes dimensões da questão. Assim, o autor indica três modos pelos quais a pobreza pode ser identificada de maneira relativa¹²: a medida do Estado, o rendimento relativo e a privação.

¹² Respetivamente na nomenclatura original: *the State's standard of poverty, the relative income standard of poverty, the deprivation standard of poverty.*

Townsend (1979) não discorre exaustivamente sobre os dois primeiros modos listados, dedica-se apenas a descrevê-los. O primeiro, a medida do Estado, remete para as políticas específicas para a pobreza, permitindo contabilizar a população pobre a partir do critério usado pelo Estado, sendo, portanto, relativa à concepção política de pobreza usada oficialmente.

O segundo, o rendimento relativo, consiste em identificar os pobres por meio de um valor de referência na distribuição do rendimento. Townsend (1979) indica duas formas de se utilizar essa concepção. A primeira dá-se por meio de um corte na distribuição, como a distinção dos 10% mais pobres, no exemplo original. A segunda, mais sofisticada, é relativa à medida de tendência central, pode ser ilustrada pela distinção dos pobres como aqueles cujo rendimento é inferior a 50% da média geral. Ambos os casos baseiam-se fundamentalmente na distribuição do rendimento, sendo o segundo uma medida dependente do nível de desigualdade. Uma variação dessa medida de pobreza é utilizada de forma corrente pela agência Eurostat como referência da União Europeia para medir a população “em risco de pobreza” (como indicado em Costa, 2008). O método consiste em destacar como pobre a população cujo rendimento se encontra abaixo de 60% da mediana do seu país de residência, aplicados aos agregados familiares. De modo geral, a medida pelo rendimento relativo é explicitamente arbitrária seja na sua forma mais simples ou quando elaborada via desigualdade.

A privação como referência para a medida de pobreza é trabalhada de forma mais profunda por Townsend (1979). Em suma, consiste em identificar a pobreza por meio de indicadores diretos (acesso aos bens)¹³, utilizados isoladamente ou em conjunto, na composição dos modos-de-vida circunscritos na pobreza. A dedicação de Townsend a essa medida de pobreza se justifica pela possibilidade do teste de sua hipótese central, que declara que a pobreza é identificada a partir de um ponto no qual o modo-de-vida sofre intensa e desproporcional redução (podendo-se extrair o valor financeiro correspondente,

¹³ Sen (1999) destaca que a superioridade dos indicadores diretos por mensurar as condições de fato, ao invés de um consumo assumido marca dos indicadores indiretos (monetários). Por outro lado, Sen (1999) reconhece que o uso de indicadores indiretos ajuda a reduzir as idiosincrasias expressas no comportamento individual (como alguém optar por ter um consumo insuficiente de alimentos, mesmo quando possuir rendimento para o fazer).

inclusive). Para tal, o investigador produziu um indicador de privação composto por sessenta variáveis¹⁴.

A partir do indicador criado, Townsend (1979) avaliou a privação de diferentes bens nos agregados familiares segundo a composição e o rendimento declarado. Os achados de Townsend foram inconclusivos, na avaliação do próprio autor. Contudo, a tendência expressa pela hipótese postulada pelo autor pôde ser atribuída a alguns agregados familiares, são eles: agregados unipessoais, agregados com um adulto desempregado, agregados com uma pessoa com deficiência e casais com filhos (quando comparados com jovens casais ou idosos), aparentemente os mais vulneráveis.

O trabalho de Townsend (1979) elaborou ainda uma abordagem conjunta, baseada em indicadores diretos e indiretos. Dessa maneira, o investigador elaborou referências para a linha de pobreza de acordo com a composição dos agregados familiares. Embora tenha utilizado apenas o rendimento como fonte de recurso, os valores serviriam de referência para refinar criteriosamente os benefícios da segurança social, como advoga o autor sobre a importância de seu estudo. Assim, Townsend preocupa-se em redimensionar a pobreza no debate político, a negar a aparente extinção da pobreza no Reino Unido pós-guerra (Townsend, 2010), onde a intervenção ainda se justifica quando há queda brusca da qualidade de vida em relação à média.

Atualmente, o entendimento sobre a medição da pobreza consolidou-se em torno da ideia de linha de pobreza em três abordagens¹⁵: a absoluta, a relativa e a subjetiva. A abordagem absoluta é referenciada pelas necessidades e pelo rendimento¹⁶, sendo pobres aqueles que têm um rendimento abaixo da linha, que sinaliza um nível de consumo. Dois conceitos são importantes na consolidação dessa abordagem: o coeficiente de Engels e o Método de Orshansky (Orshansky, 1965). O coeficiente de Engels resulta das investigações que constataram que a proporção de recursos gastos com alimentos decresce à medida que o rendimento aumenta, podendo assim inferir uma proporção para uma determinada realidade. Já, o Método de Orshansky consiste na combinação da investigação das

¹⁴ Cujo inquérito versa sobre: “dieta; vestuário; gás e energia elétrica; necessidades domésticas, habitação e ambiente da localidade; características, segurança, condições gerais e retornos do trabalho; apoio familiar; diversão; educação; saúde; e relações sociais” (Townsend, 1979: 250-251).

¹⁵ Nomenclatura utilizada pelo Rio Group: Expert Group on Poverty Statistics (2006).

¹⁶ Sendo essas necessidades absolutas ou relativas, segundo os trabalhos clássicos anteriormente discutidos.

necessidades alimentares convertida em custos, referenciados pelos preços retirados dos inquéritos aplicados às famílias, somada a outras despesas básicas por meio da aplicação do coeficiente de Engel médio. Contudo, nem todas as investigações conseguem compor essa combinação complexa tida como ideal (Costa, 2008), principalmente devido à carência de informação necessária, baseando-se, frequentemente, em aproximações desse método.

A abordagem relativa, de modo geral, não difere da apresentada por Townsend (1979), e aplicada pelo Eurostat. Na sua essência, a posição do indivíduo frente à distribuição do rendimento de uma determinada sociedade é o critério, sendo a linha de pobreza, portanto definida por um limite nessa distribuição. É importante ressaltar que um aumento na desigualdade pode decorrer num aumento da pobreza relativa, contudo essa não é, por excelência, uma medida de desigualdade.

Amartya Sen (1983) percebe de maneira diferente o que deve ser a medida de pobreza relativa. Ainda baseada na posição relativa do indivíduo frente à distribuição do rendimento de uma determinada sociedade, a proposta de Sen considera a pobreza relativa como a distância entre o rendimento de um indivíduo (ou família) e a linha de pobreza, quando inferior a esta. Em outras palavras, mede o valor necessário para um indivíduo (ou família) deixar de ser pobre. É nomeado de Brecha de Rendimentos (*Income-Gap* ou *Poverty Gap*) o indicador que condensa a média dessa medida para uma determinada população¹⁷.

A terceira abordagem – subjetiva – procura estabelecer a linha de pobreza a partir da consulta à percepção dos indivíduos acerca dessa condição. A finalidade não se resume somente em perceber os conceitos de pobreza encontrados na sociedade. Para que seja possível medir a pobreza, o rendimento necessário para não ser considerado pobre é a informação central. Outras informações derivadas desse enfoque dizem respeito ao valor que as pessoas pobres deveriam receber de ajuda e o quanto se está disposto a contribuir em função dessa transferência, o que compõe a chamada pobreza financiada (Costa, 2008). Essa abordagem traz consigo maior atenção aos valores da sociedade, porém necessita de dados muito específicos, cuja análise comumente tem amplitude limitada.

¹⁷ Também usualmente notado pelo valor percentual referenciado na linha de pobreza, nomeado *Income-gap Index* ou *Poverty Gap Index*.

Com referência ao espectro apresentado, este estudo referenciar-se-á na abordagem absoluta (como atualmente entendida) em sua medida da pobreza para o agregado familiar, utilizando-se das informações sobre o rendimento familiar. Secundariamente, a pobreza também será referenciada ao padrão-de-vida das famílias. Contudo, devido aos limites dos dados, o exercício para a elaboração de um indicador de uma pobreza ampla (que incorpore o padrão-de-vida) deverá ser composto essencialmente por características da residência. Por outro lado, por desejar comparar a pobreza do agregado com a individual, outros conceitos (e conseqüentemente, parâmetros objetivos) deverão ser usados.

Por fim, é importante ressaltar que outros campos de investigação, que guardam interesses comuns com os estudos da pobreza, fazem uso de diversos indicadores (diretos ou combinados), que se dedicam a quantificar ou tipificar outros fenômenos. A distribuição dos rendimentos e condições de vida, por exemplo, podem ser ilustrados por meio do coeficiente de Gini (para a desigualdade) e do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Além disso, privações específicas têm sido investigadas, gerando conhecimento de alto valor sobre questões como a segurança alimentar, a demanda habitacional, a cobertura da saúde e o atendimento escolar, dentre outras.

2.2 Para Além da Privação Material: outros modos de pensar a pobreza

Como mencionado anteriormente, toda a conceptualização já referida, corresponde apenas ao entendimento da pobreza como privação de necessidade básica. A seguir, serão apresentados e debatidos conceitos de pobreza referentes a outras abordagens de importância efetiva na definição do objeto a ser investigado, a pobreza das pessoas com deficiência e das suas famílias. Dois serão os conceitos alternativos tratados: a pobreza como privação das potencialidades humanas; e a pobreza como dependência. Dada sua relevância, será, igualmente, discutida a noção de exclusão social.

2.2.1 A Pobreza como Privação de Potencialidades

Amartya Sen é um autor fundamental no debate acerca dos conceitos de pobreza e suas aplicações. Em “Desenvolvimento como Liberdade”, o autor (Sen, 2003) defende a tese que a liberdade humana é um fator que contribui para o desenvolvimento econômico e humano. Nesse processo, o economista elabora um conceito de pobreza associado à liberdade.

Sen (2003) compreende a liberdade humana como composta de uma liberdade de ação e de decisão, relativas à autodeterminação no plano político e social, respetivamente. Ambas as componentes estariam relacionados positivamente com o desenvolvimento. Sobre o plano político, Sen (2003) indica que uma grande fome nunca afligiu uma democracia efetiva para ilustrar a superioridade desse sistema como motor do desenvolvimento¹⁸.

No plano individual, a falta de liberdade implica em cercear a autodeterminação, impossibilitando que o sujeito realize minimamente o que gostaria. Isso aconteceria devido a diversas privações, como a fome e subnutrição, a falta de atenção à saúde ou às oportunidades educacionais, dentre outras. Por outro lado, nesse aspeto, a função da liberdade seria justamente aproximar a vida dos indivíduos ao desejo, por meio do alargamento de suas potencialidades. Nesse ponto, encontra-se o elo entre a liberdade e a pobreza. A liberdade amplia as potencialidades humanas, ao passo que a pobreza é justamente a privação dessas. Nas palavras do autor:

Há boas razões para considerar que a pobreza é mais a privação das potencialidades básicas do que, simplesmente, a de baixos rendimentos. A privação de potencialidades elementares pode refletir-se em mortalidade prematura, acentuada subnutrição (especialmente das crianças), doenças crónicas, iliteracia generalizada e outras carências. (Sen, 2003: 36)

Ainda segundo Amartya Sen:

O que a perspectiva das potencialidades introduz, na análise da pobreza, é um acréscimo de compreensão da natureza e causas da pobreza e da privação graças ao desvio da atenção primária, deslocando-a dos meios (e de um meio particular a que, usualmente, se atribui atenção exclusiva, a saber, o rendimento) para os fins que, com razão as pessoas buscam e, consequentemente, para as liberdades que as habilitam a satisfazer esses fins. (Sen, 2003: 104)

¹⁸ Esse exemplo indica que a noção de desenvolvimento do autor não se pauta estritamente em indicadores de produção, mas, sobretudo em oposição às privações dos sujeitos.

Por potencialidades, Amartya Sen (2003) refere-se à realização humana na construção de si e de seu futuro, ao conjugar o contexto e a sua liberdade. A falta de oportunidades educacionais, laborais, financeiras, assim como a falta de saúde compõem as restrições das potencialidades, portanto caracterizariam a pobreza, e, consecutivamente, a falta de liberdade. Contudo, a caracterização máxima da potencialidade que não se realizou é a perda da vida (especialmente antes de atingir a vida adulta).

Entre os elementos que contribuem para a concretização da pobreza, o rendimento é o mais profundamente examinado pelo autor. A relação entre o rendimento e as potencialidades não é negada pelo autor. Pelo contrário, esse destaca as implicações mútuas entre os fatores. De acordo com essa perspectiva, o baixo rendimento ocasionaria uma redução das potencialidades, ao passo que um aumento das mesmas (melhor saúde e educação, por exemplo) levaria também a um possível aumento do rendimento. Sen se preocupa em distinguir as potencialidades como elementos definidores da condição de pobreza e finalidade das ações a serem adotadas para combatê-la, ao passo que compreende a falta de rendimento como apenas um dos meios pelos qual as potencialidades podem ser constrangidas.

A argumentação do autor (Sen, 2003) enfatiza a diferenciação entre a falta de rendimentos e a pobreza em si, ao fazer a crítica dos rendimentos como medida de pobreza de uso quase hegemônico. Três argumentos são apresentados em defesa da abordagem das potencialidades, em detrimento do rendimento: i. as potencialidades possuem valor intrínseco, diferentemente do rendimento cuja importância é somente instrumental; ii. o rendimento não é o único meio para se atingir as potencialidades; iii. a atuação do rendimento sobre as potencialidades é condicionada ao contexto social e familiar e ao perfil individual.

Sen (2003) destaca esse terceiro argumento e indica quatro razões pelas quais uma mesma condição financeira gera resultados diferenciados ao nível das potencialidades, resumidamente: i. a simples variação das características pessoais (idade, sexo, papéis desempenhados, etc.) e locais (perfil geográfico, epidemiológico, etc.) desfavorecem o uso do rendimento para fins comparativos; ii. a carência de rendimento, por vezes, está

associada a uma dificuldade em convertê-lo em bens e serviços necessários para o desenvolvimento das potencialidades. Esse seria o caso das pessoas com deficiência. Para essas, um determinado nível de rendimento possivelmente não corresponde ao mesmo em consumo, o que, por sua vez, subestimaria a privação desse grupo caso a pobreza seja mensurada apenas pelo rendimento; iii. os recursos de uma família podem ser distribuídos de forma desigual entre os seus membros; iv. a relatividade do rendimento (como postula Townsend) indica que diferentes quantidades de recursos são necessárias para produzir as mesmas potencialidades em diferentes contextos.

Correlacionada com a restrição que o rendimento representa para um entendimento robusto da pobreza, a importância do desemprego para Sen (2003) é sub-representada na maior parte dos estudos sobre a pobreza, sendo tratado essencialmente como perda do rendimento. Sobre isso, o autor argumenta que:

O desemprego tem outros efeitos graves nas vidas dos indivíduos, provocando carências de outras espécies. [...] Há provas abundantes de que o desemprego, além da perda do rendimento, tem efeitos de largo espectro, como doenças psicológicas, perda de motivação para o trabalho, das destrezas e de autoestima, aumento de doenças e de morbidade (e mesmo taxas de mortalidade), rutura das relações familiares e na vida social, agravamento da exclusão social e acentuação de questões raciais e assimetrias de sexo (Sen, 2003, p. 108).

O trabalho é um dos meios pelos quais se realiza a potencialidade humana, havendo, na sua ausência, consequências graves sobre a pobreza¹⁹. Uma reflexão interessante corroborada pelas ideias de Sen consiste em contrapor a liberdade no trabalho com os constrangimentos advindos da pobreza. Deste modo, o trabalho exerce um duplo papel, sendo o meio pelo qual as potencialidades ganham forma, assim como pode representar a sujeição do indivíduo frente à ameaça da pobreza, quando este desempenha funções ou tem atitudes que por livre escolha não faria. Atkinson (1998) concorda com a perspectiva de Sen sobre a importância multidimensional do trabalho e seu alerta para uma complacência europeia para com altas taxas de desemprego. Por outro lado, o autor indica que, numa perspectiva macrossocial, nem todo o desemprego é acompanhado de pobreza, no sentido absoluto²⁰.

¹⁹ O debate acerca das implicações do trabalho sobre a pobreza terá lugar em momento posterior deste estudo (capítulo 3).

²⁰ Atkinson (1998) contrapõe a evolução das taxas de desemprego e pobreza de oito países europeus. Assim, percebeu tendências de aumento de pobreza sem correspondência proporcional no desemprego (Reino Unido), aumento do desemprego acompanhado de redução da pobreza (Finlândia e Dinamarca), entre outras.

De um modo geral, a concepção de pobreza de Sen enfatiza as condições e constrangimentos para uma vida autodeterminada, o que seria por si relevante para o estudo da pobreza e da deficiência. Contudo, ao examinar a argumentação do autor, que confronta o rendimento como critério da identificação da pobreza, sua conceptualização ganha também valor analítico para esta investigação.

Três pontos merecem destaque. O primeiro postula que nem todas as potencialidades precisam ser necessariamente supridas pelo rendimento. Numa sociedade marcadamente capitalista como a brasileira, na prática, é possível suprir todos os serviços de saúde, educação e segurança social através do mercado, que, por vezes, pode oferecer mais possibilidades e qualidade a quem a ele recorrer. Todavia, necessidades de serviços especiais podem não estar sujeitas a esta lógica. No âmbito educacional, por exemplo, a capacidade da família em investir na educação não tem grande efeito, ou mesmo será um esforço nulo, caso não haja uma escola que possa receber o estudante de modo adequado, o que evidencia o atendimento escolar da pessoa com deficiência como uma determinante pouco relacionada com o rendimento daquela família (França, 2010).

O segundo ponto, já ilustrado por Sen, com referência à realidade das pessoas com deficiência, indica que nem todas as potencialidades requerem o mesmo investimento para se concretizar, envolvendo tanto o aspeto do baixo rendimento (ou reduzida possibilidade de o auferir) quanto o custo diferenciado. O uso do rendimento para a avaliação dessa distorção pode produzir informações importantes. A contraposição entre diferentes níveis nos modos-de-vida (indicados pelo consumo) para um mesmo valor do rendimento familiar, por exemplo, pode estimar indiretamente o custo das deficiências. No entanto, vale enfatizar que essa aproximação desconsideraria a variação originada pelas decisões familiares.

Tais decisões compõem o terceiro ponto de grande relevância da definição de Sen para o caso a ser estudado, a distribuição intrafamiliar de recursos, sobretudo o rendimento. As análises com base no rendimento, com ênfase às de nível macrossocial, dificilmente conseguem considerar tais transferências. Consequentemente, ignora questões como: a existência de interferência da deficiência na distribuição dos recursos familiares, e sua direção (se a deficiência concentra ou afasta o “investimento” no indivíduo). A proposta de

Sen (2003), não responde a essa pergunta²¹, concentrando-se no resultado, ou seja, se as potencialidades estão, ou não, sendo atendidas.

Em suma, o conteúdo central da proposta de Sen a ser incorporado neste estudo pode ser sintetizado na ideia que há uma face da pobreza que não se pode medir pelo rendimento. Nomeada pelo título de restrição de potencialidades, refere-se às condições de vida e possíveis realizações pessoais em determinado contexto social, sendo, portanto factualmente traduzidas, sobretudo por educação, saúde e trabalho. Por especificidades do estudo da pobreza associadas à deficiência, esse enfoque tem sua importância ampliada, principalmente no que se refere às possíveis distorções entre o rendimento e as potencialidades garantidas. Porém, o maior ganho na incorporação das elaborações de Amartya Sen consiste em diferenciar os recursos familiares das potencialidades individuais. Desse modo, a pobreza deverá ser abordada em dois níveis relativamente independentes, o individual e o familiar.

A perspectiva de Amartya Sen contribui com reflexões de extrema importância na definição da pobreza como uma condição do indivíduo, para além de familiar. Além dos discutidos por esse autor, há outros fatores que contribuem para a elaboração de uma definição da pobreza como característica do indivíduo. Um, de grande importância, que relaciona indivíduo e família, e possui implicação prática na identificação da pobreza, é a ideia de dependência.

2.2.2 A Dependência como a Expressão Social da Pobreza

Os conceitos de pobreza previamente apresentados são uniformes em defini-la como uma condição que requer intervenção. Quando esse axioma é transposto em termos sociológicos, pode-se afirmar que a pobreza é definida pela própria relação de intervenção, ao distinguir quem necessita de ajuda daqueles que ajudam, ou seja, os pobres dos não pobres. Nas palavras de Simmel:

Os pobres, como categoria social, não são aqueles que sofrem carências ou privações específicas, mas os que recebem assistência ou deveriam recebê-la, segundo as normas sociais. Por conseguinte, a pobreza não pode ser definida como um estado quantitativo em si mesma (Simmel, 1998 *apud* Ivo, 2008: 171).

²¹ Decifrar essa importante questão requer investigações específicas, sobretudo de caráter qualitativo.

Georg Simmel e Clair Jacobson (1965) compreendem as relações sociais como sendo baseadas essencialmente em trocas, sendo, portanto, a sociedade pautada pela reciprocidade. Esse senso de comprometimento mútuo permeia as instituições sociais, como a segurança social. Por sua vez, essas instituições passam a ordenar a posição social dos indivíduos de acordo com a forma com que esses se relacionam com elas. A classificação como pobre por meio da assistência prestada é um exemplo desse processo. A ordenação social, derivada dessa dinâmica, não é neutra e atende a interesses sociais específicos.

A transferência de recursos dos mais ricos para os mais pobres não teria por objetivo equiparar as posições econômicas entre ambos, nem mesmo reduzir estruturalmente as disparidades sociais. Pelo contrário, essas ações resultam na manutenção dos *status quo*, mitigando o risco de manifestações políticas extremas. Ainda segundo Simmel e Jacobson (1965), a nível microssocial, as ações de assistência reafirmam as posições sociais dos indivíduos envolvidos. A classificação como pobre, nessa perspectiva, desqualifica o sujeito e pode vir a exercer sobre ele, direta ou indiretamente, restrições na sua autonomia.

É importante notar que as instituições sociais a que Simmel se refere englobam também a família, na qual a mesma dinâmica de diferenciação opera, contudo, com pormenores, envolvendo outros valores nas ações de assistência: a reputação familiar e o prestígio pessoal (Simmel e Jacobson, 1965). Segundo Richard Sennet (2004), a dependência é um dos meios²² pelos quais o respeito ao indivíduo é posto em risco. Recaiu sobre o dependente uma infantilização humana e política, ou seja, não pode ser emancipado e reconhecido como cidadão adulto, especialmente quando dependente do Estado.

Partindo da teorização de Simmel, Spicker (2007) apresenta a concepção de pobreza como dependência, com ênfase no papel dos benefícios e no debate político em torno da assistência social. O autor faz três ressalvas relevantes que indicam a complexidade do tema: i. nem todos os benefícios amparam os pobres; ii. nem todos os pobres são cobertos pelos benefícios destinados a essa população; iii. há benefícios que não desqualificam o indivíduo, mesmo que esse seja pobre. O seguro de desemprego é um exemplo de produto da segurança social que usualmente não imputa (ou pouco imputa) estigma social a quem a

²² Segundo o autor (Sennett, 2004), o respeito social tem origem em três dinâmicas: desenvolvimento das habilidades e capacidades individuais; cuidar de si e ser autossuficiente (oposto à dependência); e contribuir com ou retribuir à comunidade.

ele recorre, no Brasil. Contudo, essa medida não se destina necessariamente aos pobres, assim como só tem acesso a ela quem participou do mercado de trabalho formal. Outro exemplo, referido diretamente por Spiker (2007) como distante das assistências que desqualificam os pobres são as bolsas de estudo. Além disso, Spiker assinala que nem toda a dependência é financeira, podendo essa também ser física²³ ou psicológica.

Spiker (2007) concentra a discussão política relativamente aos benefícios financeiros destinados aos pobres no que intitula de “cultura da dependência”. A cultura da dependência seria a apreensão de um comportamento que perpetuaria a dependência e a pobreza, motivado pelo próprio auxílio financeiro. O processo para a aquisição desse comportamento se daria em três etapas. Partindo de um estado de dependência desse auxílio, o indivíduo se tornaria vítima da “armadilha da dependência”, e por fim aprenderia um comportamento de dependência. Dessa maneira, a pobreza contingencial geraria dependência, que por sua vez resultaria na manutenção da pobreza, sendo a variável tempo determinante nesse processo. De um modo geral, a cultura da pobreza é uma elaboração utilizada pela ala conservadora da política para desqualificar as políticas de transferências de rendimentos de longa duração, sem recorrer a argumentos financeiros para isso. Pelo contrário, a retórica sugere preocupação com os pobres e a perpetuação da pobreza.

Percebe-se que o discurso que permeia a cultura da dependência tende à estigmatização social do pobre. Spicker (2007) compreende a pobreza como uma condição altamente estigmatizante, cujo desfavorecimento tende a ser potencializado pela dependência, sobretudo por, supostamente, romper com a dinâmica de reciprocidade social. Contudo, o autor percebe que o estigma de dependente acomete os indivíduos de modo diferenciado, sendo mais ou menos intenso, de acordo com características pessoais, como a idade.

Nesse sentido, é importante questionar a posição da deficiência. Seriam as pessoas com deficiência mais (ou menos) estigmatizadas pela dependência? É esperado que a sociedade atribua menos estigma advindo da dependência dos seus membros considerados mais frágeis (as crianças e idosos, por exemplo), caso seja essa a tendência para as pessoas com deficiências, não deveriam, em primeira análise, ser estigmatizados pela dependência por serem considerados entes frágeis. Por outro lado, não arcar com os efeitos sociais da

²³ A dependência física é particularmente importante neste estudo e será abordada transversalmente ao longo desta tese.

dependência (ou fazê-lo de forma mais branda), de algum modo, indica uma desqualificação do indivíduo para o trabalho, característica importante do estigma da deficiência. Essa sobreposição merece atenção e pode indicar a importância do trabalho como alternativa a ambos os estigmas.

Ao introduzir a noção de cuidado familiar, Fineman (2004) produz uma crítica feminista à visão de dependência financeira como decorrente da incompetência familiar. A autora entende como falácia perversa a ideia de manter-se a dependência como uma escolha cômoda da família, quando, de fato, seria apenas uma escolha legítima pela dedicação ao cuidado familiar. Como alternativa Fineman (2004) propõe o rompimento com a ideia de dependência, em favor de uma ideia de interdependência, em que as transferências financeiras figuram apenas como uma espécie de investimento no cuidado.

Em síntese, a ideia de dependência tem fortes impactos políticos, tanto ao nível discursivo, quanto interventivo, sobretudo nas medidas de assistência social, especificamente, naquelas que envolvem transferência de rendimentos. Nesse processo, o estigma social da dependência tende a variar em consonância com o clima político e o cenário econômico.

Ao nível da investigação, a dependência deve ser incorporada na construção do conceito de pobreza, como um elemento constituinte, mas não definidor da condição como faz Simmel. As políticas assistenciais de transferência de rendimentos merecem grande atenção como componente dos recursos familiares, por expressar em si a contradição de serem um direito e emblema da dependência, simultaneamente. No âmbito metodológico, a dependência pode ser operacionalizada no nível familiar, individual e interpessoal quando envolvida a noção de dependência física e cuidado familiar, configurando-se como objeto complexo, cuja análise é necessária para a compreensão da relação entre pobreza e deficiência.

Subjacente ao estigma pela dependência, às privações das potencialidades e ao impedimento da inserção social por meio de um modo de vida adequado, está a ideia de exclusão social, que necessita, nesse ponto, de ser confrontada e diferenciada da pobreza como orientação central desse estudo.

2.2.3 A Exclusão Social: a importância do mundo em redor

A exclusão social é um termo que intuitivamente, assim como a pobreza, é assimilado e reproduzido socialmente, sendo incluído também no discurso acadêmico e político. Seu uso frequente evoca diferentes ideias. Comumente, o seu emprego refere-se a restrições no trabalho, nas relações sociais ou nos serviços públicos.

Esta secção dedica-se a apresentar o conceito de exclusão social. No primeiro momento, é apresentada a ideia primária de exclusão. Em seguida, uma parte da teorização sociológica relevante sobre o tema é tratada e confrontada com os objetivos deste trabalho.

Numa visão generalista, a exclusão concentra-se na participação social e estatuto de cidadão, como fator que diferencia os indivíduos entre excluídos e incluídos (Capucha, 2005). Costa (2008) ordena as possibilidades da exclusão social em diferentes sistemas sociais, categorizando-os: domínio da sociabilidade; domínio econômico²⁴; domínio institucional (que contém serviços de apoio social, justiça, habitação, cultura e lazer, informação e conhecimento, cidadania política); domínio espacial; e domínio simbólico (referências identitárias, construções da memória individual e coletiva).

Ainda de acordo com Costa (2008), a exclusão social pode ser classificada segundo a sua origem: fatores de natureza social (exclusão pelo isolamento), fatores de natureza legal (ligados à cidadania formal), fatores de natureza cultural (como racismo, xenofobia e outros preconceitos), e fatores patológicos e de comportamentos autodestrutivos (doenças psiquiátricas, toxicod dependência e alcoolismo).

Assim, diversos motivos excluem os indivíduos de uma participação integral na sociedade. A classificação feita por Costa pretende, portanto, tipificar as restrições e suas origens, possibilitando arranjos vastos, em que a xenofobia, por exemplo, poderia excluir um estrangeiro de práticas de lazer, de crédito bancário ou do acesso à justiça. Em suma, essa ordenação atende ao interesse de pormenorizar a exclusão social para que a sua aplicação circunscreva fenômenos menos abstratos.

²⁴ É importante ressaltar a educação (assim como a saúde) como pertencente ao domínio econômico, indicando uma visão pragmática da sua importância. Uma vez que a educação exerce também influências outras como comunicacional e de reafirmação cultural que estão diretamente associadas à inserção do indivíduo na sociedade, para além da estrita função econômica.

Quanto à relação com a pobreza, a exclusão social (ou exclusões sociais) exerce um papel duplo numa dinâmica na qual a pobreza (não ter os bens necessários garantidos) causa a exclusão, assim como a exclusão pode resultar na pobreza. Contudo, nem toda a exclusão resultaria em privação de bens essenciais, o isolamento social frequente entre idosos não decorre necessariamente em pobreza material, como ilustra Costa (2008).

No entanto, o conceito de pobreza empregado por Costa²⁵ engloba apenas uma parte das concepções aqui apresentadas, a que se refere à pobreza relativa de Townsend, na qual, por falta de recursos, os indivíduos não conseguem inserir-se socialmente de modo adequado, sendo assim excluídos da participação social. Para aprofundar o debate da relação entre pobreza e exclusão teorias acerca do tema precisam ser consideradas.

No contexto europeu, o desenvolvimento das teorias da exclusão social se dá pelas elaborações que analisam a “nova questão social”, como define Robert Castel (1998). Por nova questão social, entendem-se as instabilidades da ordem e coesão social advindas da desaceleração do crescimento económico, que instaurou uma significativa taxa de desemprego nos países desenvolvidos, a partir das últimas décadas do século XX. As elaborações sociológicas de Robert Castel (1998) e Serge Paugam (2006) são duas contribuições de grande relevância advindas desse contexto.

2.2.3.1 A Desfiliação Social

Castel (1998) define a sociedade francesa que resultou da prosperidade do pós-guerra por Sociedade Salarial, cuja principal característica é ter o trabalho como central, sendo o emprego, por excelência, o maior fator de integração social. O Estado advindo desse ordenamento, o Estado Social Democrata, desenvolveu diversas medidas de segurança emergenciais destinadas aos indivíduos que, transitoriamente, estavam fora do mercado de trabalho. Com o fim da situação de pleno-emprego, esse Estado demonstrou fragilidades, não garantindo a coesão social. As suas medidas de assistência, desenhadas para serem recursos pontuais em ocasiões de exceção, antes símbolo de solidariedade, passam a ser meios de distinção dos indivíduos e contenção das demandas políticas. Em síntese:

²⁵ Situação de privação resultante da falta de recursos.

Ainda que a penosidade e a dependência do trabalho assalariado não estivessem completamente abolidas, o trabalhador recebia uma compensação para elas, tornando-se cidadão em um sistema de direitos sociais, um benefício das subvenções distribuídas pelo Estado e, também um consumidor reconhecido das mercadorias produzidas pelo mercado (Castel, 1998, p. 513).

Devido às transformações sofridas pelo trabalho, nomeadamente desemprego estrutural e precarização das relações de trabalho, o Estado Social e a Sociedade Salarial entram em crise por disfunção, ao manter o trabalho como central nas relações sociais enquanto esse já não é comum a todos. Em consequência, a solidariedade fica ameaçada diante dos impasses sociais sobre supranumerários, conjunto de indivíduos que estão fora do mercado de trabalho, sem perspectivas concretas de integração, e sem espaço para desenvolver atividades de utilidade social, desfiliaados enfim.

O que chamei de desfiliação poderia ser trabalhado para mostrar que não equivale necessariamente a uma ausência completa de vínculos, mas também à ausência de inscrição do sujeito em estruturas portadoras de sentido (Castel, 1998, p.536).

A desfiliação social, conceito central de Castel, pouco se relaciona com a pobreza em termos de necessidades materiais. O cenário elaborado pelo autor tem em conta a superação da pobreza absoluta, no que tange à sobrevivência. Todavia, na sobrevivência de uma família deve estar implícita a sua reprodução, que pode sofrer constrangimentos advindos da desfiliação e da precariedade laboral. As diferentes etapas da constituição da vida adulta e da continuidade familiar podem ser vistas como comprometidas nesse cenário. Sair da casa dos pais e ter filhos são decisões que podem sofrer restrições concretas devido às incertezas do trabalho, mesmo quando a eficiência física de uma família não está propriamente em risco.

Caso a suposta implicação da precariedade laboral sobre a reprodução familiar seja uma ideia que encontre contrapartida na realidade²⁶, faz sentido afirmar que a segurança laboral (ou financeira) deve figurar como um critério na identificação da pobreza absoluta, numa perspectiva alargada.

²⁶ No sentido prático, averiguar essa relação requer um estudo específico sobre os determinantes das decisões que compõem a reprodução familiar e a inserção e percepção dos riscos laborais e financeiros, o que está fora do alcance do presente estudo.

Quando relacionada com os demais conceitos de pobreza, a desfiliação de Castel encontra forte consonância nas concepções de Simmel e Sen. Como referido anteriormente, para Simmel e Jacobson (1965) a pobreza é sociologicamente identificada nas relações em que a necessidade de assistência é socialmente reconhecida, o que, por definição, abarca a desfiliação.

Por sua vez, o conceito de pobreza de Sen (2003) relativo às potencialidades, assim como a desfiliação de Castel, tem no trabalho um dos núcleos determinantes da sua dinâmica social. Seria, principalmente, pelo trabalho que as potencialidades humanas seriam concretizadas, razão que leva o economista a preocupar-se com a aparente tolerância europeia a elevados níveis de desemprego, uma vez que medidas assistenciais de transferência de rendimentos (mesmo quando suficiente para suprir as necessidades materiais) não substituem todas as necessidades atingidas pelo trabalho, sendo, portanto parcialmente imateriais. Por sua vez, Castel (1998), na sua abordagem, parece atingir tal imaterialidade, referindo-se ao trabalho como a estrutura portadora de sentido por excelência da sociedade que estuda, a desfiliar socialmente aqueles que dela são excluídos. Nesse sentido, ao abordar o desemprego, Sen e Castel indicam preocupações similares interpretadas sob diferentes perspectivas que se complementam.

Por fim, para além do conceito de pobreza, ao conjugar a conjuntura econômica com a adaptação do Estado e as consequências sociais, a crítica de Castel mostra a importância de diferenciar o efeito de um estado de crescimento de uma consolidação de um Estado de Bem-estar Social. A diferenciação desses fatores, como indica o autor, pode demarcar o que é contingencial do que é intencionalmente instituído pela política. Tal distinção pode ser de grande valor na análise das oportunidades laborais das pessoas com deficiência no Brasil, na atualidade.

Ao dedicar-se a analisar a mesma realidade de Castel, Serge Paugam (2006) contribui para o debate com reflexões de grande relevância para este trabalho, ao discutir conjuntamente ideias de pobreza e exclusão, articuladas com a agência dos indivíduos e do Estado, como será explorado a seguir.

2.2.3.2 A Desqualificação Social

Segundo Paugam (1996), no contexto europeu contemporâneo, exclusão é um termo amplamente disseminado na mídia associado à ideia de pessoas vivendo à margem da sociedade, no sentido do abandono público, em guetos, disseminando a dicotomia incluído/excluído, como um risco que pode atingir, por fatalidade, a todos. A distinção entre incluídos e excluídos é empregada, principalmente, com referência ao trabalho (inclusão) e serviços sociais (exclusão).

Procurando promover a precisão acerca da condição de pobreza e exclusão social, Paugam (1996) articula duas dimensões responsáveis pelos seus constructos teóricos. Uma dimensão é macrossociológica, na qual o problema é definido a partir de sua magnitude, ou seja, de quão presente a pobreza é, numa determinada realidade, conjuntamente com as práticas da assistência social adotadas. A outra dimensão é microssociológica e responsável pela construção do estigma a partir de caracteres simbólicos e materiais, referentes a determinado padrão-de-vida, culturalmente e nacionalmente estabelecidos. Ambas as dimensões conjugam-se na elaboração de distintos tipos ideais de pobreza, num processo que leva em consideração diferentes fatores, nomeadamente: o grau de desenvolvimento económico, a natureza do mercado de trabalho, o tipo e força dos laços sociais, o perfil do Estado de Bem-Estar, e valores culturais pelos quais as atitudes individuais são moldadas.

Em síntese os tipos de pobreza são:

Quadro 1–Tipos ideais de pobreza segundo Serge Paugam

Tipos ideais de pobreza	Representação Coletiva	Identidade do “Pobre”
Pobreza Integrada	Pobreza definida como condição social que afeta grande parte da população. Debate social organizado em torno da questão do desenvolvimento socioeconómico.	Pobres não formam uma <i>underclass</i> ²⁷ , mas um extenso grupo social. Baixa estigmatização do pobre.
Pobreza Marginal	Pobreza “combatível”. Debate social acerca da desigualdade e distribuição dos ganhos. Alta visibilidade do grupo social marginalizado.	Pessoas com status social de pobre são poucas, mas fortemente estigmatizadas. Identificadas como casos de problemas sociais.
Pobreza Desqualificadora	Consciência coletiva frente à nova pobreza. Medo coletivo do risco de pobreza.	Número crescente de pessoas rotuladas como pobres ou excluídos. Situações de pobreza altamente diversificadas.

Fonte: Paugam (1996)

A pobreza desqualificadora é trabalhada com ênfase pelo autor, que identifica nessa categoria o contexto de interesse para o desenvolvimento das suas investigações. Esse tipo, característico dos países desenvolvidos, advém de um contexto de desaceleração econômica e crescentes taxas de desemprego, que pressionam as políticas de assistência social, que, por sua vez, se tornam responsáveis pelas garantias mínimas de uma parcela

²⁷ Por *underclass* designa-seo coletivo de indivíduos advindos originalmente da classe trabalhadora que não estão inseridos nos postos de trabalho formais, estando assim abaixo da classe trabalhadora. Esse termo é controverso, sendo adotado com frequência em discursos que tratam os pobres de modo pejorativo (Alcock, 1997).

significativa da população. No que tange aos laços sociais, incluindo a solidariedade familiar, são frágeis e há dificuldade em estabelecê-los fora do mercado de trabalho.

Esse cenário aponta para uma forte limitação social das pessoas desempregadas, que assim como entende Castel (1998), ficam despossuídas de referências indenitárias positivas. Associado ao estigma da dependência, os indivíduos que recorrem à assistência social sofrem, nesse contexto, de desqualificação social, conceito central na análise de Paugam (2006).

A desqualificação social corresponde a uma das formas possíveis dessa relação entre uma população designada como pobre em função da sua dependência em relação aos serviços sociais e o restante da sociedade (Paugam, 1999: 64).

Dessa forma, a desqualificação pode ser definida principalmente pela estigmatização dos assistidos, e, identificação dos assistidos como parte integrante e dependente da sociedade, num status social desvalorizado.

Paugam (2006) parte dessa elaboração para conduzir uma investigação que tem por objetivo compreender e classificar os efeitos da assistência social na vida dos indivíduos, e a estratégia desses para negociar a identidade negativa de assistido, baseada essencialmente em estratégias discursivas e comportamentais para a autodiferenciação.

De um modo geral, a desqualificação social se diferencia da desfiliação por se centrar em torno da relação entre os sujeitos e a assistência social. Sendo especialmente consonante com a ideia defendida por Simmel e Jacobson (1965) que toma a pobreza como dependência, numa perspectiva essencialmente sociológica, Paugam sublinha a importância de se considerar o efeito perverso da assistência social que, ao fornecer apoio ao indivíduo, pode questionar suas competências.

No âmbito específico do objeto a ser aqui investigado, a desqualificação tem uma importância significativa. A pobreza das pessoas com deficiência pode ter também na assistência social um meio de contenção de suas potencialidades (na linguagem de Sen), desqualificando-as²⁸. A formulação das políticas de assistência, posteriormente a serem analisadas, pode ser o primeiro indicativo para a avaliação da assistência como fator que

²⁸ Como ilustrado no discurso fundador do modelo social da deficiência.

leva ao cerceamento da inclusão social. Por outro lado, análises dos mecanismos de exclusão que se baseiam na desqualificação dos sujeitos, como define Paugam, encontram-se fora do âmbito deste estudo.

De fato, o conceito de Paugam, restringe-se a um fenômeno exclusivo da realidade para a qual foi elaborado. Nas palavras do autor:

A desqualificação social é uma forma elementar da pobreza e esse conceito não pode ser aplicado da mesma forma em todas as sociedades do mundo. O que caracteriza a desqualificação social é, antes de tudo, que é um processo mais característico de países que conheceram um alto nível de desenvolvimento económico e que, ao mesmo tempo, conhecem uma forte degradação do mercado de trabalho. Constata-se, igualmente, que o conceito de desqualificação social se aplica melhor nas sociedades em que os vínculos sociais vão se enfraquecendo, como a solidariedade familiar, por exemplo. Isso quer dizer que engloba a impossibilidade de participar da vida associativa, comunitária (Paugam, 1999: 124).

Sobre a realidade brasileira, Paugam (1999) idealiza o tipo pobreza integrada como o mais adequado para a sua classificação. A pobreza integrada²⁹ não é tratada como uma questão de grande importância para a sociedade que se encontra numa condição assim classificada, que reconhece facilmente a sua vasta existência. No debate público, a questão da desigualdade e do desenvolvimento económico têm dominado. De acordo com a performance económica, esse tipo de pobreza é característica de contextos de baixo desenvolvimento económico e economia paralela desenvolvida. No âmbito das relações sociais, há fortes laços sociais, especialmente entre familiares que agiriam com efeito na proteção social do indivíduo frente à baixa cobertura e garantias da assistência social formal. Nesse contexto, os pobres não sofreriam de forte estigmatização social, pois seriam sujeitos medianos daquela realidade, assim como esses teriam participação garantida em instituições sociais que subsidiariam a consolidação de identidades individuais e coletivas.

Algumas ressalvas quanto à apropriação dessa tipificação no caso brasileiro devem ser feitas. A primeira diz respeito ao aquecimento da economia que ganhou destaque na última década. Esse fenômeno desencadeia e é fomentado pela crescente expansão empresarial, que, por sua vez, levou à redução do desemprego, com ênfase no aumento do emprego formal. Associado à aceleração económica, houve também expansão das políticas de assistência social, com destaque às de transferência de rendimentos, que passaram a fazer

²⁹ Também notada como assimilada, costumeira ou constante (Paugam, 1999).

parte da realidade nacional, sendo incluídas nos orçamentos familiares e nos debates públicos. Contudo, o cenário econômico de tendência positiva, não garante um estatuto integral de cidadania aos brasileiros, nesse sentido, pode-se afirmar que o emprego não é garantia de livrar-se da pobreza, assim como pode compor o estigma social advindo da pobreza. Comparando com o conceito de Paugam:

[No Brasil,] os desqualificados não são os assistidos, mas aqueles que constituem essa massa de trabalhadores autônomos ou assalariados, com rendimentos ínfimos, que vivem em precárias condições, não têm proteção social e que são estigmatizados como potencialmente perigosos (Kowarick, 1999: 42).

Segundo essa perspectiva, promover o acesso ao trabalho não é uma política suficiente para a inclusão social, porque o trabalho em si não oferece essa garantia. Atkinson (1998) enfatiza que ações governamentais para a inclusão social não devem resumir-se ou estarem associadas unicamente às políticas econômicas ou trabalhistas. Todas as propostas políticas, de qualquer setor, podem ser avaliadas no seu potencial inclusivo.

As divergências entre a pobreza brasileira e o papel do trabalho frente a tipificação de Paugam (1996) não invalida a parte fundamental da sua argumentação. O pobre nesse contexto não é privado da construção da sua identidade, assim como não é impedido de desenvolver laços sociais³⁰, ao contrário do que acontece com os desqualificados franceses. Contudo, o trabalho de Serge Paugam contribui para explicitar os riscos associados à assistência social numa perspectiva sociológica, para além dos discursos políticos, por vezes perversos, que enfatizam os riscos morais da assistência.

Posteriormente, a compreensão de Serge Paugam (2006) acerca da assistência social, assim como as contribuições de Robert Castel (1998) fundamentadas na centralidade do trabalho, será revisitada neste estudo, à medida que a teorização acerca da deficiência e as análises pretendidas exigirem esclarecimento sobre os mecanismos que inter-relacionam pobreza, assistência social e trabalho.

Recapitulando, a exclusão social pode ser entendida amplamente como a restrição à participação social integral dos indivíduos devido a diversos fatores, usualmente de

³⁰ Isso pode ser indicado, por exemplo, pelo consumo da produção musical característica das zonas pobres dos centros urbanos, cujo público não se restringe àquela população.

natureza social. Nesse sentido, é conveniente distinguir sobre que exclusão se trata, uma vez que uma aplicação genérica do termo pode levar ao engano.

Nesta investigação, a exclusão do indivíduo do sistema educacional e do mercado de trabalho serão termos recorrentes na caracterização da pobreza individual. A exclusão, portanto, designará a restrição de origem social a determinadas esferas sociais, que seriam comuns, ou desejadas, pela maior parte dos indivíduos.

Essa elaboração, como anteriormente referenciado, relaciona-se com a pobreza, figurando como causa e consequência dela. Nesse sentido, é importante perceber o nível em que tais relações operam. A pobreza familiar pode implicar em exclusão individual (como entende Townsend, 1979), ao passo que a exclusão do indivíduo pode vir a ter impacto sobre a pobreza em âmbito individual e familiar (como percebe Sen, 2003). Nesse sentido, a exclusão social será tida como característica pessoal de grande importância.

Empiricamente, a exclusão social será inicialmente explorada de modo descritivo, por meio das informações que caracterizam principalmente a educação e o trabalho, para compor uma visão global da realidade abarcada pelo Censo Demográfico Brasileiro do ano 2010. Posteriormente, esses elementos figurarão como variáveis para determinação da pobreza.

Após definido o papel da exclusão social, e apresentados os conceitos de pobreza que colaboram para a circunscrição do fenômeno que este trabalho pretende investigar, é possível determinar o conceito de pobreza a ser usado neste estudo.

2.3 A Limitação Necessária: a busca por um conceito aplicado de pobreza

Os diferentes conceitos de pobreza apresentados articulam-se para a adoção de um conceito apropriado para o desenvolvimento deste estudo, que tem por objetivo central perceber a relevância do acesso ao trabalho na determinação da pobreza das pessoas com deficiência e das suas famílias.

Na centralidade dos diferentes conceitos abarcados neste capítulo figuram: a manutenção da eficiência física (sobrevivência); a posição individual frente ao padrão de consumo; as oportunidades para o desenvolvimento pessoal; o acesso ao trabalho; e a relação com a assistência social.

Conjugando essas diferentes questões, a pobreza familiar deverá ser tratada como uma condição objetiva em que uma família é impedida de atingir um padrão-de-vida que assegure a dignidade humana, o que, no limite, ameaça a sobrevivência. Essa condição pode ser definida pelo consumo das famílias, e percebida no rendimento familiar. Ao nível individual, ser pobre corresponde a pertencer a uma família pobre, mas não somente isso, inclui-se também a restrição ao acesso aos bens promotores das potencialidades humanas. Neste estudo, o desenvolvimento das potencialidades será abordado através do acesso à educação e ao trabalho.

No Brasil, a educação pretende-se universal (e obrigatória para todas as crianças e adolescentes em idade escolar³¹), assim qualquer indivíduo que recorra ao sistema público de educação básica deve ser acolhido. Com raras exceções, ter baixa escolaridade e, principalmente, ser uma criança ou adolescente que não está na escola indica não somente estar excluído de uma esfera de participação social importante, como também não a ter sua cidadania assegurada.

Por seu turno, o trabalho é a fonte de recursos que garante a manutenção da maior parte das famílias brasileiras, por excelência. Por figurar como um direito, não ter um trabalho quando se está disposto a trabalhar, assim como ter uma inserção precária no mundo do trabalho, pode ser considerado uma falta de garantia de cidadania. Contudo, o trabalho é condicionado fortemente por fatores econômicos, cuja flutuação não está totalmente sobre responsabilidade do Estado. Por outro lado, estar a trabalhar quando deveria somente dedicar-se à educação, pode ser um forte indício da restrição das potencialidades do indivíduo frente às necessidades materiais, sendo também um sinal de pobreza.

Tanto a educação, quanto o trabalho, possuem dois níveis de importância na determinação da pobreza dos indivíduos, o prático e o simbólico. Em síntese, a educação qualifica os indivíduos, e o trabalho fornece os meios de subsistência, e ambos inserem os indivíduos,

³¹ Dos 6 aos 17 anos de idade.

sendo importantes para garantir a participação social. No campo simbólico, o estatuto de cidadão é adquirido, caso contrário, os estigmas ligados à dependência ganham espaço.

Todos os conceitos de pobreza possuem peculiaridades relativas à sua composição multidimensional, destacando-se a relação definição-ação e seu caráter negativo (Alcock, 1997), que a configura como um problema. Devido à sua faceta política, ao definir-se o que é pobreza, são indicados caminhos para a ação que deve ser adotada frente à questão, incluindo nesse processo as políticas de assistência social.

Rowntree, por exemplo, sugere que membros da classe trabalhadora podem precisar de ajuda para garantir a sua sobrevivência, sendo necessária intervenção nos seus recursos. Por sua vez, Townsend, ao estudar a Inglaterra décadas depois de Rowntree, define a pobreza como uma quebra no padrão-de-vida corrente, com o intuito de contestar o declarado fim da pobreza no país, e revisar a efetividade das políticas assistenciais. Por fim, Sen distancia a centralidade do rendimento, para requerer outras garantias, como o acesso à saúde.

Os distintos conceitos, mesmo divergentes, suscitam intervenções ativas no combate à pobreza. Entretanto, o contrário também pode ser observado. A argumentação política em torno da cultura da dependência, que define a pobreza como consequência da assistência, indica como principal medida a redução da assistência de longo prazo.

O conceito cunhado para este estudo compreende a pobreza como uma condição nociva que ameaça a dignidade e a vida humana. Portanto, é uma condição que requer intervenção, podendo ser emergencial consoante com a gravidade da situação, e, sobretudo estrutural a fim de sanar os impedimentos que a causam.

A justificação da necessidade de intervenção sobre a pobreza advém do seu segundo atributo inexorável, a sua qualificação negativa. Conceptualizar pobreza e identificar o pobre tende a atribuir rótulos negativos aos indivíduos, em outros termos, leva ao estigma social. A respeito dos conceitos explorados neste capítulo, percebe-se que os rótulos sobre os pobres variam entre vítimas do contexto econômico, dependentes, incompetentes, entre outros.

Configura-se como um desafio balancear a intervenção necessária para o combate à pobreza com a mitigação do estigma do pobre. O conceito proposto marca o pobre como vítima de uma situação e portador de potencialidades que podem alterar essa realidade. O dilema entre clamar por intervenção e reforçar o estigma social teria dissolução com a promoção do trabalho digno, como indica a teoria (Castel, 1998; Paugam, 2006), que tem impacto na pobreza, assim como age sobre o estigma.

Para investigar a ação do trabalho sobre a pobreza da família das pessoas com deficiência, objetivo central desta investigação, a noção de pobreza proposta deve ser confrontada com o entendimento sobre a deficiência e como se conjugam. Antes de prosseguir com essa discussão, tema central da tese, é necessário perceber a pobreza no contexto brasileiro.

2.4 Ordem e Progresso? Entendimentos sobre a pobreza brasileira

Os conceitos de pobreza que colaboram para o desenvolvimento deste estudo foram elaborados com referência a realidades distantes daquela que se pretende analisar, a realidade atual brasileira. Com destaque para o Reino Unido e a França, o contexto europeu é predominante na elaboração teórica dos conceitos de pobreza integrantes da definição, por fim, adotada. Faz-se necessário, portanto, distinguir a realidade brasileira nas suas especificidades.

Deve ser considerado que, como indica Paugam (1999), a pobreza de tipo integrada, como a que caracteriza o Brasil, nem sempre figura como um elemento frequente do debate público, sendo o desenvolvimento econômico e as desigualdades os temas mais recorrentes, entre aqueles com afinidades com a pobreza. Essa proposição indica encontrar forte correspondência na realidade brasileira, como poderá ser percebido ao longo deste texto.

Frente à realidade europeia, a pobreza brasileira não difere somente por sua extensão e gravidade, sendo também distinta da europeia moderna quando nos períodos de mais gravidade. Isso ocorre devido à origem da população brasileira e às dinâmicas sociais e econômicas dela advindas, com ênfase na escravidão, como elemento central dessa

distinção. Figurando-se entre fato histórico e uma espécie de mito fundador, advêm do sistema escravista os principais entendimentos acerca da pobreza no Brasil.

Desse modo, tratar da formação social do Brasil é, conseqüentemente, discorrer sobre pobres, ainda que sem teorizar propriamente sobre a pobreza, sua origem, manutenção e implicações. Esse enfoque dará início a esta secção. Posteriormente, a chamada Teoria da Dependência será apresentada a fim de elucidar como essa importante ideia guiou a primazia do desenvolvimento econômico sobre as questões sociais, e como contribuiu para caracterizar o Brasil como um país pobre. Em seguida, dois estudiosos da pobreza no Brasil terão suas teses apresentadas a fim de ilustrar como parte da sociologia brasileira recente concebe a pobreza: Simon Schwartzman e sua análise advinda da formação da classe trabalhadora moderna; e Jessé Souza sobre a herança imaterial das classes e a reprodução da desigualdade. A ordem de apresentação é cronológica. Assim, ao longo da leitura será possível perceber parte da evolução dos estudos da pobreza nas ciências sociais brasileiras. Por fim, o atual contexto político e a visibilidade que a questão adquiriu nesse contexto será exposta.

2.4.1 A Escravatura e a Formação da Sociedade Brasileira

A escravatura no Brasil possui pormenores que indicam uma complexa relação entre os escravos e senhores. Segundo Gilberto Freyre (2005), a principal barreira entre os colonos portugueses e os indígenas (inicialmente, e posteriormente extensiva aos negros trazidos de África), era a religiosa. Diferentemente dos holandeses, franceses e ingleses, as barreiras étnicas centradas na questão religiosa trouxe à relação entre os colonos portugueses e os escravos a possibilidade de reorientar o contato entre ambos por meio da conversão religiosa³².

Uma vez rompida essa barreira, a proximidade física entre portugueses, indígenas e escravos africanos se concretizou, especialmente entre aqueles que desempenhavam funções domésticas. Diversas funções imputadas aos escravos advêm desse contato, desde as crianças cativas que eram designadas a servirem nas brincadeiras dos filhos dos

³² Por desconsiderar a religiosidade de origem, a conversão dos nativos é frequentemente referida como catequese dos indígenas.

senhores, às amas de leite e à exploração sexual (Freyre, 2005). Em decorrência dessa proximidade, o processo de miscigenação populacional ocorreu³³. É importante enfatizar que, tanto a proximidade física como a miscigenação não determinam a inexistência de forte demarcação social entre senhores e escravos, e entre negros e não negros, centrada inicialmente na posição ocupada no processo produtivo.

No Brasil, a exploração do trabalho escravo, assim como os modos de produção escravista em si, foi diversa. Pelo menos duas aplicações desse sistema foram exaustivamente estudados pelos historiadores brasileiros: a produção açucareira no nordeste, e a extração mineral nas Minas Gerais. No primeiro caso, mais associado aos séculos XVI e XVII, o modelo produtivo voltado para o mercado estrangeiro conjugava o latifúndio e o emprego maciço de trabalho cativo. Notadamente, esse modo concretizou a representação do trabalho escravo no Brasil.

Com o declínio do mercado açucareiro, o segundo caso, a extração mineral nas Minas Gerais, instaurada no século XVIII foi a alternativa de produção colonial de riqueza em larga escala. De modo diferente ao que aconteceu na produção açucareira, a mão de obra escrava empregada não se configurou como maioria. O trabalho de exploração mineral possuía forte caráter individualizado, em grande parte composto de homens livres, ou escravos que, com alguma autonomia recorriam a trabalho extra para providenciar a compra de sua liberdade (Furtado, 2005). Nesses moldes, a exploração mineral atraiu um fluxo migratório intenso, resultando em aglomerações populacionais que fundaram zonas mais urbanas.

No século XIX, a importância da mineração e da decadente produção açucareira reduziram-se frente a outros ciclos econômicos, com destaque para a produção cafeeira de São Paulo, a criação de gado no sul do país e a produção de manufaturados, centrada nos tecidos e na metalurgia. Nesse contexto, a abolição da escravatura não promoveu necessariamente melhor qualidade de vida aos antigos escravos. De fato, houve grande desqualificação dos escravos, em favor da demanda crescente de mão de obra europeia (Furtado, 2005).

³³ Freyre (2005) ressalta que a população portuguesa naquela época já havia historicamente passado por processos anteriores de miscigenação, inclusive não possuindo um único fenótipo que a pudesse qualificar, variando, sobretudo segundo a região do país.

Compondo aproximadamente um milhão dos cinco na altura da independência, a massa de indivíduos que deixaram de ser escravos teve poucas alternativas. Em suma, no nordeste, onde havia maior concentração dessa população, as alternativas laborais restringiam-se a cultivar para a subsistência em terrenos desfavorecidos, em direção ao clima árido; trabalhar para os engenhos também empobrecidos; migrar para as cidades³⁴.

Em Minas Gerais, onde a atividade de mineração era predominante, também houve significativa presença de trabalho escravo, o destino não era diferente. Uma massa de indivíduos fortemente estigmatizados tendia a convergir para as aglomerações urbanas. Resulta dessa dinâmica uma camada populacional despossuída de bens, trabalho, sem educação e cidadania (Carvalho, 2002).

Tal realidade histórica subsidia o que é a pobreza no Brasil e como ela é entendida, desde os discursos populares a elaborações sociológicas. A escravatura no Brasil de realidade passa a configurar-se como mito fundador da pobreza em si, e também de outras noções importantes para a sua compreensão e naturalização, como a desigualdade e o subdesenvolvimento. Dessa maneira, a pobreza brasileira pode ser entendida discursivamente como um fato intrínseco à composição da sociedade, ao invés de uma condição construída a cada dia. A falta de perspectiva para alterar a pobre realidade passa essencialmente pela ideia de o país ser pobre e desigual desde a sua gênese, afetando consequentemente o entendimento também sobre os pobres do Brasil, por meio de discursos que os localiza ora como vítimas, ora como responsáveis pela pobreza. A seguir, essas questões serão ilustradas e discutidas, a começar pela Teoria da Dependência, de Fernando Henrique Cardoso.

2.4.2 A Teoria da Dependência

A Teoria da Dependência foi desenvolvida para a interpretação do caso da América Latina, não sendo, portanto, exclusivamente relativa à realidade brasileira. No âmbito geral, a teoria percebe a dependência como uma condição nacional, típica dos países latino-americanos caracterizada pela sua inserção no mercado internacional, impondo a essas o

³⁴ As cidades, em grande parte, reproduziam a estrutura de poder observada no campo, organizando-se principalmente para atender os interesses das elites locais, em termos de serviços (Prado Junior, 1961). A oligarquia agrária reproduzia-se nas cidades, portanto.

subdesenvolvimento (Cardoso e Faletto, 1970). Nesse caso, o desenvolvimento não é restrito às questões econômicas, agregando tanto o modo de produção, quanto o domínio social e político. Teoricamente, quanto maior a capacidade de novos grupos sociais conseguirem impor politicamente suas demandas e interferirem na produção, mais desenvolvida será uma sociedade. Nota-se assim que o subdesenvolvimento refere-se à manutenção de uma dominação econômica tradicional, definida pela detenção tanto do poder econômico quanto político, reproduzidos pela subordinação às demandas produtivas externas.

No caso brasileiro, a dominação econômica tradicional traduz-se, sobretudo na oligarquia latifundiária. O sistema produtivo advindo desse modelo promove grande concentração de riqueza, forte controle social, ao limitar a manifestação de novos grupos sociais, e, sobretudo orienta-se para o mercado de consumo internacional, a criar assim dependência. Nesse sistema, a riqueza auferida possui pouca relação com as condições e necessidades da população nacional. A dependência concretiza-se essencialmente pela afiliação restrita ao mercado estrangeiro. Por outro lado, por se fazer principalmente de produtos primários (cultivados ou extraídos), a dependência nacional, originalmente, também se deu pela necessidade de importação de produtos manufaturados. Em outros termos, quanto mais próximo do modelo instituído pela colonização, mais engessada seria a condição de dependência.

Alterar essa condição seria possível somente com um plano de substituição de importações, o que parcialmente se concretizou. Em âmbito produtivo, isso requer uma nova dinâmica desassociada da produção do campo em larga escala, voltada aos interesses estrangeiros, de caráter prioritariamente industrial, que reorienta a demanda de mão de obra e remunere o suficiente para a consolidação de um mercado interno. Socialmente, a consolidação de uma classe trabalhadora seria o principal elemento dessa proposta, de forte inspiração liberalista.

Historicamente, como entende Cardoso,

No processo de abolição da escravatura e na formação da República, tais setores [urbanos de origem tradicional, compostos pelos burocratas civis e militares], que só de forma imprecisa podem ser chamados de médios, juntaram-se aos cafeicultores paulistas e a alguns produtores não-escravistas do Sul para afastar a “oligarquia imperial” (Cardoso e Faletto, 1970: 65).

A antiga aliança oligárquico-capitalista, que expressava os interesses regionais dos setores exportadores, foi substituída por uma política centralista que, embora respeitando os interesses locais agroexportadores, formava, ao mesmo tempo, uma base econômica urbana suficiente para permitir o surgimento de uma burguesia industrial a mercantil, em função da qual de diferenciavam socialmente, por outro lado, os setores da nova “classe média” e setores operário-populares (Cardoso e Faletto, 1970: 67).

Ao longo da primeira metade do século XX, essa dinâmica reconfigurou o poder político e o desenvolvimento econômico, vindo a dar origem à distribuição geográfica do poder, economia e população que ainda hoje pode ser observada no país, na qual sudeste e sul possuem grande ênfase.

Por outro lado, a consolidação de classes industriais e urbanas (burguesa e proletária) não desfizeram por completo as dinâmicas de poder dos latifundiários do nordeste. Deve-se sublinhar que localmente, e com forte implicação nacional, a política e os políticos advindos daquela região, em grande parte, são oriundos das famílias de latifundiários que controlam também grande parte da economia urbana, figuras como José Sarney e Antônio Carlos Magalhães são emblemáticas para ilustrar a modernização conservadora que passaram os estados do Maranhão e Bahia, respectivamente.

Frente ao panorama nacional, pode-se dizer que a urbanização e industrialização não configuraram como uma ruptura completa com o antigo sistema econômico. Enquanto, por um lado, o Brasil se urbanizou e conseguiu consolidar um mercado interno e formar uma classe trabalhadora, por outro, o plano de substituição de importações não foi suficiente para reorientar a inserção do país no mercado internacional, no qual ainda figura como um país agrário-exportador, cujos principais produtos são primários, cultivados (soja, milho, etc.) ou extraídos (ferro e petróleo).

Dessa maneira, a abordagem original da Teoria da Dependência classifica a condição em que o Brasil se encontrava ao longo do século XX como “desenvolvimento dependente”, ou seja, houve avanços na direção do ideal de sociedade moderna, contudo atrelado ao mercado estrangeiro, num movimento em que o desenvolvimento é necessariamente restrito. Nas palavras de Domingues:

O desenvolvimento dependente significa tão-somente a continuação da falta de autonomia que acoitava aqueles países, meramente mitigando a sua posição periférica, bem como implicando a relativa diminuição de seu caráter subdesenvolvido (Domingues, 2010: 10).

A Teoria da Dependência, de grande importância nas ciências sociais brasileiras nas décadas de 1970 e 1980, não tem na pobreza uma questão de grande relevância. A teoria tem o desenvolvimento como questão central. Contudo, não seria imprudente afirmar que a posição de subdesenvolvido e dependente colaborou na composição de uma ideia do Brasil como um país pobre, nos moldes da pobreza integrada (Paugam, 1999), não obstante da privação de fato que acometia grande parte de sua população.

A prioridade do crescimento frente à distribuição não era uma questão restrita às análises das ciências sociais. Delfim Netto, Ministro da Fazenda do governo ditatorial entre 1967 e 1974, afirmou publicamente que era necessário “fazer o bolo crescer, para depois dividi-lo”, expressão frequentemente revisitada para tratar das políticas econômicas da época.

Sem desfazer da grande importância que o desenvolvimento e crescimento econômico ainda ocupam no debate público, com destaque à esfera política, com o aproximar do fim do século XX e novas perspectivas no cenário econômico brasileiro, as ciências sociais alargaram a sua análise da realidade social a outros temas caros aos estudos da pobreza³⁵. Ainda distante de ser um grande tema da sociologia brasileira, a pobreza, assim como a desigualdade e exclusão social (essas com mais ênfase) ganharam espaço na área, uma vez que o desenvolvimento econômico observado não foi um fator suficiente para a redução da pobreza, e principalmente da desigualdade.

No panorama atual, consolidado a partir da década de 1990, as ciências sociais passaram a abordar a pobreza como um fenômeno da sociedade brasileira cujo entendimento e alteração derivam de fatores prioritariamente internos.

2.4.3 Novos Olhares sobre a Pobreza do Brasil

Hoje, pode ser observada grande diversidade nas investigações da academia brasileira que tratam da pobreza. A pobreza figura, com frequência, como uma clivagem nos estudos que desejam destacar a desigualdade ou aspectos peculiares da vida dos pobres. Assim, a

³⁵ O estudo da desigualdade social e das políticas sociais, a sociologia das cidades, as questões de gênero e raciais, por exemplo, são temas que dialogam com a pobreza e compõem grupos de tra nos principais encontros acadêmicos brasileiros de ciências sociais.

pobreza e a comparação entre pobres e não pobres orientam estudos em diversas áreas, como medicina, saúde coletiva, psicologia. Contudo, pouco se pensa sobre o que é a pobreza e como combatê-la, o destaque da pobreza é dado aos seus efeitos negativos sobre a vida dos indivíduos.

Por seu turno, a ciência política, a economia e, em parte, os estudos do serviço social abordam a pobreza como uma condição ou problema. O monitoramento das tendências de crescimento ou redução, e a ação governamental que direta ou indiretamente afetam a pobreza são estudados nesses campos, com frequente ênfase na análise do desempenho das políticas. A sociologia busca compreender a pobreza como um fenômeno social, as suas causas e mecanismos através dos quais se perpetua. Com a crescente urbanização, a favela passou também a ser um tema de estudo, nesse processo, a sociologia e, especialmente, a antropologia se dedicam a entender os parâmetros dessa segregação e seus impactos sociais e culturais na vida dos indivíduos.

Para o desenvolvimento deste estudo duas referências serão trabalhadas. Simon Schwartzman e Jessé Souza e suas teorizações contrastantes constituem bons exemplos sociológicos de como a disciplina compreende a pobreza, escolhas emblemáticas do pensamento sociológico brasileiro sobre o tema, contemplando abordagens materialista e simbólica das classes sociais.

2.4.3.1 A Pobreza Brasileira pelo Materialismo

Em *As Causas da Pobreza*, Simon Schwartzman (2004) faz uso de uma perspectiva marxista para analisar os processos históricos de composição da sociedade brasileira moderna. O seu objetivo é demonstrar como a formação de classes (ou a falta dela, no caso) desencadeou a manutenção de uma pobreza estrutural na sociedade brasileira.

Segundo o autor (Schwartzman, 2004), no Brasil, o processo de formação da classe trabalhadora associado à modernização e urbanização da sociedade difere intensamente de exemplos clássicos como a China e Rússia, com forte manifestação de uma classe industrial, assim como também não segue o modelo europeu³⁶, em que os embates entre o

³⁶ Imagem consolidada no modelo francês.

capital e o trabalho levaram à elaboração de um Estado de Bem-Estar Social orientado para os trabalhadores que ameniza as contradições de classe, ao passo que redistribui parte significativa da riqueza produzida, no modelo da social democracia.

Para compreender o processo pelo qual passou o Brasil, Schwartzman (2004) volta-se para a escravidão. O modo de produção escravista brasileiro possuía inicialmente forte demarcação entre duas classes, os dominantes e os dominados, senhores e escravos. Contudo, as atividades e status relativos da população escrava possuíam grande variação, com destaque para a distinção entre o trabalho produtivo e o trabalho doméstico. Além disso, no período imediatamente anterior ao fim da escravidão o cenário laboral brasileiro era diverso, havendo mais pessoas pobres livres que cativas. Encerrada a escravatura:

Era assim a população brasileira, ao fim do século XIX: uma pequena elite branca, os remanescentes de uma economia escravocrata em decadência, e uma multidão de escravos libertos, filhos bastardos, descendentes de índios e brancos empobrecidos, e pobres imigrantes da Europa e do Japão. Viviam sobretudo no campo, muitas vezes em grandes fazendas, mas em grande parte como parceiros, produzindo, se tanto, o suficiente para a sobrevivência; mas também nas cidades como vendedores, artesãos, caixeiros, biscateiros, agregados, desempregados e mendigos ocasionais. Muito parecidos com a “classe perigosa” de Marx, mas que, longe de serem os resíduos de uma ordem social e econômica em transição, eram a maioria da população de um país que se formava (Schwartzman, 2004: 20).

Dessa forma, o processo da expropriação dos trabalhadores e a incorporação num modo de produção industrial e criação de uma classe trabalhadora como classicamente entendida, de fato, não teria ocorrido nos moldes clássicos. Somente através desse processo seria possível a consolidação de uma classe trabalhadora virtuosa³⁷. A formação da classe trabalhadora sem consciência para si, desarticulada e minoritária, associada à detenção de um grande poder das elites tradicionais seriam os principais elementos que caracterizam o “capitalismo defeituoso brasileiro” (Schwartzman, 2004). O que viria a engessar os limites da atuação das lutas de classe, resultando inclusive na perpetuação da condição de pobreza.

Seria um dos principais efeitos dessa forma peculiar de capitalismo, o distanciamento entre a expansão dos direitos, especialmente os trabalhistas, e a articulação e atuação dos

³⁷ Deve ser lembrado que, parcialmente, e especialmente em São Paulo, as zonas mais industriais conseguiram consolidar, a partir de meados do século XX uma organização sindical suficientemente forte para ter implicações políticas, contudo, esse importante fenômeno seria uma exceção frente à realidade nacional.

trabalhadores. Os direitos adquiridos são comumente percebidos como uma dádiva, ao invés de uma conquista, o que desencadeia o paternalismo da classe política. Por sua vez, a perpetuação das iniquidades sociais, pobreza inclusive, seria causada tanto por um desequilíbrio estrutural do sistema produtivo, como pela fragilidade dos direitos que fundamentariam a consolidação de um Estado de Bem-Estar Social. A assistência social, por exemplo, deixa de ser percebida como um direito efetivo para figurar como um elemento de controle social por meio de “benefícios”.

A tese central apresentada pelo autor, historicamente fundamentada, prevê intensa estagnação das possibilidades de mudança da realidade sem que haja transformações estruturais no mercado de trabalho, sobretudo a redução do desemprego por meio da demanda por novos empregos formais. A qualificação da mão de obra, o aumento real do salário mínimo também impulsionariam essa transformação, desde que grande parte da população, que não faz parte da economia moderna, pudesse ser integrada.

Sobre a desigualdade social, Schwartzman (2004) atribui à defasagem educacional da população a razão pela sua existência e perpetuação. O retorno salarial da educação seria distorcido, relativamente supervalorizado, uma vez que há escassez de mão de obra qualificada. Nesse sentido, a exclusão do sistema educacional, conjuntamente com a exclusão do mercado de trabalho, passa a ter grande importância na compreensão desse fenômeno, com implicação, tanto a nível individual como social.

De modo geral, a análise de Simon Schwartzman tende a localizar as causas das incongruências do desenvolvimento capitalista brasileiro, com destaque para a manutenção de uma pobreza estrutural, na formação da classe trabalhadora, porém pouco trata da sua relação com a classe detentora dos meios de produção. Na análise da desigualdade, segue o mesmo sentido, sendo a concentração de rendimentos advindos principalmente dos retornos do trabalho qualificado. Por um lado, isso indica a importância da educação e qualificação profissional como medida de combate à pobreza e à desigualdade, por outro, mantêm a invisibilidade da classe capitalista que atua no Brasil. Isso seria prejudicial para se conhecer todas as implicações da sua atuação nesse “capitalismo defeituoso”, incluindo a sua implicação na política e importância para romper com a consolidada desigualdade, por meio da promoção da educação, por exemplo. Contudo, talvez sejam as mudanças no

contexto socioeconômico o principal fator que torna necessário uma revisão das elaborações do autor.

O século XXI aponta a possibilidade de um novo horizonte para o Brasil. Frente à crise econômica internacional, o país emergiu como uma promessa de crescimento e estabilidade, e recentemente, as taxas de desemprego reduziram, com participação do emprego formal. Por sua vez, as políticas de assistência social passaram a ser ofertadas com cobertura populacional mais ampla. Esse cenário segue a direção das indicações de Schwartzman para a redução dos efeitos perversos do capitalismo brasileiro, pobreza inclusive.

Por outro lado, a história do Brasil já indicava que o crescimento econômico não provoca, necessariamente, mudanças estruturais no ordenamento social, assim como pouco pode estar relacionado com melhoras da qualidade de vida da população. A redistribuição das riquezas está permeada por uma dinâmica macrossocial como indica Schwartzman. Contudo, outros fatores indicam participação nessa dinâmica, especialmente ao se tratar da distribuição social das oportunidades que tendem a reproduzir a pobreza. Investigar os mecanismos subjetivos que orientam a reprodução das classes mais baixas brasileiras e sua exclusão compõem o objetivo de Jessé Souza em suas elaborações teóricas.

2.4.3.2 Da Reprodução Subjetiva de Classe à Manutenção da Desigualdade

O desenvolvimento econômico, a criação de novos postos de trabalho e melhores oportunidades educacionais figuram como elementos da narrativa da construção de um futuro com menor pobreza para o Brasil, que supostamente poderia ser observado a cada dia nos indicadores socioeconômicos. Contudo, ao estudar os estratos mais empobrecidos da população brasileira, Jessé Souza (2009) identificou que as barreiras para a democratização das oportunidades, e, conseqüentemente, das riquezas, não seriam compostas apenas de restrições objetivas.

O capitalismo no Brasil pode não ter possibilitado o surgimento de uma classe trabalhadora moderna e estruturada, como indica Schwartzman. Segundo Souza (2009), ideologicamente é flagrante o sucesso de sua implementação. A primazia (ou a exclusividade) das medidas

econômicas para qualificar o sucesso e o fracasso, seria um indício forte de dominação da ideologia vigente, incorporada no senso comum.

Outra característica dessa ideologia é a meritocracia. A meritocracia é compreendida como a crença que um ideal de justiça pode ser concretizado no âmbito individual, por meio de escolhas e ações. Assim, cada indivíduo seria o principal responsável por suas condições e conquistas, dadas as suas capacidades e desempenho. Segundo Souza (2009), esse pensamento, amplamente defendido no Brasil, proporciona tanto a justificação das desigualdades (“desigualdades justas”), quanto a legitimidade dos privilégios. Além disso, a atribuição da razão do fracasso unicamente ao indivíduo imputa sobre ele a justificativa desse resultado como algo unicamente individual, como a preguiça e falta de capacidades.

O ponto principal para que essa ideologia funcione é conseguir separar o indivíduo da sociedade. Nesse sentido, toda determinação social que constrói indivíduos fadados ao sucesso ou fracasso tem que ser cuidadosamente silenciada. É também o mesmo fato que faz com que todo o processo familiar, privado invisível e silencioso, que incute no pequeno privilegiado as predisposições e a “economia moral” que leva ao sucesso – disciplina, autocontrole, habilidades sociais, etc. – possa ser esquecido (Souza, 2009: 43).

Jessé Souza (2009) compreende que, nessa dinâmica, o único âmbito extra individual percebido é o familiar. Por não figurar como uma questão de escolha do sujeito, socialmente, pertencer a uma família com mais ou menos recursos é tido como uma questão de sorte. Contudo, o autor ressalta que a família, como instituição social, não possui matriz valorativa própria, mas seria o principal vetor pelo qual as predisposições de classe³⁸ são ensinadas, ao passo que essa transferência seja ocultada.

Nessa dinâmica, o autor considera que a maior herança que os pais deixam aos seus filhos não é o dinheiro, mas valores e comportamentos que possibilitam o sucesso no meio social. Pelo que indica o autor, os principais valores reproduzidos pela classe média são: o autocontrole, a autodisciplina e o pensamento prospetivo. Além desses, é também essencial o sentido de autoconfiança, que se traduz em perceber em si um valor próprio. Decorre da autoconfiança, por exemplo, a capacidade de lidar com frustrações de modo controlado. Seria esse conjunto de valores o principal elemento de distinção dos indivíduos nas

³⁸ Por classe social, o autor entende os diferentes níveis sociais que distinguem os indivíduos de acordo com a inserção social, especialmente no nível das relações interpessoais, aproximando os de comum status.

relações interpessoais e institucionais. Adquiridos através do cuidado e educação no seio da família, a reprodução dessas características se dá por meios emocionais e cognitivos, sendo facilmente tidos como naturais.

A educação como um valor, por exemplo, seria mais bem transmitida por pais escolarizados. Isso não se daria somente pelas competências adquiridas, mas, sobretudo, pelas experiências destes sobre seus próprios históricos de vida, por meio de seus elos pessoais com a vida estudantil e sua percepção cognitiva do que isso representou ao longo da vida. Nesse sentido, ser um exemplo, tem mais efeito que a simples retórica dos pais que nunca foram à escola.

Tais valores não encontrariam correspondência nas classes mais baixas, que, sujeita a constantes limitações contingentes, acabariam por formar seus filhos orientados para uma espécie de utilitarismo imediatista. Em outras palavras, restaria aos pobres a apreensão de um “*habitus* precário”, em detrimento de um “*habitus* primário” (Souza, 2006), o que impossibilita uma mediação ampla entre esses e a sociedade.

Essa é classe que está abaixo dos princípios da dignidade [...] e expressivismo, condenada a ser, portanto, apenas “corpo” mal pago e explorado, e por conta disso é desprezada e não reconhecida por todas as outras classes que compõem nossa sociedade. Essa é a razão também da dificuldade de seus membros constituírem qualquer forma efetiva de autoconfiança e de estima social, que é, por sua vez, o fundamento de qualquer ação política autônoma (Souza, 2009: 122).

A classe a que se refere Jessé Souza não é simplesmente uma classe do mais baixo poder econômico. Não obstante da implicação do rendimento, mas certo que esse é mais uma consequência que a causa, a classe referida pelo autor é aquela que não se vê ocupando espaços pertencentes à classe média e que não se reconhece como parte das instituições. A eficácia dessa dinâmica reside exatamente no sentimento de não pertencimento que exclui os pobres e legitima para esses a posição social dos não pobres.

No âmbito da participação social, esses indivíduos acabam por passar ao lado das instituições sendo desincentivados, abandonados ou esquecidos, de modo objetivo e, principalmente, subjetivo. Incluem-se com destaque as instituições de pretensão universal, como a educação básica e o mercado de trabalho, fazendo com que esses sujeitos sejam inseridos socialmente por meio de uma subcidadania.

Essa realidade faz com que o autor seja cético a respeito da capacidade de mudança da realidade de grande parte da população, mesmo num contexto econômico favorável. Nas suas palavras:

Ao contrário de algumas análises excessivamente otimistas acerca do papel da esfera pública no Brasil, esta mostra-se tão segmentada [...] quanto ao acesso ao mercado e à instância estatal. Novos instrumentos de luta da classe trabalhadora organizada não são porta-voz dos interesses genericamente difusos da plebe desorganizada (Souza, 2003: 185-186).

Nesse sentido, as análises de Schwartzman e Souza se complementam. Juntas, compõem um panorama teórico denso da realidade brasileira contemporânea acerca da pobreza. Se, por um lado, contribuem para a interpretação da realidade a ser estudada, por outro, diferem da perspectiva a ser analisada. Porém, ambas servem de incentivo e crítica ao combate à pobreza nos moldes governamentais, que vêm sendo aplicados, no Brasil, cujos pilares são a assistência social e o crescimento econômico, como será apresentado a seguir.

2.4.4 A Perspetiva Governamental

Distanciando-se do fatalismo da Teoria da Dependência, no século XXI, alguns indicadores apontam grandes mudanças no cenário socioeconômico. A taxa de desemprego³⁹ atingiu em 2012 seu nível mais baixo (4,6% em dezembro) desde a sua criação em março de 2002. Por outro lado, em janeiro de 2013, a balança comercial atingiu um déficit superior a 4.000 milhões de dólares, a indicar que as importações foram superiores às exportações. Em suma, esse resultado (não desejado), combinado com a baixa taxa de desemprego, sugere que, mesmo ainda sendo um país agrário-exportador no cenário internacional, o Brasil conseguiu promover o emprego, com ênfase no trabalho formal, e o mercado interno. É importante compreender que, na realidade brasileira das classes populares, o emprego formal (“de carteira assinada”) constitui também um valor subjetivo, de reconhecimento da cidadania dos sujeitos. Por sua vez, as políticas assistenciais foram responsáveis pela redução da pobreza, no entendimento governamental,

³⁹ Medida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referência oficial do governo.

sendo o consumo entre as classes de baixo rendimento a face mais reproduzida discursivamente.

Como postulado anteriormente, na academia, a pobreza nunca figurou como protagonista das análises da sociedade brasileira. Contudo, atualmente, o governo tem atraído atenção à questão, promovendo-a como um assunto de interesse público. Há um esforço para que o governo seja percebido como uma entidade preocupada com a questão. Isso ficou evidente, sobretudo, a partir de fevereiro de 2011, quando o governo federal adotou para si o *slogan* “Brasil - país rico é país sem pobreza”⁴⁰.

Nesse sentido, pode-se afirmar que há um esforço para realizar a transição da pobreza integrada para a pobreza marginal (Paugam, 1999). Em outras palavras, para descaracterizar o Brasil como um país pobre, em favor de perceber a pobreza como algo que acontece e deve ser combatido.

Entretanto, esse enfoque instrumental sobre a pobreza consiste em resumi-la somente e tão somente ao rendimento familiar. Educação, saúde, emprego e segurança social, são esferas tratadas separadamente pelo governo, não compondo, portanto, de forma orgânica a concepção de pobreza associada à participação social. Um efeito adjacente a essa opção do governo é a frequente avaliação de seu desempenho, realizado por si e outros. Nesse sentido, a academia pode ser um dos agentes da avaliação das políticas, e contribuir para a distinção entre o estado de crescimento econômico e seus efeitos, de um estado de desenvolvimento social, promoção da participação integral e mitigação da desigualdade, etc.

2.4.4.1 O Enfrentamento da Pobreza

Há um reconhecimento que a pobreza no Brasil se encontra numa tendência de redução desde o início dos anos 2000 (Rocha, 2013), inclusive entre as pessoas que sofrem pobreza extrema (Barros, 2009). Esse período coincide com a gestão do governo federal pelo Partido dos Trabalhadores, e é tido como o maior êxito desse governo, que inicialmente teve o combate à fome como principal objetivo anunciado.

⁴⁰ Esse *slogan* é vinculado a todas as atividades, documentos e campanhas oficiais, e veio a substituir “Brasil – um país de todos” adotado pelo governo anterior.

Os programas de transferência de rendimentos são as principais iniciativas governamentais relacionadas com o combate à pobreza. Sobre essas são atribuídas os êxitos desse enfrentamento. Por outro lado, essas iniciativas denotam o entendimento da pobreza como uma condição que é restrita ao âmbito financeiro. Ao passo que também questiona a capacidade das políticas públicas de educação e trabalho, principalmente, em conseguir promover sem a colaboração assistencial uma inserção do indivíduo que seja suficiente para a eliminação da pobreza.

O risco dessas iniciativas resume-se nas palavras de Silva (2010) em:

São políticas e programas que têm, até, incluído as pessoas nos processos econômicos de produção e de consumo. Contudo é uma integração da pobreza e da indigência de modo marginal e precário, criando um segmento de indigentes ou de pobres “integrados”, mantido na situação de mera reprodução. Pode-se ter, por conseguinte, uma pobreza regulada ou controlada, mas não superada, servindo para atenuar o caráter “perigoso” que é atribuído aos pobres (Silva, 2010: 161).

Essa crítica reflete uma preocupação com a ausência de políticas que venham a possibilitar um rompimento com as estruturas sociais que mantêm e reproduzem as injustiças sociais, tanto no que diz respeito à distribuição da riqueza, como nos valores sociais que fundamentam as desigualdades e justificam a sua manutenção, tais como a discriminação de raça e gênero, entre outras (Azevedo e Burlandy, 2010). A crítica quanto à existência dos programas de transferência de rendimentos são mais frágeis, feitas mais no âmbito do debate político que acadêmico, e são cada vez mais raras, dado o crescente reconhecimento social do impacto dessas políticas.

No centro dessas disputas, tanto para promover o governo do Partido dos Trabalhadores, quanto para questioná-lo, encontra-se o Programa Bolsa Família. A evidência do Bolsa Família e seus resultados satisfatórios para o governo colocou a medida como elemento central das políticas de assistência social não somente no sentido de concentração de atenção e recursos, como também no planejamento de outras políticas que passaram a ser associadas ao programa, com ênfase nas iniciativas inauguradas na segunda década deste século após a consolidação do Bolsa Família. Desse modo, a política de atenção à primeira infância, nomeada de Brasil Carinhoso, acrescenta valores à transferência e prioriza creches aos beneficiários do Bolsa Família, assim como acontece com o Programa

Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) ao priorizar vagas de cursos profissionalizantes para esse público.

O protagonismo da assistência social para o governo é institucionalizado no Plano Brasil sem Miséria, de 2011, cujos objetivos são incentivar o crescimento, reduzir a desigualdade e promover a inclusão social. O plano que articula diversos ministérios tem norteia ações de inclusão produtiva, garantia de rendimento, acesso a serviços e busca ativa, isto é, ir à procura das famílias que se enquadram no perfil das políticas de assistência, ao invés de esperar que essas venham aos gabinetes de assistência social. Dentre esses, o que diferencia o plano como algo inovador é a busca ativa, que utiliza de mecanismos da gestão municipal para acesso às políticas federais. Esse método atua na identificação dos indivíduos, e na informação e promoção de seus direitos, especialmente relativos à assistência social, ao passo que, conseqüentemente, concentra mais atribuições e poder no governo federal.

De entre as iniciativas federais baseadas em transferência de rendimentos, o Programa Bolsa Família é a mais notória, mas não a única. Outras de grande alcance que merecem destaque são a Aposentadoria⁴¹ Social Rural e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A Aposentadoria Social Rural destina-se aos trabalhadores do campo idosos, que podem requerer um salário mínimo mensal da Previdência Social, mesmo que não tenham contribuído formalmente para tal fim. Os outros dois programas (Bolsa Família e o BPC) precisam ser melhor apresentados, um pela amplitude e centralidade, o outro por estar diretamente relacionado com as pessoas com deficiência.

O Programa Bolsa Família foi lançado no ano de 2003 no âmbito das políticas de combate a fome. Sua implementação se deu a partir da unificação de quatro iniciativas que envolviam transferência de rendimentos: Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação, Vale Gás e Bolsa Escola (Silva, 2007). Esse processo possibilitou uma cobertura mais ampla, padronizada e de pretensões multidimensionais.

Hoje, estão aptos a receber transferências do Bolsa Família as famílias com rendimento *per capita* mensal inferior a 154 reais (50 euros aproximados), ou seja, família em clara situação de pobreza. Os valores recebidos, por sua vez, variam de acordo com a

⁴¹ Reforma, em Portugal.

composição e rendimento familiar. São levados em consideração o número de crianças (0 a 15 anos), jovens (16 e 17 anos), gestantes e nutrizes. Em 2014, tendo o mês de maio como referência, o programa beneficiou quase 13,9 milhões de famílias mensalmente, com o valor médio de 149,76 reais (em torno de 49 euros). Esses números indicam a dimensão do programa. Cerca de 47 milhões de pessoas (um em cada quatro brasileiros, aproximadamente) vivem em famílias que recebem o benefício.

Para receber as transferências do Bolsa Família, segundo o regimento, deve-se cumprir uma série de quesitos denominados condicionalidades na área da saúde e educação, das crianças, principalmente. A respeito da saúde, as mulheres gestantes devem atender a consultas regulares para o acompanhamento pré-natal, os bebês devem ser levados regularmente ao médico, e as crianças (até os 7 anos) devem manter a vacinação atualizada. Quanto à educação, todos membros da família atendida entre os 6 e os 18 anos devem estar matriculados e frequentar a escola (85% de frequência mínima dos 6 aos 15 anos e 75% para quem tem 16 ou 17 anos). Além disso, crianças e adolescentes (até aos 15 anos), alvos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil devem participar regularmente das atividades do programa.

O pequeno valor da transferência pode vir a ter grande impacto em famílias cujo rendimento é muito baixo. Se, por um lado, esse acréscimo pode ser importante no momento imediato. O programa é frequentemente encarado com algum ceticismo quanto a capacidade de promover as condições necessárias para a família beneficiada superar as condições de pobreza a longo prazo (Silva, 2010), especialmente dos seus descendentes. Questionamento frequentemente direcionado às políticas de transferência.

Uma avaliação oficial encomendada sobre o programa (CEDEPLAR, 2007) destaca que não há razão consistente para atribuir qualquer desincentivo ao trabalho advindo do Bolsa Família. Na área da educação, o mesmo estudo aponta diferenciais positivos sobre a evasão e frequência. Já, uma melhora significativa na progressão somente foi verificada em meninas do sul e sudeste. A análise não constata variações significativas na vacinação devido ao programa. Além disso, ganhos nutricionais gerais associados ao programa em crianças aparentam ser relativos, segundo a região do país.

No que tange à sua suficiência, ao comparar os valores do Bolsa Família com os custos da cesta básica de alimentos, Zimmermann (2006) infere que o programa é insuficiente para garantir a segurança alimentar. Por seu turno, Segall-Corrêa e outros (2008) relativizam essa questão ao inferir que a segurança alimentar indica ser crescente conforme o montante recebido, cujo valor não é uniforme. Além disso, os autores observam que a inserção escolar é um meio suplementar de promoção da alimentação entre as crianças, por meio da merenda escolar. Ademais, entre os mais pobres beneficiários do programa, outra investigação (Santos *et al.*, 2013) constatou menor prevalência de baixo peso ao nascimento.

A investigação do Centro de Planejamento e Desenvolvimento Regional (CEDEPLAR, 2007) ainda aponta para um ganho no poder negocial das mulheres no âmbito familiar, no que diz respeito a decisões de compra e atividades, uma vez que o benefício é-lhes preferivelmente creditado. Além de serem mais presentes nas composições de famílias pobres, acredita-se que as mulheres reconhecem as necessidades e gerem os recursos domésticos melhor que os homens. Como indica a avaliação, essa escolha tende a empoderar as mulheres. Ao se assumir a existência de uma relação entre a autonomia econômica e a autonomia moral, o programa estaria a colaborar com a emancipação feminina (Rêgo e Pinzani, 2013). Por outro lado, o programa tende a reforçar os papéis de gênero ao identificar a figura da mulher como centro das responsabilidades domésticas (Mariano e Carloto, 2009), ainda que haja a presença de um homem adulto na casa. No entanto, dada a relação observada entre a pobreza e as mulheres, que são mais presentes inclusive no papel de chefia das famílias mais pobres, a entrega da responsabilidade sobre as transferências do Bolsa Família é positiva⁴².

De modo geral, a autonomia é uma questão importante em relação ao Programa Bolsa Família e outros programas de transferência de rendimentos. Ela pode ser pensada no nível do indivíduo e familiar. De facto, uma trajetória de sucesso ideal de uma família beneficiária inclui a saída do programa pelo desenvolvimento de competências e aumento do nível de rendimento, sendo, portanto uma família autônoma. A ideia de pobreza encontra seu limite na noção de autonomia. Em alguns entendimentos (como em Simmel e Jacobson, 1965), ainda que ultrapassada determinada linha de pobreza, se isso ocorrer

⁴² Entre as famílias beneficiadas diretamente com o Programa Bolsa Família, de sua implementação em 2003 até os registros do ano 2013, mais de 90% dos responsáveis eram mulheres (Camargo *et al.*, 2013).

somente com o auxílio de programas como o Bolsa Família, a família ainda deve ser classificada como pobre. Em outras palavras, depender ou simplesmente receber um desses auxílios é condição suficiente para qualificar as pessoas como pobres.

A determinação de um meio de rendimento como válido ou não para se imputar dependência, pobreza ou autonomia a uma família que a recebe é social. Como indica Costa (2008), em Portugal, os benefícios da assistência social são pouco legitimados pela sociedade como meio de superação da pobreza, ainda que a família beneficiada ultrapasse a linha de pobreza ao recebê-lo. Por outro lado, os rendimentos advindos da reforma e, sobretudo, do trabalho teriam maior legitimidade social.

Contudo, os benefícios diferem muito entre si, e compreender essas nuances é necessário. Ao se tratar de pessoas com deficiência essa discussão ganha contornos mais complexos. O que pode ser evidenciado numa reflexão acerca de Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC).

O Benefício de Prestação Continuada, um direito estabelecido na Constituição de 1988 implementado em 1995, consiste em:

Um benefício individual, não vitalício e intransferível, que assegura a transferência mensal de um salário mínimo ao idoso, com 65 anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Em ambos os casos, devem comprovar não possuir meios de garantir o próprio sustento, nem tê-lo provido por sua família. A renda mensal familiar *per capita* deve ser inferior a um quarto do salário mínimo vigente⁴³ (MDS, 2014).

Os requisitos de idade e deficiência, dessa transferência individual não podem ser caracterizados como condicionalidades. O beneficiado do BPC não tem obrigações a cumprir para manter essa transferência. Idealmente, esses só deixam de receber as transferências se excederem o nível de rendimento determinado, utilizando outras fontes de rendimento. Para as pessoas com deficiência, a partir de 2011, o BPC Trabalho foi estabelecido. Essa medida possibilita que o beneficiário do BPC possa suspender as transferências ao conseguir um trabalho e retomá-las quando esse termina, desobrigando-o

⁴³ O salário mínimo brasileiro vigente em 2014 é de 724,00 reais (233 euros aproximados), sendo um quarto desse valor 181,00 reais (58 euros aproximados).

de um novo requerimento, e assegurando o retorno ao benefício, ao fim de um determinado período de trabalho, etc⁴⁴. Essa inovação tem por objetivo reduzir os riscos morais da dependência, ou seja, o desenvolvimento de uma cultura de dependência em detrimento da cultura do trabalho.

Ainda que a definição de deficiência adotada advenha de um entendimento alinhado com a perspectiva biopsicossocial, um decreto⁴⁵ orienta a caracterização legal dos casos que podem ser enquadrados como deficiência, com parâmetros clínicos (para a deficiência física, especialmente) e biométricos para as sensoriais, ao utilizar de escalas como frequências auditivas e percentual do campo visual. A deficiência mental está associada ao critério etário (antes dos dezoito anos) e às faculdades comunicacionais, de cuidado de si e participação social.

Esse entendimento fortemente associado ao paradigma biomédico é reforçado, uma vez que, o requerente do BPC por motivo de deficiência deve passar por uma perícia para atestar a deficiência, com parâmetros orientados às capacidades funcionais para o trabalho e vida independente, inicialmente, baseada no referido decreto. Contudo, Diniz e outros (2007) apontam que há espaço para a subjetividade dos médicos, a exemplo da constatada divergência entre eles em casos de artrose e HIV/SIDA em estágio avançado, que dividem em 46% e 82% a opinião dos médicos por um parecer favorável ao benefício, respectivamente.

No mês de maio de 2014, o BPC foi transferido para 4.033.894 pessoas, sendo 52,3% pelo quesito deficiência, e 47,7% pela idade. Em comparação com o Bolsa Família, o BPC é mais consolidado, pelo tempo de existência e status legal, por ser a efetivação de um direito constitucional. Quanto a quantidade de atendidos e valores, o BPC beneficia um número muito menor de pessoas e o valor da transferência é significativamente maior que o do Bolsa Família. As disparidades também são grandes quanto ao interesse social pelas políticas, inclusive no âmbito acadêmico. O Programa Bolsa Família é debatido, estudado e avaliação com frequência, enquanto investigações sobre o BPC são raras.

⁴⁴ O BPC Trabalho não age diretamente na promoção do trabalho, mas destina-se à prevenção da preterência do benefício em detrimento do trabalho.

⁴⁵ Decreto 3.289 de 1999, alterado pelo Decreto 5.296 de 2004.

Classificando-se como uma iniciativa destinada à pessoa, o BPC não deixa de possuir um impacto familiar, especialmente quando o beneficiário é uma criança ou adolescente. Santos (2011) sintetiza a avaliação desse impacto em três pontos:

(1) O BPC se configura como mecanismo de segurança de renda e garante o consumo de bens básicos de alimentação, tratamentos de saúde e gastos com moradia dos deficientes e suas famílias; (2) as pessoas deficientes relacionaram a concessão do benefício com o aumento da independência social e financeira delas em relação às suas famílias, contribuindo para a ampliação das noções autonomia e cidadania; (3) o BPC é um instrumento capaz de proteger os beneficiados e suas famílias da situação de vulnerabilidade social resultante da pobreza, desemprego e emprego informal, muito embora as mães das crianças deficientes saiam do mercado de trabalho para exercer o cuidado diário dos filhos e não recebam nenhum tipo de proteção social por parte do Estado (Santos, 2011: 790).

Nesta avaliação, os impactos são diversos, efetivos e positivos. Deve-se destacar entre esses a autonomia financeira associada ao benefício. A relação entre benefício assistência e autonomia individual (ou familiar) tende a ser paradoxal. É possível ser considerado autônomo um indivíduo que sobrevive de um rendimento que não advém do trabalho (ou ativos) próprios ou familiares? Ao tratar-se de uma pessoa com deficiência, outras nuances trazem mais complexidade à questão, como impedimentos orgânicos a diversos postos de trabalho. Não há uma resposta simples a essa questão, porém deve-se ter em conta que, quanto menos discursos acerca de dádiva e caridade, e maior alinhamento com a noção de direito, mais o benefício é percebido socialmente como uma posse legítima.

Quanto à sua efetividade, a transferência de rendimentos é vista com algum ceticismo por estudiosos, a exemplo de Souza e Carneiro (2007). Com frequência, as políticas de transferência suscitam a suspeita sobre a sua capacidade de prover aos indivíduos e suas famílias meios para superar a pobreza a longo prazo. Os autores (Souza e Carneiro, 2007) compreendem a importância do benefício para quem está a sofrer imediatamente com a pobreza, mas o percebe como insuficiente, dado o modo como a pobreza e a deficiência estão relacionados. Ao citar os custos de oportunidade por motivo do cuidado, as desvantagens educacionais das pessoas com deficiência e as baixas possibilidades de ingresso no mercado de trabalho, Souza e Carneiro (2007) reconhecem uma limitação da transferência de rendimentos em relação à pobreza das famílias das pessoas com deficiência como mecanismo de combate à pobreza por contemplar a promoção de

oportunidades (educacionais, productivas e financeiras) que pudessem, de facto, proporcionar um rompimento com a situação de pobreza.

No entanto, ambas as investigações, que constatarem os impactos positivos e os limites dessa política de transferência para pessoas com deficiência são demasiado restritas em seu alcance, sendo referenciadas em apenas um município brasileiro⁴⁶. O Benefício de Prestação Continuada precisa de ser mais bem divulgado, compreendido e avaliado, para que se tenha um conhecimento consolidado de seu alcance e impacto direto e indireto, assim como acontece hoje com o Programa Bolsa Família. O silêncio em torno do BPC pode ser reflexo, de algum modo, da invisibilidade pública das próprias pessoas com deficiência.

Nessas circunstâncias, uma investigação mais substancial e ampla da relação entre o benefício, a independência financeira, a autonomia pessoal (seus impactos no nível familiar) e a validação social desse rendimento é recomendada. Especialmente quando destinadas às pessoas com deficiência, um benefício assistencial pode ter sua legitimidade alargada ou reduzida num determinado contexto social. A incapacidade para o trabalho socialmente presumida, a aversão à deficiência, entre outros fatores, podem ser importantes determinantes dessa legitimidade, que é pela invisibilidade da questão, por ora, assegurada.

Ainda que se distancie especificamente em dar respostas a esta questão, o presente estudo objetiva colaborar com nesse campo de conhecimento, ao investigar uma realidade específica, mas não excepcional, a pobreza que acomete as pessoas com deficiência e suas famílias.

Há dúvidas se a prospeção positiva do governo quanto à pobreza teria efeito sobre essa população, ou se a parcimônia de Jessé Souza quanto ao otimismo deveria ser aplicada a essa situação, implicando também às pessoas com deficiência um status de subcidadão. No próximo capítulo, dedicado ao estudo de como a deficiência e a pobreza se conjugam, um quadro mais complexo desta relação e a proposta investigativa desta tese são apresentados.

⁴⁶ Unai no estudo de Santos (2001), e Betim em Souza (2007), ambas em no Estado de Minas Gerais.

3. A POBREZA E A DEFICIÊNCIA: MÚLTIPLAS PROXIMIDADES

A relação de causalidade entre pobreza e deficiência é um debate extenso (Elwan, 1999; Moyes, 1981; Filmer, 2005). Em linhas gerais, a pobreza levaria à deficiência na medida em que recursos necessários para evitar seu surgimento fossem restringidos pela condição econômica dos indivíduos. Por outro lado, a deficiência levaria à pobreza quando, em decorrência dela, as oportunidades sociais e econômicas fossem cerceadas. Neste capítulo, os dois sentidos de causalidade são discutidos, com ênfase na pobreza decorrente dos fatores associados à deficiência e, no papel do trabalho da pessoa com deficiência. No final, espera-se que possa ser definida a abordagem teórica mais adequada à investigação, levando em consideração os fatores intervenientes nesta relação.

Discute-se, primeiramente, a articulação entre pobreza familiar e pobreza do indivíduo, com enfoque no impacto geracional, e nas possibilidades de agravamento e superação.

A pobreza familiar, aqui tratada, resume-se à condição em que uma família é impedida de obter os recursos necessários para eliminar privações (ou risco de privações) para uma inserção social digna, o que, em termos analíticos, pode ser operacionalizado através dos recursos disponíveis na família. Por seu turno, a pobreza do indivíduo define-se pela sua integração numa família pobre, ou sofrer restrições ao acesso a bens ou serviços que impeçam o desenvolvimento das suas potencialidades. Assim, é importante notar que, usando tais definições, a pobreza familiar é suficiente para situar na pobreza todos os seus membros, a existência de um indivíduo pobre pode não ser o suficiente para definir a pobreza familiar.

Um modelo que possibilita articular os dois níveis de pobreza (individual e familiar) de forma valiosa à análise proposta nesta investigação é a abordagem que tem como conceito central a ideia de Ciclo da Pobreza⁴⁷. Essa ideia foi usada e formalizada inicialmente para designar a imobilidade das economias de países pobres por falta de capital para subsidiar o seu desenvolvimento e romper com a condição de pobreza inicial (Cardoso, 2012). Inspirado nessa elaboração, o Ciclo da Pobreza também passou a ser utilizado para

⁴⁷ Freqüentemente denominado por Ciclo Vicioso da Pobreza.

subsidiar investigações que buscam compreender os processos pelos quais a pobreza se perpetua numa família.

Os recursos familiares, definidos pela união dos recursos dos seus membros, possuem uma sequência de transmissão geracional entre os seus membros produtivos e improdutivos, sobretudo entre adultos e crianças, pais e filhos, incorporados em obrigações e papéis sociais⁴⁸. Numa situação de pobreza, os recursos dos membros adultos de um agregado, especialmente os pais, apenas conseguem formar os mais novos (seus filhos) numa educação de baixa qualidade, quando o fazem. Como consequência, posteriormente, o trabalho exercido por esse jovem e os seus rendimentos não serão suficientes para a superação da pobreza, perpetuando-a de uma geração para a outra. Deste modo, num contexto social de oportunidades desiguais, adverso às famílias pobres, a pobreza é herdada, sobretudo via educação. Em suma, a pobreza familiar restringe a inclusão social de seus membros, que, uma vez excluídos, reproduzem a pobreza em âmbito familiar.

A principal teoria que sustenta a diferenciação do trabalho e da remuneração de acordo com o nível educacional, em consonância com o Ciclo de Pobreza, é a teoria do capital humano, de Gary Becker (1993). Segundo a proposição de Becker, o capital humano consiste no valor acumulável atribuído ao homem, dado a sua educação e treinamento profissional. A educação, principalmente, funciona como uma espécie de poupança na qual a restrição de um consumo presente propicia maiores rendimento no futuro. Isto é, quanto mais tempo gasto com educação, maior a remuneração quando iniciado o trabalho. Num contexto no qual o ganho progressivo com a educação é verificável, como afirma Schwartzman (2004), sobre a realidade brasileira, um indivíduo e a sua família, racionalmente, somente deixam de investir em educação por ausência de recursos. Secundariamente, Becker (1993) reconhece o investimento em saúde como investimento em Capital Humano, contudo, não se dedica a estudar as taxas de retorno desse investimento como o faz com a educação.

Segundo essa perspectiva, a educação é a principal herança que os filhos da classe trabalhadora recebem dos pais, sendo também um meio para a mobilidade social. No entanto, a oferta de educação e a remuneração do trabalho estão condicionadas aos

⁴⁸ As tendências das transferências que envolvem os idosos possuem maior variação, podendo esses ora ser doadores, ora recetores, segundo as circunstâncias em que se encontram.

fatores sociais, políticos e, principalmente econômicos distantes do poder de atuação da família. Sobre a dinâmica entre a transmissão do status e desenvolvimento econômico, Xavier e Neves (2012) concluem que o crescimento econômico reduz a transmissão de status e possibilita maior mobilidade social, mas isso acontece quando se atua em setores menos tradicionais da economia, ligados ao campo. Ou seja, a industrialização e urbanização favorecem a redução da influência do estatuto dos pais sobre os resultados dos filhos, porém de modo algum a elimina.

Consonante com tal premissa, investigações evidenciam que a mobilidade intergeracional da educação (Ferreira e Veloso, 2003) e do rendimento (Pero e Szerman, 2008) estão fortemente relacionadas com a origem familiar, especialmente entre os perfis mais desfavorecidos. Isto é, a mobilidade intergeracional escolar ocorre menos entre as famílias cujos pais são menos educados. De maneira semelhante, a mobilidade do rendimento é menos observada entre os mais pobres, numa concepção relativa de pobreza⁴⁹. A investigação (Pero e Szerman, 2008) aponta que a pobreza e a riqueza fixam mais a posição dos indivíduos na pirâmide social, segundo o status das suas famílias, que nos outros estratos intermediários. No Brasil, estes resultados apontam para a hipótese da pobreza como elemento que se reproduz no seio da família, imobilizando os mais pobres nos estratos sociais mais baixos.

Deve-se notar que as desvantagens sofridas na infância tendem a configurar-se como um fator definidor da imobilidade do status socioeconômico para o resto de suas vidas (Machin, 1998). Uma perspectiva longitudinal, a seguir o ciclo de vida de um indivíduo, deve observar com atenção especial as transições da infância para a vida adulta, com destaque para a vida escolar e inserção profissional, e posteriormente, os diferenciais dos idosos. Conseqüentemente, uma intervenção que visa romper com o ciclo de pobreza deve ser priorizada na infância e juventude para que se observe um impacto mais efetivo e duradouro.

Outro modo de se pensar a transferência intergeracional de status, é através da noção de capital cultural. Este conceito serve para distinguir os indivíduos segundo a capacidade de entender e operar uma série de referências, normas e valores, apreendidos principalmente

⁴⁹ Definida pelo percentil da distribuição de rendimentos. Assim, ainda que se melhorem as condições de vida, a posição na hierarquia social tende a reproduzir a vivida pelos pais.

no âmbito doméstico, que são tidas como de alto valor, na apresentação de si (Bourdieu, 2006). Utilizando essa elaboração, Souza (2009) fundamenta o seu ceticismo a respeito da mobilidade social no Brasil, ao passo que, reforça a ideia de pobreza como herança edificada no seio familiar, mas que distingue os indivíduos por meio de razões menos mensuráveis, incorporadas num “habitus precário”, enquanto é tratada como simples meritocracia. Esta abordagem compõe uma hipótese crítica, que, no entanto, se distancia do alcance da análise aqui pretendida, que se aproxima do materialismo.

Para este estudo, que articula pobreza, trabalho e deficiência, entre os níveis individual e doméstico, a importância do Ciclo da Pobreza situa-se na relação entre os resultados individuais e o contexto familiar, tendo a deficiência como um elemento que pode interferir tanto nos recursos familiares como na efetivação do seu potencial na promoção do capital humano.

Porém, antes de tratar o exame da relação entre pobreza e deficiência, é necessário explicitar os conceitos mais adequados à análise proposta. As ideias de deficiência e pobreza mais intuitivas e próximas do senso comum, o Modelo Médico e o conceito absoluto de pobreza, são os pontos de partida inicial para verificar a implicação mútua entre os fenômenos, principalmente a pobreza como causa da deficiência. Contudo, a teorização materialista da deficiência alinhada com o Modelo Social figurará como importante ferramenta para a interpretação dos fatores analisados.

Acrescenta-se também que, de modo geral, a variação na prevalência da deficiência é marcada por fatores demográficos, nomeadamente a idade e o sexo. Essa compreensão dessa associação é essencial para evitar o erro em análises posteriores. Pelo menos dois atributos estão relacionados com o fator idade: o tempo de exposição ao risco e o envelhecimento. A longevidade implica mais tempo de exposição ao risco da deficiência. Já o envelhecimento é, além da expressão da idade, no seu efeito acumulado, um período da vida particularmente associado à fragilidade da saúde humana e natural redução das capacidades funcionais.

Por essa razão, é esperado que a deficiência siga uma tendência crescente com a idade, atingindo maior concentração entre os mais velhos. Outra característica demográfica fortemente associada à idade na determinação da deficiência é o sexo. Uma população

envelhecida, na maior parte dos casos, é feminizada. Por viverem mais, as mulheres estariam, também, em maior número entre as pessoas com deficiência.

No entanto, esse cenário simples que conjuga apenas duas variáveis demográficas, idade e sexo, indica ser uma tendência pouco verificável nos países em desenvolvimento, onde questões sociais impõem-se na redefinição do perfil da população com deficiência, com a relevante prevalência entre não idosos e tendência à masculinização. As variações do padrão atribuído aos países desenvolvidos estão pautadas por dinâmicas socioeconômicas que alteram as chances de uma pessoa adquirir deficiência, frequentemente associadas à pobreza.

3.1 Da Pobreza à Deficiência: os riscos característicos

Ao estudar a relação entre pobreza e deficiência, Ann Elwan (1999) sistematizou em dois grupos de questões a agência da pobreza sobre o risco da deficiência: a saúde e o trabalho. Ao tipificar a deficiência nos países em desenvolvimento, a discussão também possibilita refletir sobre dois diferentes níveis da pobreza que se articulam, a microssocial (individual ou familiar) e macrossocial (regional ou nacional).

Essa orientação da relação causal entre pobreza e deficiência é difícil de ser evidenciada na realidade, uma vez que notar o diferencial de prevalência das deficiências entre os pobres não é suficiente para indicar que a pobreza está relacionada com a existência da deficiência, especialmente por não se ter acesso à proporção em que a deficiência não ocorreu devido à ausência de pobreza. Ou seja, a deficiência prevenida pela existência de recursos comumente restringidos pela pobreza não é uma informação disponível para um exame mais criterioso.

Para o estudo de como a pobreza desencadeia maior ocorrência de deficiência deve-se examinar a origem da deficiência. Apesar de não constituir a maioria dos casos, a deficiência adquirida ainda na infância é particularmente interessante para se notar a ação da pobreza, devido ao maior controle da precedência da pobreza à deficiência, uma das condições necessárias para o estabelecimento de uma relação causal.

A lista da UNICEF das maiores causas de deficiência em crianças é similar à classificação geral da OMS, e inclui a nutrição inadequada de mães e filhos, incluindo deficiência de vitaminas; pré-natal irregular ou eventos peri-natais; doenças infecciosas; acidentes; e diversos outros fatores, incluindo poluição ambiental e lesões de origem ainda desconhecidas (Elwan, 1999: 17).

A lista apresentada por Elwan, atribuída ao Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), contém indicativos da importância do acesso aos serviços de saúde, do ambiente e perfil epidemiológico na determinação da deficiência entre as crianças. Tais fatores podem estar intimamente associados à pobreza, como a autora fundamenta ao rever estudos de diferentes países em desenvolvimento.

3.1.1 As Ausências da Saúde

No que diz respeito à saúde, a pobreza tem impactos na deficiência, na medida em que impõe limites de acesso a bens e serviços. Nesse sentido, fatores intervenientes regulados pela pobreza figuram como importantes determinantes da prevalência da deficiência.

Principalmente entre crianças, os aspectos nutricionais podem exercer um papel de grande importância no risco de se tornar uma pessoa com deficiência. Além do papel central no desenvolvimento intelectual das crianças e determinante na capacidade de resistir e superar doenças, a nutrição também define a saúde na etapa mais frágil da vida da criança, no período neo-natal. O indicador de baixo peso ao nascer, por exemplo, está relacionado com os riscos imediatos de vida e desenvolvimento de doenças ao longo da vida (Bismark-Nasr *et al.*, 2008).

A pobreza é de grande importância na ocorrência da desnutrição, inclusive na materna que leva ao baixo peso ao nascimento. Um estudo sobre o município do Rio de Janeiro (Leal *et al.*, 2006) evidenciou que entre as mulheres com mais escolaridade (Ensino Médio completo ou mais) os fatores de natureza biológica sobressaem como determinantes do risco de baixo peso ao nascer, ao passo, que entre as mulheres menos escolarizadas, os fatores socioeconômicos se sobrepõem em importância. Dessa forma, a desnutrição indica ser um elo pelo qual a expressão da pobreza desencadeia riscos de saúde, e condições cuja

possibilidade de consolidação numa deficiência é consideravelmente maior, sobretudo para as crianças.

Contudo, o papel da saúde, na relação entre pobreza e deficiência, não se restringe apenas às questões da nutrição. Há pelo menos dois importantes aspectos que devem ser destacados: o perfil epidemiológico associado à pobreza; e o acesso aos serviços de saúde. As doenças associadas à pobreza (infeciosas, parasitárias, maternas perinatais e nutricionais), conjuntamente com as morbidades de causas externas, compõem um perfil epidemiológico que resulta em altas percentagens de deficiência entre crianças e jovens, em decorrência da doença e do seu tratamento inadequado.

Analistas do perfil epidemiológico brasileiro (Schramm *et al.*, 2004) percebem na realidade nacional uma transição incompleta e não consolidada. Entende-se por transição epidemiológica a passagem de uma situação de mortalidade maioritariamente causada por doenças infecciosas e parasitárias para uma realidade na qual predominam doenças não transmissíveis (como as cardiovasculares e o cancro), a reduzir também as mortes por causa externa. No caso brasileiro, há predominância de mortes por doenças não transmissíveis, mas existe, ainda, grande presença de doenças infecciosas e parasitárias. Isso revela os grandes contrastes do país, assim como sugere que a pobreza é perene.

Um elemento determinante para a ocorrência da mortalidade (assim como da deficiência) advinda da pobreza consiste no acesso aos serviços de saúde. Os sistemas de saúde, especialmente os públicos, podem ter os seus serviços avaliados segundo a suficiência (cobertura) e eficácia (em relação aos objetivos de promover a saúde, pela prevenção e tratamento). Falta de profissionais, ausência de espaços adequados para o trabalho e de leitos em quantidade são recorrentemente noticiados sobre o caso do sistema público de saúde brasileiro, a indicar que a cobertura é insuficiente. É esperado que essa condição amplie o risco da consolidação de uma deficiência advinda de lesões e doenças que não receberam tratamento adequado e a tempo, pelas insuficiências dos serviços de saúde.

Essa conversão (da lesão ou doença em deficiência) não ocorre de modo independente da pobreza. Os pobres tendem não somente a estarem mais expostos aos riscos de lesões e doenças, como também têm menos acesso aos serviços de saúde, especialmente aqueles

situados em regiões mais pobres, onde os profissionais de saúde têm mais dificuldades e resistência em atuar.

Por outro lado, há uma grande oferta de serviços privados de saúde em todas as especialidades, nos quais se é possível ser mais facilmente atendido, inclusive em termos emergenciais, uma vez que se assuma o pagamento pelo atendimento, sendo esse diretamente ou por meio dos planos de saúde. A existência concomitante dos sistemas de financiamento público (gratuito para o usuário) e particular tende a ampliar as disparidades entre a realidade do atendimento em saúde, quando há insuficiências no sistema público.

Desse modo, a pobreza torna-se um fator que constrange as oportunidades de acesso aos cuidados de saúde, não somente pela negligência ou insuficiência dos recursos do sistema público, mas, também, por restringir o acesso aos serviços particulares eficazes, inclusive no que diz respeito à prevenção das deficiências, dada uma lesão não tratada ou mal tratada ou ao agravamento de uma doença.

Além do acesso aos tratamentos que possam prevenir uma deficiência, o acesso às tecnologias de apoio ou corretivas, como lentes, óculos, aparelhos auditivos, bengalas, cadeira de rodas, entre outras podem promover as capacidades funcionais para aqueles que possuem alguma restrição, também limitando a transposição de uma lesão ou deficiência (no sentido médico) em uma limitação funcional. Assim como nos tratamentos de saúde, o acesso a tais bens pode sofrer de grande condicionamento pela condição financeira das pessoas com deficiência e suas famílias, portanto, também é fortemente sujeito às restrições frente à pobreza⁵⁰.

A relação entre acesso aos serviços de saúde e a prevalência da deficiência não deve ser entendida somente pelo espectro da ausência de serviços, mais adequada aos países em desenvolvimento (Elwan, 1999). Nos países desenvolvidos é mais facilmente notada uma tendência inversa. Isto é, o acesso aos serviços de saúde com recursos tecnológicos específicos promovem a preservação da vida humana, especialmente de crianças, que outrora não seria possível, resultando na vida com deficiência ou na morte (Wang e

⁵⁰ O acesso às tecnologias de apoio ou corretivas tem impacto também na produção de dados sobre as pessoas com deficiência, como no caso do Censo Demográfico Brasileiro. A partir do ano 2000, são consideradas as limitações das pessoas tendo em consideração o acesso e uso de tais tecnologias. As implicações do uso dessa condicionante serão debatidas no próximo capítulo.

Barnard, 2004). Contudo, essa dinâmica não é exclusiva dos países desenvolvidos, somente mais constatada nesse contexto, uma vez que, em países em desenvolvimento, como o Brasil a falta de recursos e tratamentos em saúde é um facto mais notável e discutido, que os impactos dos tratamentos oferecidos.

Em suma, os indícios da relação entre pobreza e deficiência que passam pelas questões da saúde podem ser sintetizados na necessidade de integrar a saúde como uma dimensão do ciclo da pobreza, tornando-a uma herança maldita dos pais para os filhos. É necessário reconhecer a pobreza como algo que, além de produzir uma educação formal e, posteriormente, um trabalho de baixa qualidade, impacta também a saúde, resultando, com frequência, em deficiência. Becker (1993) vê o investimento em saúde como um investimento em capital humano, por acreditar que a condição física do trabalhador possui implicação direta com a sua capacidade produtiva. Conseqüentemente, problemas crônicos de saúde e deficiência têm influência sobre os mecanismos de gestão das oportunidades e resultam na consolidação da pobreza (Moyes, 1981).

Além do acesso a bens e serviços de saúde capazes de prevenir a deficiência, regulado com frequência pelas questões financeiras, e, portanto, determinado também pela pobreza, outros fatores associados ao ambiente operam na mediação da relação causal em que a pobreza leva à deficiência. Os ambientes a que as pessoas pobres estão sujeitas diferenciam-se no risco de adquirir uma deficiência.

3.1.2 Meios Desiguais e Dinâmicas Sociais

Os contextos sociais e as funções que as pessoas desempenham possuem grande importância na exposição aos mecanismos de produção da deficiência. Toda a deficiência adquirida possui uma história, e há evidências⁵¹ que a menor parte dos casos está relacionada com os fatores em torno da gestação e nascimento ou razões determinadas estritamente pelo imperativo biológico individual. Essas histórias, por sua vez, estão condicionadas ao espaço e às dinâmicas sociais que as permeiam.

⁵¹ No Brasil, a distribuição das deficiências por idade (apresentada no próximo capítulo) fundamenta essa afirmação, também comum em outras populações.

Diversas são as relações da deficiência com as dinâmicas sociais. A guerra, por exemplo, historicamente, contribuiu para evidenciar a origem da deficiência como fruto de processos sociais (Kudlick, 2003). No entanto, a guerra representa um momento de exceção, tendo importância pontual na produção de lesões. Outros fatores frequentes que produzem a deficiência estão comumente relacionados com as dinâmicas sociais produtivas e distributivas, e conseqüentemente, também com a pobreza.

De importância elementar para a defesa da tese de Paul Abberley (1987), como debatido no capítulo anterior, as dinâmicas produtivas (ou laborais, de modo mais amplo) podem ser de imensa importância para o surgimento ou aquisição de uma deficiência. Segundo o autor, a maior parte das lesões vivenciadas pelas pessoas com problemas reumáticos advém do desgaste atribuído ao ambiente de trabalho. Além disso, ainda de acordo com Abberley, é possível a mitigação do risco da aquisição de uma lesão de origem laboral, contudo, as iniciativas e recursos que podem efetivá-la sofrem de limitações, por resultarem em gastos adicionais. Assim, a redução do risco no trabalho é preferível frente ao lucro e mais-valia da produção.

O risco de contrair uma lesão em decorrência das atividades laborais, porém não está concretizado somente no desgaste físico a longo prazo dos trabalhadores. Existem também os riscos de acidentes e as atividades desenvolvidas com materiais tóxicos e insalubres, ou em espaços assim também classificados. Algumas legislações têm por objetivo promover um mínimo legal de proteção contra acidentes e desgastes excessivos do trabalhador. Uma iniciativa observada no Brasil, consiste num regime de compensação financeira obrigatória em atividades laborais consideradas de risco, nomeado adicional de periculosidade. No entanto, o adicional de periculosidade (de trinta por cento do valor do salário) restringe-se somente às atividades relativas à manipulação de explosivos, inflamáveis ou energia elétrica, assim como aquelas que possuem demonstrada exposição à violência física, como no caso dos profissionais de segurança.

A pobreza relaciona-se com os trabalhos de maior risco na medida em que restam aos pobres as opções de trabalho de maior rejeição social, dentre elas as de maior risco. Além disso, a sujeição ao trabalho fora da proteção da legislação trabalhista, por vezes, ilegal ou clandestino, pode vir a aumentar a exposição aos riscos, dada a falta de garantias do cumprimento dos limites mínimos de segurança, assim como é desprovido de

medidas compensatórias em casos de acidentes. Segundo essa lógica, recaem sobre as pessoas em situação de pobreza não somente os trabalhos de menor interesse ou status, mas também de maior risco e menor controle.

Porém, nem todos os acidentes, traumas ou mesmo desgastes crônicos são desencadeados em razão das atividades laborais ou ocorrem nesses espaços. Além de cenários excepcionais como o da guerra, que também podem ser analisados pela ótica do trabalho, os diversos meios sociais infligem riscos de deficiência, que podem (ou não) estar associados à pobreza.

Um levantamento⁵² das internações por causas externas ocorridas no primeiro semestre de 2013 realizado numa rede brasileira de hospitais especializados em reabilitação presente em seis capitais do país indica que, entre os motivos que levaram à internação, os acidentes de trânsito são a razão mais frequente (44,8% dos casos). Em seguida, a agressão por arma de fogo (21,1%) e queda (16,3%) contabilizam a maior parte dos incidentes⁵³.

Esse levantamento não possui representatividade que possibilite afirmações gerais acerca da realidade brasileira, no entanto, oferece uma reflexão acerca de como outros elementos não relacionados com o trabalho podem resultar em lesões. Nesse exemplo, os acidentes no trânsito de pessoas e veículos e a violência armada despontam como principais motivos de internação hospitalar, entre as causas elencadas. Portanto, a maior parte desses incidentes tem pouca relação com o mundo do trabalho. Por outro lado, o perfil das internações, caso correspondam à aquisição de deficiências, contribui na composição de um cenário associado aos países pouco desenvolvidos. Isto é, uma tendência para acometer a população jovem e masculina, com associação à pobreza.

A baixa relação com o trabalho ilustrada no levantamento não elimina a importância da pobreza em relação às internações por causas externas, uma vez que essa pode vir a influenciar as dinâmicas sociais, para além das questões laborais. Nesse sentido, mesmo que haja uma percepção generalizada de que todos estão sujeitos à violência ou aos

⁵² Realizado pela Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação (2013), a pesquisa basea-se em 1.598 casos de internamento por “causas externas”. Por causas externas entende-se uma série de razões de morbidade/mortalidade, como agressões e acidentes, que excluí o adoecimento.

⁵³ As demais treze categorias utilizadas na classificação não ultrapassam individualmente 5% dos casos cada, são elas, por ordem de importância: acidente por mergulho, impacto por objeto, prática de esporte, agressão por arma branca, procedimento cirúrgico, outra, espancamento, lesão por objeto perfuro-cortante, acidente com máquinas, queimaduras, agressão por animais, soterramento, afogamento.

acidentes de trânsito, deve-se investigar com mais critério como essas eventualidades oferecem riscos diferenciados em gravidade e consequências segundo o status socioeconômico dos envolvidos. Entre tais consequências, encontra-se a aquisição de uma limitação funcional permanente, ou seja, uma deficiência numa leitura médica.

A associação dos riscos oferecidos pelos ambientes, incluindo os acidentes de trabalho, com o também desigual acesso aos serviços de saúde compõe um quadro de desvantagens sobrepostas entre os pobres no que tange ao facto de tornarem pessoas com deficiência por fatores que fogem à determinação biológica. Ainda que possam ser analisados por uma perspectiva essencialmente médica, as origens das deficiências possuem também fortes relações com as dinâmicas e ambientes sociais, especialmente relacionados com a pobreza⁵⁴.

O acesso restrito aos serviços de saúde e os acidentes compõem a face mais evidente do poder de ação da pobreza na determinação da deficiência, mas não podem ser tidas como completas. Um panorama mais amplo de fatores intervenientes foi oferecido pelo UNICEF.

A UNICEF nota que a incidência e o impacto grave das lesões, deficiências e desvantagens associadas são maiores nos países nos primeiros estágios de desenvolvimento, como uma consequência desses fatores, muitos dos quais relacionados à pobreza, que podem ser descritos como:

- (a) Uma alta proporção de famílias sobrecarregadas e famílias pobres e ser recursos;
- (b) Populações com alta proporção de analfabetismo e pouca atenção às medidas de saúde, educação e assistência social;
- (c) Ausência em todos os níveis – dos populares aos governantes – de informação precisa sobre deficiência, suas causas, prevenção e tratamento;
- (d) Programas insuficientes para a prevenção das condições que causam lesões, e serviços inadequados para dar resposta à lesão e a deficiência;
- (e) Obstáculos como a falta de dinheiro, distâncias geográficas e barreiras sociais que impossibilitam muitas crianças de beneficiarem-se de serviços que possam existir;
- (f) Recursos limitados para prover os serviços altamente especializados ao alcance da maior parte das crianças que deles necessitam;
- (g) A falta ou insuficiência de infraestrutura para os serviços de saúde, educação, assistência social e preparo vocacional;
- (h) Baixa prioridade das estratégias para o desenvolvimento de atividades relacionadas à prevenção da deficiência e reabilitação. (Elwan, 1999: 22)

Em suma, para se compreender a atuação da pobreza sobre o risco da deficiência (como percebe o Modelo Médico) duas dimensões devem ser consideradas, a oportunidade

⁵⁴ Esta investigação reitera essa relação como poderá ser evidenciado na análise acerca da realidade brasileira registada no Censo Demográfico 2010, constante no capítulo 5.

desigual e o ambiente. Por oportunidade desigual compreendem-se as restrições de acesso a bens, serviços e direitos devido à condição econômica. Essencialmente, acesso a terapêuticas específicas capazes de prevenir a aquisição de deficiência são facilmente identificadas como o principal exemplo. Se tais recursos existem e estão disponíveis para alguns, mas não para todos, a pobreza relativa frente à distribuição social dos recursos pode ter um papel determinante na produção social da deficiência.

Por outro lado, a deficiência pode ser resultado de acesso a tratamentos de saúde que asseguraram a vida de um indivíduo. Assim, o papel da desigualdade indica ser o exato contrário, uma vez que sobreviver com deficiência resulta da posse de recursos para evitar a morte. Entretanto, essa dinâmica indica ser de menor impacto frente à tendência global de maior prevalência de deficiência entre os estratos sociais mais baixos, sejam crianças, jovens ou adultos. Isso ocorre porque a distribuição social do risco da deficiência é desigual, havendo, então, uma sobreposição entre maior risco e menores recursos entre os mais pobres.

A produção social da deficiência, ou seja, o conjunto de dinâmicas e ordenamentos sociais que orientam os diferenciais de riscos da deficiência articula-se com o ambiente no qual os sujeitos estão inseridos. O trabalho é um dos principais fatores. Contudo, numa leitura mais ampla da influência do ambiente (a falta de água limpa e saneamento básico, de oferta de alimentos adequados, serviços de saúde e riscos do trabalho) deve ser considerada em seu condicionamento do espaço e dinâmica social, especialmente política, assim como a oferta de educação, que pode ter implicação nos riscos a que os indivíduos são expostos, como lista o UNICEF.

No seu sentido mais restrito, as atividades de maior risco físico (seja pela constante degradação física ou pela possibilidade alta de acidentes) são destinadas aos indivíduos mais pobres que procuram o retorno financeiro dessas atividades, o que, segundo Townsend (1979), é uma das funções sociais da pobreza –assegurar que alguns trabalhos sejam realizados.

As desigualdades de riscos, recursos e oportunidades tendem a sobrepor-se entre os relativamente pobres, e a aumentar o risco da deficiência. Além disso, se a deficiência puder ser considerada fluída, ou seja, uma característica passível de alteração, inclusive de

eliminação, pode-se afirmar que a pobreza, potencialmente, seria um fator de distinção entre os que permaneceriam com a deficiência e aqueles que a reduziram (ou eliminariam), entre as pessoas ou famílias que assim o desejassem.

Comumente, a deficiência é tida como uma condição irreversível, ou seja, uma vez que se torna uma pessoa com deficiência é impossível deixar de sê-lo. Contudo, sob algumas interpretações esta pode sofrer alterações.

Quando tratada como capacidade funcional, isto é, capacidade de executar funções específicas como caminhar, ouvir, ver, entre outras, a deficiência sofre, em alguns casos, a possibilidade de variação, sendo sua a redução associada à terapêutica e, conseqüentemente, aos recursos disponíveis para os indivíduos. O mesmo ocorreria com a provisão de próteses e aparelhos que pudessem alterar o desempenho das funções do corpo, que também podem ser consideradas investimento em capital humano. Dado o custo de tais tecnologias, a pobreza determinaria também o impacto no desempenho de atividades, o que definiria inclusive se essa pessoa é considerada como alguém com deficiência ou não (ou seja, se superou as limitações funcionais ou não), vide o caso dos registros do Censo Brasileiro de 2010⁵⁵.

No entanto, a relação entre pobreza e deficiência é algo que impõe restrições aos que desejam investigá-la. Uma limitação fundamental consiste na ausência de marcador da situação de pobreza que não desencadeou deficiência. Ou seja, falta informação sobre os casos correspondentes em que a pobreza não levou à deficiência. Por outro lado, também não se sabe das deficiências que não ocorreram pela ausência ou superação da pobreza, fora de qualquer alcance de experimentação científica indutiva, mesmo que alguns dados indiquem a existência dessa relação causal. A exemplo de Mitra e outros (2011), que evidenciaram a maior prevalência de pobreza e privação material nos agregados familiares nos quinze países em desenvolvimento por eles examinados, incluindo o Brasil.

Além disso, todas as leituras da pobreza como causa da deficiência tratam a deficiência como um fenômeno essencialmente orgânico, como entende o Modelo Biomédico. A deficiência, como entendida pelo Modelo Social, é um fenômeno complexo, cujas teorizações sobre a origem apontam fatores culturais e estruturais. Segundo essa

⁵⁵ Analisados no capítulo a seguir.

perspetiva, a investigação do lugar das pessoas com deficiência na sociedade é mais importante que a sua origem. Nesta vertente, a pobreza seria uma característica comum da vida socialmente limitada das pessoas com deficiência. Os fatores intervenientes entre ter um corpo com lesão ou restrição funcional e o empobrecimento do indivíduo (e suas famílias) também devem ser examinados, como parte fundamental do escopo no qual este estudo essencialmente se enquadra.

3.2 Da Deficiência à Pobreza: estar fora, obter menos e necessitar mais

Como apresentado, a pobreza pode levar ao surgimento da deficiência. Porém, a relação inversa também é alegada (Elwan, 1999), ou seja, a existência da deficiência como fonte de maior risco à pobreza. Essa dinâmica seria mais facilmente constatada, inclusive, devido ao acesso a informações que possibilitam contrastar o estimado impacto da deficiência, tanto em análises do âmbito qualitativo, quanto quantitativo.

Atendo-se às análises quantitativas, tradicionais nos estudos sobre pobreza, a deficiência pode ter seu impacto sobre o orçamento individual, e principalmente familiar, por duas vias, são elas: os maiores custos e a restrição aos ganhos, especialmente advindos do trabalho. Esses dois fenômenos são complementares e podem ocorrer, muitas vezes, concomitantemente.

3.2.1 O Custo da Deficiência

Viver com deficiência pode incorrer em custos diferenciados de vida. As necessidades de produtos específicos particulares a cada deficiência, de serviços exclusivos e cuidado permanente em alguns casos justificam essa diferença. Também podem ser mais onerosas as despesas médicas, assim como aquelas destinadas à adaptação do lar, dentre outras. É esperado que diversos fatores venham a desempenhar um papel decisivo sobre as estimações de tais custos, entre eles: o referencial regional do padrão de vida; a idade da pessoa em questão; a lesão e limitações funcionais atribuídos. Além disso, o estudo do

custo de vida acrescido devido à deficiência exige uma produção de dados muito específica, tornando-os raros, principalmente nos países em desenvolvimento.

Um estudo realizado pela Joseph Rowntree Foudation (1998) estimou no Reino Unido um custo médio três vezes maior para se criar uma criança com deficiência quando comparado com uma sem deficiência, do nascimento aos 18 anos completos, a considerar custos diretos adicionais de ferramentas de apoio, adaptação do lar, transporte, aquecimento e cuidados, somente levando em consideração aquilo que as famílias consideram como custo mínimo necessário.

Em Portugal, uma investigação guiada pelo objetivo de avaliar os custos da assistência pessoal, da vida diária, de aprendizagem e formação e o custo de oportunidade para o indivíduo e para a família e mensurar os custos financeiros e sociais da deficiência (Portugal *et al.*, 2010) constatou que os diferentes perfis de deficiência (elaborados a partir das necessidades) apresentam uma variação de até quatro vezes maior entre os perfis de maior e menor custo associado⁵⁶. Conjuntamente, ambas as investigações compõem um panorama de desvantagem para as pessoas com deficiência e seus familiares numa demonstração de que a deficiência acarreta custos extra, porém variáveis, e que os auxílios governamentais dos respectivos países são, de modo geral, insuficientes para cobrir os referidos custos.

Essa diferença também foi notada na proporção de gastos com saúde em quinze países em desenvolvimento (Mitra *et al.*, 2011). Em dez destes, os gastos com saúde nos agregados com pessoas com deficiência foram significativamente mais elevados, em comparação com os restantes agregados. Isso pode indicar que a deficiência possui implicação na distribuição de recursos entre as diversas necessidades domésticas.

Por seu turno, um exame da realidade do Reino Unido (Zaidi e Burchardt, 2003) alerta que os custos diferenciais podem interferir metodologicamente em análises comparativas entre as condições socioeconômicas dos agregados com pessoas com deficiência e as condições dos demais. Os investigadores estimaram relevante e significativa variação entre as

⁵⁶ São eles: pessoas com dificuldades motoras severas que comprometem a manipulação de objetos e mover-se que necessitam de constante auxílio de outrem como o perfil de maior custo; e pessoas com dificuldades motoras que limitam e, no entanto não impedem a execução de tarefas como a locomoção como o perfil de menor custo adicional.

condições de vida para semelhantes níveis de rendimento, dada a presença da deficiência. Ainda ressaltam que essas disparidades são crescentes com a severidade das diferentes deficiências, assim como são mais distantes caso a pessoa com deficiência viva sozinha. Em outras palavras, não se deve atribuir um nível de consumo similar entre agregados de rendimento próximo, caso um deles possua um ou mais membros com deficiência.

Além disso, é razoável pressupor igualmente que o custo pode ser entendido como relativo, dado que quanto menos recursos financeiros se tem, mais oneroso se torna qualquer custo adicional frente ao orçamento pessoal ou familiar.

Incorporar todos esses custos na dinâmica do ciclo da pobreza, sob a perspectiva do capital humano, consiste em reconhecer que a deficiência tem ação direta sobre os recursos das famílias. Nesse sentido, a deficiência atua de dois modos: requer mais gastos para a manutenção da saúde e formação das pessoas com deficiência; constri os recursos familiares restantes frente às demais necessidades domésticas. Desta maneira, o risco de pobreza é acrescido, especialmente sob os signos da privação material, mas não essencialmente, associados às necessidades específicas de cada deficiência.

Deve-se ressaltar o risco da invisibilidade da manifestação da pobreza, uma vez que os custos da deficiência não estão relacionados com os rendimentos auferidos pela família, mas à insuficiência desses frente às necessidades. Deste modo, uma medida monetária de pobreza, como a aplicada majoritariamente nesta investigação, pode ser insuficiente para delimitar de facto a pobreza vivenciada pelos indivíduos, nos casos em que os rendimentos domésticos estão acima da linha de pobreza, todavia permanecem insuficientes para cobrir as necessidades específicas da pessoa com deficiência, ou cobri-las em detrimento do padrão-de-vida geral do agregado.

Essa condição se aproxima daquilo que Seebom Rowntree (1902) denominou como pobreza secundária: quando os rendimentos de uma família da classe trabalhadora seriam suficientes para mantê-los livres de privações materiais, referenciadas pela linha de pobreza, porém não o são. Esse conceito pode ser particularmente valioso para parte da pobreza que acomete as pessoas com deficiência e suas famílias, e interessa que seja revisitado, ainda que pontualmente sob um olhar mais analítico.

Demandar um gasto mais elevado para atingir o mesmo padrão-de-vida é apenas uma das expressões do custo da deficiência. O outro modo que pode igualmente ser entendido como um custo é resultado daquilo que se deixou de ganhar, o chamado custo indireto ou custo de oportunidade, e está intimamente associado à redução das oportunidades de auferir rendimentos, com ênfase nos rendimentos advindos do trabalho.

3.2.2 O Papel do Trabalho

O trabalho é possivelmente o elemento de maior importância e destaque quando se analisa a relação da pobreza com a deficiência. Este é o meio fundamental de sustento da maior parte das famílias. Frente aos custos acrescidos da deficiência, a necessidade de se trabalhar e ampliar os rendimentos advindos do trabalho pode ser ainda mais determinante. Sob uma perspectiva materialista, ao menos dois elementos definem a importância do papel do trabalho: as possibilidades e o retorno do trabalho da pessoa com deficiência; o cuidado da pessoa com deficiência e as oportunidades de trabalho de seus familiares.

Por outro lado, o trabalho não se resume às suas implicações materiais, o seu papel como elemento estruturante da sociedade possui nuances objetivas e subjetivas que devem ser melhor compreendidas no exame da questão.

Inicialmente, não há razões para atribuir mais importância ao trabalho da pessoa com deficiência do que dos seus familiares, no que diz respeito às possibilidades de retorno financeiro, e, portanto, de prevenção ou superação da pobreza. Contudo, o trabalho tem uma agência objetiva e subjetiva. No âmbito objetivo, o trabalho da pessoa com deficiência pode distinguir-se dos demais por diversos meios, como a sua proteção, formalidade, remuneração, entre outras.

Isso é explicado pelo status socialmente diferenciado das pessoas com deficiência que poderiam ter o ingresso no trabalho regido por mecanismos, barreiras ou facilitadores de acesso, que regulam as possibilidades de estar a trabalhar, assim como os tipos de trabalho disponíveis para pessoas com deficiência. Além, das restrições impostas pelas limitações funcionais em si, presentes com as deficiências. Por sua vez, as barreiras e facilitadores são

tão ou mais variados quanto são as deficiências, podendo ser do domínio arquitetônico, social, cultural ou político.

Por outro lado, o trabalho, como categoria central da sociedade, possui, também, um aspecto subjetivo, responsável pela participação e identidade social. Nesse sentido, o trabalho da pessoa com deficiência pode diferenciar-se por se tratar de um fator com alegado poder de romper com as dinâmicas que subsidiam o preconceito (Armer, 2004), ao promover valores de cidadania.

As agências objetiva e subjetiva do trabalho articulam-se em torno dos valores sociais do trabalho que resultam, por exemplo, no reconhecimento da cidadania do indivíduo que possui um trabalho remunerado, ao passo que reduz a sensibilidade social sobre a angústia vivida por pessoas que não trabalham, comumente tidas como “vagabundos”. O que fomenta discursos de grande resistência às políticas sociais, especialmente as que envolvem transferência de rendimentos, mesmo para os sujeitos à pobreza extrema, alegando-se que se trata de uma injustiça receber sem trabalhar.

As pessoas com deficiência possuem um registo socialmente distinto nos valores culturais e papéis sociais que se espera que desempenhem. Esse status próprio possui uma relação particular com os valores e com a centralidade do trabalho.

3.2.2.1 A Centralidade do Trabalho

O trabalho ocupa uma posição privilegiada no ordenamento social e é por excelência o principal elemento estruturante da sociedade ocidental. Dos laços de solidariedade à formação das classes capitalistas orientadas pela produção ou status, a divisão social do trabalho foi o motor da consolidação e manutenção da sociedade moderna, como entendida pela sociologia clássica. Assim, no centro do ordenamento social, o trabalho consolidou-se como definidor de dinâmicas que estruturam a sociedade tanto em configurações gerais (como o processo produtivo) quanto das relações interpessoais (na distinção de status). Contudo, nas últimas décadas do século XX, com ênfase no contexto europeu, as dinâmicas produtivas alteraram-se profundamente, impactando o trabalho, fenômeno que questiona a sua atual posição como ordenador social.

Robert Castel (1998) designa sob o nome de Sociedade Salarial, o modelo cujas dinâmicas melhor representam as sociedades ocidentais contemporâneas. Os seus princípios são o trabalho como vínculo social central e o salário como principal meio de manutenção e reprodução dos indivíduos. Decorre desse modelo a vinculação da cidadania com o trabalho, incluindo o pagamento de impostos como referência às obrigações cidadãs e a proteção social dos trabalhadores contribuintes.

A Sociedade Salarial ter-se-ia consolidado na Europa, com destaque para o caso francês, sendo funcional até os anos 70, enquanto a situação de quase pleno emprego era sustentável. Porém, o Estado demonstrou fragilidade na garantia de solidariedade social face ao surgimento de um desemprego estrutural. Diversos fatores estão atrelados a esse fenômeno, com ênfase nos efeitos das políticas neoliberais e novas dinâmicas produtivas internacionais. Pode-se dizer que o trabalho produtivo, ou seja, aquele destinado à fabricação de bens, sofreu uma queda devido ao desenvolvimento tecnológico, que requer cada vez menos trabalho, quanto à deslocalização das empresas.

No cenário internacional, movido pela evolução das Ciências da Informação, a chamada Terceira Revolução da Produção reconfigurou a distribuição do trabalho. Observa-se que a produção de bens de consumo industriais é destinada principalmente aos países do oriente, onde a mão de obra é mais barata, enquanto nos países mais desenvolvidos o mercado de trabalho deslocou-se intensamente para o setor de serviços, com proeminência do setor de vendas.

Além dos fatores contextuais advindos da inserção em dinâmicas produtivas internacionais e consecutiva reorientação do mercado de trabalho (e desemprego estrutural, nos países desenvolvidos), as transformações sofridas pelo próprio trabalho, no escopo da sua flexibilização, subsidiam o debate sobre a perda de sua centralidade. Sobre o processo de flexibilização do trabalho entende-se uma série de transformações sofridas devido à iniciativa neoliberal, que tem por intenção primária a individualização dos vínculos laborais, atuando na relação dos empregados com as empresas e o Estado. Anunciada como adequação às novas dinâmicas produtivas, com a flexibilização, os trabalhadores seriam mais autônomos e participativos, tendo controle do seu trabalho, incluindo-se também noções como trabalho por demanda, tempo flexível e a possibilidade de manter diversos vínculos trabalhistas concomitantemente.

No âmbito da execução, grande parte do trabalho que envolvia conhecimento sobre a produção transformou-se em operar máquinas e sistemas informáticos que possuem grande similaridade entre si, seja na produção de pães ou calçado, em grande escala. O trabalho é alienado do conhecimento acerca de como o produto é realizado. Consequentemente, “quando tudo nos é facilitado [...], tornamo-nos fracos; nosso compromisso com o trabalho se torna superficial, uma vez que não entendemos o que fazemos” (Sennett, 2011: 87-88).

Por um lado, se essas mudanças parecem bem adequadas aos novos setores informacionais da economia, por outro, a redução dos vínculos trabalhistas (pessoais e formais) e das garantias seriam os principais responsáveis pela precarização do trabalho observada sistematicamente nos países desenvolvidos. A individualização dos vínculos trabalhistas, conjuntamente com o desinteresse pelas organizações sindicais e a redução das garantias legais fragilizam os trabalhadores e a proteção social a eles destinada, ao inseri-los em dinâmicas que desobrigam as empresas e contratantes das obrigações legais. Como resultado, observa-se, hoje, uma classe trabalhadora intensamente diversa nas suas atividades, obrigações e vínculos.

Ao associar as novas fragilidades do trabalho à Sociedade Salarial cria-se um cenário propenso à perturbação dos valores estabelecidos sobre o trabalho, em discursos que variam do fim ou marginalização da classe trabalhadora à reiteração da centralidade do trabalho e exclusão dos sem trabalho. Destaca-se entre os defensores da perda da centralidade do trabalho André Gorz (1987 *apud* Toni, 2003). Ao constatar o aumento do setor de serviços em detrimento do trabalho industrial e redução da jornada de trabalho, assim como o crescente desemprego, o autor propôs a ideia da dissolução da classe operária. De facto, o trabalho produtivo industrial já se tornava escasso em França, contudo, a sua análise não se atém apenas a constatar essa mudança, mas em atribuir à nova população trabalhadora uma diversidade tamanha que a desqualifica como classe, o antigo operariado (Silva, 1999). A relação dos indivíduos com o trabalho não se resume tão somente às atividades desempenhadas e setor de atuação, elas refletem, sobretudo, o papel do trabalho na vida dos indivíduos, deixando de ser o elo fundamental para a coesão entre eles.

Ainda segundo Gorz (1987 *apud* Toni, 2003), paralelamente à dissolução da classe operária, a redução da demanda por trabalho pode ser observada, o que desencadeia o desemprego e a redução das jornadas de trabalho. Em decorrência disso, os indivíduos teriam mais tempo liberado e outros meios de coesão social poderiam emergir. Entretanto,

O facto de o tempo livre tender a se tornar mais importante que o tempo do trabalho não significa que este último possa ser completamente eliminado nem que a esfera da heteronomia (ou necessidade) venha a desaparecer. Portanto, mesmo ocupando um lugar residual na vida dos indivíduos, essa esfera da heteronomia nunca será totalmente eliminada (Silva, 1999: 172).

Resultaria dessa configuração uma espécie de superação da exploração não pela sua extinção, mas pela redução da sua importância frente à vida dos indivíduos. No novo sistema produtivo, os indivíduos se localizariam como unidades produtivas (Silva, 1999), ao invés de insumos, numa dinâmica que a revolução via luta de classes já não faria mais sentido. Sob a perspectiva proposta por Gorz, o trabalho viria a perder a sua importância como vínculo central entre o indivíduo e a sociedade.

No entanto, ao partir da mesma realidade, a desaceleração econômica e a consolidação do desemprego estrutural em França, Robert Castel (1998) interpretou as dinâmicas sociais decorrentes das transformações econômicas e políticas como reveladoras de tensões que evidenciam a permanência da centralidade do trabalho na vida social.

O olhar de Castel para a realidade em questão não está direcionado para o futuro do trabalho, sua questão central reside na integração social e como essa pode ser determinada pelo trabalho. A contextualização do pensamento de Castel reside essencialmente em observações da cristalização de um desemprego estrutural que adveio após esforços para a consolidação de um Estado de Bem-Estar Social.

O autor (Castel, 1998) dedicou-se à análise da população de “supranumerários”, composta por indivíduos que estão fora do mercado de trabalho e com pouca ou nenhuma chance de nele se integrar, denominados pelo autor como trabalhadores sem trabalho. A existência desse grupo social, somada à grande individualização (do trabalho e fora dele), teria efeitos sobre outros aspectos de suas vidas, assim como sobre os empregados. A presença constante de supranumerários seria o principal meio pelo qual os trabalhadores empregados teriam sua precarização justificada, num processo de desestabilização dos estáveis, ao indicar que

a precariedade é generalizada, não mais exclusiva de uma população periféricamente inserida.

Também, como consequência da individualização e desemprego, os supranumerários sofreriam com a desfiliação.

Suas famílias olham-nos afundarem-se com um ar reprovador por que, herdeiras das certezas dos anos de crescimento, não conseguem pensar a hipótese de não se encontrar trabalho quando, realmente, se procura. Certamente esses filhos indignos traíram a grande promessa de promoção social, o que só pode ser por culpa deles. Assim, a *success story* do acesso do proletariado aos modos de vida pequeno-burgueses vira um pesadelo. É como se quase meio século de vitórias conquistadas contra a vulnerabilidade popular fosse apagado (Castel, 1998: 537).

Sob essa perspectiva, o Estado falhou como ente para a coesão social, tanto por não assegurar a integração dos indivíduos, quanto pelo próprio desmonte da seguridade social e garantias trabalhistas, agora frágeis. Desse modo, aqueles que dependem das políticas sociais do Estado tendem a ser marcados pelas narrativas próximas das do fracasso pessoal, ao invés de alvos da solidariedade social, o que também acirraria as tensões sociais.

Ao ter-se em conta o cenário teórico de Robert Castel, a centralidade do trabalho na sociedade contemporânea poderia ser atestada segundo a integração social, familiar inclusive, observada entre trabalhadores e não-trabalhadores. Nessa perspectiva, pode-se afirmar que houve um recrudescimento da centralidade do trabalho, sendo seu maior indicador a exclusão vivida pelos supranumerários. Quando próximo ao pleno emprego, o trabalho não foi apenas tido como uma espécie de obrigação social, esse era assumido como um pressuposto de uma vida regular em sociedade. As condições gerais do trabalho são novas, com ênfase na sua escassez, mas os pressupostos culturais teriam permanecidos os mesmos da Sociedade Salarial, o que levaria à exclusão do sujeito. Assim, a centralidade do trabalho não se teria alterado, mas sim ganhou destaque frente ao cenário mais adverso.

Tanto Gorz como Castel desenvolvem argumentações acerca da mesma realidade. Por um lado, Gorz indica que a escassez do trabalho poderia abrir novas áreas de identificação social do indivíduo, por outro lado, Castel contesta esse pensamento ao indicar a desfiliação sofrida por aqueles que estão distantes do trabalho. Além disso, é razoável supor que a distância social entre trabalhadores e não-trabalhadores tende a ser maior

quanto mais grave for o desemprego, assim deve ocorrer com a exploração do trabalhador, que seria também mais intensa quanto maior for o desemprego. A sobrecarga dos trabalhadores não estaria somente relacionada com o trabalho desempenhado, mas com a manutenção do Estado por meio de impostos.

Sob essa perspectiva, acreditar na consolidação de uma sociedade de tempo livre (incluindo os trabalhadores, que passariam a trabalhar menos) parece ser um contrassenso. Dessa maneira, a proposta de Gorz indica mais um desejo de emancipação do trabalho, quando comparada com a escalada de exclusão e estigma vivido por quem não consegue um emprego.

Outra questão relevante diz respeito à análise do Brasil, que se distancia do histórico observado na França, inspiração para as teorias apresentadas. No caso brasileiro, o cenário é ambíguo. A partir da década de 50, e mais intensamente na década de 70, o país acolheu diversas indústrias estrangeiras, sobretudo montadoras de automóveis cujo produto destinava-se ao mercado nacional, abarcando secundariamente outros destinos, como a Argentina. Nesse aspeto, o Brasil possuiria mão de obra barata atrativa para as indústrias. Já, na primeira década do século XXI consolidou-se a maior participação do setor de serviços frente aos demais, assim como pôde ser observada a evolução do processo de desindustrialização. Quanto à relação com a exploração da mão de obra estrangeira, um fenômeno de dimensões e informações incertas, mas esporadicamente noticiado, é a existência de confeções têxteis clandestinas que utilizam do trabalho de imigrantes, sobretudo bolivianos, em condições precárias de trabalho valendo-se de vínculos empregatícios ilegais. Contudo, por ora, desconhece-se a participação dessa exploração no contexto geral do trabalho, sendo razoável creditar baixo ou nulo impacto em nível nacional. Quanto à deslocalização de empresas brasileiras, em seu sentido original, não indica ser uma forte tendência. Por outro lado, são observados frequentes encerramentos de empresas estrangeiras, possivelmente a seguir essa tendência. Por fim, nos últimos anos, o crescimento econômico desacelerou-se, e paralelamente o desemprego reduziu-se.

Esse cenário dificulta a possibilidade de se evidenciar a centralidade do trabalho por meio dos excluídos, como originalmente elaborado por Castel. Por outro lado, esse contexto propicia outras reflexões sobre as clivagens entre o formalmente empregado, o trabalhador informal e o desempregado. Assim, o modo como a inserção se dá pode dizer mais dos

limites vivenciados pelos indivíduos nas suas trajetórias pessoais, quando comparada com o facto de estar ou não a trabalhar. Dessa maneira, no Brasil, ter um trabalho não se traduz necessariamente em integração social digna, inclusive no que tange ao nível de vida (em consumo ou habitação), podendo ser também um elemento que dê origem aos estigmas sociais, o que, por sua vez, torna mais complexa a tese da centralidade do trabalho.

Neste panorama complexo, a questão da capacidade do trabalho promover a integração social das pessoas com deficiência torna-se fundamental para esta investigação. Onde o trabalho é escasso e central, tanto na ordenação social, quanto na pertença do indivíduo às “estruturas portadoras de sentido”, estar inserido no meio laboral poderia ser um fator suficiente para romper com o estigma e propiciar uma participação integral? Subjacente a esse cenário, sabe-se que a baixa inserção laboral de pessoas com deficiência pode ocorrer mesmo em momentos de reduzido desemprego. Nesse sentido, trabalhar poderia implicar uma contra tendência que não somente romperia com o estigma que recai sobre os desempregados, mas também valorizaria socialmente o indivíduo, comparado com os demais trabalhadores.

3.2.2.2 O Trabalho da Pessoa com Deficiência: a inclusão desejada

Para se compreender devidamente a complexidade do tema e as possibilidades heurísticas, os dilemas da centralidade do trabalho, devem ser relacionados com as questões particulares da deficiência. As transformações do trabalho, a sua importância como centro da vida dos indivíduos e elemento estruturante da sociedade precisam ser debatidas em conjunto com o entendimento do que é a deficiência e como a opressão advinda dela pode ser questionada pelo trabalho.

O primeiro ponto, as transformações do trabalho deve ser analisado em dois âmbitos: os vínculos laborais e o desempenho das atividades. O trabalho passa atualmente por fortes transformações: flexibilização, alegada adaptação às novas dinâmicas do trabalho, menor regulamentação dos vínculos trabalhistas entre empregador e empregado. Destas tendências, o principal impacto para as pessoas com deficiência reside na regulamentação estatal do trabalho. Conquistas trabalhistas estão no centro da disputa política trazida pelo ímpeto flexibilizador, que pode desencadear a precarização dos vínculos trabalhistas. O

trabalho da pessoa com deficiência, por possuir com frequência regulamentação jurídica especial (como as cotas e os critérios para a reforma, no caso brasileiro), tem espaço para o processo flexibilizador alargado.

Por outro lado, as transformações do trabalho que estabelecem o mundo informacional, que resultou na ampliação da participação do setor de serviços, cuja principal faculdade requerida consiste em operar computadores, pode vir a ser positivo para as pessoas com deficiência, como analisa Barnes:

De facto, enquanto, no século XIX e na maior parte do século XX, um “corpo apto” foi um pré-requisito essencial para o trabalho remunerado e para o status de “sem deficiência”, no século XXI, uma “mente apta” deve ser mais importante (Barnes, 2012: 477).

Nesse sentido, o acesso ao mercado de trabalho informacional e às tecnologias acessíveis, ainda que crescente, não deve ser tido como generalizado, entre os países menos desenvolvidos. Além disso, esse processo pode vir a criar uma clivagem etária e econômica na inclusão entre aqueles que estão aptos a operar minimamente os aparelhos informáticos. Outra ressalva importante consiste no espaço que as pessoas com deficiência mental podem ocupar nesse novo ordenamento tecnológico. Uma questão complexa que requer estudos específicos para melhor entendimento.

Além das transformações ocorridas no âmbito da atividade laboral, o lugar do trabalho como elemento estruturante da sociedade e, principalmente, das identidades dos sujeitos deve ser analisado. Como apresentado, o trabalho pode perder parte de sua importância na composição da identidade do indivíduo. Como no exemplo de Sennett (2011), que constata a falta de conhecimento produzido pelos produtores, que se tornaram operadores de máquinas. No caso, trabalhar no fabrico do pão já não consolidava o conhecimento sobre como fazê-lo. A importância do trabalho na identidade social dos sujeitos seria substituída por outras ocupações, habilidades e interesses. No entanto, em um aspeto a centralidade do trabalho está assegurada, não pela sua faceta construtiva, mas pela negativa. A ausência do trabalho é um dos principais fatores de distinção social dos sujeitos. Essa dimensão ganha importância à medida que o trabalho ainda é percebido como o elemento estruturante das sociedades.

Paul Abbeley (1999) faz críticas à ideia do trabalho na centralidade da vida social dos indivíduos, ainda que concorde com o seu papel estruturante da sociedade. Para o autor, o trabalho é essencial para constituição da identidade social das pessoas que possuem um bom emprego (historicamente os homens, brancos e escolarizados) ou um trabalho produtivo, em seu sentido restrito. O sociólogo reconhece que o trabalho não é o único meio pelo qual as identidades sociais se consolidam, ainda que pouco valorizadas. Isso ocorreria com homens de trabalho não tradicionais ou mal reconhecidos.

Porém, contestar a negação das identidades sociais como dependentes do trabalho, não exclui a importância do trabalho para o reconhecimento dos indivíduos como portadores de identidades sociais positivas específicas, a exemplo de ter sua cidadania reconhecida. Além disso, a importância materialista do trabalho como meio de sobrevivência e reprodução da maior parte da população é, praticamente, inquestionável, sobretudo em países com fraco desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social.

Nesse sentido, cabe a indagação de como a opressão relatada pelas pessoas com deficiência se conjuga com a centralidade do trabalho nas suas esferas identitária e materialista. Por um lado, há um ceticismo quanto à capacidade do trabalho produzir identidades positivas para as pessoas com deficiência cuja identidade primária e irreduzível é subsidiada pelo corpo com lesão evidente (Shakespeare, 1997). Por outro lado, não se pode esperar que haja transformação no papel social das pessoas com deficiência quanto ao trabalho se essas se mantiverem ausentes do processo produtivo (Abberley, 1987). Esse impasse pode ganhar unidade se reconhecido o papel da dependência e improdutividade na composição da identidade primária das pessoas com deficiência. Dessa forma, o trabalho de facto é um elemento afirmativo na composição de uma identidade tanto individual como coletiva, e conseqüentemente em sua inserção social. No entanto,

A ligação entre o emprego e a inclusão social é complexa. A criação de empregos pode contribuir para o fim da exclusão social, mas o sucesso depende da natureza desses novos postos de trabalho. Eles restauram um senso de controle? Eles proporcionam um status aceitável? Eles oferecem perspectivas para o futuro? Estas são questões importantes (Atkinson, 1998: 16).

Ainda que não estivesse a tratar das pessoas com deficiência, os questionamentos de Atkinson (1998) buscam relativizar o trabalho como elemento garantidor da inclusão

social. A qualidade da inserção laboral pode ser determinante para a construção de uma identidade capaz de desafiar a percepção social estigmatizada da pessoa com deficiência. Não estar a trabalhar exclui o sujeito de uma participação social integral, contudo, não é o suficiente. Como afirma Abberley (1987), a identidade social do sujeito depende da tipificação de seu trabalho para que esse seja determinante e positivo. Assim como, em países como o Brasil, estar a trabalhar não assegura as necessidades materiais. Em conjunto com o estigma de dependente e improdutivo, o trabalho da pessoa com deficiência seria de facto efetivo no âmbito objetivo e subjetivo se for bem remunerado o suficientemente para romper com a dependência, e valorizado o suficiente para não ser também estigmatizante.

Por outro lado, mesmo que assegurado o acesso ao emprego de qualidade, algumas pessoas com deficiência não podem assumir determinadas funções devido às suas limitações funcionais. Algumas delas dificilmente poderiam assumir qualquer função produtiva. É importante, porém diferenciar as limitações presumidas das limitações de facto. Os casos nos quais as limitações são impeditivas desafiam o trabalho como meio único de proteção à pobreza, a indicar que a relação entre pobreza e deficiência é complexa no âmbito do trabalho.

No entanto, reconhecer essa complexidade não impede que tendências sociais possam ser observadas, e a realidade das pessoas com deficiência frente à pobreza e ao trabalho avaliada. Nesse sentido, interessa perceber os fatores que constroem o trabalho e aqueles que o possibilitam, e a efetividade do trabalho como um meio para romper com o risco agravado de pobreza.

No contexto brasileiro, a garantia de um trabalho não é suficiente para garantir a superação da pobreza. O exame de sua qualidade é fundamental. A equação defendida pela UPIAS (1975), em que o combate à exclusão, pela inclusão produtiva, resulta no fim da pobreza que acomete as pessoas com deficiência, precisa ser relativizada. Os mais pobres, de modo geral, formam uma classe trabalhadora e precária, muitas vezes excluída dos direitos trabalhistas, porém incluída numa cadeia produtiva. Assim, as nuances do binômio inclusão-exclusão na inserção profissional do sujeito podem ser determinantes para definir o potencial do trabalho com o elemento protetivo contra a pobreza.

Esta investigação dedica-se ao exame da tese de que o trabalho da pessoa com deficiência é secundário entre os recursos laborais familiares, frente à mitigação do risco de pobreza. Isso ocorre, por suposição, devido à baixa qualidade da inserção das pessoas com deficiência no mundo do trabalho (e restritas oportunidades escolares). Nos termos da teoria do capital humano, a deficiência, como já discutido, além de reduzir a conversão dos recursos familiares em capital humano, associada à discriminação laboral, produziria resultados de menor relevância em termos de rendimentos, e conseqüentemente, de combate à pobreza. O teste desta hipótese é realizado a partir da análise dos dados do Censo Demográfico Brasileiro do ano de 2010.

O trabalho das pessoas com deficiência, porém, não é o único que pode determinar o destino das suas famílias frente ao risco de pobreza. O trabalho dos demais membros dos seus agregados também deve ser considerado. Nesse sentido, o tema do cuidado familiar deve ser considerado em toda a sua relevância.

3.2.2.3 Trabalho, Cuidado e Família

O cuidado da pessoa com deficiência é um trabalho desenvolvido essencialmente em âmbito familiar e doméstico. Caracteriza-se como cuidado o trabalho (formal ou informal, remunerado ou não remunerado) desempenhado por uma pessoa que se dedica a prover a assistência contínua necessária para que outro possa ter assegurado seu bem-estar, quando, por motivos perenes, é incapaz de o fazer (Daly e Lewis, 2000).

Quando não envolve remuneração, e é desempenhado pela família, o cuidado pode ser entendido como parte do custo adicional da deficiência, sendo um custo indireto, também denominado custo de oportunidade, uma vez que restringe a possibilidade de ganhos ao invés de ampliar os custos, propriamente ditos.

O cuidado não se restringe às pessoas com deficiência. No Brasil, e não somente, o cuidador de idosos é uma figura cada vez mais frequente, especialmente presente para os idosos enfermos (Floriani, 2004). Nesse caso, não se deve atribuir necessariamente a deficiência aos idosos, contudo, é nessa população que as limitações funcionais são mais comuns, compondo os fatores que demandam o cuidado.

Como fenômeno social, o cuidado possui uma lógica própria de grande importância no ordenamento familiar das pessoas com deficiência. Um elemento que caracteriza o cuidado é manifestar-se majoritariamente entre familiares. Tradicionalmente, o cuidado é tido como uma obrigação da mulher para com a sua família. Esse entendimento vem sendo questionado e o cuidado ganhando importância como um trabalho, mesmo quando exercido estritamente no âmbito doméstico (Daly e Lewis, 2000), contudo, na prática, o cuidado ainda está fortemente associado às suas origens, especialmente no que tange aos papéis de gênero.

Uma investigação (Trigueiro *et al.*, 2011) realizada na cidade de João Pessoa estima que apenas 9% dos cuidadores não possui vínculo familiar com a pessoa que cuida. As relações familiares que determinam o cuidado não se dão ao acaso quanto ao gênero do cuidador, que são em sua maioria cuidadoras, sobretudo esposas e filhas (para com os idosos), e mães (de crianças, jovens e adultos com deficiência). Desse modo, o cuidado manifesta-se como uma atribuição frequente do papel da mulher na família.

Por outro lado, o mesmo estudo (Trigueiro *et al.*, 2011) indica a presença de uma correlação negativa entre tempo (em anos) despendido no cuidado e a escolaridade, indica que o cuidado prolongado é correntemente exercido por pessoas com pouca escolaridade. Isso pode indicar a prevalência de pelo menos três situações: uma escolha estratégica para não comprometer os ganhos principais com a atividade remunerada; a atuação como cuidador por falta de recurso para remunerar outrem para exercê-la; ou o impacto de ser cuidador por tempo prolongado sobre a escolaridade dos indivíduos.

A função de cuidador é, em grande parte, necessária para assegurar o bem-estar da pessoa cuidada e traz frequente satisfação ao cuidador. Além de ser tido como uma obrigação social da família, o cuidado desenvolvido no seio familiar é um modo de expressão de seus vínculos e afetos, numa expressão genuína de dádiva (Alves, 2013), e está relacionado com a manutenção da família, mesmo quando desassociado da deficiência ou velhice (Finemam, 2004).

Porém, é comum que essa ocupação desencadeie diversos efeitos adversos a quem cuida. De entre eles está a perda de emprego (e sua remuneração), redução da jornada de trabalho, ingresso em trabalhos de menor remuneração, porém mais convenientes, dificuldades em

retornar ao mercado de trabalho (como denota Glenginning *et al.*, 2009). Soma-se a isso, uma ausência de longa duração de outras atividades laborais. São esses os motivos mais evidentes pelos quais o trabalho remunerado e o orçamento familiar é frequentemente comprometido com a presença de pessoas com deficiência. Além disso, quando o cuidado faz necessário, ainda que a família delegue essa função a outra pessoa, a atuação desse profissional traduz-se em custos para a família.

Mesmo ao restringir a disposição ao trabalho, deve-se ter cautela ao contrapor o cuidado ao trabalho remunerado, uma vez que, a ausência da deficiência (ou da necessidade de cuidados) na esfera doméstica não determina que necessariamente haja inserção no mercado de trabalho para todos os cuidadores, especialmente entre as mulheres que, no Brasil, sofrem discriminação no mercado de trabalho, sendo a maioria entre os desempregados (IBGE, 2010)⁵⁷.

Essas não são as únicas consequências negativas para quem se dedica intensamente ao cuidado. Um levantamento realizado em Portugal (Portugal *et al.*, 2010) destaca que além dos custos de oportunidade relacionado com as restrições ao trabalho remunerado, principalmente pela impossibilidade de se assumir um emprego, outros custos são muito recorrentes devido à dedicação ao cuidado. As implicações negativas na vida afetiva e na saúde dos cuidadores são frequentemente esquecidos e dificilmente registados e podem ser de grande importância no desempenho do cuidado, assim como para determinar o bem-estar emocional de toda a família.

A reclusão e o isolamento social da pessoa com deficiência que precisa de cuidado não raramente faz parte também da vida do cuidador. Alves (2011) aponta que o início do cuidado é um importante marcador entre uma vida de maior participação social e uma em isolamento. Segundo a autora (Alves, 2011), que analisa a realidade portuguesa, o convívio social e os momentos de lazer acabam por se limitar ao âmbito familiar, parte disso é reforçado pelo incômodo público vivenciado pelas pessoas com deficiência. Trigueiro e outros (2011) atestam a perda da qualidade de vida nos domínios psicológico e físico, além de restrições das relações sociais, ordenados da maior a menor intensidade. Seu levantamento ressalta a existência de um ônus no bem-estar do cuidador ao expor que

⁵⁷ O levantamento também evidencia salários menores para mulheres, em relação aos homens, por grupo de atividade desempenhada.

70,6% destes reportam dores, incômodos ou desconforto ao fim do dia. Essa informação não é suficiente para atestar o cuidado como uma ocupação de risco à degradação física, no entanto, indica que esse fator necessita de ser investigado.

Essa ocupação carece de reconhecimento social, o que impede ou reduz que seja vista como uma questão a ser tratada social ou politicamente, por ocorrer em âmbito privado e entre familiares. A ausência de reconhecimento e atenção à questão inviabiliza as discussões públicas em torno do tema. Mesmo que, por vezes, seja reconhecido a nível institucional, a invisibilidade da necessidade de cuidado e das restrições vivenciadas pelos cuidadores, sobretudo das cuidadoras, é um empecilho para projetos e políticas de apoio emocional e financeiro.

Ao estudar o cuidado de crianças com deficiência, Barbosa e outras (2012) afirmam que os serviços de saúde precisam reconhecer e respeitar a família como espaço no qual as crianças se desenvolvem, especialmente a criança com deficiência. As investigadoras atribuem ao paradigma biomédico a atenção despendida somente à criança com deficiência (ou à deficiência da criança, especificamente) ao invés de perceber que a sua saúde se consolida no seio de uma família, que comumente está fragilizada.

A falta de atenção aos cuidadores, por fim, torna-se um meio pelo qual a deficiência de um membro da família afeta o ordenamento e bem-estar familiar. Dessa maneira, se entendida pela ótica do Modelo Social, não se configura um erro afirmar que a deficiência de um torna-se, via os mecanismos discutidos, a deficiência de uma família, com ênfase nas mulheres, especialmente, no que diz respeito às restrições no domínio das relações sociais, trabalhistas e financeiras.

Ainda que se configure como parte importante da relação causal entre deficiência e pobreza o custo de oportunidade para a família não se configura como tema central desta investigação. Sua importância ganha ênfase no exame do impacto de se coabitar com uma pessoa com deficiência sobre as possibilidades de trabalho.

A “família com deficiência”, portanto torna-se uma unidade de análise de grande importância no estudo da pobreza das pessoas com deficiência, não somente por ser a família a unidade de análise por excelência da pobreza, mas também pelas implicações da

deficiência sobre outra pessoa com que com ela convive, a exemplo das restrições decorrentes do cuidado.

A deficiência configura-se como um fenômeno de grande impacto potencial sobre os recursos familiares, e conseqüentemente sobre o risco de pobreza. Pode-se afirmar que a deficiência desfavorece a família, especialmente frente à necessidade de cuidado, mas não somente, como discutido neste capítulo, a implicar um agravamento do risco de pobreza. É razoável supor que os fatores decorrentes da deficiência podem levar uma família à situação de pobreza, ainda que inicialmente não estivesse nesta condição, distante da dinâmica padrão do ciclo da pobreza. A deficiência agrava o processo de investimento em capital humano, tanto no constrangimento dos recursos, como no retorno do investimento dos indivíduos, com implicações imediatas e de longo prazo.

No entanto, a realidade sempre se faz mais diversa que os modelos adotados para interpretá-la, sobretudo quando analisada sob uma ótica alargada, como nesta investigação, cujo objeto é constituído por milhões de casos. Soma-se a isto a diversidade intrínseca das deficiências, famílias e pessoas. Evidenciar tendências, limites e excecionalidades a respeito da relação e deficiência e pobreza, com ênfase no papel do trabalho, definem as pretensões desta tese.

4. METODOLOGIA

Os estudos sobre a pobreza e o trabalho podem ser realizados através de diferentes perspectivas e de distintos meios. Diversos são os mecanismos sociais que levam a pobreza às famílias das pessoas com deficiência, assim como são aqueles que afetam a capacidade para o trabalho da pessoa com deficiência e sua efetividade contra a pobreza. Noções como incentivos pessoais, preconceitos, organização familiar para a educação e o cuidado da pessoa com deficiência, sucessos e fracassos pessoais, entre outras de grande importância na compreensão dos mecanismos sociais que ligam a deficiência com a pobreza e o trabalho são mais adequadamente contempladas por investigações que se aproximem dessa realidade diretamente, através de métodos qualitativos, como as entrevistas e/ou a observação participante.

Não há uma regra ao tipo de abordagem, qualitativa ou quantitativa, no estudo de um determinado objeto. De facto, diferentes meios atingem faces distintas do mesmo objeto, possibilitam um entendimento diferente e a produção de conhecimentos específicos. Desse modo, a escolha por uma determinada abordagem e método deve estar em consonância com o objetivo da investigação. Mesmo os fenômenos listados como de natureza subjetiva, como o preconceito, podem ser estudados através de técnicas quantitativas, quando o objetivo é perceber a magnitude de sua incidência, por exemplo.

Por outro lado, deve-se assumir que não há objeto de estudo que não seja edificado por um meio discursivo, que o torne socialmente e cientificamente coerente. Desse modo, objetos tradicionalmente estudados no âmbito quantitativo, como os níveis de pobreza, também podem ser avaliados e revistos. No caso, o que é notado por deficiência ou pobreza determinam os resultados quantitativos. A avaliação de tais definições é um terreno de estudo de natureza qualitativa e determinante para a consolidação de um conhecimento crítico acerca dos temas e dos estudos de abordagem quantitativa. Da mesma forma, mecanismos sociais, como estratégias familiares frente ao risco de pobreza ou à necessidade de cuidado, possuem nuances qualitativas que podem gerar resultados diversos para condições quantitativas similares.

As abordagens quantitativa e qualitativa não são entendidas como contrapostas, mas como complementares, à medida que uma possibilita a crítica da outra. Tendo em vista as potencialidades e limites de cada abordagem, a escolha de uma ou outra para o estudo de determinada questão se dá por uma adequação entre o objeto e o objetivo da investigação.

Para se obter um retrato mais amplo da realidade social, no qual as tendências que resultam no ordenamento social podem ser evidenciadas, a abordagem quantitativa do tema é recomendada. Em pormenores, os temas centrais da tese precisam ser confrontados com essa escolha.

Como ilustram os capítulos anteriores, o estudo da pobreza de modo sistemático está historicamente atrelado à análise quantitativa do tema, por se dedicar essencialmente a mensurar quantos são os pobres e quão pobres o são. Esta investigação não se distancia desse objetivo, uma vez que comparar os níveis de pobreza entre diferentes grupos populacionais é parte essencial do exame da proximidade social entre a pobreza e a deficiência.

O alcance de técnicas quantitativas é mais efetivo em processos avaliativos de larga escala como propostos nesta tese, dado o imperativo dos recursos à disposição. Na análise central pretendida, que avalia o poder do trabalho da pessoa com deficiência como meio para evitar a pobreza familiar, a abordagem quantitativa demonstra ser adequada por possibilitar a reavaliação em grande escala do trabalho tanto em sua ocorrência como em sua importância financeira. Assim, para a avaliação pretendida, a remuneração e a pobreza são dois fenômenos que devem ser contrapostos no âmbito quantitativo.

Nesse caso, a abordagem quantitativa ganha maior valor ao tratar de fenômenos que se supõem raros (a deficiência em estratos populacionais específicos e o trabalho da pessoa com deficiência) e podem beneficiar de maior visibilidade e maior precisão da sua amplitude. Assim, os conceitos e ideias pré-definidos acerca desta população podem ser esclarecidos e confrontados, com algum potencial de generalização dos resultados da pesquisa para a realidade brasileira.

O trabalho das pessoas com deficiência e o risco de pobreza de suas famílias são temas científicos que não gozam de muito prestígio, o que resulta em escassa investigação sobre o tema na realidade brasileira. Essa condição também recomenda que uma leitura

exploratória do fenômeno, para que se evitem ideias pré-concebidas dos fenômenos. Realizar um retrato quantitativo criterioso dessa realidade compõe uma etapa dessa investigação, que deve ser adequadamente feita através de descrições. Dessa maneira, tal objeto, tão cheio de especificidades e dotado de alguma raridade, também pode beneficiar deste estudo por ser uma iniciativa que promove a sua visibilidade com alguma robustez.

Pretende-se neste estudo contemplar o maior número de pessoas com deficiência já registados num inquérito ocorrido no Brasil – o Censo Demográfico Brasileiro de 2010. A utilização de fontes massivas de dados, como o censo, permite uma leitura da vida desses indivíduos que contempla diversas tendências concomitantes, assim como possibilita a investigação de minorias socialmente pouco representadas em amostras reduzidas. Por outro lado, há uma relação de perde-ganha (*trade-off*) na qual, ao ganhar amplitude perde-se profundidade, limitando o conhecimento sobre toda essa população somente aos quesitos inquiridos pelo censo. Portanto, grande parte das análises é subsidiada por estatísticas descritivas que ilustram como se configura a pobreza, o trabalho e a educação desses indivíduos.

Para além da investigação exploratória descritiva, análises de natureza causal têm lugar no exame do impacto da deficiência sobre a possibilidade de uma família estar em situação de pobreza, em nível domiciliar, e do trabalho remunerado, em nível individual. Para tal, é empregada a análise de regressão logística, na qual uma ou mais variáveis independentes são analisadas de modo a perceber, uma a uma, qual a intensidade e qual a confiabilidade associadas à ocorrência de um evento de resposta binária. No caso, ambas as análises têm por objetivo isolar o efeito da deficiência sobre a pobreza e o trabalho, dos demais determinantes presentes nos dados.

Com a análise realizada, espera-se obter maior conhecimento do impacto da deficiência na pobreza familiar e no trabalho, no que diz respeito à sua prevalência, por vezes associada à idade e à educação. No fim do processo, em conjunto com as análises descritivas, é possível avaliar o impacto do trabalho da pessoa com deficiência e a sua efetividade na proteção contra a pobreza.

Assim, esta investigação não se dedica à busca das origens da pobreza por meio de mecanismos microssociais. Antes de saber as origens sociais de um fenômeno deve-se

buscar conhecer a realidade que o cerca. Essa é a colaboração desta investigação, que consiste em revelar quão diversas e complexas são as questões da deficiência, confrontar o entendimento corrente sobre a deficiência com os dados observados e, principalmente, fomentar novas possibilidades de investigação fundamentadas numa visão robusta e criteriosa da vida das pessoas com deficiência, no que tange o trabalho e a pobreza.

Este capítulo destina-se à apresentação dos dados e métodos utilizados para concretizar a análise pretendida do potencial do trabalho das pessoas com deficiência frente ao risco de pobreza das suas famílias. Dividido em três secções, o texto abarca: os modos de registo das deficiências em inquéritos; a magnitude da população com deficiência expressa no Censo Demográfico 2010 e os critérios adotados nas categorias centrais de análises (deficiência, pobreza, trabalho e educação); uma breve explicação sobre a Modelagem Logística, método central empregado nas inferências de natureza causal, com ênfase no seu potencial para a análise dos temas propostos.

4.1 A Evolução do Registo da Deficiência

Um componente relevante nos estudos da deficiência é o modo através do qual o fenómeno é registado na produção de dados. Neste ponto, apresentam-se as distintas abordagens do registo da deficiência e a sua evolução no caso brasileiro. As diferentes abordagens na produção de dados sobre a deficiência, sobretudo em estâncias governamentais, cristalizam representações e interesses que podem vir a ter grande impacto na vida das pessoas com deficiência. Ao menos três aspetos sobre a relevância do registo de deficiência merecem destaque: a visibilidade, a finalidade e a limitação.

Primeiramente, a própria visibilidade das pessoas com deficiência pode ser promovida ou encoberta por meio do registo que se faz dessa população. São dois os elementos determinantes nesse processo: a magnitude populacional e as categorias escolhidas. Quanto à magnitude, ou seja, o seu volume, os diversos modos de registo da deficiência possuem grande variação na capacidade de classificar as pessoas no que tange à deficiência. No Brasil, inovações implementadas entre os censos dos anos 1991 e 2000 elevaram o registo

afirmativo de 1,1% a 14,5% da população no que tange aos quesitos destinados à deficiência, o maior salto desde o início do inquérito. A diferença observada entre os levantamentos não se traduz necessariamente em maior visibilidade, contudo, não deixa de ser um ganho que isso aconteça. Outro fator relacionado com a visibilidade está nos elementos utilizados para inquirir a deficiência, que podem dar destaque ou ocultar uma ou outra condição, e conseqüentemente ter a sua existência reconhecida ou desconhecida.

A finalidade e a limitação científica dos registos das deficiências serão mais detalhadamente tratadas ao longo das próximas páginas quando são apresentados e debatidos os modos de registo das deficiências em dados de natureza quantitativa, com destaque para os inquéritos populacionais, como censos demográficos. Na sequência, a evolução do registo ocorrido no caso brasileiro é tratada. Ao estudar as diversas formas pelas quais as deficiências foram inquiridas, Daniel Mont (2007) sistematizou-as em cinco tipos que possuem variações em quesitos como: a abordagem ao entrevistado (ou inquirido), a conceptualização empregada e o alcance e finalidade das informações obtidas, são eles: auto identificação, condição diagnosticável, atividades da vida diária, atividades instrumentais da vida diária e participação.

1. Auto identificação – Esse tipo é caracterizado pela questão direta se o indivíduo se entende como (ou declara ser) uma pessoa com deficiência. Se, por um lado, a liberdade para se auto intitular pode soar como um ganho, por outro, a voluntariedade no processo de se identificar como pessoa com deficiência parece gerar resultados muito limitados. A auto identificação é o meio pelo qual se registram as menores taxas populacionais, com variação frequente entre 1% e 3%, em diversas populações (Mont, 2007). Possivelmente, isso ocorre pela carga negativa associada à deficiência e a baixa empatia com esse título. Outro problema encontra-se em perceber como deficiência determinadas condições de limitação física ou sensorial quando essas se aproximam daquilo que é o esperado, ao invés de excepcional, como no caso dos idosos (Medeiros e Diniz, 2004). A qualidade da informação obtida desse modo diz pouco sobre o que de facto poderia vir a limitar a vida dessas pessoas, tanto em termos físicos, como funcionais ou sociais. A falta de precisão e a baixa apropriação do termo deficiência resulta numa utilização escassa dessa abordagem.

2. Condição diagnosticável – Nesse modo, o inquirido é levado a responder se pode ser enquadrado em alguma das condições dispostas em uma lista, ou pontuadas isoladamente. Na lista podem figurar doenças crônicas ou outras condições permanentes específicas, como paralisia, cegueira ou falta de um membro. O ganho dessa abordagem reside em ter maior controle sobre o que tratam os dados. Comumente, essa abordagem é utilizada com a intenção de estimar o volume de terminada deficiência, possibilitando, por exemplo, estimar demandas específicas. Contudo, essa abordagem depende do conhecimento dos indivíduos sobre a situação dos seus corpos e saúde, o que, por vezes, pode estar condicionado ao acesso a serviços de saúde e educação.
3. Atividades da vida diária (AVD) – Nessa abordagem, o inquirido auto avalia a sua capacidade de executar determinadas ações relacionadas com o dia a dia e autonomia física. Entre as mais comuns estariam tomar banho, alimentar-se e vestir-se sem ajuda. O propósito é identificar necessidades específicas, ao invés das condições que levaram a tais necessidades. A avaliação é comumente realizada em níveis de dificuldade, o que se consolidou como uma tendência no registo das deficiências. Por meio de uma aplicação extensa dessa abordagem consegue-se obter os maiores níveis de respostas afirmativas, em comparação dos demais modos desta lista.
4. Atividades instrumentais da vida diária (AIVD) – Diferenciando-se ligeiramente das AVD, essa proposta incorpora atividades individuais mais complexas. Contudo, a atenção a fatores tão específicos em pesquisa de grande cobertura é rara em países em desenvolvimento. Os quesitos investigados nessa abordagem comumente são: habilidade para usar telefone, fazer compras, preparar comida, cuidar da casa, lavar roupas, utilizar meios de transporte e responsabilidade com os próprios medicamentos, ampliando a noção de autonomia do sujeito.
5. Participação – Esse tipo dedica-se a relacionar a saúde e condições físicas (frequentemente não especificadas) com a participação social em determinadas esferas da vida pública. A escola e, principalmente, o trabalho figuram como principais domínios investigados. Nesse sentido, pode-se inferir uma preocupação em precisar a população disponível para o trabalho. Secundariamente, vê-se

exemplos de inquéritos que incluem a participação política e na vida comunitária entre os itens investigados por meio dessa abordagem.

Pode-se perceber que a variação entre os modos de registo da deficiência atende a diferentes propósitos. Mont (2007) indica três diferentes objetivos que orientam o formato pelo qual as deficiências são inquiridas nas pesquisas de abrangência populacional: monitorar o nível de deficiência ou funcionalidade de uma população, estimar provisão de serviços, avaliar a equalização de oportunidades entre pessoas com deficiência e as outras. Os objetivos podem ser entendidos como aninhados, ou seja, pode-se monitorar o nível de funcionalidade a partir dos dados orientados para a estimação de serviços, assim como estimar a provisão de serviços dos dados referentes à equalização de oportunidades, contudo, o contrário tende a não ser eficiente, avaliar as oportunidades com dados simples voltados para apenas monitorar o número de pessoas com deficiência, por exemplo. Portanto, há uma correspondência entre os modos de registo das deficiências e sua limitação em responder a determinadas questões.

Escapa à lista de Mont uma importante tendência da atualidade que consiste na medida da capacidade funcional por meio da auto avaliação das capacidades do corpo em executar ações primárias como caminhar, enxergar e ouvir; que monitora com mais precisão o nível de funcionalidade populacional, ao passo que também permite inferências acerca de necessidades especiais e equalização de oportunidades. Essa abordagem enfatiza as limitações e, conseqüentemente, as necessidades, ao passo que tende a tornar indistintas as condições do corpo que originam tais limitações.

Mont (2007) ressalta que as abordagens dessa natureza, focadas na execução de atividades, por não distinguirem as deficiências, tendem a abarcar uma gama mais vasta de limitações. A questão sobre o caminhar é emblemática para ilustrar essa afirmação. Indivíduos podem ter dificuldades em andar por diversos motivos, como alto grau de obesidade, problemas cardíacos e respiratórios graves, paralisias, perda de membros, entre outras. Já, as medidas de acessibilidade tendem a ser menos diversas, e mesmo pessoas com limitações temporárias (como mulheres nos últimos estágios da gravidez) podem beneficiar dessas medidas. O autor compreende essa abordagem como associada a um ideal de desenvolvimento econômico inclusivo que confere atenção às limitações e não à

deficiência, emancipando seu registo de um diagnóstico. Nessa perspectiva, as necessidades sobrepõem-se às classificações médicas.

A crescente adoção das medidas de capacidade funcional e atividades da vida diária, em detrimento de condições diagnosticáveis, reflete a mudança ocorrida pelo Modelo Biomédico de deficiência ao longo do tempo, no qual a incorporação da funcionalidade como um dos valores centrais promoveu a CIF, que pretende ser uma resposta às necessidades de pensar a deficiência para além do aspeto médico curativo. Por outro lado, é inegável que ainda há hegemonia da perspectiva biomédica nessas formas de registo, condizente ao princípio científico de classificação, mesmo nas suas vertentes mais sofisticadas que consideram a subjetividade dos sujeitos.

O caso brasileiro fornece um panorama concreto do desenvolvimento dos registos da deficiência em inquéritos populacionais. Ao estudar as estatísticas da deficiência no Brasil, Neri (2003) explora brevemente os registos da deficiência entre 1872 e 2000, no censo demográfico e na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Analisando o trabalho do autor, o caso brasileiro ilustra paradigmaticamente a evolução do tratamento científico e político da deficiência, que no início do século XX foi registada sobre o título de defeito físico. Um resumo da informação coletada por Neri (2003) corresponde a:

– Censo Demográfico de 1920 – Foram pesquisadas a cegueira e a surdo-mudez⁵⁸, mesmas categorias utilizadas nos inquéritos domiciliares de 1872 e 1900. As variáveis são categóricas e têm como possíveis respostas apenas a pertença ou não. Ambas as condições eram mais prevalentes entre homens.

– Censo Demográfico de 1940 – De forma inovadora foi incluída uma variável destinada a mensurar o “defeito físico”. Entre as categorias para resposta estavam: cego por doença, cego de nascença, cego por acidente, surdo-mudo, surdo-mudo cego e com origem do defeito não declarada. Foi o único inquérito censitário a registrar a cegueira associada à sua origem, o que não mais ocorreu com a cegueira ou outra deficiência, sendo, por isso, única. Os seus dados indicavam menor participação dos cegos de nascença entre as pessoas com “defeito físico”, sendo, portanto a maior parte uma condição adquirida.

⁵⁸ Atualmente, o termo surdo-mudo não é considerado correto por atribuir mudez ao surdo. A mudez é um fenómeno mais raro que a surdez e acomete uma menor parte dos surdos (Sasaki, 2002).

– PNAD de 1981 – Há uma variável de autodeclaração que classifica o entrevistado com: cegueira, surdez, surdo-mudez, retardamento mental, falta de membro, paralisia total, paralisia de um dos lados do corpo, outro tipo de deficiência e, mais de um tipo de deficiência. A grande inovação constituiu em identificar outras deficiências, sendo que a PNAD de 1981 estimou 1,78% da população na soma de todas as categorias. Uma importante informação é a presença da surdez e da surdo-mudez, ao compararem-se ambas, percebe-se que a surdo-mudez seria mais rara que a surdez, um em cada quatro surdos seria também mudo, segundo os resultados do inquérito.

– Censo Demográfico de 1991 – Existe somente uma única variável de autodeclaração do entrevistado. As categorias não se diferem muito da PNAD de 1981, havendo modificações principalmente na linguagem. Houve extinção da surdo-mudez, alteração da “falta de membro” para “falta de membro(s) ou parte dele”, e “retardamento mental” para “deficiência mental”. Os resultados indicam que 1,15% da população se enquadra em alguma das deficiências.

– PNADs de 1998, 2003 e 2008 – A PNAD de 1998 foi o primeiro inquérito domiciliar brasileiro a guiar-se pela noção de capacidade funcional e AVD, inovando também ao implementar a resposta de forma escalar, ou seja, regista diferentes níveis de dificuldade. Após 1998, o mesmo conjunto de questões figurou mais duas vezes, em 2003 e 2008. Segundo Travassos *et al.* (2008), as perguntas do inquérito destinavam-se a registar a “mobilidade física dos moradores de 14 anos ou mais de idade” As questões mensuravam: a força (capacidade de levantar/empurrar objetos), a locomoção (andar mais de um quilômetro, andar cem metros, subir ladeiras e escadas), a flexibilidade (ajoelhar, abaixar e curvar-se) e AVDs (tomar banho, alimentar-se e ir ao banheiro) dos moradores, segundo a percepção do respondente.

– Censo Demográfico de 2000 – São cinco variáveis, sendo três referentes a capacidades funcionais. Na ordem da entrevista, a primeira pergunta diz respeito à saúde mental, o registo de Problema Mental Permanente é respondido com sim ou não. A seguir, três variáveis avaliam a capacidade funcional declarada em enxergar, ouvir e subir escadas/caminhar. As possíveis respostas são: Incapaz, Grande dificuldade permanente, Alguma dificuldade permanente e, Nenhuma dificuldade. Por fim, é perguntado se o indivíduo se enquadra em alguma das categorias: Paralisia permanente total, Paralisia

permanente das pernas, Paralisia permanente de um dos lados do corpo, Falta de perna, braço, mão, pé ou dedo polegar e Nenhuma das enumeradas. O censo 2000 foi responsável por uma grande inovação, ao inquirir, no Brasil, em âmbito censitário, as capacidades funcionais, registrando 14,5% do total populacional com alguma deficiência ou limitação permanente.

A retrospectiva de Neri (2003) pode ser complementada com as alterações observadas no Censo 2010. Em suma, a variável categórica voltada para as paralisias (e falta de membros) foi eliminada. No âmbito da linguagem, para as variáveis de capacidade funcional, o termo “incapaz” foi substituído por “não consegue”.

Todas essas transformações observadas nos inquéritos populacionais acerca das deficiências (dos elementos investigados, do modo de registo e linguagem) atendem à lógica do desenvolvimento do próprio campo de conhecimento acerca da deficiência, fortemente influenciado por diretrizes internacionais. Medeiros e Diniz (2004) relatam a existência de tais diretrizes para o registo da deficiência desde 1860. Naquele ano, a Comissão Estatística Internacional recomendou que os “defeitos físicos” fossem registrados por meio das categorias cegueira e surdo-mudez, as mesmas que figuram nos censos brasileiros de 1920 e 1940.

Desde então, as inovações indicam seguir aquilo que preconizam os órgãos internacionais. Após o advento da CIF, por exemplo, as variáveis de capacidade funcional passaram a protagonizar os inquéritos demográficos, como o Censo 2000, mesmo que ainda estivessem presentes outras formas de registo da deficiência. Essas tendências confluem para a constatação das disputas ideológicas e científicas no campo da deficiência e seu impacto direto no modo como os indivíduos são registrados e percebidos, sobretudo pelo poder público, a alterar inclusive a sua representatividade frente à população.

Por outro lado, em investigações como esta, é imprescindível a utilização dos dados elaborados por tais inquéritos. E compreender os seus limites e elaboração é imprescindível para que seja desfeita a pretensa ideia de neutralidade e, se tenha mais domínio sobre a informação. Neste caso, do Censo Demográfico Brasileiro de 2010.

4.2 Temas e Categorias Centrais da Análise

O mais recente censo brasileiro, referente ao ano de 2010, é a fonte de dados sobre a qual decorre toda a análise original desta tese. Por ser censitária, a sua abrangência pretende-se universal. Na prática, produzem-se dois bancos de dados, um com todos os domicílios (agregados familiares) entrevistados, contendo a caracterização básica dos seus moradores, e outro, realizado por amostragem⁵⁹, com questões mais pormenorizadas. A amostragem varia conforme o tamanho da população dos municípios, e pode ser expandida, ponderando-a pelo peso amostral, para que tenha representatividade frente à totalidade dos domicílios em território brasileiro. Nesta investigação, somente as análises descritivas são ponderação pelo peso amostram, para que a magnitude apresentada se aproxime da representação nacional.

Antes da explicitação do método analítico, é necessária uma apresentação das definições adotadas para as principais categorias de análise elaboradas a partir dos quesitos do censo, assim como uma breve exposição do volume da população com deficiência em questão. A apresentação das variáveis fundamentais para a análise é apresentada pela sua ordem de importância para a investigação, ou seja: deficiência, pobreza, trabalho e educação. Por orientar-se pelo objetivo de examinar a deficiência como preditor da pobreza e trabalho, ou seja, determinante desses fenômenos, essas variáveis são dependentes, enquanto a deficiência e a educação operam como variáveis independentes nas análises causais.

4.2.1 A Deficiência

Originalmente, nos dados do Censo 2010, as questões sobre a deficiência são feitas às pessoas que respondem à entrevista domiciliar do questionário da amostra, em nome de todos os residentes do domicílio. Os respondentes atendem a quatro perguntas referentes a cada um dos indivíduos que habitam o domicílio, três acerca das capacidades funcionais e outra sobre deficiência mental.

⁵⁹ Que abrange aproximadamente 10,7% dos domicílios brasileiros.

A primeira questão refere-se à capacidade visual. “Tem alguma dificuldade permanente em enxergar?”, cujas respostas possíveis são: sim, não consigo de modo algum; sim, grande dificuldade; sim, alguma dificuldade; não, nenhuma dificuldade. Ao avaliar essa capacidade, o respondente deve considerar o uso de óculos e lentes de contato, caso tenha acesso a essas tecnologias.

Sequencialmente, as dificuldades permanentes de ouvir e caminhar ou subir degraus são inquiridas utilizando-se o mesmo formato de pergunta e resposta. Aparelhos auditivos, próteses, bengalas ou aparelho auxiliar devem também ser levados em consideração.

O que é avaliado não se restringe à capacidade funcional física ou sensorial em si, mas à dificuldade vivenciada pelas pessoas, e em segundo plano às suas necessidades. Essa abordagem transpõe o foco da questão do corpo para as necessidades, uma vez que as limitações atenuadas ou eliminadas pelo acesso a alguma tecnologia não são contabilizadas, o que resulta da evolução do modelo biomédico da deficiência, como referido anteriormente.

Dessa maneira, esses quesitos põem em xeque o estudo da pobreza associada à deficiência por não serem independentes dessa, especialmente em estudos que utilizam métodos de análise baseados em pressupostos de causalidade. Isso ocorre porque as dificuldades em enxergar, ouvir e caminhar (ou subir degraus) podem fazer-se presentes pela falta de acesso às tecnologias de apoio que, por sua vez, estão condicionadas pela condição financeira dos indivíduos e suas famílias. Por outro lado, espera-se que quanto maior seja a dificuldade de um indivíduo mais limitado será o auxílio dessas tecnologias. As pessoas com completa limitação em caminhar, os cegos e surdos estariam ainda menos sujeitos a superar as referidas incapacidades por meio de alguma tecnologia. E, caso isso seja possível, o acesso dependerá de recursos ainda mais dispendiosos.

Para contornar esse ponto, nem todas as categorias de dificuldades são utilizadas em todas as análises. Nos exames de nível domiciliar, as dificuldades relatadas como menos severas não serão contabilizadas como uma condição de deficiência válida como determinante da pobreza, uma vez que podem ser mais indicativos da pobreza (a falta de recursos para prover óculos, aparelhos auditivos, etc), que a causa dessa.

Nas análises de âmbito individual, as variáveis de deficiência serão utilizadas no seu formato original, no exame de lógica causal. Nas análises descritivas, porém há variação do formato original, conforme a necessidade do objeto em questão. Em cada momento é explicitado o nível de abrangência das categorias de deficiência utilizadas para facilitar o entendimento da análise.

Além das variáveis de capacidade funcional, a deficiência mental também figura entre os elementos inquiridos pelo censo. Há uma variável dedicada somente à questão, em que se deve responder “[se] tem alguma deficiência mental/intelectual permanente que limite as suas atividades habituais, como trabalhar, ir à escola, brincar, etc”. E complementam os documentos técnicos:

A deficiência mental é o retardo no desenvolvimento intelectual e é caracterizada pela dificuldade que a pessoa tem em se comunicar com outros, de cuidar de si mesma, de fazer atividades domésticas, de aprender, trabalhar, brincar, etc. Em geral, a deficiência mental ocorre na infância ou até os 18 anos (IBGE, 2012: 34).

O documento ainda destaca que a resposta deve ser afirmativa “quando foi declarada a existência de deficiência mental permanente que dificultasse a realização de atividades diárias” (IBGE, 2012: 34), e negativa “mesmo quando a pessoa possuísse perturbações ou doenças mentais, tais como: autismo, neuroses, esquizofrenia e psicose” (IBGE, 2012: 34).

Dessa maneira, a deficiência mental, ainda que inquirida de forma distinta das demais variáveis, aproxima-se dessas ao dar ênfase aos aspectos das limitações vivenciadas pelas pessoas. Segundo o documento, a deficiência mental somente deve ser registrada caso limite atividades da vida cotidiana.

Se, por um lado, tal escolha se mostra alinhada com o propósito das demais, por outro, é um desafio ao estudo da inclusão educacional e trabalhista, uma vez que a integração social desqualifica o sujeito como deficiente mental. Há, portanto, um interesse em contar aqueles que são dificilmente incluídos em detrimento da possibilidade de identificar também aqueles que foram incluídos. Além disso, é esperado que a maior parte dos entrevistados se atenha à pergunta inicial, ao invés de requerer a definição completa do

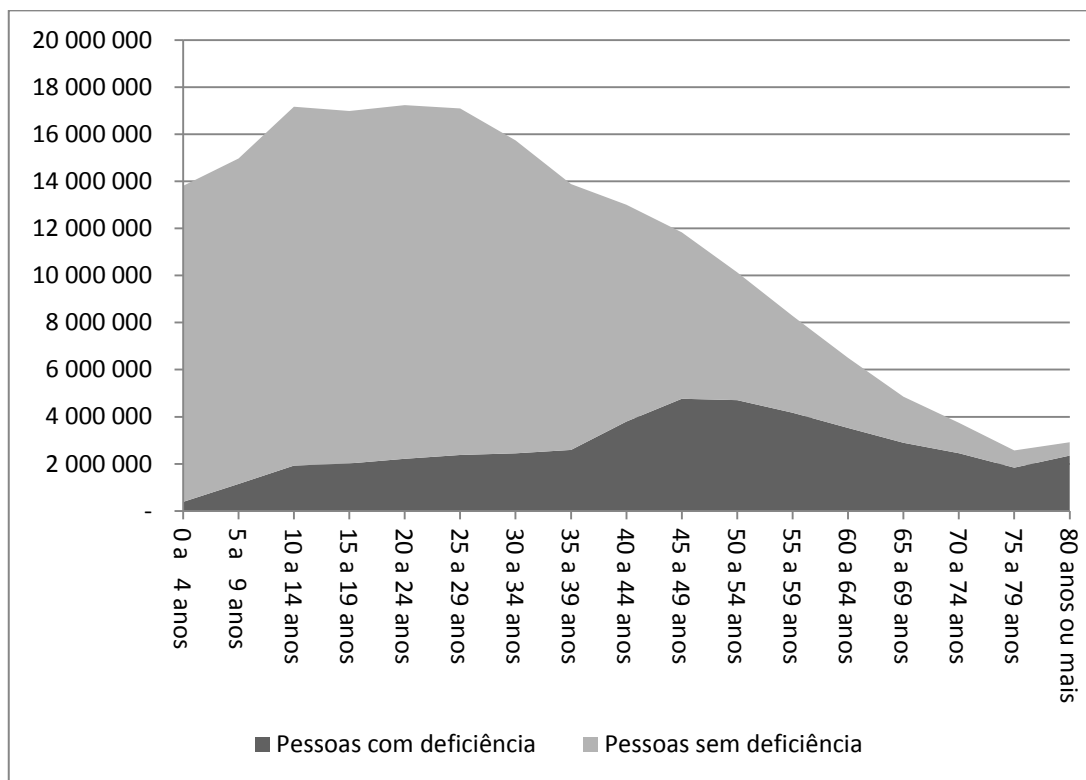
questo, o que deixa margem para distintas interpretações⁶⁰. Por esses motivos a análise dos resultados acerca da deficiência mental carece de interpretação mais pormenorizada, o que pode ser notado ao longo dos próximos capítulos, onde tal limitação é explicitada e debatida.

É importante notar que a transposição da capacidade funcional à deficiência não é absoluta, podendo haver casos em que uma não se converte socialmente na outra. Uma dificuldade permanente em ver, por exemplo, pode não ser reconhecida como uma deficiência. Ao passo que a falta de um membro, como um braço, facilmente atribui o rótulo de pessoa com deficiência ao sujeito, e no Censo 2010 não é registado como tal, por não colaborar com limitações pesquisadas no inquérito. O mesmo pode ocorrer com outras condições, como o nanismo. Assim, ao considerarem-se as descrições e análises estatísticas advindas do censo é necessário reconhecer os limites entre o registo e a realidade à qual este se refere.

Com conhecimento do que significam os termos que qualificam a deficiência no censo, a apresentação da magnitude dá a dimensão necessária do que representam essas categorias na população brasileira registada na amostra do censo, assim como a abrangência deste estudo, antes da apresentação das demais definições adotadas.

⁶⁰ De facto, a subjetividade está presente em todas as questões acerca das deficiências no Censo 2010. Nas variáveis de capacidade funcional, a distinção entre “alguma dificuldade”, “grande dificuldade” e “nenhuma dificuldade” é o principal espaço para interpretações subjetivas. Contudo, é notado que os resultados entre as categorias as tornam notadamente distintas no conjunto da população.

Gráfico 1 – População com e sem deficiência, por faixa etária, Brasil, 2010



Dados: IBGE, 2010

Ilustrada no Gráfico 1, a população brasileira registrada no Censo 2010 estima-se em 190.755.799 pessoas, a partir da expansão dos dados da amostra. Desse total, 45.606.048 (isto é, 23,9%) possuem ao menos alguma resposta afirmativa às questões relacionadas com a deficiência. Incluem-se a deficiência mental, as dificuldades e limitações completas em ver, ouvir e caminhar. Essa população é majoritariamente feminina (56,6%).

Como se percebe graficamente, a deficiência tem maior prevalência proporcional entre os mais velhos. Os dados atribuem a deficiência à primeira faixa etária (0 a 4 anos) para somente 2,8% da população. A tendência crescente é percebida a cada faixa etária quinquenal, de modo que, aproximadamente, metade das pessoas ente 55 e 59 anos (50,3% dessas) já apresenta alguma limitação funcional ou dificuldade permanente. E no último grupo etário, a partir dos 80 anos, 80,6% da população se enquadra afirmativamente em pelo menos uma das categorias inquiridas.

Essa tendência reforça o entendimento da deficiência como um fenômeno comum, mais esperado que extraordinário. Isso é explicado por dois motivos: a exposição ao risco e o envelhecimento. O primeiro, a exposição ao risco, é decorrente do fator tempo. Quanto mais tempo se vive mais exposto ao risco de adquirir uma deficiência se está. Por seu turno, o envelhecimento é por si um fator associado à perda ou limitação das capacidades funcionais, fenômeno esse que virá a acometer a maior parte da população ao longo das suas vidas.

Uma leitura inicial dos dados revela que a tendência de aumento da deficiência com o avanço da idade não é uma realidade para todas as categorias inquiridas. As limitações completas de caminhar, ouvir e enxergar, por exemplo, são proporcionalmente mais frequentes nas idades mais novas (31% das pessoas com deficiência entre 0 e 4 anos possuem ao menos uma limitação total de alguma das capacidades funcionais investigadas). Com o avanço nas outras faixas etárias, e a entrada de outras pessoas com deficiências menos limitadoras, as limitações diminuem entre as condições de deficiência, recobrando uma tendência de crescimento com o envelhecimento. Em suma, proporcionalmente, entre as crianças, a deficiência é mais rara e limitadora, os adultos condensam a maior quantidade e diversidade de casos, e entre os idosos a deficiência é mais comum.

A deficiência mental, presente em 1,4% da população, possui também uma tendência crescente variando de 0,5% na população de 0 a 4 anos a 1,9% até aos 65 anos. Entre os mais velhos, há uma tendência crescente de qualificar as pessoas pela deficiência mental. Após os 79 anos, 5% da população é declarada como tendo deficiência mental. Isso descaracteriza a categoria na sua definição inicial, uma vez que a manifestação na infância ou juventude é um dos seus qualificadores. Isso reitera a insegurança quanto ao que os entrevistados percebem como deficiência mental.

A idade é, portanto, um elemento de grande importância para se compreender a prevalência da deficiência na população, e das parte de suas especificações. No âmbito teórico, o reconhecimento social de uma situação como deficiência também está associado à idade. Tanto na construção do imaginário acerca da pessoa com deficiência (Abberley 1987), quanto na classificação de uma situação como deficiência, na qual os idosos, por

vezes, mesmo possuindo limitações semelhantes a pessoas mais jovens, não são reconhecidos como pessoas com deficiência (Medeiros e Diniz 2004).

Na análise domiciliar, a divisão entre as idades das pessoas com deficiência seguirá um ordenamento diverso, sendo composto por quatro divisões, destinadas a responder as diferentes etapas da vida dos indivíduos: 0 a 5 anos (idade pré-escolar); 6 a 14 anos (entrada no sistema escolar ao início da idade ativa); 15 a 64 anos (idade ativa); 65 e mais (fim da idade ativa). Em conjunto com o entendimento da pobreza como fenômeno doméstico, essa divisão permite uma leitura do impacto da deficiência associado aos papéis sociais, posição na família e inserção social condizentes com as diferentes etapas do ciclo de vida dos indivíduos. Assim, as reflexões sobre o papel da idade na relação entre pobreza e deficiência têm grande espaço ao longo do processo analítico dos dados presente nos próximos capítulos.

4.2.2 A Pobreza

Como atrás se discutiu, diversos podem ser os entendimentos sobre a pobreza. Em estudos interessados em mensurar o fenômeno, os conceitos de pobreza adotados tendem a variar entre as perspectivas absoluta e relativa. Para a presente análise, a definição de pobreza adotada aproxima-se mais do proposto pelo conceito absoluto de pobreza, definindo-se por uma condição de vida abaixo de um limite cuja garantia de bem-estar mínimo, ou mesmo da sobrevivência, esteja sobre ameaça, com tendência a degradar-se.

A pobreza é tratada neste estudo como uma característica domiciliar, sendo, portanto uma característica do agregado familiar que pode ser transposta para o nível individual. Nesse sentido, é pobre a pessoa que vive num agregado em situação de pobreza.

Em termos censitários, a pobreza pode ser definida através de diversas variáveis. Para esta investigação utilizou-se um critério referenciado aos rendimentos totais do domicílio. É tido como pobre o domicílio cujo rendimento mensal *per capita* é inferior a meio salário mínimo⁶¹, sendo, portanto, esse o referencial para a linha de pobreza adotada. Obtém-se

⁶¹ O valor de referência para o ano de 2010, para a data de referência do censo é de R\$225,00 (cerca de 74,00 €).

esse resultado pela simples divisão entre o rendimento total do domicílio e o seu número de moradores.

Nesse caso, é importante diferenciar e justificar a adoção do domicílio⁶² como referência em detrimento da família⁶³. Inicialmente, é esperado que os laços intrafamiliares tenham grande influência sobre a distribuição e redistribuição dos rendimentos. De facto, é uma abordagem teoricamente bem justificada. Os estudos clássicos da pobreza (como em Rowntree, 1902; Townsend, 1979) também utilizam a ideia de família numa mesma residência para medir a pobreza. Não obstante as transformações sociais e novas configurações familiares e domésticas que desafiam tomar as unidades domiciliares como uma família, tecnicamente dois pontos questionam a escolha da família como âmbito preferencial da análise. O primeiro corresponde ao registo da família. Cada família só pode ser notada dentro de um domicílio, sendo impossível reconstituí-la nos dados caso os seus membros ocupem mais de uma residência. Nesse sentido, o domicílio oferece mais segurança na informação, uma vez que correntemente se tem registado todos os moradores. O outro fator determinante da escolha do domicílio consiste nos recursos e gastos domésticos. Alguns custos importantes (o rendimento do aluguer, abastecimento de água, fornecimento de energia, entre outros), assim como diversos recursos (eletrodomésticos, móveis, e o espaço em si) afetam diretamente todos os residentes de um domicílio, independentemente da natureza dos seus vínculos, o que, por si, já implica em alguma redistribuição de custos e recursos entre eles.

Havendo arbitrariedade nessas escolhas, justificá-las é um imperativo metodológico. Assim, o valor da linha de pobreza também deve ser justificado. O seu valor é uma referência ao parâmetro estatal de “família de baixa renda”. Esse referencial compõe os critérios do governo para determinar se uma família é elegível para o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único ou, simplesmente, CadÚnico). Somente quem possui registo no cadastro pode ter acesso aos programas sociais federais, contudo, ser uma família de baixo rendimento cadastrada não é suficiente para que seja contemplada por algum programa (cujos parâmetros de rendimento são, usualmente, ainda

⁶² “Domicílio é o local estruturalmente separado e independente que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que esteja sendo utilizado como tal” (IBGE, 2012: 2).

⁶³ “[No censo,] considerou-se como família o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco na unidade doméstica” (IBGE, 2012: 29).

mais baixos). O cadastro contém as famílias de baixo rendimento que justificam uma atenção especial por serem potencial alvo de políticas sociais, sobre as quais mais informações são também necessárias. Ademais, referenciar-se pelo CadÚnico e pelo salário mínimo concomitantemente possibilita exames críticos sobre o que esses parâmetros, especialmente, o salário mínimo, representam hoje.

É importante ter a noção que o salário mínimo possui em si uma defasagem, e não deve ser tido como capaz de assegurar a uma família uma vida sem grandes privações. Baseado no Método Orshansky o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) afirma que um salário mínimo necessário para uma família brasileira de dois adultos e duas crianças (ou equivalente a três adultos) em julho de 2010, seria R\$2011,03, quase quatro vezes o valor legal. Por outro lado, é importante notar que o cálculo é referenciado nas regiões onde o custo da cesta básica de alimentos é mais elevado (DIEESE, 2010). Também é observado que a diferença entre os salários reduziu com o tempo. No ano de 1994, o salário mínimo necessário era dez vezes o valor do salário legal, porém a razão observada em 2010 ainda permanece em 2014.

Distantes da importância analítica da definição já apresentada, outras duas definições de pobreza estão secundariamente incorporadas na análise descritiva, são elas: pobreza pelo baixo padrão-de-vida indicado pela habitação de baixa qualidade; pobreza relativa referenciada pela medida nomeada brecha de rendimentos (*income-gap*). A primeira forma, habitação de baixa qualidade é utilizada somente na contextualização da pobreza. O objetivo da sua exploração resume-se na apresentação de uma medida complementar de pobreza baseada na ideia de consumo e condição de moradia, e contrastá-la com a medida central de pobreza, de natureza financeira, para que seja possível compreender melhor como essas se conjugam.

A incorporação da privação material no exame da pobreza possui como maior benefício a possibilidade de identificar em que circunstâncias ou grupos sociais a pobreza se encontra mais consolidada, e também é mais prejudicial. A exemplo do caso português, estudado por Farinha Rodrigues e Andrade (2010), no qual, tendo em conta o parâmetro europeu, as taxas de pobreza de crianças e idosos são equiparáveis. Contudo, ao analisar a privação material dos dois grupos, constatou-se que as crianças pobres vivem em maior privação que os idosos pobres, diferenciando a gravidade da pobreza.

Rodrigues e Andrade (2010), no entanto, ressaltam que o método e os quesitos adotados para na identificação da privação material têm grande influência no resultados. Nesta investigação, que se concentra nas condições de moradia para distinguir a pobreza a nível material, por se tratar de um quesito de longa duração, que necessita de gastos relativamente elevados para a sua alteração, a classificação da pobreza por esse quesito possui alguma robustez. Isso porque sofre baixa interferência de flutuações financeiras momentâneas.

A segunda medida, a brecha de rendimentos, é definida pela média da distância de um determinado grupo populacional até à linha de pobreza, sendo aplicável somente para aqueles que já se encontram abaixo da linha de pobreza. Segundo Sen (1999), essa medida incorpora o princípio da pobreza relativa, e tem por objetivo indicar o quão pobre é uma determinada população. Nesta investigação, o seu papel consiste em diferenciar a gravidade da pobreza nos distintos tipos de deficiência e grupos etários. Os seus valores, assim como das demais definições de pobreza apresentadas, encontram-se ao longo da secção que se dedica a analisar a relação entre a presença da deficiência e a situação de pobreza.

4.2.3 O Trabalho

Uma análise do trabalho é fundamental para que a hipótese central desta pesquisa possa ser examinada. Essa consiste na afirmação que o trabalho da pessoa com deficiência é essencial para coibir a pobreza da família das pessoas com deficiência, porém, por ser mais raro e frágil, acaba por se converter num recurso secundário das famílias dessas pessoas. O exame do trabalho está organizado em duas partes. Uma, que avalia a sua ocorrência e o impacto da deficiência, e outra, que caracteriza o trabalho da pessoa com deficiência, a fim de perceber o seu potencial contra a pobreza.

Assim, uma definição de trabalho sólida o suficiente para refletir uma ocupação que tenha poder efetivo sobre o risco de pobreza é necessária. Se, por um lado, tal definição deve ser específica o suficiente para ter força frente à pobreza, por outro, essa não pode distanciar-se da realidade da maior parte dos trabalhadores, não sendo divergente de muitos dos trabalhos realizados.

De entre as diversas variáveis que caracterizam o trabalho da população brasileira, uma mescla possibilitou a constituição daquilo que é nomeado neste estudo como uma situação de exercício de trabalho remunerado: exercer ou estar afastado de trabalho com rendimentos próprios atribuídos, que ocupe pelo menos oito horas semanais. Assim, ficam excluídas as atividades não remuneradas, os trabalhos complementares aos de outrem ou aquelas atividades que não ocupem tempo da vida dos indivíduos correspondente pelo menos a uma jornada diária de tempo integral por semana.

De modo similar à pobreza, o trabalho também possui uma definição alternativa secundária, utilizada somente em análises descritivas cujo objetivo é compreender o fenômeno através de uma perspectiva alargada. O trabalho não remunerado engloba o trabalho complementar (associado ao trabalho remunerado de outra pessoa) sem rendimentos próprios e as atividades não remuneradas de agricultura, pesca, criação de animais, extração vegetal, entre outras.

Centrado na definição de trabalho remunerado, e voltado ao exercício de causalidade, o não exercício do trabalho remunerado não deve ser confundido com o desemprego. As situações distinguem-se pelo facto do desemprego se caracterizar pela procura de um emprego, quando não se está a trabalhar. Dessa maneira, nem toda a ausência de trabalho qualifica o desemprego. A escolha pelo não exercício de um trabalho em detrimento do desemprego é justificada pelo desestímulo ao trabalho sofrido pelas pessoas com deficiência (Barnes, 1999) que pode vir a afetar a busca ativa por emprego, assim como pelas barreiras vivenciadas pelas pessoas com deficiência que podem impedir a efetivação da busca pelo emprego, mesmo havendo desejo de um trabalho.

Ademais, além de se configurar como uma das variáveis dependentes centrais desta investigação, o trabalho também figura como variável independente determinante da pobreza domiciliar, utilizando-se do mesmo parâmetro nomeado de trabalho remunerado, mas agregado ao nível domiciliar.

4.2.4 A Educação

A análise da relação entre pobreza e deficiência e o potencial do trabalho da pessoa com deficiência como elemento capaz de redefinir a realidade das famílias tem na educação um fator importante a ser tratado. Embora o tema da educação não seja central nesta investigação, possui uma elevada importância analítica.

Na aplicação do método central de análise, a educação compõe, em conjunto com a deficiência e outras variáveis independentes, os determinantes da pobreza e, principalmente, do trabalho. Além disso, na caracterização do trabalho, o papel da educação é também essencial para diferenciar as distintas possibilidades de ocupação, de modo mais criterioso.

A variável que traduz a educação conquistada pelos indivíduos é referida como nível de instrução, e tem por objetivo indicar o nível máximo de estudos já concluído, categorizado entre: sem instrução ou Ensino Fundamental incompleto; Fundamental completo ou Ensino Médio incompleto; Médio completo ou Ensino Superior incompleto; Superior completo; e Mestrado ou Doutorado completo. A apresentação da distribuição populacional dessa variável varia fortemente no tempo, e é realizada durante a análise.

Outra importância da educação para este estudo é a sua presença como ocupação na vida dos indivíduos. Nesse sentido, a frequência da escola representa um cenário de participação social, sobretudo entre as pessoas em idade escolar. Ao tratar-se das pessoas com deficiência, a atenção ao quesito deve ser reforçada uma vez que a violação da obrigação e do direito à educação é recorrente (França e Rios-Neto, 2012).

Analiticamente, essa questão tem lugar em dois momentos: na diferenciação dos grupos etários abaixo dos 15 anos; e no exame dos determinantes do trabalho. No primeiro caso, a distinção dos indivíduos dos 0 a 5 anos dos que possuem 6 a 14 anos é orientada pela necessidade da escola como a ocupação que deve estar presente na vida dos sujeitos do segundo grupo. Diferenciá-los permite inferir sobre a importância da escola como meio de participação social e ocupacional. No segundo caso, estar a frequentar a escola é tido como um dos determinantes da prevalência do trabalho, uma vez que se deve assumir que as possibilidades de se estar a trabalhar são alteradas pelo facto dos estudos serem uma

ocupação já exercida por um indivíduo, especialmente no início das idades produtivas, a partir dos 15 anos.

Dessa maneira, a educação tem um papel multidimensional na vida dos indivíduos, sendo uma ocupação, um meio de participação social, de reconhecimento e exercício de cidadania, assim como define o nível de instrução dos indivíduos, o que, por sua vez, possui importância ímpar na determinação do trabalho, como é examinado. Associada às especificidades das vidas das pessoas com deficiência, a análise da educação é incontornável.

Em conjunto com o trabalho, a pobreza e a deficiência, a educação compõe o conjunto das principais variáveis desta investigação, sendo essencial a justificação das suas escolhas. As demais variáveis independentes utilizadas variam segundo as necessidades dos modelos propostos e são explicitadas e analisadas à medida das suas contribuições para o estudo. De seguida, apresenta-se o método utilizado na análise empírica desta tese.

4.3 A Modelagem Logística

Os Modelos Logísticos são utilizados para identificar e mensurar a significância e a intensidade da relação entre uma ou mais variáveis explicativas (independentes) sobre uma variável resposta dicotômica (dependente). No caso, as variáveis dependentes são: estar em situação de pobreza (ou não), estar a exercer ou afastado de um trabalho remunerado (ou não). Por meio de um conjunto de variáveis independentes, de entre essas, as deficiências, estima-se uma função matemática (ou equação) logística que traduza o comportamento da variável dependente. Hosmer e Lemeshow (1989) definem o Modelo Logístico Múltiplo (com mais de uma variável independente) em:

$$\pi(x) = \frac{e^{\beta x}}{1 + e^{\beta x}}$$

onde:

$\pi(x)$ é a probabilidade condicional do sucesso do evento dado as condições denotadas pelo conjunto de características x .

βx é o somatório das multiplicações dos coeficientes estimados (β) pelas variáveis explicativas (x).

Dá-se o nome de ajuste de um modelo a cada elaboração definida pelo conjunto de variáveis independentes e dependentes. Resultante do ajuste do Modelo Logístico têm-se os coeficientes estimados (β) que podem ser convertidos em possibilidade e probabilidade de ocorrência do evento (definido pela variável dependente) associada à variação contida nas variáveis independentes, tendo em consideração a implicação de umas às outras.

A possibilidade⁶⁴ é a medida estatística que se define pelo resultado da razão de probabilidades, ou seja, a divisão entre a probabilidade da ocorrência de um evento sobre a probabilidade de não ocorrer.

A hipótese testada pelo modelo consiste em assumir que a variável dependente mantém uma relação nula com as variáveis independentes ($\beta=0$), ou seja, que não expressam tendências conjuntas. O teste da hipótese, que ocorre tanto a nível global, tendo em consideração o conjunto das variáveis independentes, como a nível pontual, relacionando-as uma a uma, avalia o risco de presença da relação nula. Quando esse é baixo, rejeita-se a hipótese nula e assume-se a existência de tais tendências conjuntas⁶⁵. Numa leitura causal, as tendências indicam o impacto das variáveis independentes sobre a dependente.

Dessa forma, torna-se possível estimar o quanto uma variável independente de entre um conjunto está associada à mudança na possibilidade e probabilidade de ocorrência da variável dependente, isolando o seu efeito das demais. O ganho desse método frente às estatísticas descritivas consiste exatamente em isolar esses efeitos. Chamam-se variáveis de interesse as independentes cujo impacto tem particular interesse para a análise (as deficiências e a educação, especialmente neste estudo), e nomeiam-se de variáveis de controle, as independentes que se acredita possuírem impacto sobre a variável dependente,

⁶⁴ Chance em português do Brasil e *odds* em língua inglesa.

⁶⁵ Todos os modelos ajustados para esta investigação foram significativos nos seus testes globais.

que não devem ser ignoradas, mas não são alvo de interesse específico para determinado estudo.

Por exemplo, um cruzamento entre trabalho e deficiência revela somente a quantidade e proporção de trabalhadores entre as pessoas com deficiência. Contudo, fatores como o acesso à educação e a idade também são definidores da possibilidade de estar a trabalhar, e ignorados no cruzamento. Sabendo-se que as oportunidades educacionais das pessoas com deficiência são diminutas e que estas são, em média, mais velhas, os resultados do cruzamento podem estar a expressar mais o efeito da falta de acesso à educação e da idade mais elevada que os efeitos relacionados com a deficiência. No arranjo analítico propiciado pela modelagem logística, cada variável independente inserida na função (deficiência, idade e educação, neste exemplo) terá um resultado próprio de sua associação com a variável dependente (trabalho) levando em consideração o efeito uma na outra. Assim, estima-se o efeito isolado que a deficiência impacta sobre o trabalho, assim como da educação e da idade. Nesta investigação, a idade para o trabalho compõe o conjunto de variáveis de controle, que são importantes para determinar o trabalho, mas que são secundárias para a análise pretendida, se comparadas com a educação e, principalmente, com a deficiência.

Outro elemento, que é interpretado extraído desse método, consiste na significância de cada coeficiente. Por significância entende-se aquilo que é expresso no valor nomeado P-valor extraído de Teste de Wald. Esse teste tem por objetivo avaliar a possibilidade de um coeficiente estimado ter o valor zero (que indica relação nula entre a variável dependente e independente) por meio do exame do chi-quadrado. Quanto menor o risco de um coeficiente expressar o valor zero, menor é o P-valor e maior a significância.

A interpretação da significância atende à seguinte lógica, quando significativa (P-valor de até 0,05), o coeficiente pode ser interpretado. Quando não significativa (P-valor acima de 0,05), assume-se que há um risco considerável de a aparente relação entre a variável dependente e independente ser fruto do acaso, sendo, de facto nula, o que desqualifica a interpretação dos coeficientes⁶⁶.

⁶⁶ Outro caso possível de valores não significantes ocorre quando os casos da amostra não são suficientes em quantidade para possibilitar um teste confiável, o que é mais raro neste estudo, dado o grande volume de dados.

Os coeficientes e as significâncias das categorias são os parâmetros extraídos dos modelos que são interpretados no esforço analítico desta investigação. Pode-se dizer que coeficientes expressam a direção e a intensidade do cruzamento entre a variável dependente e as independentes. Pormenorizando, para os coeficientes, quanto mais distante do valor zero, mais intensa é a associação entre as variáveis. Os seus valores podem ser positivos ou negativos, essa variação indica se as variações da variável independente acompanham a dependente (quando uma se eleva, o valor da outra também é acrescido) ou se segue em direção oposta (o aumento de uma está associado a uma redução da outra). Por seu turno, a significância, que avalia a confiabilidade dessa relação, o quanto é consistente estatisticamente, ou seja, o quão distante de ser atestada ao acaso, dado sua expressão na amostra.

Em alguns modelos há a presença de uma interação entre duas variáveis independentes. A utilização deste recurso serve para denotar que esses quesitos não devem ser tratados como independentes entre si em seu impacto sobre a variável dependente. Na prática, o processo de interação combina cada uma das categorias das variáveis em interação, como se compusessem novas categorias de uma variável conjunta. Ser surdo e ter Ensino Médio completo ao invés de ter os dois componentes isoladamente serve de exemplo de um dos termos da interação usada. Cada termo possui as mesmas especificações que uma categoria de variável independente no modelo, ou seja, é interpretável pelo valor do coeficiente e da sua significância. Nesta investigação foram elaboradas interações entre deficiência e nível de instrução educacional e entre o sexo e a presença de um membro do domicílio com deficiência, ambas para a determinação do trabalho remunerado.

Uma apresentação dos modelos⁶⁷ utilizados na análise encontra-se no quadro a seguir.

⁶⁷ Que podem ser vistos na íntegra no Anexo I.

Quadro 2 – Modelos Logísticos utilizados para análise (continua na página seguinte)

Nome	Variável dependente	Varáveis independentes	Finalidade
I-A	Pobreza financeira ⁶⁸	Deficiência agregada, por grupos etários; tipo de domicílio; presença de idosos; razão entre adultos e crianças; nível máximo de instrução obtido por um morador em idade ativa; presença de trabalho entre pessoas em idade ativa; presença de pessoa indisponível ao trabalho; rendimento advindo de programas sociais (exceto Bolsa Família e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil [PETI]); localidade (rural ou urbana); região do país.	Mensurar o impacto da deficiência sobre a possibilidade de ocorrência de pobreza financeira no domicílio. Modelo completo base para comparações.
I-B	Pobreza financeira	Deficiência desagregada, por grupo etário; as demais variáveis permanecem como no Modelo I-A.	Especificar o impacto da deficiência sobre a chance de ocorrência de pobreza financeira no domicílio.
I-C	Pobreza ampla ⁶⁹	Variáveis do Modelo I-A	Mensurar o impacto da deficiência sobre a chance de ocorrência de pobreza ampla no domicílio.
I-D	Pobreza ampla	Variáveis do Modelo I-B	Especificar o impacto da deficiência sobre a chance de ocorrência de pobreza ampla no domicílio.

⁶⁸ Rendimentos iguais ou inferiores a meio salário mínimo *per capita*.

⁶⁹ Estar em pobreza financeira ou viver em habitação de baixa qualidade.

II-A	Trabalho remunerado ⁷⁰	Do indivíduo: sexo; idade; cor; estar a estudar; nível de instrução; capacidade de enxergar, ouvir, caminhar/subir escadas; deficiência mental; Supra individual: razão entre adultos e crianças; presença de idosos; deficiências agregadas por grupo etário de um ou mais convivente; localidade (rural ou urbana); região do país. Interação: Sexo*deficiência do convivente	Mensurar o impacto das deficiências de si e dos outros com quem coabita sobre a possibilidade de se estar a trabalhar. Modelo completo base para comparações.
II-B	Trabalho remunerado	Variáveis do indivíduo do Modelo II-A.	Perceber a influência do meio (dado pelas variáveis supra individuais) no impacto da deficiência sobre o trabalho.
II-C	Trabalho remunerado	Variáveis do Modelo II-A Interação: Nível de instrução*capacidades; e sexo*deficiência do convivente	Especificar o impacto da educação para as pessoas com deficiência

Anteriormente ao ajuste final dos modelos, um exame preliminar de grande relevância foi realizado, a inserção de cada variável independente num modelo de variável única para verificar a sua relevância frente às variáveis dependentes (pobreza domiciliar e trabalho remunerado). Esse processo possibilitou um ajuste que respeita o princípio da parcimônia, que desaconselha a inserção de variáveis cuja presença não representa um ganho significativo para a análise.

Antes de se iniciar a análise dos resultados, é fundamental reconhecer que os exercícios estatísticos realizados não permitem afirmação categórica de causalidade entre deficiência, pobreza e trabalho. Isso é devido à impossibilidade de cumprir com todo o rigor teórico necessário para atestá-la (sintetizado em Davis, 1985). Dessa forma, os resultados sobre a implicação da deficiência (e da educação) representam uma caracterização da correlação

⁷⁰ Estar a exercer ou estar afastado de atividade remunerada de ao menos 8 horas, na semana de referência do inquérito.

entre essa e os temas investigados, de acordo com o que é anunciado nos dados, e qual seria seu impacto se o arranjo utilizado na análise corresponder à realidade causal dos factos.

Feitas as apresentações e considerações necessárias, a análise que combina descrições e exames explicativos é, a seguir, iniciada. Uma primeira secção dedica-se à relação entre a pobreza e a deficiência ao nível domiciliar, seguida de outra que investiga o impacto da deficiência sobre o trabalho remunerado. Por fim, a importância do trabalho da pessoa com deficiência frente à pobreza domiciliar é avaliada.

5. POBREZA E DEFICIÊNCIA: EVIDÊNCIAS DA REALIDADE BRASILEIRA

5.1 Análises acerca da Pobreza

Como previamente discutido, são diversos os modos pelos quais as deficiências e a pobreza se relacionam. A deficiência como determinante da pobreza na vida dos indivíduos pode ser analisada em dois níveis que interagem entre si, o familiar e o individual. No familiar, a presença da deficiência pode levar à pobreza pelas consequências sociais (políticas, econômicas, educacionais, entre outras) que desfavorecem as famílias, desencadeando restrições de oportunidades, e impactos financeiros, tanto no âmbito dos gastos quanto dos rendimentos.

Neste ponto, analisa-se a presença de pessoas com deficiência confrontada com a pobreza domiciliar (dos agregados familiares), como um de seus determinantes (variável independente em arranjo causal). A análise domiciliar será realizada como uma aproximação das unidades familiares. Como atrás referido, a escolha da utilização dos dados circunscritos ao domicílio prevaleceu sobre os registos da família para maior precisão nos dados. As condições de um domicílio em termos habitacionais e de consumo tendem, em alguma medida, a ser compartilhadas ou redistribuídas entre os indivíduos que convivem num mesmo espaço, eventualmente caracterizando o domicílio como uma unidade de potencial comunhão das condições de vida e de alguma redistribuição dos rendimentos entre os seus habitantes. Por isso, o domicílio foi escolhido como unidade de análise supra individual preferencial para esta investigação. Assim, as análises nesse nível se darão nos grupos definidos entre moradores de uma mesma residência, mesmo que por vezes não estejam em arranjos familiares, ainda que referidos por esse termo.

Dois tipos de pobreza serão investigados no âmbito domiciliar, uma de natureza financeira e outra baseada não somente nos rendimentos como também nas condições habitacionais, sendo, portanto, mais ampla. A pobreza financeira foi referenciada ao salário mínimo nacional, sendo definido como pobre o domicílio cujo rendimento *per capita* é igual ou

inferior a meio salário mínimo. Esse valor coincide com a referência governamental para a identificação de “famílias de baixa renda”, um dos critérios pelo qual uma família é tida como elegível para o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Esse cadastro tem por objetivo registrar e gerar informação das famílias que, por terem baixo rendimento, podem vir a acessar a programas sociais⁷¹ específicos, como o Programa Bolsa Família.

Há pelo menos dois meios principais pelos quais a deficiência pode vir a agravar o risco de pobreza: a restrição para auferir rendimentos, com ênfase nos retornos do trabalho; e os custos acrescidos advindos da deficiência. No primeiro caso, a implicação da deficiência sobre o trabalho e, conseqüentemente, o rendimento, pode ser contemplada por uma abordagem financeira da pobreza. Por seu turno, a pobreza financeira pode não ser adequada para responder às questões do custo diferenciado da deficiência. Para tal, um indicador baseado no consumo é preferível, uma vez que o rendimento suficiente para um consumo adequado de um indivíduo pode não assegurar as mesmas necessidades a uma pessoa com deficiência (Zaidi e Burchardt, 2003).

No conjunto de dados analisados, não é possível encontrar indicadores robustos de consumo, com exceção de determinados bens duráveis. No entanto, por meio de qualificadores que distinguem um limite de adequação habitacional⁷², procura-se abarcar indiretamente o nível de vida em que a família se encontra, aproximando-se do que seriam as possibilidades do consumo daquela família. Esse quesito, conjuntamente com o indicador de pobreza financeira, compõe a nomeada pobreza ampla.

⁷¹ Além disso, o Cadastro Único, por ser um meio governamental de atestar a limitação financeira das famílias e indivíduos, vem atualmente a exercer outros papéis, como ser requisito para isenção do pagamento das taxas de inscrição em concursos públicos.

⁷² Definido por: ter acesso a abastecimento de água, esgotamento, recolha de lixo, ser casa ou apartamento, com banheiro (sem dividir esse ou cozinha com outras residências) e ter uma densidade de moradores por dormitórios igual ou inferior a 2.

Tabela 1–Condição habitacional e financeira dos domicílios brasileiros

		Domicílio de baixo rendimento		
		Não	Sim	Total
Habitação de baixa qualidade	Não	25.471.080 (44,4%)	4.369.468 (7,6%)	2.984.0548 (52%)
	Sim	15.606.095 (27,2%)	11.980.651 (20,9%)	27.586.746 (48%)
Total		41.077.175 (71,5%)	16.350.119 (28,5%)	57.427.294 (100%)

Dados: IBGE, 2010

Entre todos os domicílios registados pelo Censo Demográfico 2010, a imensa maioria (98,9%) pôde ser considerada na descrição dos critérios de pobreza, os demais não possuíam registo do rendimento. Os dados revelam maior prevalência de habitação de baixa qualidade (48%) quando comparada com a ocorrência de baixo rendimento (28,5%), totalizando uma pobreza ampla que atinge 55,7% da amostra.

Em análises que apresentam similaridade à pretendida, ao cruzar a pobreza com o padrão de vida, o Rio Group (2006) indica o uso de uma tipologia específica. O grupo de especialistas em medidas de pobreza identificou quatro possíveis disposições frente à qualificação binária da pobreza e do padrão de vida: os pobres (abaixo da linha de pobreza de rendimentos e de baixo padrão de vida)⁷³; não pobres (estão acima de ambos os qualificadores); vulneráveis (com padrão de vida positivo, mas abaixo da linha da pobreza); e *rising*, ou seja, em ascensão (acima da linha de pobreza, porém com baixo padrão de vida).

Ao interpretar os dados por meio da abordagem oferecida pelo Rio Group (2006), o tipo pobre e não pobre pode ser atribuído a 20,9% e 44,4% das famílias, no conjunto dos dados em questão. Os vulneráveis caracterizados por possuírem rendimentos inferiores à manutenção do seu atual padrão de vida adequado compõem 7,6% da amostra. E as famílias em ascensão (*rising*) cujo rendimento é superior ao correspondente ao atual padrão de vida são 27,2% dos casos.

⁷³ Em outro registo, realizado por Farinha Rodrigues e Andrade (2010), uma pessoa que é monetariamente pobre e sofre concomitantemente com privação material está em situação de *consistent poverty*.

As distorções entre rendimento e padrão de vida, os grupos dos vulneráveis e os em ascensão, explicam-se pelo facto de que, em tese, o rendimento é uma medida do momento, enquanto o padrão de vida uma medida de estoque, de acumulo do rendimento. Em suma, no caso em que há discrepância entre padrão de vida e rendimento, o padrão de vida indica a condição em que uma família vive, e o rendimento define as tendências de queda ou ascensão.

Essa classificação sobre a vulnerabilidade e ascensão tem a sua validade assegurada somente quando há correspondência entre as medidas de rendimento e padrão de vida. Ao tratar-se de realidades específicas, como as famílias das pessoas com deficiência as necessidades podem assumir valores mais elevados aos pressupostos para o restante da população (Zaidi e Buchardt, 2003; Portugal *et al.*, 2010). Assim, a expectativa de ascensão daqueles que possuem um rendimento superior à linha de pobreza e um nível de vida abaixo do limite estabelecido, pode vir a indicar um estado inesperado de estagnação numa condição de vida empobrecida, ao invés da presumida tendência de melhoria das condições. Essa possibilidade deve ser levada em consideração nas análises, sobretudo nas dedicadas às famílias de pessoas com deficiência.

Tabela 2– Condição habitacional e financeira dos domicílios das pessoas com deficiência

		Domicílio de baixo rendimento		Total
		Não	Sim	
Habitação de baixa qualidade	Não	3.866.193 (38,2%)	855.843 (8,5%)	4.722.036 (46,7%)
	Sim	3.012.384 (29,8%)	2.386.207 (23,6%)	5.398.591 (53,3%)
Total		6.878.577 (68%)	3.242.050 (32%)	10.120.627 (100%)

Dados: IBGE, 2010

Ao comparar-se a distribuição geral dos quesitos componentes da pobreza dos domicílios à observada nos domicílios em que há presença de pessoas com deficiência (17,6% dos

domicílios), é notado que a distribuição entre as categorias não sofre grandes alterações. Os dados indicam somente que a pobreza tanto no que tange à questão financeira quanto habitacional é mais frequente entre os domicílios de pessoas com deficiência. Os dados da amostra sugerem ocorrência da pobreza financeira e ampla ligeiramente superior.

À primeira vista, a pobreza e a deficiência não tem grande correlação, a distribuição da pobreza observada entre famílias com entes com deficiências pouco difere da disposição da pobreza para todos os agregados registados nos dados. Esse resultado preliminar, porém, não deve ser tomado como conclusivo, uma vez que, o modo como as deficiências impactam a vida das pessoas e das suas famílias pode diferir conforme diferentes disposições sociais associadas à deficiência. Diversas são essas variações, especificidades regionais, políticas e culturais podem vir a interferir na possibilidade da deficiência estar mais (ou menos) correlacionada com a pobreza. Neste trabalho, ao estudar o âmbito domiciliar, a investigação se concentrará numa clivagem mais elementar, a idade das pessoas em questão.

Além de elementar, a idade possui grande valor analítico, uma vez que indica em que momento da vida as pessoas com deficiência e suas famílias estariam mais sujeitas a viver em pobreza, diferenciando-a pelo papéis e funções esperados. Para tal, quatro grupos de idade das pessoas com deficiência foram criados: crianças em idade pré-escolar (0 a 5 anos); crianças e adolescentes em idade escolar (6 a 14 anos); pessoas em idade ativa (15 a 64 anos); e idosos (mais de 64 anos completos).

Tabela 3 – Percentual de domicílio em pobreza financeira, segundo a idade da pessoa com deficiência que nele habita

Idade da pessoa com deficiência	Percentual em situação de pobreza financeira
0 a 5 anos	73,9
6 a 14 anos	73,6
15 a 64 anos	45,2
65 anos ou mais	15,4

Dados: IBGE, 2010

Ao diferenciar as famílias pela idade da pessoa com deficiência, percebe-se uma grande variação na ocorrência de pobreza nos domicílios, numa tendência contrária à ocorrência das próprias deficiências. Para as famílias de pessoas com deficiência a pobreza é mais frequente nas idades nas quais a deficiência é mais invulgar (entre os mais novos), ao passo que quando a deficiência ocorre nos idosos (situação mais comum) a pobreza nas famílias é notada com menor frequência.

Tendo em vista que entre idosos a deficiência é mais prevalente e, a pobreza domiciliar menos frequente, pode-se afirmar que no computo geral, esses dois fatores contribuem para que a distribuição da pobreza entre domicílios com pessoas com deficiência seja pouco divergente da distribuição geral. Essa realidade pode levar à invisibilidade da condição da pobreza na qual vivem muitas famílias que se encontram pessoas com deficiência nas demais idades, especialmente entre crianças onde a pobreza é altamente frequente (74% dos lares, aproximadamente). Isso reafirma a importância da diferenciação pela idade da pessoa com deficiência, o que será o tema central das análises que se seguem.

Além da variação pela idade, e mesmo num mesmo grupo etário, os dados expressam variações relativas às diferentes categorias de deficiência. Nesse sentido, é esperado que algumas condições estejam mais correlacionadas com a pobreza que outras, como também será abordado ao longo deste capítulo.

Os dados apresentados que relacionam deficiência e pobreza e as variações ocultadas, reveladas e esperadas contribuem para a composição de um retrato complexo da realidade em questão. Não obstante a importância de estatísticas descritivas para elucidar o cenário em questão, os dados ainda nada dizem sobre o impacto da deficiência sobre o risco de pobreza. Diversos fatores podem contribuir para que a imagem apresentada leve ao engano, principalmente sobre a importância da deficiência como determinante da pobreza. Para controlar o efeito de tais fatores, como a localização do domicílio e a composição familiar nos quais se encontram as pessoas com deficiências, uma série de modelos logísticos é proposta na intenção de explicitar o efeito estimado desses fatores, concomitantemente com a deficiência, para que seja possível estimar o que cabe a cada um dos determinantes selecionados de forma isolada.

Ainda assim, o percentual de pobreza entre os domicílios onde a deficiência foi registrada nos dados poderia sofrer de causalidade reversa, ou seja, os parâmetros indicados pelo método analítico empregado apontarem, em parte, a pobreza causando a deficiência. Essa dinâmica não pode ser atenuada, contudo, é esperado que tenha baixa relevância, uma vez que o movimento da deficiência levar à pobreza tende a ser mais sistematicamente expresso em dados dessa natureza, quando comparado com o movimento inverso (Elwan, 1999).

Antes de detalhar os componentes do método analítico, cabe explicitar o propósito e composição dos modelos estatísticos que versarão sobre as deficiências e outros fatores como determinantes da ocorrência da pobreza em âmbito domiciliar. Resultante das análises pretendidas, os modelos realizados podem ser sintetizados no quadro a seguir.

Quadro 3–Modelos utilizados para a análise da pobreza

Nome	Variável dependente	Varáveis independentes	Finalidade
I-A	Pobreza financeira	Deficiências agregadas*, por grupo etário; tipo de domicílio; presença de idosos; razão entre adultos e crianças; nível máximo de instrução obtido por um morado em idade ativa; presença de trabalho entre pessoas em idade ativa; presença de pessoa indisponível ao trabalho; rendimento advindo de programas sociais (exceto Bolsa Família e PETI); localidade (rural ou urbana); região do país.	Mensurar o impacto da deficiência sobre a possibilidade de ocorrência de pobreza financeira no domicílio. Modelo completo base para comparações.
I-B	Pobreza financeira	Deficiências desagregadas**, por grupo etário; as demais variáveis permanecem como no Modelo I-A.	Especificar o impacto da deficiência sobre a chance de ocorrência de pobreza financeira no domicílio.
I-C	Pobreza ampla	Variáveis do Modelo I-A	Mensurar o impacto da deficiência sobre a chance de ocorrência de pobreza ampla no domicílio.
I-D	Pobreza ampla	Variáveis do Modelo I-B	Especificar o impacto da deficiência sobre a chance de ocorrência de pobreza ampla no domicílio.

*São consideradas deficiências as declarações afirmativas que indiquem grande dificuldade permanente ou incapacidade de enxergar, caminhar ou ouvir, assim como ter deficiência mental declarada. Esse registo será diferenciado apenas pela idade nos quatro diferentes grupos etários anteriormente indicados.

** A tipificação atua de modo a agregar as grandes dificuldades e incapacidades de cada funcionalidade inquirida, além de uma categoria somente para a deficiência mental declarada.

Dos modelos elaborados, dois parâmetros serão analisados, ambos referentes à relação entre as categorias das variáveis independentes e a dependente. O primeiro é o P-valor (ou Valor de P) que designa a significância da relação investigada pressupondo as demais

relações inseridas no modelo. Será utilizada a referência convencional de 0,05 como valor de corte, sendo valores superiores à referência tidos como não significativos. A significância indica usualmente que há uma relação estabelecida entre a variável dependente e independente, levando em consideração as demais relações inseridas no modelo. Por outro lado, a não significância pode indicar indiferenciação entre as categorias contrastadas de uma determinada variável ou baixa representatividade (quantidade) de observações para caracterizar uma correlação estabelecida.

Por sua vez, o segundo parâmetro analisado, os coeficientes das categorias versa sobre a direção e o impacto estimados das categorias das variáveis independentes sobre a dependente, podendo ser positivo ou negativo. Sobre esse parâmetro pode-se estimar a causalidade de uma variável sobre a outra e, por meio de transformações, estimar a razão de possibilidades, também denominada por razão de chances, e dessa, posteriormente a probabilidade de ocorrência de um evento (expresso pela variável dependente) dada determinada característica (indicada pela variável independente). No caso, a probabilidade de uma família estar em situação de pobreza uma vez que possui entre seus membros uma pessoa com deficiência. Então, a respeito de tais coeficientes e suas variações serão realizadas as análises centrais deste estudo.

Iniciando por uma leitura geral do Modelo I-A, para análise primária dos fatores associados à pobreza eleitos como seus possíveis determinantes, em sua definição central, a pobreza financeira. Esse modelo servirá de referência para as demais análises, sendo o único desta secção que terá uma leitura de todas as variáveis.

Tabela 4–Resultados do Modelo I-A

Variáveis	Coefficiente	Significância
Tipo de domicílio (ref. Unipessoal)		0,00
Nuclear	0,611	0,00
Alargado	0,846	0,00
Composto	0,679	0,00
Quantidade de idosos (ref. Zero)		0,00
Um	-0,668	0,00
Dois ou mais	-0,986	0,00
Razão de crianças (ref. Sem crianças)		0,00
Mais adultos	0,897	0,00
Igual quantidade	1,503	0,00
Mais crianças	2,574	0,00
Instrução máxima atingida (ref. Sem instrução)		0,00
Fundamental	-0,174	0,00
Médio	-0,975	0,00
Superior	-2,531	0,00
Mestrado ou Doutorado	-2,838	0,00
Trabalho em idade ativa (ref. Todos trabalham)		0,00
Nem todos	1,317	0,00
Ninguém	3,026	0,00
Sem pessoas em idade ativa	0,578	0,00
Trabalho em idade escolar (ref. Não)	-0,836	0,00
Trabalho de idoso (ref. Não)	-1,110	0,00
Indisponível para trabalho (ref. Não)	0,658	0,00
Rendimento de programas sociais (ref. Não)	-0,612	0,00
Criança em idade pré-escolar com deficiência (ref. Não)	0,174	0,12
Criança em idade escolar com deficiência (ref. Não)	0,400	0,00
Pessoa em idade ativa com deficiência (ref. Não)	0,255	0,00
Idoso com deficiência (ref. Não)	-0,117	0,00
Localizado na zona rural (ref. Não)	0,716	0,00
Região do país (ref. Norte)		0,00
Nordeste	0,370	0,00
Sudeste	-0,841	0,00
Sul	-1,318	0,00
Centro-Oeste	-0,811	0,00
Interceto	-2,439	0,00

Dados: IBGE, 2010

De modo geral, os parâmetros do Modelo I-A apresentam alta significância, isso expressa algum nível de coerência entre as variações da pobreza financeira e as variáveis independentes. Nesse e nos demais modelos, a variável resposta (dependente) é “estar em situação de pobreza”, assim, os coeficientes positivos exprimem os fatores que aumentariam a possibilidade de estar em situação de pobreza, enquanto os negativos a reduziriam, ao serem comparados à categoria de referência de cada variável.

5.1.1 Fatores Associados à Pobreza: o estudo das variáveis independentes

5.1.1.1 Composição Domiciliar

As variáveis referentes à composição domiciliar são relevantes para a compreensão de um quadro geral de presença da pobreza. Quanto aos tipos de domicílios, percebe-se que os unipessoais são os menos correlacionados com a pobreza, seguidos dos nucleares e compostos (onde há presença de não familiares). Os mais próximos à experiência da pobreza são os alargados, onde membros da família extensa estão presentes. Os resultados indicam uma tendência para agrupamentos familiares alargados serem uma característica da pobreza, ao passo que viver sozinho tende a um menor risco de pobreza. Nessa perspectiva, a variável que denota o tipo de domicílio indica ser mais um qualificador da pobreza, ao indicar a composição dos lares frente ao risco de pobreza, uma vez que tais arranjos sugerem ser mais alinhados às oportunidades e estratégias familiares frente à pobreza, que um determinante da mesma. Assim, deve-se supor que uma composição alargada retrata o limite financeiro para a formação de novos domicílios.

As demais variáveis relativas à composição familiar, nomeadamente a presença de idosos e crianças, possuem maior potencialidade como fatores explicativos da pobreza. O modelo indica ter idosos na composição domiciliar reduz o risco à pobreza. A presença de mais de uma pessoa com mais de 64 anos tem um efeito ainda superior. Isso pode ocorrer devido à proteção social financeira dos idosos por meio dos rendimentos da reforma, incluindo também políticas sociais específicas para esse público como o Benefício de Prestação

Continuada (BPC) e a aposentadoria de trabalhadores rurais mesmo para aqueles que não contribuíram para a previdência social. Analisando esse conjunto de políticas sociais, Camargo (2004) declara que o Estado brasileiro tem um viés de proteção social pró-idoso. O que, segundo mostram os dados, tem efeitos contra a pobreza. Porém, a presença de idosos como elemento que reduz o risco de pobreza não deve ser tomada como um promotor da riqueza, ou seja, não há indicações que quanto mais idosos melhores rendimentos relativos terá um domicílio, somente tendem a afastar o risco de estar abaixo da linha de pobreza⁷⁴.

No que diz respeito às crianças, a direção é oposta, a presença delas no domicílio está correlacionada com a pobreza financeira. Não ter crianças seria uma característica mais incomum entre pobres, e quanto mais crianças em relação aos adultos, maior seria o risco à pobreza. Destaca-se o valor do coeficiente da categoria que designa a presença maior de crianças do que de adultos. Nessa condição, a possibilidade de estar em pobreza seria aproximadamente doze vezes maior quando comparada com os domicílios onde não há presença de crianças. Esse resultado indica que a proteção à pobreza de crianças e idosos difere em muito. Camargo (2004) percebe essa diferença como uma composição que desfavorece o desenvolvimento social. Além disso, a correlação entre pobreza e crianças leva à crença de que a existência de crianças na composição domiciliar pode ser tanto uma característica da pobreza como um determinante dessa, o que é esperado dado que essas não possuem fontes de rendimento, assim como podem vir a restringir a oportunidade de novos ganhos advindos do trabalho.

De modo geral, esses resultados compõem um panorama em que os idosos possuem maior proteção à pobreza, tendo impacto positivo para aqueles com quem convive. Portanto, os idosos nessa condição tendem a ser mais transmissores que recetores de recursos, possivelmente em função da proteção social que lhes é conferida. Numa perspectiva do ciclo de vida de um indivíduo pobre, a própria pobreza e a de familiares pode ser aliviada quando um (e mais intensamente, quando mais do que um) dos membros da família chega à velhice. Já, quanto às transferências intergeracionais, uma composição verticalizada, na qual idoso e criança convivem pode ser um arranjo que favorece os mais novos.

⁷⁴ Da linha de pobreza empregada neste estudo de meio salário mínimo *per capita*. Esse resultado é inconclusivo no que diz respeito a quaisquer outros valores que referenciem linhas de pobreza, especialmente, os superiores.

5.1.1.2 Educação, Trabalho e Programas Sociais

As variáveis educação e trabalho apresentam as categorias com maiores coeficientes estimados no modelo, isso significa que as variações indicadas por essas variáveis são as que mais diferenciam os domicílios pobres dos não pobres, e conseqüentemente, podem vir a ser importantes determinantes da pobreza financeira. A educação foi investigada pelo maior nível de instrução registado entre as pessoas com idade ativa. Os coeficientes desse quesito indicam que a correlação entre educação e pobreza segue a ordem esperada, sendo menos correlata com a situação de pobreza a cada nível de instrução concluído na carreira escolar. Nesse espectro, destaca-se o nível superior, fortemente distante da condição de pobreza, quando comparado a não ter concluído nenhuma etapa da educação formal. A pobreza costuma constrianger as oportunidades educacionais, refletindo-se principalmente entre os mais jovens de um domicílio, não sendo somente um determinante, mas uma consequência da pobreza. Contudo, ao tratar-se de adultos, a maior parte da amostra dos indivíduos em idade ativa, é esperado que a educação possa exercer um papel de determinante da pobreza. Ao considerar essa condição, pode-se afirmar que o Ensino Fundamental (educação primária) pouco difere de não possuir instrução formal alguma, ao passo que a diferenciação já seria mais intensa com a conclusão do Ensino Médio (educação secundária).

É esperado que a educação, para que tenha um efeito sobre o rendimento, e sobre a pobreza, esteja conjugada com o trabalho, sendo este o principal quesito a ser analisado. No modelo, o trabalho foi investigado em três variáveis, ao diferenciar o declarado entre pessoas em idade ativa, em idade escolar⁷⁵ e idosos. A principal diferenciação encontrada em todo o modelo recai sobre o trabalho das pessoas em idade ativa, sendo a ausência completa de trabalho entre pessoas nesse grupo etário (quando esses estão presentes) o cenário que implica um maior risco de pobreza, estimando uma possibilidade superior em dezenove vezes de estar em situação de pobreza financeira, quando comparado com o domicílio em que todas as pessoas nessa idade estão a trabalhar. O trabalho consiste no principal fator de distinção entre pobres e não pobres. Esse resultado era o esperado dado que o trabalho consiste na principal fonte de rendimentos da amostra. Porém, pode ser

⁷⁵ Entre 10 e 14 anos, neste caso.

precipitado afirmar que a simples ocorrência do trabalho é suficiente para garantir proteção contra a pobreza. Isso pode ser percebido na diferença estimada do impacto do trabalho quando exercido por todas as pessoas em idade ativa, e quando não estão todas elas a trabalhar. Há uma considerável variação entre as categorias, a indicar uma possibilidade aproximada de três vezes maior da ocorrência de pobreza quando o trabalho não é exercido por todas as pessoas em idade ativa do domicílio. Nesse sentido, é possível afirmar que quanto mais pessoas a trabalhar menor o risco à pobreza.

Em outras idades, o trabalho demonstrou correlação negativa com a pobreza, sendo o trabalho dos idosos mais associado à ausência de pobreza, quando comparado com o das pessoas em idade escolar. Em nenhum desses casos, o trabalho indica ser de grande importância na redução da pobreza, ainda assim, mantém-se significativo. A indisponibilidade para o trabalho, por seu turno, figura como um fator negativo. Desse modo, o cenário geral do trabalho indica a sua importância para a mitigação do risco de pobreza, sendo mais importantes entre as pessoas com idade ativa, sobretudo, quando todas estão a trabalhar, sendo essa a maior diferenciação indicada no modelo acerca do impacto do trabalho sobre a pobreza. O tema do trabalho e sua interseção com as deficiências serão retomados em secção adiante.

No que tange à proteção social por meio da assistência social, a variável estudada indica transferências regulares de outros meios que não sejam o Programa Bolsa Família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, a reforma, o trabalho ou de investimentos financeiros, sendo o principal programa social contemplado o Benefício de Prestação Continuada com rendimentos destinados aos idosos e pessoas com deficiência que vivem em domicílios de baixo rendimento. Ao contrário, de exames preliminares⁷⁶ envolvendo o Programa Bolsa Família que fizeram descartá-la, essa variável, de difícil interpretação, indica que os rendimentos recebidos por outros meios pode ter implicação sobre a pobreza, porém não tão intensa como o trabalho, na realidade expressa nos dados. A não diferenciação na identificação da fonte do recurso, porém, é uma grande perda do potencial analítico, especialmente, no que diz respeito ao Benefício de Prestação Continuada

⁷⁶ Todas as variáveis quando inicialmente cogitadas para compor os modelos estatísticos passaram por análises de correlação e foram ajustadas em modelos preliminares, tanto em arranjos onde figuravam como única variável independente, como em arranjos multinomiais, ou seja, em conjunto com outras variáveis dependentes. Após tais exames, algumas variáveis foram descartadas por sua insignificativa colaboração, acentuação de vieses ou indução ao erro analítico.

destinado às pessoas com deficiência. A identificação do BPC é de fundamental importância para a avaliação da eficácia da proteção social das pessoas com deficiência, aspecto secundário neste estudo, mas de imensa relevância para se compreender o combate à pobreza das famílias das pessoas com deficiência numa ótica alargada.

5.1.1.3 Localização

Dois fatores foram investigados no que tange à localização dos domicílios: as macrorregiões do Brasil e a diferenciação rural/urbano. Ambos os quesitos mostraram significância, sendo a diferenciação pela região mais relevante que a variação entre rural e urbano. No que toca às regiões, as possibilidades de se estar a viver em pobreza são maiores no Nordeste e Norte, seguido do Centro-oeste e Sudeste. A Região Sul se destaca pelo mais baixo coeficiente, diferenciando-se sensivelmente das demais.

5.1.1.4 Leitura Global do Modelo I-A

Em suma, esta breve leitura do Modelo I-A aponta para uma possível proteção social dos idosos contra a pobreza, e uma composição onde se vê mais crianças que adultos (pessoas em idade ativa e idosos) e famílias alargadas como caracterização de um lar com maior possibilidade de estar em situação de pobreza. A pobreza possui grande disparidade segundo a localização das famílias no que tange à dicotomia rural-urbano e principalmente entre as regiões do país. Porém, reside no trabalho a principal distinção entre pobres e não pobres, configurando um quadro no qual quanto mais pessoas trabalhem menores são os riscos, com ênfase ao papel do trabalho das pessoas em idade ativa. Todas as reflexões já ponderadas sobre a importância das variáveis independentes na compreensão e qualificação da pobreza familiar serão revisitadas conforme a sua relevância na análise da relação entre pobreza e deficiência.

5.1.2 A Deficiência e a Pobreza: evidências das múltiplas tendências

Neste estudo, é esperado que o papel que a deficiência exerça sobre a pobreza financeira seja de limitador dos rendimentos auferidos, tanto pelo acesso restringido ao trabalho das pessoas com deficiência como pelo custo de oportunidade sobre o trabalho dos demais, o que será investigado em momento posterior. Nas descrições analisadas (Tabela 1 e Tabela 2), há pouca divergência do padrão geral de ocorrência de pobreza nos domicílios das pessoas com deficiência. No entanto, é observada grande disparidade no que tange a idade da pessoa com deficiência.

A distinção observada identifica maior frequência de pobreza nos domicílios onde há crianças com deficiência, um nível ainda superior à média para domicílios em que há adultos com deficiência e inferior quando as pessoas em questão são idosas. Os resultados do Modelo I-A corroboram a ideia de diferenciação por grupo etário. O modelo que contrapõe a presença e ausência de pessoas com deficiência na determinação da pobreza reafirma a presença do idoso como um fator de proteção do domicílio. O baixo valor do coeficiente desta variável tampouco justificaria o baixo percentual de pobreza observada (15,4%). Dessa forma, espera-se que ser idoso, nesse caso, seja um maior fator de redução de pobreza do que ser idoso e ter deficiência. Novamente, é importante reafirmar que tal efeito do idoso no rendimento doméstico não é necessariamente positivo para todos os níveis de rendimento, age sim na redução do risco frente ao limiar do baixo rendimento.

Por sua vez, ainda seguindo a tendência observada na descrição, ter um adulto com deficiência na composição de um domicílio aumenta a possibilidade de viver em baixo rendimento, e mais intensamente, a presença de crianças em idade escolar com deficiência. Contudo, a presença de adultos e, especialmente, de crianças em idade escolar com deficiência não é suficiente para explicar a variação da pobreza observada. Assim, é esperado que se some ao facto da presença de uma criança, ela ter deficiência, criando um quadro geral de maior risco à pobreza financeira. Todavia, aquilo que o modelo indica para as crianças em idade pré-escolar com deficiência desafia o entendimento da questão.

No caso da variável que relaciona a presença de crianças de zero a cinco anos com deficiência e a pobreza, mesmo sendo significativa nos exames preliminares, quando aplicada no modelo ajustado, demonstra não ser significativa. Frente a esse resultado, duas

hipóteses podem ser elencadas. A primeira corresponde à falta de observações suficientes nos dados, o que seria menos provável, dado a significância obtida quando desagregada nos testes preliminares. A segunda hipótese corresponde à incapacidade do modelo diferenciar a implicação da presença de uma criança em idade pré-escolar com deficiência na possibilidade de estar a viver num arranjo domiciliar de baixo rendimento.

De acordo com a segunda hipótese, a expressão desse conjunto de dados induz a ideia que, nas idades iniciais da vida, não seria a presença de alguma deficiência que conduziria a família à pobreza. Deve-se considerar que a presença de crianças tão jovens exerce sobre a oportunidade ao trabalho dos adultos impacto similar, tenham elas deficiência ou não, uma vez que nessas idades, a atenção e cuidado constantes são necessários. Em outras palavras, ter uma deficiência nos primeiros anos de vida pouco alteraria as oportunidades de trabalho, uma vez que o cuidado contínuo nessas idades seria necessário, independentemente da presença de deficiências.

Por outro lado, isso não explica o porquê da alta ocorrência de pobreza nos domicílios onde essas crianças estão presentes. Uma possibilidade factível seria a existência de uma forte causalidade reversa, ou seja, a pobreza seria responsável pela presença da deficiência mais do que a deficiência levaria à pobreza. Isso explicaria a alta correlação associada à baixa implicação, num arranjo com outros determinantes, sendo a única variável de todo o modelo que não foi significativa.

Dois fatores que não podem ser ignorados para melhor compreensão dessa correlação complexa são: as deficiências dessas crianças e o entendimento de pobreza empregado na análise. Ainda que a deficiência nos primeiros anos de vida não indique possuir um impacto sobre os rendimentos auferidos, eles podem implicar em grande determinação dos recursos familiares, devido ao custo de tratamentos e necessidades especiais. Proporcionalmente, as deficiências das crianças mais novas são as mais graves, arranjadas, frequentemente, em quadros clínicos complexos e onerosos para as suas famílias. Um levantamento no Reino Unido realizado pela Joseph Rowntree Foundation (1998) indica que as crianças de 0 a 5 anos demandam mais gastos do que as de outras idades (a análise contempla até os 16 anos). Assim, ainda que não reduza os rendimentos totais, pode impactar significativamente o padrão de vida do domicílio.

Essa leitura inicial das variáveis de deficiência agrega todas as condições, com exceções das dificuldades não graves permanentes, diferenciando-as apenas pela idade de quem as possui. No entanto, no que tange às experiências dos indivíduos e suas famílias e a inserção social dos mesmos, as diferentes deficiências (em suas naturezas e níveis) podem decorrer resultados também diversos. Com o intuito de captar a implicação específica dessas condições⁷⁷, o Modelo I-B⁷⁸ foi desenvolvido. Após uma breve leitura interpretativa de seus resultados, se prosseguirá o exercício que propõe evidenciar a intensidade da implicação das deficiências sobre a pobreza.

⁷⁷ As deficiências não estão desagregadas em todas as possibilidades. Em virtude da busca por resultados significativos, as deficiências encontram-se segregadas pela sua natureza (enxergar, ouvir, caminhar/subir escadas ou mental), mas agregadas em suas intensidades (excluindo as dificuldades não graves).

⁷⁸ Pode ser visualizado por completo (no Anexo I).

Tabela 5–Coeficientes e Significância das variáveis de deficiência nos modelos I-A e I-B

Idade	Deficiência	Coeficiente	Significância
0 a 5 anos	Agregada	0,174	0,12
	Mental	0,458	0,03
	Enxergar	-0,173	0,33
	Ouvir	-0,156	0,54
	Caminhar	0,550	0,00
6 a 14 anos	Agregada	0,400	0,00
	Mental	0,543	0,00
	Enxergar	0,233	0,00
	Ouvir	0,155	0,27
	Caminhar	0,176	0,26
15 a 64 anos	Agregada	0,255	0,00
	Mental	0,198	0,00
	Enxergar	0,303	0,00
	Ouvir	0,012	0,73
	Caminhar	0,002	0,93
65 ou mais anos	Agregada	-0,117	0,00
	Mental	-0,056	0,48
	Enxergar	-0,046	0,07
	Ouvir	-0,156	0,01
	Caminhar	-0,120	0,00

Dados: IBGE, 2010

A presença de pessoas com deficiência em idade pré-escolar registradas nos dados não obteve resultados significativos no Modelo I-A, onde se encontra num arranjo agregado. Já, os resultados do Modelo I-B, no qual as deficiências estão tipificadas de acordo com a capacidade funcional indicam significância para os parâmetros relativos à deficiência mental e motora. Esse resultado corrobora com a baixa significância estimada no Modelo I-A ser considerado um elemento passível de interpretação, uma vez que, não seria por

falta de observações a estimada não significância do parâmetro agregado, fortalecendo a hipótese da indiferenciação entre os rendimentos auferidos dada a presença de crianças nos primeiros anos de vida com deficiência. Sob essa perspectiva, a inferida causalidade reversa não se aplicaria à deficiência mental e motora, ou seria menos intensa em relação a essas.

Inicialmente, nesse grupo etário há forte correlação entre as deficiências, indício de condições mais complexas relativas à capacidade funcional, envolvendo múltiplas dificuldades. A exceção reside na deficiência mental, de baixa correlação com as demais no nível domiciliar, não por coincidência, o parâmetro significativo dos quesitos desagregados nessa faixa etária. A presença de uma criança desse grupo etário com deficiência mental declarada aumentaria a chance de estar em pobreza, numa interpretação causal. É possível que a natureza da deficiência⁷⁹ e as possibilidades de cuidado disponíveis e, principalmente os indisponíveis, ao alcance das famílias seja mais o fator de distinção, no entanto, o alcance desta investigação não permite conclusões mais assertivas sobre a questão.

No grupo etário seguinte, crianças em idade escolar (6 a 14 anos), no qual há significância em ter deficiência no modelo inicial, os resultados desagregados indicam que a deficiência mental, novamente, e as grandes dificuldades e impossibilidade em enxergar mantêm-se significativas, tendo a deficiência mental maior implicação no risco de pobreza. As interpretações desses coeficientes podem ser diversas.

Espera-se que a diferença central na vida dos indivíduos nesse grupo etário resida na possibilidade de inserção numa escola. Além de todos os efeitos diretos no desenvolvimento dos indivíduos, estar inserido no ambiente escolar é o meio central de concretização da participação social, nessas idades. Em âmbito familiar, a entrada e permanência na escola tornariam as dinâmicas intradomiciliares mais favoráveis ao trabalho, reduzindo, por exemplo, a necessidade de atenção contínua por parte da família.

Assim, os resultados encontrados tendem a atribuir à deficiência mental, e às grandes e completas limitações em enxergar, alterações nas dinâmicas de ordenamento intradomiciliar, possivelmente em decorrência de limitações face à participação em

⁷⁹ Os critérios e o modo como a deficiência mental é registada também dificultam o entendimento sobre a realidade em questão, no sentido da condição de facto observada e das funcionalidades envolvidas, a respeito da comparação com as demais categorias de deficiência. Assim, a sua interpretação é limitada.

instituições de ensino. Por outro lado, as limitações no caminhar que são mais restritas ao acesso à escola (França e Rios Neto, 2012) obtiveram resultado inconclusivo (não significativo), sendo também a mais rara, entre as categorias estudadas. Outro elemento importante nesta análise consiste na correlação entre as diferentes deficiências (com exceção da mental), presente em 20% e 36%, que tenderia a validar uma leitura agregada das deficiências.

Além da inserção em instituição de ensino, a deficiência nesse grupo etário poderia já intervir nas possibilidades de trabalho. Este, em geral, indica ter um impacto estimado não muito elevado, mas significativo. As restrições ao trabalho de crianças em idade pré-escolar, dada a deficiência como definidor da pobreza, são, porém, um elemento marginal no computo geral. Contudo, uma vez que o trabalho de crianças e adolescentes esteja também relacionado com a necessidade e, portanto, com a pobreza, é um fator que faz jus a uma análise mais apropriada⁸⁰.

Os parâmetros do Modelo I-B estimam resultados similares entre a presença de pessoas com deficiência em idade ativa (entre 15 e 64 anos) e em idade escolar. Em suma, a significância e parâmetros inconclusivos residem sobre as mesmas variáveis, não alterando a leitura referente à pobreza de rendimentos. A principal alteração consiste em menor implicação estimada no que tange às categorias agregadas e um impacto superior das limitações em enxergar em relação à deficiência mental.

As reflexões anteriores sobre a restrição no ensino também seriam pertinentes nesse grupo etário, com início nos 15 anos. Mas, é sobre a função das oportunidades de trabalho dessa população, as necessidades de cuidado, e os arranjos sociais e familiares relativos a tais questões que as principais ponderações se devem basear. Potencialmente, as pessoas em idade ativa têm maior possibilidade de contribuir para o rendimento domiciliar, o que estaria de acordo com o resultado da deficiência, quando registada de forma agregada. Por seu turno, especular acerca dos demais resultados requer alargar as reflexões para questões que não se restringem somente ao trabalho, como o fim do período escolar, ou mesmo o próprio processo da deficiência adquirida, crescente com a idade em todas as categorias,

⁸⁰ As questões do trabalho e educação serão retomadas na análise ao nível do indivíduo, com ênfase entre os indivíduos de idade ativa, em secção posterior deste capítulo.

com exceção da deficiência mental, que se manifesta prioritariamente na infância. Assim, as deficiências em enxergar poderiam ganhar importância enquanto o oposto ocorreria com a deficiência mental, envolvendo nessa dinâmica os processos de adaptação dos indivíduos e famílias e novas barreiras sociais a lidar.

No entanto, tais reflexões não contribuem para a compreensão da baixa significância das deficiências no ouvir e caminhar. Conforme observado, as deficiências em enxergar e a deficiência mental são mais significativas nos três grupos etários já analisados. As particularidades de tais deficiências que podem vir a contribuir para a sua alta significância seriam o maior número de casos registrados (para as limitações em enxergar) e a baixa correlação com as demais deficiências (para a deficiência mental). No entanto, os dados sobre a presença de idosos com deficiência traz ainda mais complexidade à análise.

Sobre a presença de pessoas com deficiência com mais de 64 anos como preditor da pobreza financeira, os resultados são, em grande parte, o inverso do observado nas demais idades. Esse grupo, no qual as deficiências são mais frequentes, não tem a presença dessas condições como um fator que aumenta o risco à pobreza, pelo contrário, reduz o risco. Devido aos limites do método ao nível domiciliar, a implicação da existência do idoso com deficiência pode estar mais relacionado com a idade do que com a associação dessa com as deficiências. Se considerado que a variável destinada a distinguir a presença de idosos está bem ajustada, o resultado pode indicar maior proteção à pobreza (nesse caso, mais rendimento familiar) entre os idosos com deficiência⁸¹. Essa leitura é pertinente dado o conjunto de políticas de seguridade social destinada a esse público. Outra hipótese para a diferenciação positiva da deficiência entre idosos seria de origem demográfica. A longevidade estaria correlacionada tanto com a possibilidade de tornar-se uma pessoa com deficiência, quanto à qualidade de vida, bem estar e condição financeira, de modo geral. Desta forma, a maior presença de idosos e idosos com deficiência estaria correlacionada com boas condições de vida.

No que tange aos valores estimados, embora significativos, os coeficientes para os idosos com deficiência são os mais baixos, portanto, tendem a ser os de menor predominância na determinação da pobreza, não sendo uma vantagem consistente. Quando desagregados, os

⁸¹ No entanto, é importante reafirmar que, ainda que não limite a entrada de rendimentos, as deficiências nos idosos podem ser um fator que leva à elevação do custo de vida, e consequentemente também à pobreza pelo viés do consumo, fora do âmbito de análise desta tese.

resultados diferem do observado nos outros grupos etários, sendo mais significativos os coeficientes relativos às deficiências declaradas sobre o caminhar (ou subir escadas) e o ouvir. Os demais resultados são inconclusivos.

Nos resultados estimados para os idosos, e não somente, os modelos I-A e I-B, contribuem para a elaboração de um panorama com muitos pormenores, de alta complexidade no que tange à relação entre pobreza e deficiência em âmbito doméstico. Diversas hipóteses são plausíveis e outros tantos movimentos dedutivos podem ser fomentados. É esperado também que, se a deficiência fosse tratada de modo mais desagregado (distinguindo as limitações das restrições absolutas das capacidades funcionais⁸²), os resultados que se mantivessem significativos, poderiam fundamentar um quadro ainda mais variado.

Ao se ater às tendências gerais observadas, deve-se destacar a importância do papel da idade que, nos primeiros anos de vida, tem forte correlação entre deficiência e pobreza, porém poucos indícios conclusivos de causalidade, talvez sendo mais contundente creditar à pobreza a ocorrência de deficiência. Entre as pessoas em idade escolar, a deficiência indica ter o maior impacto sobre o risco à pobreza. As oportunidades educacionais, a necessidade de cuidado e a menor autonomia, quando comparadas às pessoas em idade ativa podem estar intimamente relacionadas com a questão. Por fim, os idosos apresentam um desafiador parâmetro negativo, suscitando questionamentos a respeito da proteção social dessa população, tanto pelo viés de rendimentos mais assegurados pela idade, quanto pela possibilidade de mais rendimentos advindos da combinação de ser idoso e ter deficiência.

Todavia, antes de prosseguir para as análises dos demais quesitos, os resultados dos modelos I-A e I-B, além de subsidiarem as inferências realizadas, podem ser aplicados num exercício para medir a implicação estimada das deficiências sobre a chance de estar em situação de pobreza, com pretendido controle dos demais quesitos inseridos nos modelos. Para tal, somente os coeficientes das deficiências significativos serão utilizados.

O procedimento consiste na criação de determinados perfis domiciliares baseados nas variáveis independentes dos modelos, verificar a probabilidade estimada da ocorrência de pobreza associada a cada perfil, supor a presença de indivíduos com deficiência em cada

⁸² Como será realizado ao nível do indivíduo, em secção subsequente a esta.

um deles, e estimar o quanto a presença de indivíduos com deficiência alteraria as probabilidades inicialmente esperadas para os perfis.

Os perfis definidos variam quanto à presença de idosos, de crianças e na educação máxima obtida entre os adultos do domicílio. As demais variáveis foram mantidas constantes entre os modelos, escolhidas por serem as mais frequentes no conjunto de dados⁸³. O resultado consiste em três perfis que expressam maior e menor risco à pobreza. O primeiro (alto risco) possui mais crianças que adultos, não possuindo esses qualquer nível de instrução completo no ensino formal, e não há idosos. O segundo perfil (próximo do limiar da pobreza) conta com adultos e crianças na mesma proporção, não havendo idosos, e o maior nível educacional concluído é o Ensino Fundamental. Por sua vez, o terceiro (baixo risco) consiste em mais adultos que crianças, sendo um deles idoso, e o nível educacional máximo concluído, o Ensino Médio.

Tabela 6—Probabilidade de pobreza financeira estimada, segundo o impacto da deficiência, para diferentes perfis

		I Alto risco		II Limiar		III Baixo risco	
		Prob.	Variação	Prob.	Variação	Prob.	Variação
Inicial		0,77		0,49		0,11	
0 a 5 anos	Mental	0,84	0,09	0,61	0,23	0,16	0,49
	Caminhar	0,85	0,11	0,63	0,27	0,18	0,60
6 a 14 anos	Agregada	0,84	0,08	0,59	0,20	0,15	0,42
	Mental	0,85	0,11	0,63	0,27	0,17	0,60
	Enxergar	0,81	0,05	0,55	0,12	0,13	0,23
15 a 64 anos	Agregada	0,81	0,05	0,56	0,13	0,14	0,25
	Mental	0,81	0,04	0,54	0,10	0,13	0,19
	Enxergar	0,82	0,06	0,57	0,15	0,14	0,30
65 ou mais	Agregada					0,10	-0,10
	Ouvir					0,09	-0,13
	Caminhar					0,10	-0,10

Dados: IBGE, 2010

⁸³ Domicílio em área urbana do sudeste, ocupado por uma família nuclear na qual nem todas as pessoas em idade ativa trabalham. Idosos e crianças com menos de 15 anos também não trabalham. Por outro lado, não há pessoas declaradas como indisponíveis ao trabalho. Nos rendimentos não é observada a participação de transferências de políticas sociais (ou outras fontes desta variável).

Através de uma leitura geral da implicação das deficiências sobre os distintos perfis elaborados, percebe-se que o impacto estimado varia consideravelmente⁸⁴. De modo geral, a intensidade do impacto, medido pela variação proporcional da probabilidade da ocorrência de pobreza, segue tendência inversa à probabilidade inicial de cada perfil, ou seja, quanto menor o risco inicial à pobreza maior o efeito das deficiências. Assim, pode dizer-se que as deficiências pouco alteram os riscos à pobreza quando a composição domiciliar já apresenta grande vulnerabilidade. Para um perfil de baixo risco à pobreza, a importância da deficiência indica ser potencializada no que tange a variação da probabilidade, porém muito limitada em seu poder de alterar as probabilidades. Contudo, para um perfil que se aproxima do limiar da pobreza, ao implicar em variações de 10% a 27% da probabilidade inicial, as deficiências podem ser tidas como um elemento definidor de um risco mais grave à pobreza.

É pertinente referir à diversidade da composição populacional brasileira. Este exercício com três perfis está muito distante de abarcar de forma representativa a maior parte das composições domiciliares do país, sendo, portanto meras tipificações de níveis distintos do risco estimado de pobreza. Por outro lado, as tendências populacionais e socioeconômicas indicam que os brasileiros têm cada vez menos filhos (Vasconcelos e Gomes, 2012), além de um crescente nível educacional. Transpondo às representações dos perfis, pode afirmar-se que a representatividade do segundo perfil tende a ganhar importância, quando comparado com o primeiro. Assim, caso as estimações sejam pertinentes, pode alegar-se que as deficiências como determinantes da pobreza tendem a ganhar relevância.

Quanto aos grupos etários, como esperado, as deficiências entre os grupos mais jovens indicam ter maior impacto sobre o risco de pobreza domiciliar, aumentando em até 60% a probabilidade de um domicílio de baixo risco estar em situação de pobreza. No perfil mais vulnerável, tais condições (grandes restrições em caminhar/subir escadas entre os mais novos e a deficiência mental entre pessoas de 6 a 14 anos) elevam a probabilidade de estar em situação de pobreza de 0.77 para 0.85; um elevadíssimo risco.

⁸⁴ É relevante notar as limitações do exercício em não diferenciar a quantidade de indivíduos com deficiência num grupo etário (orientando-se pela tendência média expressa nos dados) e, especialmente, de diferentes grupos etários, como similaridades entre pais e filhos, por exemplo, seja esse arranjo promotor de maior impacto da deficiência ou mitigador de risco.

Por seu turno, as deficiências atribuídas aos idosos e sua tendência estimada de reduzir o risco à pobreza, presente apenas no terceiro perfil, não indica ser, no caso, um fator de forte potencial para reduzir efetivamente o risco de pobreza. Já, a deficiência atribuída às pessoas em idade ativa obteve resultados intermédios e, novamente, de maior relevância no segundo perfil.

Além disso, é de grande importância, reconhecer que a utilização dos modelos pretende estimar o impacto da deficiência por si, desconsiderando que, ao limitar as oportunidades dos indivíduos e famílias, a deficiência pode ocasionar outras desvantagens, educacionais, por exemplo. Nesse sentido, a implicação da deficiência deve ser lida como se fosse um fator independente dos demais, ou seja, como se ela não desencadeasse frequentes barreiras no desenvolvimento dos indivíduos e familiares, sobretudo no âmbito educacional, e em parte na esfera laboral.

Considerando a leitura mais parcimoniosa do método utilizado e suas limitações, a baixa significância, assim como o baixo impacto em diversas categorias de deficiência, aparentemente conflitantes com os altos percentuais de pobreza observados, numa leitura generalista, indica que os impactos secundários das deficiências sobre a educação e a oportunidade de trabalho podem sobrepor-se em importância às implicações diretas da simples presença das pessoas com deficiência como definidora da pobreza.

Em outras palavras, a pobreza observada nas famílias das pessoas com deficiência não teria a sua maior explicação em fatores diferentes dos demais domicílios, como o nível educacional, oportunidades de trabalho e composição familiar. Contudo, é observado nesses lares maior presença dos fatores que desfavorecem a proteção contra a pobreza, como baixos níveis de instrução e participação no mercado de trabalho. Esse cenário evoca a necessidade de investigar a relação entre deficiência, educação e trabalho articulados numa relação de causalidade.

Previamente a esse ponto, duas análises da deficiência como determinante da pobreza serão realizadas. Primeiramente, a brecha da pobreza será analisada por meio de descrições simples. A finalidade é perceber se há aparente distinção na gravidade da pobreza ao comparar-se as famílias em que há pessoas com deficiência com as demais, em termos financeiros. Em seguida, haverá replicação dos modelos já apreciados tendo em

consideração um parâmetro alargado de pobreza, que além do rendimento é sensível às condições habitacionais.

5.1.2.1 Brecha de Rendimentos: um exame da gravidade da pobreza

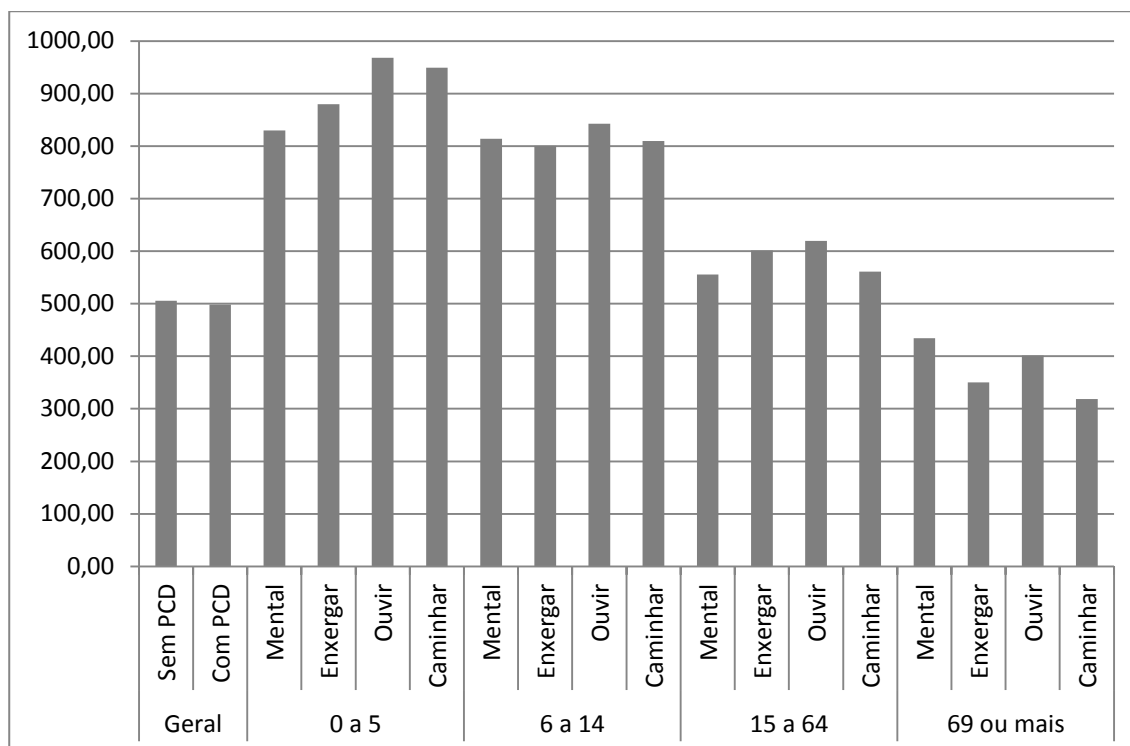
A brecha de rendimentos (ou brecha de pobreza) consiste na distância entre o rendimento observado e a linha de pobreza. Quando agregada, essa medida é denominada por brecha de pobreza, em suma, é uma medida média da intensidade da pobreza de determinadas populações ou grupos. Amartya Sen (1999) associa esse método à pobreza relativa. No presente estudo, a utilização da brecha de pobreza tem por objetivo qualificar a gravidade da situação de pobreza financeira registada nos dados do censo no que toca às famílias das pessoas com deficiência. Todas as análises que se seguem têm em consideração os valores médios expressos.

Ao analisar-se o nível de pobreza financeira por meio da brecha de pobreza, os domicílios pobres onde não há pessoas com deficiência estão em subtil desvantagem quando comparados com aqueles onde há pessoas com deficiências (R\$128.03 contra R\$113.97⁸⁵, nas brechas de pobreza *per capita*, próximo a um salário mínimo em sua média por domicílio). Quando ponderados pelo número de pessoas no agregado familiar, a diferença entre as brechas reduz, devido aos domicílios pobres com pessoas com deficiências serem habitados por mais pessoas (10% maiores, em média). Contudo, ainda assim, os lares onde não há pessoas com deficiência seriam mais pobres. Isso ocorre, possivelmente, pelo peso da representação e proteção dos idosos entre as pessoas com deficiência.

Assim como na distribuição da ocorrência da pobreza, a deficiência, quando lida de modo agregado, indica ter pouca correlação com a pobreza. Todavia, ao desagregar os dados por grupo etário e pela natureza da deficiência (não considerando, novamente, as limitações não graves), o cenário altera-se, no que diz respeito à pobreza média acumulada pelos diferentes grupos domiciliares de pessoas com deficiência.

⁸⁵ 42€ contra 37€ aproximados.

Gráfico 2– Brecha de rendimentos média por tipo de deficiência e idade da pessoa com deficiência



Dados: IBGE, 2010

Segundo as informações do Gráfico 2, que ilustra a brecha observada baseada na linha de pobreza utilizada nos modelos apresentados, somente nos domicílios pobres onde vivem idosos com deficiência o nível médio de pobreza é menor que a observada para a média dos domicílios pobres onde não há pessoas com deficiência. Todas as demais possuem brechas maiores, ou seja, maior gravidade em termos de pobreza financeira.

A leitura geral dessa informação reitera a necessidade de rejeitar leituras demasiadamente agregadas das deficiências, uma vez que tendem a invisibilizar fenômenos relevantes. Tal tendência ocorre principalmente pela presença mais frequente de deficiência entre idosos, em conjunto com a menor propensão social dessa população à pobreza. Além disso, o facto de estar a viver em domicílios que, em média, possuem mais habitantes que os lares pobres nos quais não há registo de deficiência potencializa a brecha de pobreza, sendo a brecha *per capita* menos discrepante que acumulada. Novamente, o perfil das famílias com pessoas com deficiência, especialmente quando essa é observada na infância, alinha-se

com a características gerais da pobreza, como uma família mais alargada, no caso. Porém, falta informação para compreender se manter-se em famílias de maior dimensão é uma limitação ou estratégia das famílias mais pobres, ou se a deficiência promove, de algum modo, unidades familiares alargadas.

No que tange a distintos grupos etários, destaca-se a deficiência na infância como uma condição mais fortemente relacionada com a pobreza de maior gravidade, com ênfase nos primeiros anos de vida. Essa tendência não indica necessariamente que a deficiência nesses casos levaria uma família a condições de pobreza mais severas. Subsidiando-se nos resultados dos modelos, e nas brechas de pobreza, é mais coerente perceber a deficiência nos primeiros anos de vida como uma consequência ou característica de uma situação de pobreza mais severa, com mais privações.

Quando comparados os distintos grupos de deficiência, as deficiências em ouvir prevalecem entre as famílias mais pobres, seguidas das deficiências em ver e andar. Em todos os grupos etários a deficiência mental revela, em média, os registos menos graves entre os pobres. O modo como os dados das deficiências foram elaborados pode dar um indicativo importante para entender essa peculiaridade da deficiência mental. É essa a única variável que não é medida por meio da capacidade funcional, nas quais é considerada a utilização de tecnologias que promoveriam a capacidade, sendo assim mais independente da pobreza. Dessa forma, as variáveis de capacidade funcional indicariam maior pobreza, em parte, pela pobreza definir a limitação devido à falta de acesso a tais tecnologias. Essa hipótese colabora na explicação das deficiências da audição como aquelas de índices de pobreza mais graves, já que, na realidade brasileira, os aparelhos que promovem a audição possuem um alto custo. Outro fator relativo à composição familiar, além da quantidade de membros no domicílio, também pode contribuir para a compreensão da relação das deficiências auditivas com uma situação de pobreza mais grave. A habitação concomitante de pessoas com deficiências, inclusive de diferentes grupos etários, é mais comum entre pessoas surdas, frequentemente arrançadas em famílias nas quais mais de um membro é surdo⁸⁶.

O estudo da brecha de pobreza reitera a deficiência como fator associado à pobreza, mesmo quando essa não indica ser um determinante significativo. O retrato complexo da

⁸⁶ Percebido nos exames preliminares de correlação entre as variáveis independentes dos modelos.

relação entre pobreza e deficiência, a considerar todos os resultados já apresentados, aponta que mesmo quando a deficiência não é uma causa da pobreza, a pobreza vivenciada pelas famílias com pessoas com deficiência tende a ser financeiramente mais grave.

Esta investigação que prioriza a vertente financeira está distante de abarcar plenamente a pobreza, ao limitar-se aos rendimentos dos indivíduos, desconsiderando a importante vertente do consumo, principalmente por limitações técnicas, nomeadamente, a falta de dados. Por outro lado, por compreender a importância de outras dimensões relativas à pobreza, e na tentativa de abarcar, em segundo plano, parte do consumo, expresso na ideia de padrão de vida, a pobreza será analisada através de um conceito alargado que incorpora a dimensão da qualidade habitacional.

5.1.2.2 Para Além dos Rendimentos: uma análise da pobreza ampla

A pobreza como uma condição de vida insuficiente e vulnerável (pobreza absoluta), ou uma situação de desvantagem e excludente (pobreza relativa), pode ser analisada em diferentes aspetos. Além da abordagem baseada nos rendimentos, no exame que se segue, a pobreza será definida também pela condição habitacional. Essa escolha se fez pela adequação aos dados

Na tentativa de perceber a pobreza para além dos rendimentos auferidos, foi associado a esse critério a habitação de baixa qualidade como definidor da pobreza. Ou seja, segundo essa resolução, é pobre aquela família que possui baixo rendimento e/ou vive em condições habitacionais de baixa qualidade. A condição da habitação, além de adequada ao conjunto dos dados, tem em potencial indicar a condição de vida com robustez por meio de um elemento que não se altera de forma imediata com variações momentâneas nos rendimentos, e cujas alterações (positivas ou negativas) tendem a ser duradouras. Esse exercício tem por objetivo perceber como as deficiências se relacionam com tal definição de pobreza numa perspetiva causal.

No âmbito analítico será considerada uma habitação de baixa qualidade qualquer uma que não tenha acesso a abastecimento de água, esgoto ou recolha de lixo, não seja casa ou apartamento, não tenha casa de banho ou tenha mais de dois habitantes por divisão

destinada ser dormitório. Entre esses elementos, este último destaca-se como de maior peso nos dados.

Como indicado nas tabelas 1 e 2, a pobreza assim definida é uma realidade para cerca de metade dos agregados familiares (48%), sendo ligeiramente superior entre os domicílios onde vive ao menos uma pessoa com deficiência (53,3%). Associada à pobreza financeira, ambas as medidas compõem um quadro de pobreza ampla de grande magnitude nos dados, presente em 55,6% dos domicílios brasileiros e 61,8% no que toca às famílias das pessoas com deficiência. Para a análise da implicação das deficiências sobre essa forma alargada da pobreza foram replicados os modelos anteriores (I-A e I-B) alterando a variável dependente de pobreza, tanto com as variáveis agregadas por grupos etários (Modelo I-C⁸⁷), como tipificadas (Modelo I-D). Primeiramente, uma descrição simplificada dos resultados das variáveis independentes referentes à composição familiar, estudo, trabalho e localização será realizada.

⁸⁷ O modelo prediz corretamente a ocorrência da pobreza ampla em 77,7% dos casos, e tende a sobre-estimar a pobreza ampla, face à sua grande expressão nos dados e redução da capacidade explicativa do modelo.

Tabela 7 – Resultados dos modelos I-A e I-C

	Modelo I-A		Modelo I-C	
	Coefficiente	Sig.	Coefficiente	Sig.
Tipo de domicílio (ref. Unipessoal)		0,00		0,00
Nuclear	0,611	0,00	0,224	0,00
Estendida	0,846	0,00	0,551	0,00
Composta	0,679	0,00	0,421	0,00
Quantidade de idosos (ref. Zero)		0,00		0,00
Um	-0,668	0,00	-0,324	0,00
Dois ou mais	-0,986	0,00	-0,361	0,00
Razão de crianças (ref. Sem crianças)		0,00		0,00
Mais adultos	0,897	0,00	0,752	0,00
Igual quantidade	1,503	0,00	0,813	0,00
Mais crianças	2,574	0,00	2,368	0,00
Instrução máxima atingida (ref. Sem instrução)		0,00		0,00
Fundamental	-0,174	0,00	-0,256	0,00
Médio	-0,975	0,00	-0,828	0,00
Superior	-2,531	0,00	-1,740	0,00
Mestrado ou Doutorado	-2,838	0,00	-2,230	0,00
Trabalho em idade ativa (ref. Todos trabalham)		0,00		0,00
Nem todos	1,317	0,00	0,397	0,00
Ninguém	3,026	0,00	1,286	0,00
Sem pessoas em idade ativa	0,578	0,00	0,137	0,00
Trabalho em idade escolar (ref. Não)	-0,836	0,00	-0,243	0,00
Trabalho de idoso (ref. Não)	-1,110	0,00	-0,195	0,00
Indisponível para trabalho (ref. Não)	0,658	0,00	0,377	0,00
Rendimento de programas sociais (ref. Não)	-0,612	0,00	-0,271	0,00
Criança em idade pré-escolar com deficiência (ref. Não)	0,174	0,12	0,565	0,00
Criança em idade escolar com deficiência (ref. Não)	0,400	0,00	0,363	0,00
Pessoa em idade ativa com deficiência (ref. Não)	0,255	0,00	0,295	0,00
Idoso com deficiência (ref. Não)	-0,117	0,00	0,059	0,00
Localizado na zona rural (ref. Não)	0,716	0,00	3,299	0,00
Região do país (ref. Norte)		0,00		0,00
Nordeste	0,370	0,00	-0,903	0,00
Sudeste	-0,841	0,00	-2,430	0,00
Sul	-1,318	0,00	-2,079	0,00
Centro-Oeste	-0,811	0,00	-0,909	0,00
Interceto	-2,439	0,00	1,545	0,00

Dados: IBGE, 2010

Uma leitura comparativa entre os modelos I-A e I-C indica que pobreza ampla seria menos explicável pelos fatores presentes no modelo, essa diferença é expressa em quase todas as variáveis, que demonstraram possuir correlações mais baixas. Desse modo, os contrastes entre as categorias das variáveis tenderiam a distinguir menos os pobres dos não pobres. No que tange a expressão numérica dos coeficientes, esses se encontram, de modo geral, mais próximos ao valor zero no Modelo I-C, quando positivos ou negativos. Em outras palavras, as características que aumentariam ou reduziriam o risco de pobreza têm o seu poder de diferenciação reduzido. Uma hipótese para a explicação desse fenômeno consiste na ideia das variáveis estarem mais associadas com as questões financeiras de rendimentos e remuneração, e menos direcionadas para os fatores relativos ao histórico familiar.

No que diz respeito à composição familiar, seguindo a tendência geral, o tipo de domicílio é menos díspar entre as categorias, e a presença de idosos tem potencial de proteção contra a pobreza reduzida, ter mais de um idoso também reduziu o poder de distinção em relação a ter somente uma pessoa com mais de 64 anos. A suposta proteção dos idosos é, portanto, mais verificável no sentido financeiro, e menos nas condições da habitação. Em relação à presença de crianças, o elemento que mais se distingue é o contraste entre não ter crianças e ter uma quantidade igual de crianças e adultos, essa diferença passou a ser menos importante na determinação da pobreza ampla.

Quanto ao nível de instrução, a diferença entre a falta de estudos concluídos e Ensino Fundamental completo demonstrou ser mais potente para distinguir a pobreza ampla que a pobreza financeira. Essa mudança pode indicar uma relação pertinente entre a falta de instrução e as baixas condições habitacionais. Contudo, é precipitado atribuir a causalidade inicialmente pretendida com esta análise, uma vez que podem ser diversos os fatores intervenientes entre viver numa habitação de baixa qualidade e não ter estudado, a exemplo as ofertas condicionadas à localização do lar.

As variáveis sobre o trabalho seguem a tendência geral da comparação, isso é, perdem poder explicativo. As variáveis que referenciam a questão imputam menor implicação com pobreza ampla, distinguindo-se do seu decisivo efeito sobre a pobreza financeira. Essa observação é válida tanto para o trabalho das pessoas em idade ativa, como para as pessoas em idade escolar e idosos. Esses quesitos talvez sejam os que melhor refletem a distinção entre uma condição momentânea (a remuneração) e uma condição de vida consolidada.

As variáveis de localização foram as que sofreram maior alteração. Dentre essas, a de maior destaque é a diferença estimada entre a área urbana e rural, que passa a ser um dos maiores determinantes da pobreza, supõe-se que, sobretudo pelas questões habitacionais. Quanto às regiões do país, as mudanças indicam que, no tocante à pobreza ampla, a Região Norte seria a mais afetada, seguida do Nordeste. Entre as menos propensas à pobreza, o Sudeste sobrepõe-se ao Sul. Além das mudanças dessas posições, maior discrepância foi estimada, em comparação à predita para a pobreza financeira. Essas alterações definem as variáveis de localização do domicílio como os principais determinantes da pobreza alargada, reiterando a forte desigualdade regional presente na realidade brasileira, numa leitura da qualidade de vida que abarcam os rendimentos e a adequação habitacional.

5.1.2.2.1 A Pobreza Ampla e as Deficiências

As razões pelas quais a deficiência desencadearia uma situação de pobreza não se limita somente às restrições impostas ao ganho adequado de rendimentos. De facto, são desconhecidos todos os meios pelos quais a deficiência pode desencadear pobreza, espera-se também que quanto mais alargada for a definição de pobreza menos previsível será o modo como essa interage com as deficiências.

A definição utilizada de pobreza ampla diverge do conceito primário de pobreza financeira por incluir a questão habitacional. Mesmo que esse elemento não seja propriamente uma medida de consumo, pode-se atribuir-lhe alguma relação com um mínimo do padrão de vida desejado (no que tange a habitação). Além das condições de vida do momento, a habitação pode contemplar uma ideia da riqueza acumulada. Ao contrário do rendimento mensal que é um fator pontual, a habitação pode ser entendida como uma medida de estoque, uma vez que tende a indicar o resultado das possibilidades financeiras de uma família numa perspectiva temporal mais alargada, que não se altera com facilidade.

Desse ponto de vista, para além da restrição nos rendimentos, a expressão das deficiências sobre a pobreza pode caracterizar o efeito prolongado e cristalizado disso, agravando as implicações decorrentes das deficiências (e dinâmicas sociais relacionadas). Assim, o efeito das deficiências tenderia a ser potencializado com o tempo. Por outro lado, não há garantia de que isso será o que os dados indicaram. Mais um fator desfavorável a essa

análise reside na limitação da informação relativa à deficiência no que diz respeito ao tempo da sua presença. Assim, a análise que se segue tem um caráter mais especulativo que as anteriores.

Tabela 8 – Coeficientes e Significância das variáveis de deficiência nos modelos I-A, I-B, I-C e I-D

		Pobreza financeira		Pobreza ampla	
		Coeficiente	Sig.	Coeficiente	Sig.
0 a 5 anos	Agregadas	0,174	0,12	0,565	0,00
	Mental	0,458	0,03	0,577	0,04
	Enxergar	-0,173	0,33	0,228	0,34
	Ouvir	-0,156	0,54	-0,497	0,14
	Caminhar	0,550	0,00	0,760	0,01
6 a 14 anos	Agregadas	0,400	0,00	0,363	0,00
	Mental	0,543	0,00	0,542	0,00
	Enxergar	0,233	0,00	0,221	0,02
	Ouvir	0,155	0,27	0,393	0,05
	Caminhar	0,176	0,26	-0,154	0,45
15 a 64 anos	Agregadas	0,255	0,00	0,295	0,00
	Mental	0,198	0,00	0,368	0,00
	Enxergar	0,303	0,00	0,281	0,00
	Ouvir	0,012	0,73	-0,011	0,76
	Caminhar	0,002	0,93	0,106	0,00
65 ou mais anos	Agregadas	-0,117	0,00	0,059	0,00
	Mental	-0,056	0,48	-0,089	0,15
	Enxergar	-0,046	0,07	0,108	0,00
	Ouvir	-0,156	0,01	-0,083	0,06
	Caminhar	-0,120	0,00	0,023	0,30

Dados: IBGE, 2010

O primeiro elemento que se destaca numa comparação geral entre os coeficientes e parâmetros de significância estimados para os diferentes tipos de pobreza (de rendimentos e ampla) consiste no aumento das categorias nas quais a correlação entre pobreza e deficiência foi significativa, ao analisar a pobreza de maneira mais ampla. Quatro novos parâmetros com significância compõem um quadro em que a maioria das variáveis que denotam deficiência ganha potencial relevância analítica. Por outro lado, a ligação entre ter uma pessoa com deficiência em casa e viver numa habitação de baixa qualidade (impacto esperado de longo prazo) é mais complexa, e menos adequada aos dados disponíveis, que

aquela estabelecida entre a deficiência e o rendimento domiciliar mensal (impacto imediato). Assim, é menos recomendado que se atribua causalidade no exame da pobreza ampla.

No que diz respeito aos coeficientes que pontuam a intensidade da relação entre deficiência e pobreza (meio pelo qual as relações causais são inferidas) disparidades puderam ser observadas segundo os diferentes grupos de idade. Entre as idades mais novas das pessoas com deficiência (0 a 5 anos) é percebida uma relação mais intensa e significativa com a pobreza ampla, quando comparada à referência puramente financeira. Isso pode ser observado no coeficiente agregado, agora significativo e de relevante valor, assim como no aumento do coeficiente pelo qual é expressa a deficiência mental nessas idades. Esse resultado colabora na definição de um panorama no qual a deficiência entre os mais jovens pode não ser uma origem de constrangimento dos rendimentos, mas possui a mais forte relação com condições de vida familiar em pobreza, como indicava o estudo da brecha da pobreza.

A deficiência presente entre os 6 e 14 anos de idade sofreu uma ligeira variação negativa dos seus coeficientes, o que indica que esse grupo, o mais relevante na determinação da pobreza de rendimentos, pouco sofreu alteração. Talvez, a variação mais interessante consista na significância atribuída às limitações do ouvir. Mudanças similares foram observadas em casos nos quais a deficiência registrada em indivíduos na idade ativa (15 a 64 anos), porém nova significância é estimada nas limitações do caminhar.

Nas famílias onde há deficiência entre os mais velhos, além de um novo parâmetro significativo (deficiências da visão), os coeficientes indicam correlação positiva com a pobreza, ao contrário do estimado nos modelos da pobreza com referencial financeiro. Ainda que muito baixos, esses parâmetros positivos podem indicar que a presumida proteção financeira das famílias por ter um idoso com deficiência não figura ao tratar a pobreza como uma situação referenciada também em parâmetros habitacionais mínimos. No entanto, pelos coeficientes de baixa expressão quando negativos ou positivos, é esperada pouca relevância da deficiência nessa idade como fator que desencadearia ou protegeria da pobreza.

Desse modo, a pobreza ampla pouco se distinguiu da pobreza financeira na sua capacidade em expressar o impacto acumulado da deficiência, sendo, nesse sentido, uma verificação pouco segura e inconclusiva, especialmente no que diz respeito à possibilidade de atribuição de causalidade nos resultados observados, nos quais é mais valiosa a parcimônia analítica.

No entanto, o exame da pobreza ampla é de grande valia na elaboração de um quadro analítico que requer a devida complexidade no exame da relação entre pobreza e deficiência, indicado essencialmente pelos resultados das variáveis referenciadas nos mais novos e mais velhos. No primeiro caso, a deficiência indica estar forte e consistentemente associada às baixas condições de vida, contudo, pouco indica ser uma das causas dessa condição após o exame de seu cerne, a limitação dos rendimentos auferidos pelas famílias. Relativamente aos idosos com deficiência, embora, indicassem uma pequena proteção contra a pobreza, esta revela-se frágil, quanto às condições de vida das famílias às quais essas pessoas pertencem.

5.1.2.3 Considerações Acerca do Exame da Pobreza

Segundo indicam os resultados apresentados, a relação entre as deficiências e a pobreza é dotada de grande complexidade. Em suma, a pobreza é mais grave e, proporcionalmente, mais frequente onde a presença de crianças com deficiência é notada. No entanto, neste grupo, não há indícios que possibilitem afirmar que a deficiência causa a pobreza. Contudo, no início da idade escolar a deficiência já indica ser de grande importância para a explicação da pobreza.

A perspectiva a partir do ciclo de vida de uma pessoa com deficiência, conduz à ideia de que, ao alcançar idade em que o cuidado familiar deixa de ser uma constante devido à inserção em instituições de ensino, a falta dessa inserção tem impacto direto nas oportunidades laborais familiares, com especial efeito nos casos de deficiência mental e grandes deficiências na visão.

A importância da deficiência como elemento que implica restrição aos rendimentos familiares reduz-se com o avanço da idade das pessoas com deficiência, sendo menor entre

as pessoas em idade ativa (em comparação com aquelas em idade escolar) e, sobretudo, entre os idosos. Mantida a hipótese das restrições às oportunidades laborais, a deficiência de uma criança ou adolescente pode ter mais impacto nas possibilidades de trabalho de uma família que a presença de um adulto com deficiência.

A fim de examinar esses diferenciais, a deficiência também foi analisada relativamente ao seu potencial de restrição do trabalho. A próxima secção dedica-se a essa questão ao mensurar o impacto da deficiência sobre o trabalho, tanto de quem a possui, como de que com ela convive. Após essa análise, um estudo sobre a qualidade do trabalho da pessoa com deficiência e seu potencial frente à pobreza familiar é realizado.

5.2 Análises do Trabalho

O trabalho remunerado é por excelência a principal fonte de rendimentos responsável pela manutenção e reprodução dos indivíduos e famílias. Além de ser fonte de rendimento, a inserção no meio laboral é essencial para a construção da identidade social e a inserção na sociedade, tanto no que tange ao status na estrutura social e produtiva, como no âmbito da atuação na vida pública. Nesse sentido, pode-se afirmar que a inserção laboral contribui para a promoção da participação da vida em sociedade, uma vez que o próprio trabalho em si representa um meio de participação, na maior parte de suas modalidades.

Assim, o trabalho ocupa a centralidade desta investigação, dado que constitui o principal determinante para uma vida sem pobreza. No entanto, não se deve assumir que basta ter um trabalho para que se tenha assegurada uma vida sem pobreza. As análises realizadas em âmbito domiciliar indicam que, embora o trabalho seja o principal elemento de distinção entre pobres e não pobres, a proteção contra a pobreza não é assegurada pela sua simples existência, dependendo, por exemplo, da quantidade de pessoas a trabalhar. Ou seja, quando todas as pessoas em idade ativa de um domicílio estão a trabalhar a possibilidade da família se encontrar em situação de pobreza é fortemente reduzida.

Dessa maneira, a investigação do acesso ao trabalho e seus fatores associados possui grande importância para a compreensão da pobreza. Por meio dos dados do Censo

Demográfico Brasileiro do ano de 2010, pode ser elaborada uma visão panorâmica do trabalho. Analisando a relação entre deficiência e trabalho, e tomando um como consequência do outro, esta secção destina-se a evidenciar os determinantes da ocorrência do trabalho, com ênfase na importância da deficiência.

O Censo 2010 explora o tema do trabalho sob diversas perspectivas. Os dados dedicam-se, sobretudo, a qualificá-lo. Das doze variáveis destinadas ao trabalho, três versam estritamente sobre a sua ocorrência, isto é, são definidoras de modalidades de trabalho, sendo uma exclusiva do trabalho com rendimento, objeto de análise central desta secção. As demais abarcam o trabalho complementar ao trabalho com rendimento, porém sem rendimentos diretos, e as atividades agropecuárias, extrativistas ou da pesca. Essas variáveis definidoras do trabalho contribuem para a composição de uma visão alargada de trabalho, ao incluir as atividades não remuneradas.

No que respeita aos qualificadores do trabalho, as variáveis tratam de questões como: horas de trabalho semanal, vínculo empregatício, atividade, ocupação e valor do rendimento advindo do trabalho. As variáveis dessa natureza serão secundariamente analisadas, com o intuito de perfilar e comparar os atributos do trabalho entre os diferentes grupos de indivíduos, de modo a complementar o panorama sobre o trabalho das pessoas com deficiência, para além de sua ocorrência.

O presente estudo concentra-se no trabalho com rendimentos exercido na semana de referência do inquérito censitário com no mínimo de oito horas semanais, ou estar afastado de um trabalho com rendimentos, como conjunto definidor da situação investigada, sobre o título de trabalho remunerado. Tal definição é consonante com a ideia de pobreza anteriormente explorada e a sua relação com o trabalho. Desse modo, as análises da pobreza vão ao encontro das reflexões sobre inclusão laboral, educacional e autonomia, na composição de um quadro no qual a pobreza pode ser entendida como condição compartilhada entre conviventes, mas que possui também uma expressão ao nível pessoal.

Tabela 9–Trabalho na população em idade ativa, Brasil, 2010

		Exerce ou está afastado de trabalho remunerado		Total
		Não	Sim	
Exerce trabalho não remunerado	Não	49.331.644 (37,7%)	77.433.006 (59,2%)	126.764.650 (97%)
	Sim	3.963.910 (3,0%)	– (0%)	3.963.910 (3%)
Total		53.295.554 (40,8%)	77.433.006 (59,2%)	130.728.560 (100%)

Dados: IBGE, 2010

Uma leitura inicial do trabalho entre as pessoas em idade ativa registrado na amostra expandida do censo, retrata o trabalho como uma realidade para a maior parte dos sujeitos (62,2%), sendo a menor parte um trabalho sem rendimento atribuído (3% da amostra). Por outro lado, a quantidade de indivíduos que não trabalham também possui grande expressão. Contudo, é precipitado atribuir o título de desempregado a todos os casos nos quais o trabalho está ausente, uma vez que são desconhecidos os fatores que distinguem a restrição ou falta de trabalho da sua simples não ocorrência.

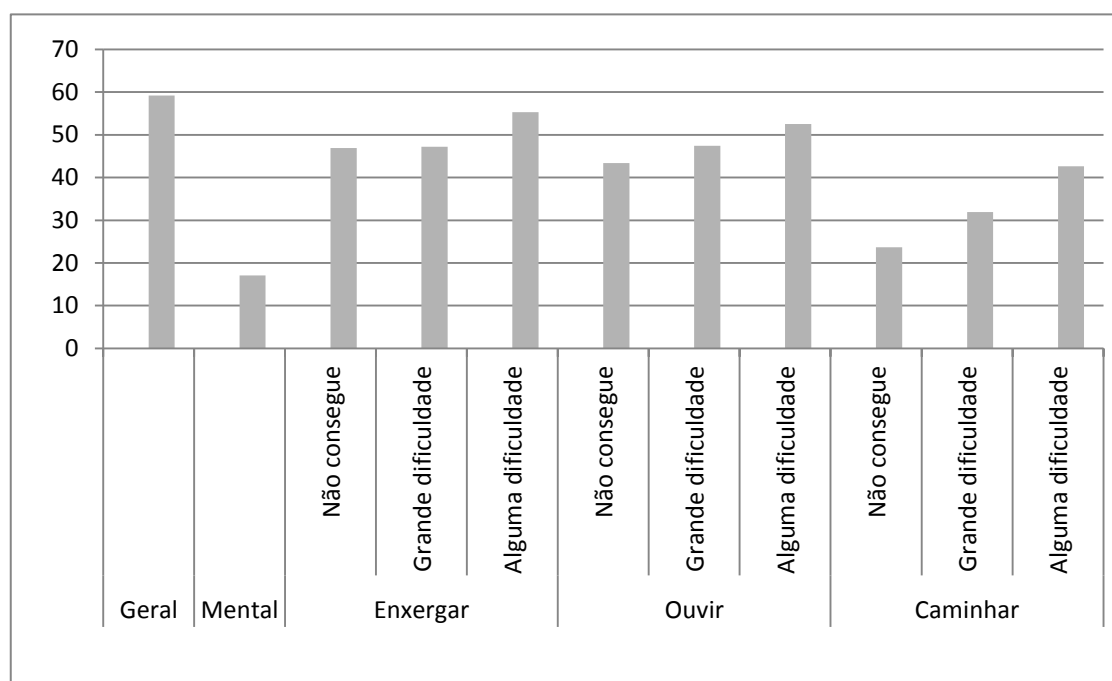
A Pesquisa de Emprego e Desemprego do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE – estima para o ano 2010, baseado em dados de sete regiões metropolitanas, uma taxa de desemprego de 11,9%, em tendência de queda (DIEESE, 2013). Por seu turno, o IBGE estima para o mês de referência do Censo um desemprego em 6,9%, com informação coletada em seis regiões metropolitanas (IBGE, 2014).

A diferença entre os aproximados 40% de indivíduos em idade ativa que não trabalham e as taxas de desemprego de menor valor expressa a importância de diferenciar os dois fenômenos. O desemprego é qualificado não somente pela falta do trabalho como também pelo desejo de trabalhar, concretizado na busca ativa de emprego. Em princípio, a opção pela análise do desemprego indicaria ser mais adequada ao propósito desta investigação, por desconsiderar o não trabalho daqueles que estão nessa situação por livre iniciativa.

No entanto, as pessoas com deficiências podem ser especialmente suscetíveis as barreiras na busca regular de trabalho, como às de mobilidade e comunicacionais. Assim, se tais fatores forem importantes para efetivar a busca por trabalho, o desemprego das pessoas com deficiência é constantemente subestimado. Noutros termos, mesmo com o desejo de trabalhar e disposição para tal, as pessoas com deficiência podem não ter acesso garantido aos mecanismos correntes de busca pelo trabalho ou o incentivo necessário. Assim, estar a exercer um trabalho remunerado é o quesito pelo qual as análises foram realizadas.

Inicialmente, a análise se dá por meio das descrições da distribuição do trabalho pelas categorias de deficiência, as registadas para os indivíduos em idade ativa individualmente e as atribuídas aos familiares. A seguir, a análise pela busca de causalidade terá lugar, por meio dos resultados obtidos através da utilização de métodos similares aos empregados na secção anterior. Além da importância da deficiência, dá-se ênfase à importância das diferenças de género e educacionais como determinantes do trabalho, nas relações que esses fatores estabelecem com as deficiências.

Gráfico 3– Percentual do exercício de trabalho remunerado por tipo de deficiência

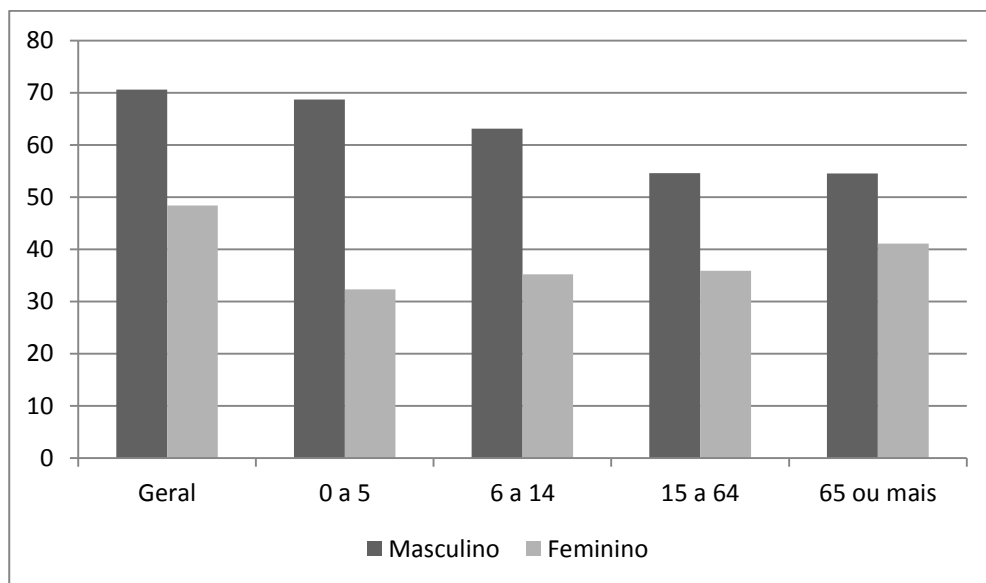


Dados: IBGE, 2010

No que tange à distribuição do trabalho remunerado entre as pessoas com distintas deficiências, são observadas grandes variações entre as categorias, que encontram unidade em um ponto: a expressão média da ocorrência do trabalho em todos os grupos é inferior à média geral.

As pessoas com deficiência que sofrem mais restrição ao trabalho são aquelas cujas deficiências são mentais ou motoras (ou seja, que infligem dificuldades ou incapacidades de caminhar/subir escadas). Já, as pessoas que sofrem menor limitação, entre as de deficiência declarada são aquelas que possuem limitações na capacidade de ver ou ouvir. A distribuição apresentada, contudo, não indica o quanto a deficiência é importante para definir a ocorrência do trabalho, uma vez que outros fatores correlacionados com as deficiências podem definir os resultados observados no gráfico.

Gráfico 4– Percentual do exercício do trabalho remunerado por sexo e grupo etário da pessoa com deficiência com que habita



Dados: IBGE, 2010

No que diz respeito à relação entre estar a trabalhar e ter uma pessoa com deficiência em casa, o exame da questão inclui a divisão por sexos das pessoas em idade ativa, e a distinção da pessoa com deficiência com a qual coabita por grupos etários. Nessa análise,

além da importância expressa pelos diferenciais de idade evidenciados nos exames da pobreza domiciliar, o sexo é um fator que não deve ser negligenciado.

As diferenças entre homens e mulheres no campo do trabalho são diversas e se iniciam no próprio acesso ao trabalho. Segundo o Censo 2010, o exercício do trabalho remunerado entre homens em idade ativa (70,6%) é em muito superior ao observado para as mulheres (48,4%). Essa diferença está fundamentada nos papéis sociais atribuídos aos dois sexos. Nesse sentido, a participação da mulher no mercado de trabalho tende a ser mais frágil e rejeitada face às atribuições e expectativas de outras esferas, com ênfase nas oriundas do âmbito doméstico e familiar. E quando ingressas no mercado de trabalho, há uma sobrecarga em conjunto com os afazeres domésticos (Bruschini, 2006). Assim, é esperado que a presença de pessoas com deficiências, e as exigências decorrentes dos seus cuidados, tenham maior impacto na vida das mulheres relativamente às oportunidades de trabalho remunerado.

A informação disposta no Gráfico 4 ilustra uma realidade mais complexa da questão, ao introduzir a idade da pessoa com deficiência como fator de distinção. Em todos os grupos, as mulheres possuem menor participação no trabalho remunerado, e ambos, homens e mulheres, têm menor participação no trabalho remunerado quando estão a conviver com uma pessoa com deficiência. Contudo, ao observar a variação dos percentuais conforme a idade da pessoa com deficiência com quem habitam, são notadas duas tendências opostas. As mulheres teriam maior redução na participação laboral em casos nos quais há uma criança com deficiência, e menor redução quando se trata de um idoso. O inverso ocorre com homens, uma vez que a maior redução é observada nos casos em que é notada a presença de adultos e idosos com deficiência no mesmo domicílio.

Algumas hipóteses sobre a questão podem ser levantadas. Porém essas suposições são fragilizadas por dois fatores: falta de controle de fatores intervenientes entre o sexo, a deficiência no domicílio e o trabalho (a composição familiar); e o âmbito comparativo, uma vez que não são observados os diferenciais de sexo nos casos em que os indivíduos não convivem com pessoas com deficiência. Os diferenciais observados no trabalho entre os sexos, dada a presença de uma criança com deficiência, podem dizer mais das implicações de uma criança na composição familiar sobre o trabalho, ao invés do facto de essa criança ter deficiência, por exemplo. Dessa maneira, a investigação por meio da

modelagem estatística oferece mais segurança e precisão para a análise. O mesmo raciocínio é válido no que diz respeito à deficiência dos indivíduos em idade ativa, como determinante do trabalho. Ambas as atuações da deficiência serão investigadas, através dos modelos logísticos propostos.

Quadro 4–Modelos utilizados para a análise do trabalho

Nome	Variável dependente	Varáveis independentes	Interação	Finalidade
II-A	Trabalho remunerado	Do indivíduo: sexo; idade; cor/raça; estar a estudar; nível de instrução; capacidade de enxergar, ouvir, caminhar/subir escadas; deficiência mental; Supra individual: razão entre adultos e crianças; presença de idosos; deficiências agregadas por grupo etário de um ou mais convivente; localidade (rural ou urbana); região do país.	Sexo x deficiência do convivente	Mensurar o impacto das deficiências de si e dos outros com quem coabita sobre a possibilidade de se estar a trabalhar. Modelo completo base para comparações.
II-B	Trabalho remunerado	Variáveis do indivíduo do modelo II-A.	–	Perceber a influência do meio (dado pelas variáveis supra individuais) no impacto da deficiência sobre o trabalho.
II-C	Trabalho remunerado	Variáveis do modelo II-A	Nível de instrução x capacidades funcionais; e sexo x deficiência do convivente	Especificar o impacto da educação para as pessoas com deficiência

Dados: IBGE, 2010

Como na seção anterior, a primeira análise baseada no método utilizado consiste numa leitura dos resultados de todas as variáveis independentes inseridas no Modelo II-A⁸⁸, o que servirá de referência para o estudo da inserção num trabalho remunerado e seus determinantes, antes do exame específico da importância da deficiência nesse processo. É notado nesse modelo alta significância nos parâmetros de todas as variáveis independentes, e em suas categorias. Assim, a leitura das variáveis que se segue dedica-se ao entendimento da relação entre o trabalho e outros fatores, no que diz respeito à intensidade dessa relação e potencialidade de análises causais.

5.2.1 Fatores Associados ao Trabalho: o estudo das variáveis independentes

5.2.1.1 Sexo, Idade e Cor/Raça

A idade e o sexo são variáveis primárias em qualquer investigação de âmbito macrossocial baseada em dados individuais. Conjuntamente com a cor, esses quesitos indicam marcadores de natureza biológica, no entanto é necessário diferenciar sua natureza inexorável dos arranjos sociais edificados em torno de tais características, sobre os quais esses dados devem ser analisados.

É observada grande alteração da possibilidade de estar a trabalhar de acordo com a variação das idades, analisadas em grupos quinquenais. Segundo os resultados do Modelo II-A, ser do grupo mais jovem (15 a 19 anos) seria uma desvantagem relativa para se trabalhar. O aumento da possibilidade de estar a exercer um trabalho remunerado é crescente nas idades seguintes, atingindo o seu máximo no grupo das pessoas de 35 a 39 anos. Em idades mais avançadas, é observada uma progressiva redução das possibilidades.

A tendência expressa pelos diferentes grupos etários indica que fatores como oportunidades, incentivos, motivação e disposição para o trabalho possuem forte variação dos 15 aos 64 anos. No início e no fim desse intervalo residem os maiores contrastes, numa

⁸⁸ O modelo encontra-se na íntegra em anexo (Anexo I). Esse possui uma capacidade preditiva aproximada de 71,7% dos casos, e a sua tendência é sobreestimar a ocorrência do trabalho.

variação que desfavorece a possibilidade de estar a trabalhar de quatro (entre os mais velhos) a cinco (para os mais jovens) vezes, aproximadamente, quando comparado com o grupo de maior propensão ao trabalho remunerado. As razões para tal variação não podem ser pormenorizadas por meio do método usado, contudo, é razoável percebê-las pelo espectro das dificuldades da entrada e reinserção no mercado de trabalho, incluindo a própria discriminação social associada à idade.

No que diz respeito ao sexo, os dados indicam intenso contraste estimado entre homens e mulheres. As mulheres têm uma possibilidade relativa de trabalhar aproximada de cinco vezes menor que os homens, por aquilo que acarreta ser do sexo feminino, quando constante a composição familiar, o nível educacional e as demais qualificações possíveis das variáveis dependentes, em um domicílio onde não há registada a presença de pessoas com deficiência.

Novamente, pode-se atribuir tamanha disparidade entre os sexos a diversos fatores, além da discriminação que restringe tanto objetivamente, como subjetivamente, a participação feminina no mercado de trabalho, fatores do âmbito familiar e doméstico podem ser determinantes para decifrar as razões de tamanho diferencial. Em análises preliminares, a conjugalidade demonstrou ser um fator que acentua a diferença entre os sexos, ao reduzir a possibilidade das mulheres exercerem um trabalho remunerado, ao passo que não teria efeito similar entre os homens⁸⁹.

Conforme estimado, os contrastes nas distintas idades e sexos são alguns dos mais expressivos entre todas as variáveis dependentes que compõem o modelo. No que diz respeito à cor, raça ou etnia⁹⁰ dos indivíduos, as variações são pouco expressivas na determinação da possibilidade de estar a exercer um trabalho remunerado. Seriam as pessoas declaradas de cor parda mais propensas ao trabalho, seguidas daquelas de cor/raça branca, amarela, preta e os indígenas, nessa ordem. O contraste máximo recai sobre os indígenas, que possuem reduzida possibilidade de trabalho, contudo, nesse caso, a

⁸⁹ A relevância da distinção entre os sexos será analisada, conjuntamente com a presença da deficiência como característica da família, em momento posterior desta secção.

⁹⁰ Os termos “cor ou raça” (cujas possibilidades de resposta são: branco, preto, pardo, amarelo e indígena) compõem a notação de praxe das distintas etnias nos censos brasileiros e nos demais inquéritos oficiais. Essa notação é amplamente adotada pelas ciências sociais do país, em suas investigações.

definição de trabalho remunerado pode não ser a mais adequada para tratar das atividades e ocupações desse grupo populacional.

A ordem das categorias segundo a possibilidade de trabalho desafia o entendimento da questão com base somente na discriminação negativa dos sujeitos, uma vez que é esperado que os brancos sejam, relativamente, o grupo mais privilegiado no acesso ao trabalho. Dessa forma, o modelo pode estar a captar as variações de discriminações e também de algum privilégio. Isso traz mais complexidade à análise da questão, que não será tratada devido à sua baixa relevância para a determinação da variável dependente.

É importante afirmar que a análise decorre ao nível individual, desconsiderando o efeito acumulado de mais de um ente da família ter suas possibilidades de trabalhar reduzidas, principalmente entre negros e indígenas. Além disso, os resultados não versam sobre a importância que a cor, raça ou etnia têm na distinção dos indivíduos em outras questões do mundo do trabalho, para além do acesso a um trabalho remunerado.

5.2.1.2 Educação

A educação é um fator de forte determinação sobre o trabalho, quer no acesso, quer na qualidade. Devida à sua importância na relação com o trabalho e a pobreza, a educação será estudada com mais atenção posteriormente, com ênfase na realidade das pessoas com deficiência. Por ora, os resultados gerais das duas variáveis relativas à educação compõem um panorama geral do quesito.

Estar a frequentar a escola reduz a possibilidade de estar a exercer um trabalho remunerado. Esse resultado é de algum modo intuitivo, considerando que a população em idade ativa é circunscrita no seu limite inferior aos 15 anos de idade, ou seja, ainda no período escolar. Isso não indica necessariamente que estar a frequentar a escola reduz a possibilidade de trabalho. O resultado pode estar a retratar somente diferentes ocupações que tende a não se conjugarem com facilidade.

Ao se tratar dos níveis de instrução completos, é percebido que todo o nível concluído contribui para aumentar a possibilidade de trabalho. Contudo, alguns avanços da carreira escolar indicam um salto de maior diferenciação do nível anterior. A diferenciação entre a

licenciatura e um mestrado ou doutoramento concluídos é a mais baixa, seguido da diferença entre não possuir educação formal em nenhum nível e o Ensino Fundamental (educação primária) concluído.

Assim, pode-se afirmar que o modelo indica o Ensino Médio (educação secundária) e o Ensino Superior como elementos relevantes na determinação do trabalho, com um aumento do dobro ou do quádruplo, respetivamente, quando comparado a não possuir educação formal alguma. No entanto, essa expressão média da importância da educação pode não ser representativa das pessoas com deficiência pelas excecionalidades e barreiras impostas. A investigação desta variação, ou seja, da importância da educação para o acesso ao trabalho para as pessoas com deficiência, terá lugar em momento posterior desta secção.

5.2.1.3 Composição Domiciliar

Algumas variáveis contribuem para a definição simples e pertinente da composição domiciliar: a presença de idosos; a razão entre crianças e adultos; a presença de pessoas com deficiência no domicílio, a diferenciação destas por grupos etários.

De modo geral, os fatores individuais expressam maior potencialidade na distinção entre quem está e quem não está a trabalhar, ao passo que os domiciliares são menos definidores. Segundo os resultados do Modelo II-A, a razão entre crianças e adultos no domicílio é a variável com menor capacidade de diferenciar a ocorrência do trabalho, sendo a maior diferença entre as categorias que indicam a ausência de crianças e ter mais crianças que adultos, situação que reduz a possibilidade de trabalhar.

Por sua vez, a presença de idosos no domicílio tende a ser um fator que desfavorece o trabalho das pessoas em idade ativa, sendo ainda mais reduzido na presença de mais de um idoso. Nesses casos, há uma redução média de 40% da possibilidade de trabalho remunerado quando comparado com os indivíduos que residem em domicílios onde não há idosos, em função dessa variação. Novamente, a ideia de cuidado como algo que restringe as oportunidades de trabalhar ou levar à opção pelo não trabalho pode ser crucial para entender essa relação entre a presença de idosos e o trabalho remunerado.

Associando os resultados da análise da pobreza do agregado familiar e do trabalho dos indivíduos no que tange ao efeito da presença de idosos, percebe-se grande disparidade. Enquanto a análise da pobreza indica uma possível, porém frágil, proteção dos lares onde vivem idosos, seria também a presença desses uma causa da redução do trabalho (principal determinante da pobreza). Caso haja consistência em ambas as análises, pode-se afirmar que a presença de idosos no domicílio, especialmente quando são dois ou mais, é um fator que tende a limitar o trabalho, e, conseqüentemente, os rendimentos. Por outro lado, esses também tenderiam a ter o efeito de coibir o cruzamento da linha de pobreza adotada neste estudo, possivelmente devido aos rendimentos advindos da reforma ou de outra política de proteção social.

Todavia, de um modo geral, diferentemente da sua importância na definição da pobreza, os dois quesitos de composição domiciliar possuem importância reduzida na determinação do trabalho. Tanto no que diz respeito às crianças, como aos idosos, é esperado que os resultados médios expressos nos dados tenham de facto grande disparidade entre os sexos, uma vez que, comumente, recai sobre as mulheres as atribuições do cuidado. Contudo, excede o escopo desta investigação a análise desta questão, para além do cuidado das pessoas com deficiência.

5.2.1.4 Localização

Antes de prosseguir com a análise das deficiências e dos fatores associados como determinantes do trabalho, duas variáveis dependentes referentes à localização dos indivíduos e seus domicílios devem ser examinadas: a região do país e a sua posição frente à dicotomia rural-urbano.

Assim como no estudo da pobreza, a Região Sul do país indica ser a mais favorável à possibilidade de se estar a trabalhar, seguida do Centro-Oeste, Sudeste, Norte e Nordeste, por fim. O contraste entre as categorias mais distante (Sul e Nordeste) indica uma possibilidade de trabalho remunerado uma vez maior em relação à outra, devido à variação regional. Novamente, as disparidades regionais indicam consistência no cenário nacional das desigualdades. Por seu turno, ao indicar menor impacto que as diferenças regionais, a desigualdade entre as zonas rurais e urbanas também mostrou consistência. Associados,

ambos os resultados colaboram com a composição de um quadro que evidencia os limites de leituras generalistas da realidade brasileira, por vezes, incontornáveis.

5.2.2 As Deficiências e o Exercício do Trabalho: evidências das (im)possibilidades

A relação entre deficiência e trabalho remunerado disposta nos modelos estatísticos pode vir a expressar diferentes fatores, como restrições na acessibilidade física, desincentivo à procura de trabalho, falta de capacitação técnica dos indivíduos e empregadores, limitações do mercado de trabalho e empresas, dentre outros. Esses, no entanto, tendem a convergir numa conceção ampla de discriminação.

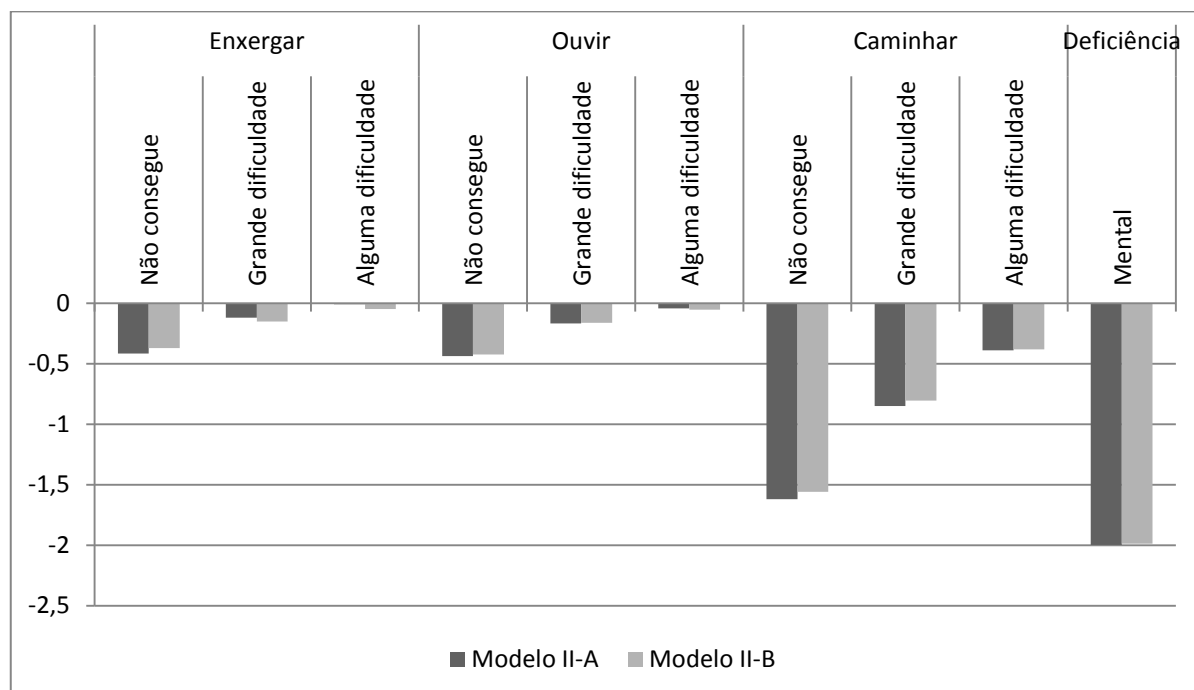
A frequência da ocorrência do trabalho remunerado entre as pessoas com deficiência (Gráfico 3) contribui com a elaboração de uma imagem positiva a respeito do trabalho das pessoas com deficiência, ou seja, na maior parte das categorias, pode-se perceber uma presença relevante do trabalho remunerado, apesar de sempre ser menos frequente que a média populacional. Por si, essa disposição, contesta a imagem das pessoas com deficiência como pessoas que ocupam necessariamente uma situação de dependência. Por outro lado, o cenário indica grande diversidade na participação no trabalho remunerado, que é confirmada na análise dos modelos.

Os resultados do Modelo II-A indicam que, em todas as variáveis de capacidade funcional, quanto mais limitadora a deficiência mais reduzida é a possibilidade de estar a trabalhar. Dentre essas, a que se destina à correlação entre limitações em caminhar/subir escadas e o exercício do trabalho remunerado demonstra ser a mais determinante.

Por sua vez, novamente, a deficiência mental destaca-se como o caso em que a possibilidade é mais cerceada, não somente entre as demais deficiências, como entre todas as variáveis que compõem o modelo, superando em importância outras características pessoais, nomeadamente a educação, idade e sexo. Todavia, como discutido anteriormente,

essa categoria sofre de grande imprecisão no que tange às limitações que deseja captar, sendo uma delas, por definição⁹¹, o trabalho.

Gráfico 5—Coeficientes das deficiências do indivíduo nos modelos II-A e II-B



Dados: IBGE, 2010

Ao compararem-se os resultados dos modelos II-A e II-B (Gráfico 5), é notada pouca variação nos valores dos coeficientes, dadas as alterações nos modelos. Isso indica que o que as variáveis de deficiência estão a imputar na variação da possibilidade de trabalho está pouco relacionado com as variáveis de composição familiar e localização. Por outras palavras, o impacto das deficiências sobre o trabalho guarda grande independência desses fatores.

Assim, ao contrário da tendência à pobreza que acomete as famílias das pessoas com deficiência, que é mais intensa pela sua correlação com uma composição familiar desfavorável (alargada e com mais crianças), a variação nas possibilidades de trabalho

⁹¹ “A deficiência mental é o retardo no desenvolvimento intelectual e é caracterizada pela dificuldade que a pessoa tem em se comunicar com outros, de cuidar de si mesma, de fazer atividades domésticas, de aprender, trabalhar, brincar, etc. Em geral, a deficiência mental ocorre na infância ou até os 18 anos” (IBGE, 2012).

dada alguma deficiência, sofre baixa interferência do contexto indicado pela composição familiar e localização. Elementos esses de importância reduzida, como indicam análises individuais.

Para transpor os coeficientes das deficiências para uma medida do impacto, no estudo da deficiência como determinante das possibilidades de trabalho, novamente, é utilizado um perfil correspondente às características mais frequentes dos indivíduos expressas nos dados, diferenciando-se, desta vez, apenas pelo sexo. O perfil refere-se a um indivíduo branco de 20 a 24 anos que não frequenta a escola e possui o Ensino Médio completo⁹², morador de uma zona urbana no sudeste do Brasil. No seu domicílio não há pessoas com deficiência (o que será analisado posteriormente), idosos ou pessoas com menos de 15 anos. Sob esse perfil foram imputados os impactos estimados para cada categoria de deficiência, sendo os mesmos para homens e mulheres.

⁹² Nível de instrução mais frequente entre as pessoas de 20 a 24 anos.

Tabela 10– Aplicação dos coeficientes de deficiência sobre as probabilidades de trabalho, por sexo

		Feminino		Masculino	
		Prob.	Variação	Prob.	Variação
Perfil Inicial		0,43		0,73	
Enxergar	Não consegue	0,33	-0,23	0,64	-0,12
	Grande				
	dificuldade	0,40	-0,07	0,70	-0,03
	Alguma				
	dificuldade	0,42	-0,01	0,72	-0,00
Ouvir	Não consegue	0,32	-0,24	0,63	-0,13
	Grande				
	dificuldade	0,39	-0,09	0,69	-0,05
	Alguma				
	dificuldade	0,42	-0,02	0,72	-0,01
Caminhar	Não consegue	0,13	-0,70	0,34	-0,53
	Grande				
	dificuldade	0,24	-0,44	0,53	-0,27
	Alguma				
	dificuldade	0,33	-0,22	0,64	-0,12
Deficiência mental		0,09	-0,79	0,26	-0,64

Dados: IBGE, 2010

De facto, o perfil que expressa o perfil modal observado no conjunto de dados em questão, ou seja, aquele elaborado pelas categorias mais frequentes nos dados, é o perfil feminino, uma vez que a maioria dos registos é de mulheres. Antes de uma leitura da aplicação dos perfis, é importante reafirmar que esse exercício tem a variável sexo como fator independente da deficiência, uma vez que foram aplicados aos dois perfis os mesmos coeficientes para cada categoria de deficiência. O propósito da divisão entre os sexos consiste na demonstração do impacto das deficiências em perfis de maior e menor propensão ao trabalho remunerado, que são, entretanto, similares. Além de ser elementarmente importante, a escolha do sexo para a clivagem é estratégica no estudo do

trabalho e pobreza e é central na análise que se segue a esta, que trata da presença de outras pessoas com deficiência no domicílio.

Feitas as considerações necessárias, a primeira leitura deve ressaltar o quanto o sexo é um fator forte de diferenciação, alterando a probabilidade de trabalhar de modo determinante. No que tange ao impacto da deficiência os perfis também se diferenciam notavelmente. O perfil mais alinhado ao não trabalho sofre maior impacto das deficiências, ao passo que o perfil de maior propensão ao trabalho é menos afetado. Isso indica que as deficiências têm mais peso em perfis mais vulneráveis, não necessariamente definidos pelo sexo. Contudo, é importante notar que algumas deficiências conseguiram alterar fortemente a tendência positiva do trabalho do perfil mais favorecido.

Como esperado, é possível constatar grande variação no impacto das diferentes categorias de deficiência. As dificuldades não graves nas limitações do enxergar e ouvir indicam ser pouco determinantes da probabilidade de estar a executar um trabalho remunerado. A limitação total dessas capacidades, por sua vez, implicam em mais intensa redução do trabalho, reduzindo aproximadamente em 24% a probabilidade da ocorrência de atividade remunerada, do perfil mais desfavorecido.

Os resultados das demais categorias de deficiência revelam uma ainda maior limitação ao trabalho. As limitações menos graves no caminhar (ou subir escadas) se aproximam das condições de cegueira e surdez no impacto estimado. Esse impacto é ainda maior com o aumento da limitação. Uma limitação grave na capacidade de caminhar reduz em 44% a probabilidade de trabalho do perfil mais vulnerável, e é suficiente também para eliminar a evidente possibilidade positiva de trabalho inicial do perfil, reduzindo-a de 0,73 para 0,53. Por seu turno, a limitação completa da capacidade de caminhar altera radicalmente a perspectiva inicial de ambos os perfis, ao implicar drástica redução da probabilidade de estar a trabalhar para ambos os perfis. Por fim, a deficiência mental está relacionada com resultados ainda mais baixos, reduzindo de forma determinante a probabilidade de trabalho em ambos os perfis.

Esses resultados indicam que as barreiras de acesso de natureza física podem ser mais determinantes que aquelas de natureza comunicacional, assim como distingue bem as necessidades entre as próprias barreiras físicas, que indicam restringir o acesso mais das

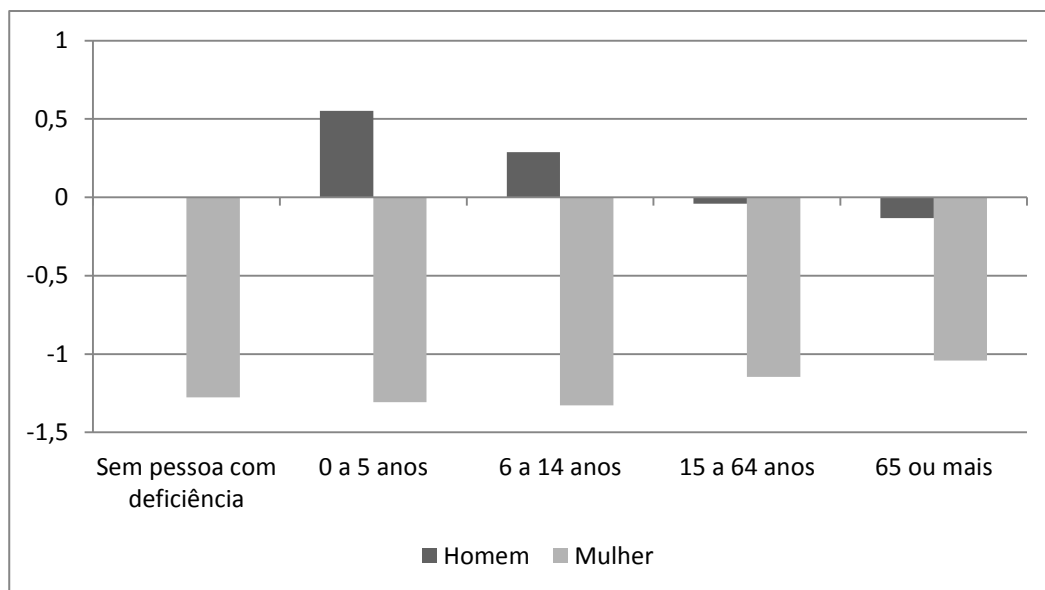
peças com limitações no caminhar do que daquelas com dificuldades de ver, por exemplo. No entanto, essa leitura indica ser frágil e superficial, não dando resposta à questão da deficiência mental. Recomenda-se que para compreender melhor esses mecanismos, investigações acerca das barreiras devem ser realizadas, abordando questões como os custos e as percepções a respeito do tema. Recomenda-se a ênfase nas barreiras de atitude, já que essas indicam ser primordiais para a efetividade das demais limitações (Rust e Metts, 2007).

Ao contrapor os resultados encontrados no exame da pobreza domiciliar com os do trabalho até aqui apresentados, é notada uma disparidade que merece atenção e será confrontada: entre as pessoas em idade ativa, a deficiência mental e, principalmente, as deficiências da visão indicam maior relação com a pobreza. A princípio, essa configuração distancia a pobreza do trabalho da pessoa com deficiência. O cenário fomenta duas hipóteses: a transição da idade escolar à idade ativa não seria, em geral, cercada de problemas no que diz respeito ao acesso ao trabalho⁹³; e o trabalho da pessoa com deficiência seria um elemento secundário para a prevenção da pobreza, quando comparado com o trabalho dos demais habitantes do domicílio. Essas hipóteses não são mutuamente excludentes.

A seguir, a deficiência dos outros membros do domicílio também é analisada como fator relacionado com as restrições do campo do trabalho, com ênfase no sexo da pessoa em idade ativa. Espera-se que essa análise contribua para o entendimento de como os fatores domiciliares e individuais se articulam.

⁹³ O que é questionável dada as significativas restrições ao trabalho remunerado atribuídas à deficiência, a exemplo das limitações em caminhar.

Gráfico 6–Coeficientes do Modelo II-A acerca do impacto da deficiência de outrem sobre o exercício do trabalho, por sexo e idade da pessoa com deficiência com quem habita



Dados: IBGE, 2010

O Gráfico 6 mostra a diferença dos coeficientes que distinguem a variação na possibilidade de estar a exercer trabalho remunerado entre homens e mulheres em idade ativa, incluindo o comportamento dessa diferença quando é registada a presença de pessoas com deficiência de diferentes idades. Assim, a leitura adequada da informação disposta no gráfico consiste na comparação entre homens e mulheres em cada um dos cenários.

A análise dos coeficientes em questão reafirma a forte disparidade entre homens e mulheres na possibilidade de trabalho. O mesmo pode ser observado em casos nos quais é notada a presença de pessoas com deficiência em seus domicílios. Contudo, a disparidade entre os sexos varia conforme a idade da pessoa com deficiência em questão, sendo maior nas idades iniciais e mais reduzida nas idades mais avançadas. Segundo o estimado, essa redução se daria, principalmente, pelo impacto da presença de outra pessoa em idade ativa ou idosos com deficiência nas possibilidades de trabalho dos homens. Em segundo plano, é observado um aumento de menor magnitude na possibilidade de trabalho das mulheres nesses casos, porém, distante de rearranjar a diferença estrutural entre os sexos. Desse modo, a presença de pessoas com deficiência entre os moradores não indica ser uma

vantagem para o trabalho das pessoas em idade ativa com quem coabitam, contudo, esse efeito negativo, ao atingir também os homens, tende a reduzir um pouco a disparidade entre os sexos.

Ao relacionar os resultados relativos ao trabalho com os obtidos acerca da pobreza domiciliar, por ora, pode-se perceber que nos casos em que as possibilidades de trabalho das mulheres são mais afetadas, ou seja, na presença de crianças e jovens com deficiência, são também registados maior propensão à pobreza e gravidade quando ocorre. Esse conjunto de assertivas compõe um quadro no qual o trabalho da mulher pode estar mais relacionado com o risco de pobreza, especialmente ao levar-se em consideração que é mais habitual a monoparentalidade e chefia feminina entre as camadas mais desfavorecidas da sociedade brasileira (Woortmann e Woortmann, 2004).

Por outro lado, a aparente influência positiva na possibilidade de trabalhar das mulheres com a presença de outra pessoa em idade ativa ou idoso com deficiência pode ser decorrente da necessidade de compensar de algum modo as restrições enfrentadas por essas pessoas, frente às desvantagens sociais das deficiências. Nesses casos, o trabalho feminino seria mais necessário e frequente. Consequentemente, isso poderia vir a afetar a desigualdade entre os sexos, reduzindo-a. No entanto, as possíveis explicações, tanto para o aumento da desigualdade entre os sexos na presença de crianças com deficiência, quanto na sua redução, são apenas reflexões de âmbito especulativo, uma vez que os dados não permitem afirmações mais assertivas sobre a questão.

Por ora, a papel da deficiência nas análises do trabalho e da pobreza não pode ser tido como homogêneo, revelando aparente incongruência. A presença de pessoas em idade ativa com deficiência não é um fator associado a grande risco de pobreza, mesmo sendo de responsabilidade das pessoas nesse grupo etário a manutenção da maior parte dos domicílios. Seria esperado então que o acesso ao trabalho não fosse interpelado pela presença de deficiência, o que se mostrou uma tendência correta para algumas categorias e completamente contrária em outras, como as limitações na capacidade de caminhar. Deficiências essas que indicam baixa significância no que diz respeito à sua relação com a pobreza domiciliar⁹⁴, porém muito relevantes como fatores de redução das possibilidades

⁹⁴ O que não indica necessariamente baixa importância, mas desconhecida importância.

de trabalho para quem as possui. Isto é, as deficiências que mais restringem o trabalho não indicam serem as mais significativas para a determinação da pobreza.

Frente a essa questão, é possível avançar duas hipóteses. A primeira postula que a transição da idade escolar à idade ativa não é necessariamente problemática para as pessoas com deficiência, no que diz respeito ao acesso ao trabalho. Esse tema será discutido a seguir, quando é investigado o valor da educação para as pessoas com deficiência, como determinante do trabalho.

A segunda hipótese questiona a importância do trabalho da pessoa com deficiência face à ideia de pobreza adotada, ao postular que, o trabalho da pessoa com deficiência é menos efetivo na proteção à pobreza, sendo assim, secundário. O que distanciaria a importância do trabalho do risco de pobreza. O estudo dessa proposição encontra-se mais adiante, e baseia-se principalmente em descrições para qualificar o trabalho das pessoas com deficiência. Na análise dessas duas hipóteses e das informações relevantes, acresce a discussão sobre autonomia pessoal, atenção familiar e trabalho.

5.2.2.1 O Poder da Educação: um determinante do trabalho da pessoa com deficiência

Na relação entre pobreza e deficiência, o papel da educação precisa ser melhor estudado. Além de ser uma esfera da participação social, por excelência, dos mais novos, a escola é responsável pela aquisição de conhecimentos e competências em níveis e áreas que capacitam os indivíduos ao exercício profissional, por outros termos, a educação é o principal meio de promoção do capital humano. Alguma efetividade dessa afirmação é constatada nos resultados estatísticos já apresentados. Segundo esses, todo nível de instrução concluído está positivamente relacionado com a possibilidade de estar a exercer uma atividade remunerada.

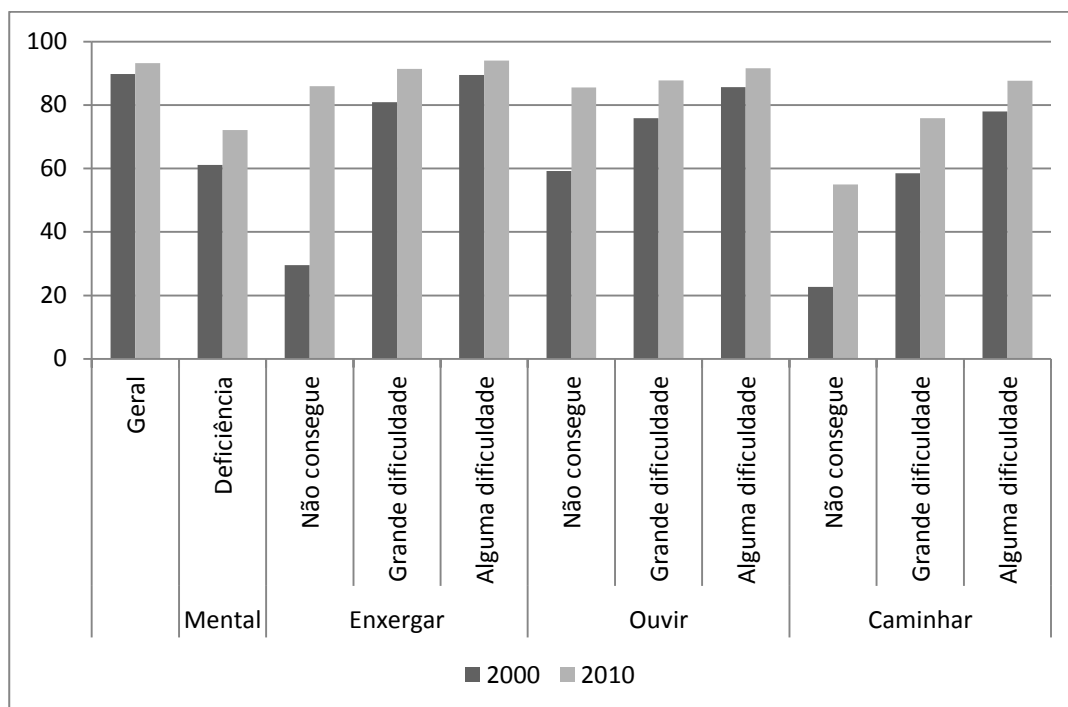
A análise de dados da educação para uma determinada população requer algum tipo de cuidado. Neste caso, não se deve desconsiderar as mudanças ocorridas na educação num período de 50 anos, período que corresponde à amplitude da idade ativa.

A associação dos dados da educação com os da deficiência sofre de uma limitação relevante para a análise. A maior parte das pessoas com deficiência em idade ativa não tinham deficiência durante a idade escolar. Devido a grande possibilidade de erro, para a população em idade ativa, não haverá análise de como as pessoas com deficiência têm potencial educacional reduzido. Essa investigação é desenvolvida somente para as crianças e jovens, no que diz respeito ao atendimento escolar. Sequencialmente, é realizada a análise central que designa como as deficiências interagem com o potencial da educação enquanto elemento que promove a possibilidade de trabalhar.

Um estudo referenciado no Censo Demográfico Brasileiro de 2000 (França e Rios-Neto, 2012) que examinou a relação causal entre as deficiências e a educação primária constatou forte relação entre as deficiências e o constrangimento de oportunidades educacionais. Contudo, as restrições associadas às deficiências decrescem com o avanço nos anos de estudo alcançados, sendo as maiores barreiras a entrada no sistema educacional e a conclusão do primeiro ano do ensino formal com sucesso. O impacto da deficiência reduz-se com o avanço na carreira escolar. Por fim, a transição do Ensino Fundamental para o Ensino Médio tem maior probabilidade de ser realizada com sucesso por uma pessoa com deficiência que imputa grande limitação, se comparado com alguém sem deficiência alguma.

Face a esse resultado, recomenda-se que as políticas e iniciativas destinadas às crianças e adolescentes com deficiência se concentrem na garantia da entrada e permanência nas instituições de ensino, pois ter uma pessoa com deficiência nas escolas é o primeiro passo.

Gráfico 7– Taxa de atendimento escolar por deficiência, para os anos 2000 e 2010



Dados: IBGE, 2000; IBGE, 2010

Ao comparar-se 2000 com 2010⁹⁵, pode-se dizer que houve um grande avanço no atendimento escolar das pessoas com deficiência, especialmente das categorias que sofrem maior restrição do acesso ao ensino em 2000, a saber, os cegos, surdos e aqueles que não podem ou têm grande dificuldade em caminhar. Por outro lado, ainda é percebido que a universalização do acesso ao ensino não é garantida.

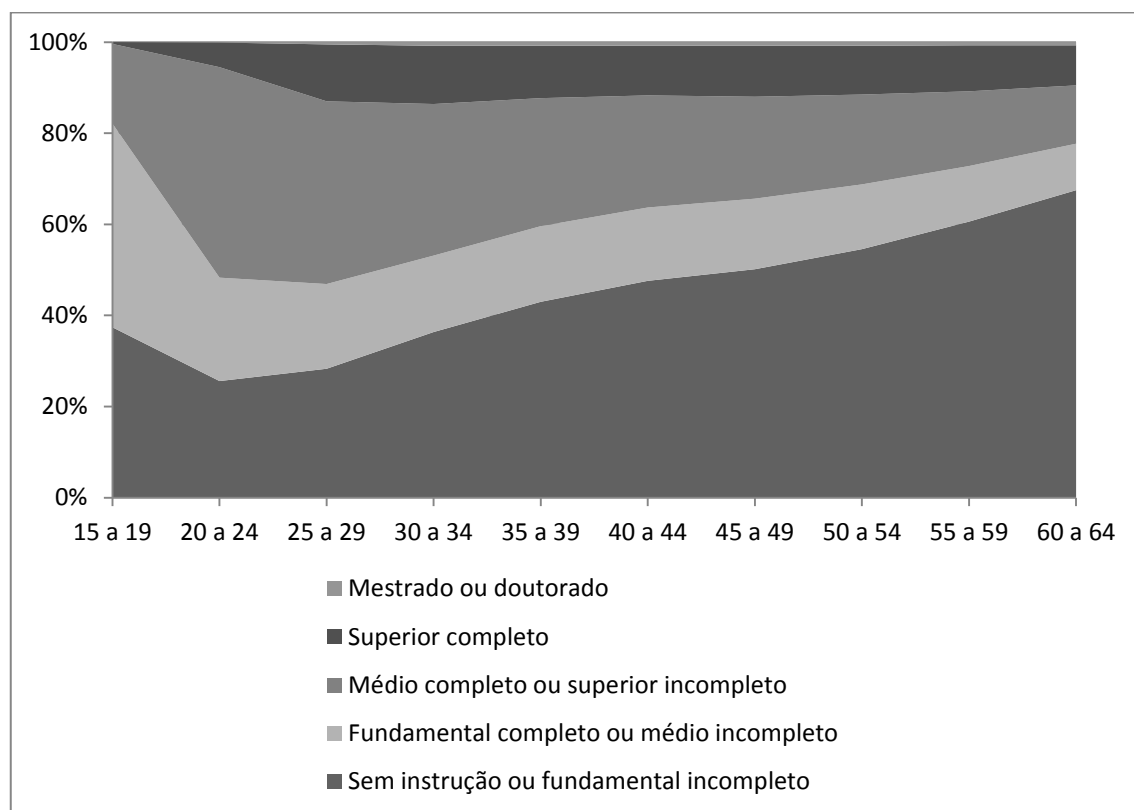
De entre as deficiências que encontram as maiores barreiras no acesso à educação estão as limitações no caminhar e a deficiência mental. Essas duas também figuram como as mais importantes e significativas para a ocorrência da pobreza familiar, quando presentes na vida das crianças em idade pré-escolar. Sendo a deficiência mental também significativa e de forte impacto estimado quando presente em crianças e jovens de 6 a 14 anos. Nesse sentido, o acesso à educação numa instituição de ensino indica ser um fator relacionado com o risco de pobreza familiar em potencial.

⁹⁵ Em virtude de mudanças no sistema de ensino, a amplitude das idades estudadas foi alterada dos 7 aos 17 em 2000, para os 6 aos 17 em 2010. O que tende a uma sutil redução relativa dos parâmetros de 2010.

Além disso, segundo os dados, tais deficiências são as que têm as possibilidades de trabalho mais reduzidas. De modo geral, a combinação desses resultados indica que as barreiras no acesso à educação e trabalho podem estar relacionadas, principalmente nas limitações ao caminhar. Não obstante quão diversas são as condições que limitam o caminhar, pode-se afirmar que as barreiras arquitetônicas e de transporte podem vir a reduzir o potencial de atividade de todas elas, sendo um possível ponto de convergência entre a limitação à educação e ao trabalho.

O panorama do atendimento escolar foi positivo entre os anos 2000 e 2010, no entanto, não se pode transpor esse resultado diretamente para a população em idade ativa, que possui em sua composição pessoas dos 15 aos 64 anos. Ou seja, indivíduos sujeitos a cenários muito distintos no que diz respeito à educação (Gráfico 8), marcados principalmente pela redução do peso de indivíduos sem o Ensino Fundamental completo e aumento da conclusão do Ensino Médio.

Gráfico 8–Nível de instrução por faixa etária em 2010



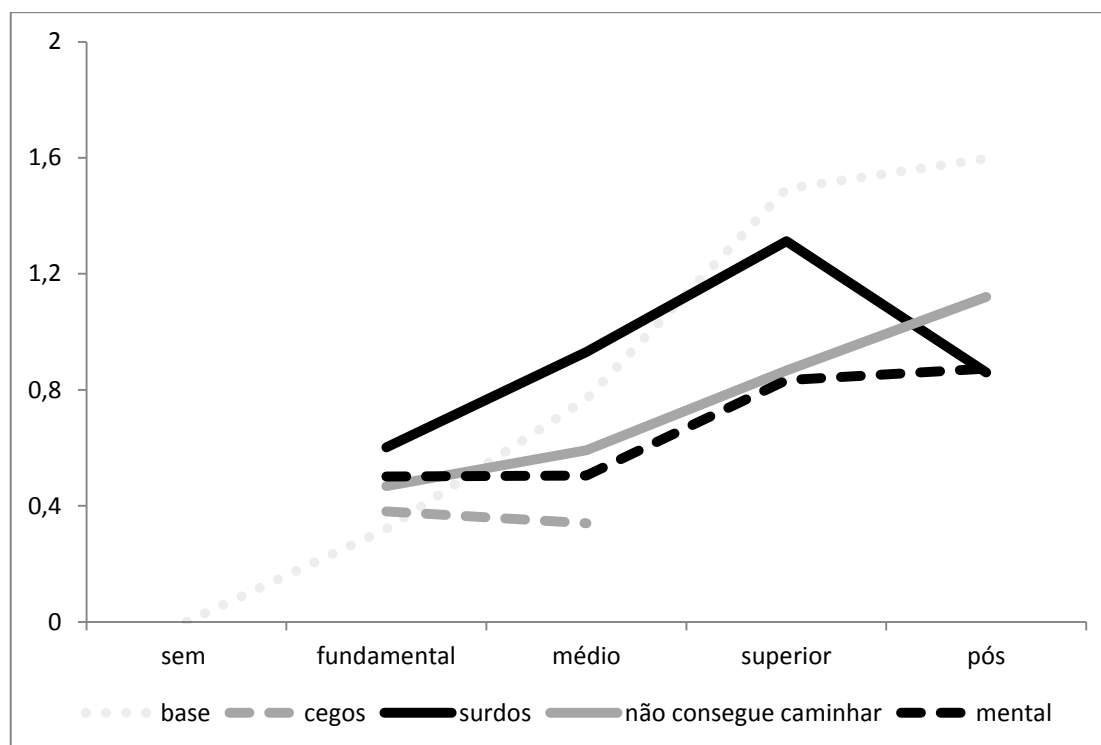
Dados: IBGE, 2010

As mudanças ocorridas na educação que resultaram numa grande variação dos níveis de instrução obtidos pelos indivíduos desaconselham medidas agregadas para toda a população em idade ativa, que desconsiderem a variação por idade. Para a população com deficiência, essa medida sofre de, pelo menos, dois efeitos consideráveis: as variações advindas das distintas deficiências; a grande possibilidade de falha ao atribuir à deficiência uma variação da educação não relacionada com ela, uma vez que uma parte relevante das pessoas com deficiência as adquiriu depois do fim da idade escolar.

Por outro lado, é razoável atribuir à deficiência um impacto significativo sobre a educação e a sua capacidade de alterar a possibilidade dos indivíduos exercerem um trabalho remunerado. Mesmo que a educação não tenha sido afetada pela deficiência adquirida após a saída do sistema educacional, ela pode ter uma importância diferenciada para as pessoas com deficiência. Isso pode ser investigado, a reconhecer a relação entre deficiência e educação, considerando-as correlacionadas e não independentes. Este exame busca perceber o valor específico que a educação possui na determinação do trabalho para cada categoria de deficiência, por meio da interação entre os elementos num arranjo causal. Os resultados analisados⁹⁶ versam sobre a deficiência mental, a cegueira, a surdez e não conseguir caminhar.

⁹⁶ Os demais resultados podem ser consultados nos coeficientes estimados pelo Modelo II-C (Anexo I).

Gráfico 9– Coeficientes da interação entre deficiência e nível de instrução do Modelo II-C



Dados: IBGE, 2010

O Gráfico 9 dispõe os valores dos coeficientes significativos da categoria do nível de instrução e as interações entre esses e as categorias de deficiência. Sua leitura adequada consiste em atribuir aos valores base dos níveis de instrução aos indivíduos sem deficiência declarada. Já, os demais valores expressos para as pessoas com deficiência devem ser adicionados ao valor base.

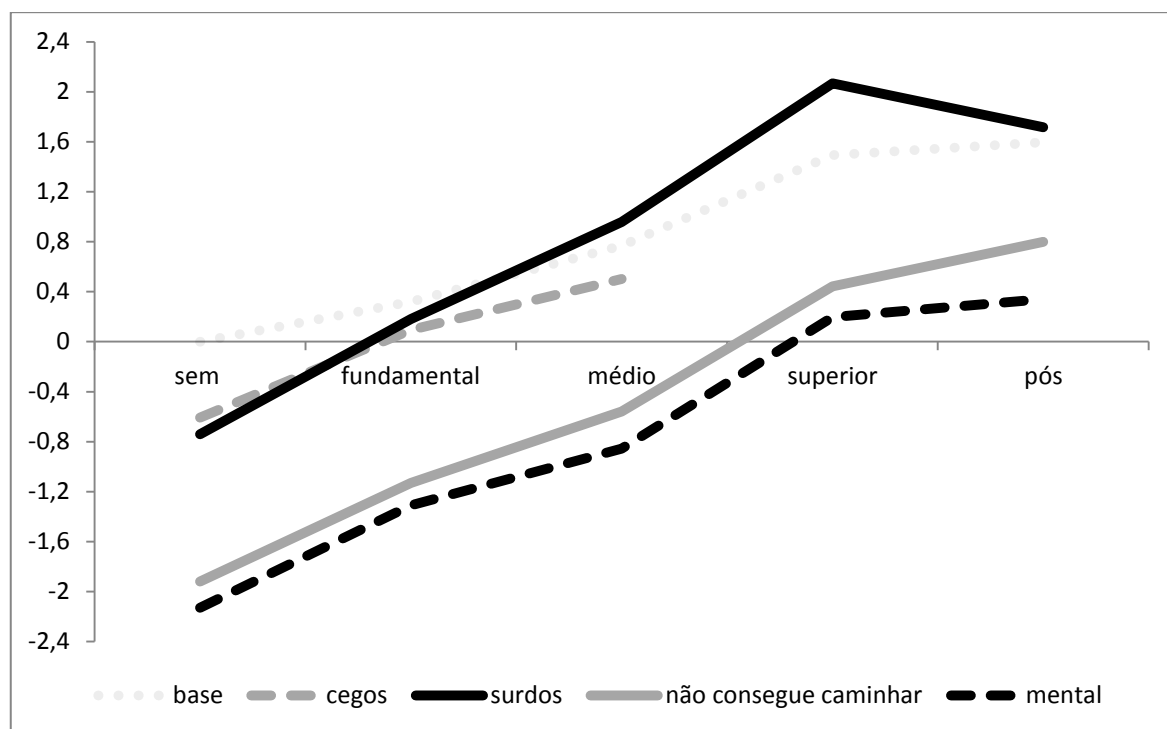
Os valores sempre positivos das integrações significativas estimam que o impacto da educação sobre a possibilidade de estar a exercer um trabalho remunerado é potencializado nas pessoas com deficiência. Ou seja, o retorno do nível de educação alcançado para essas pessoas é superior, no que implica a probabilidade de ter um trabalho. Ainda que não seja possível comparar os custos e retornos diversos, sob a ótica do capital humano, as deficiências demandam um custo de formação mais elevado, no entanto, seu retorno também é maior, no que diz respeito a possibilidade de estar a trabalhar.

Por outro lado, esse facto possibilita uma leitura menos otimista. A potencialização do impacto da educação nas pessoas com deficiência pode estar a indicar a sua dependência de uma educação mais elevada para ter acesso ao trabalho. Outra leitura possível reside na limitação do mercado de trabalho às atividades habitualmente destinadas às pessoas com deficiência. Seriam os trabalhos que exigem pouca ou nenhuma escolaridade menos destinados às pessoas com deficiência, o que aumentaria o contraste entre os escolarizados e não escolarizados. Contudo, independentemente da leitura que for mais próxima à realidade, não se altera o facto do impacto estimado da educação ser superior para as pessoas com deficiência.

A importância e impacto diferenciados da educação para as pessoas com deficiência não é constante entre as diversas categorias. As das limitações funcionais, por seu turno, indicam sofrer de tendência oposta, tendo o impacto da educação reduzido. Somente as deficiências mais limitadoras teriam a implicação da educação ampliada sobre a possibilidade de trabalhar. Além disso, mesmo quando positivos, os parâmetros da interação não são homogêneos. Entre os cegos, o ganho extra com o Ensino Superior não é constatado⁹⁷. Já, para as demais deficiências a potencialização da educação é mais flagrante, com destaque à surdez, por ter um impacto do Ensino Médio acima do dobro estimado para as pessoas sem deficiência. Esse panorama positivo não inclui o impacto negativo relativo às deficiências, que é incorporado na análise a seguir.

⁹⁷ Isso significa que não é afirmado ou descreditado pelo modelo. Esse resultado inconclusivo pode ser decorrente de um baixo número de casos de cegos com Ensino Superior.

Gráfico 10– Associação dos coeficientes da deficiência, da instrução e da interação entre ambas do Modelo II-C



Dados: IBGE, 2010

O Gráfico 10 ilustra o contraste de ter níveis de estudos concluídos e ser deficiente num cenário de constância das demais variáveis do Modelo II-C. A informação disposta no gráfico compara distintos arranjos de deficiência e escolaridade com não ter deficiência e não ter o Ensino Fundamental concluído, condição referida graficamente pelo valor zero. Assim, as combinações que cruzam o valor zero, estando acima dele, possuem maior possibilidade de estar a exercer trabalho remunerado que aqueles que não têm deficiência nem estudos concluídos, que já não seria por si um perfil favorável ao trabalho.

A conversão da educação em possibilidade de trabalhar é maior para as pessoas com deficiências de grande limitação. Quando acrescido o impacto relacionado com a deficiência, novamente, é percebida a distinção entre as deficiências. As pessoas cegas e, principalmente, as pessoas surdas conseguem com o Ensino Fundamental completo obter uma probabilidade de trabalhar relativa superior a quem não possui nenhuma educação formal concluída. Contudo, nesse ponto, suas possibilidades ainda são inferiores aos indivíduos sem deficiência, o que é verificado também no Ensino Médio para os cegos. A

importância potencializada da educação dos surdos revela uma possibilidade de exercer trabalho remunerado superior aos indivíduos sem deficiência com o mesmo nível educacional, a partir da conclusão do Ensino Médio.

Por sua vez, as condições que limitam completamente o caminhar e a deficiência mental obtiveram resultados de grande desvantagem, mesmo com o efeito extra da educação. Para esses casos, a possibilidade estimada de estar a exercer um trabalho remunerado é inferior a das pessoas sem deficiência e nenhum nível de instrução formal concluído em todos os níveis de instrução, exceto quando as pessoas com tais deficiências possuem curso superior, mestrado ou doutorado.

Ao utilizar as combinações entre deficiências e níveis educacionais, pode-se verificar quantas pessoas com deficiência contempladas pelas categorias analisadas tem a propensão ao trabalho superior às pessoas sem deficiência e sem estudos concluídos. De entre os cegos em idade ativa, 61.5% possuem ao menos o Ensino Fundamental completo. O mesmo critério aplicado aos surdos abarca aproximadamente 40% desses. Nessas proporções, a possibilidade de estar a trabalhar é superior ao grupo de referência (sem estudos ou deficiência), quando as demais características se mantêm iguais. Já, ao se tratar das condições que impedem o caminhar e a deficiência mental, o cenário é muito mais restrito, abarcando somente 6% e 1.9% desses grupos.

Desse modo, a maior importância da educação evidenciada para as pessoas com deficiência encontra uma barreira na própria quantidade de pessoas com deficiência que possuem alto nível de instrução, suficiente para tornar as possibilidades de trabalho positivas, mesmo quando comparadas às pessoas que não possuem educação formal concluída em nível algum. Todavia, a expansão recente da inserção escolar das pessoas com deficiência, com efeito às condições de maior restrição sobre as quais esta análise se concentra, pode vir a compor um painel otimista para os anos vindouros quanto à redução da desigualdade do acesso ao trabalho atribuído às deficiências.

Retomando o propósito inicial desta seção, avaliar as possibilidades da educação como vantagem para o trabalho das pessoas com deficiência, percebe-se que há grande diversidade no arranjo entre os fatores. A hipótese investigada que consiste na afirmação de que as pessoas em idade ativa com deficiência não tendem a sofrer grandes

constrangimentos ao transpor a educação em possibilidades de estar a trabalhar demonstrou-se parcialmente verdadeira.

A educação das pessoas com deficiências mais limitadoras seria um fator mais determinante para se conseguir um trabalho, aumentando as vantagens de possuí-la de modo relativo, ou seja, ampliando o seu impacto, ao passo que aumenta o contraste entre as pessoas com deficiência com e sem educação formal. No entanto, dois fatores coíbem a efetivação do potencial extra da educação estimado para as pessoas com deficiência: a marcante desvantagem inicial da propensão ao trabalho associada à deficiência; o reduzido número de pessoas com deficiência com níveis educacionais suficientes para se beneficiar de seus efeitos sobre a possibilidade de estar a exercer um trabalho remunerado. Esses fatores são mais presentes em algumas condições (deficiência mental e impossibilidade de caminhar) que outras (cegueira e surdez).

Relacionando os resultados da educação com o impacto das deficiências sobre o trabalho, anteriormente debatido, é notado que as condições associadas à baixa participação no mercado de trabalho, ou seja, de maior impacto negativo sobre esse, são tão determinantes sobre as possibilidades de se trabalhar (e educar-se) que pouco conseguem efetivar o potencial extra educacional.

Por outro lado, as pessoas com deficiências de menor impacto sobre o trabalho conseguem efetivar esse potencial da educação, especialmente, os surdos. Esses têm a possibilidade de se trabalhar superior às pessoas sem deficiência a partir da conclusão do Ensino Médio. Contudo, a expressão desse ganho é restringida pelo nível educacional dessa população, na qual aproximadamente 38.5% não tem o Ensino Fundamental concluído⁹⁸.

Assim, no âmbito do acesso ao trabalho remunerado, a educação demonstra ser um fator determinante para as pessoas com deficiência. Em potencial, a educação tenderia a ter mais poder de diferenciação entre as pessoas com mais limitações funcionais. Isso indica uma dependência dessas pessoas da educação, reduzindo as possibilidades de quem não tem estudos. Concomitantemente, esse resultado situa a educação como um elemento que

⁹⁸ Os surdos compõem o grupo de pessoas com deficiência com maior propensão ao atraso escolar (França e Rios-Neto, 2012), o que é, em parte, explicado pela aprendizagem diferenciada da língua portuguesa. Assim, a conclusão dos estudos pode também prolongar-se por mais tempo nas idades ativas, o que pode ter impacto na escolaridade dos surdos nesse grupo etário.

viabiliza o trabalho, cujo potencial para alterar as possibilidades das pessoas com deficiência indica ser efetivo, porém mais facilmente observável nuns grupos que noutros.

Dessa forma, o investimento em educação das pessoas com deficiência pode não ser uma resposta exata para a sua inclusão no mundo do trabalho e prevenção/superação da pobreza, contudo, há razões robustas para crer que o investimento em capital humano é uma parte fundamental da resposta.

Além do seu efeito individual relativo ao trabalho, a inserção no sistema educacional das pessoas com deficiência antes da idade ativa favoreceria a mitigação do risco de pobreza familiar. Essa inferência é apoiada pela justaposição entre condições mais associadas à pobreza familiar e de maior atendimento escolar. Portanto, tal inserção possui implicações tanto para a família, como para os indivíduos. Mas, para esses, para efeito positivo a longo prazo e na transição para a vida adulta, a progressão na carreira escolar é mais importante que a simples inserção em instituições de ensino.

Nesse sentido, o papel das instituições, em especial do Estado, pode ser fundamental. Visto que a deficiência manifesta na infância possui forte correlação com a pobreza, e que o custo do investimento na formação das pessoas com deficiência é mais elevado e menos efetivo (o poder da família em determinar o atendimento escolar é baixo), sobra ao poder público intervir a viabilizar a educação. É sabido também que os recursos escolares são mais determinantes do sucesso escolar para aqueles cujo contexto familiar é desfavorecido (Coleman, 1966). Somando isto, a importância do investimento público em educação para as pessoas com deficiência torna-se mais evidente.

Outro aspeto já evidenciado é a importância da inserção/participação social das pessoas com deficiência em instituições de ensino, para o alargamento das possibilidades laborais da família, e promoção da qualidade de vida, dada a redução da obrigação familiar de cuidado contínuo. A redução dessa obrigação significa ampliação dos recursos familiares, frente ao risco de pobreza.

Até este ponto, o trabalho tem sido tratado apenas pela sua ocorrência, desconsiderando a qualidade. Os elementos qualificadores do trabalho, no entanto, podem ser determinantes para indicar se esse tende a impactar na pobreza, ou se possui relevância secundária. A seguir, essa questão é investigada, incluindo novamente a importância da educação na sua

relação com o tipo de trabalho exercido. A próxima secção investiga o trabalho da pessoa com deficiência, a fim de caracterizá-lo, segundo a sua natureza, qualificação e remuneração.

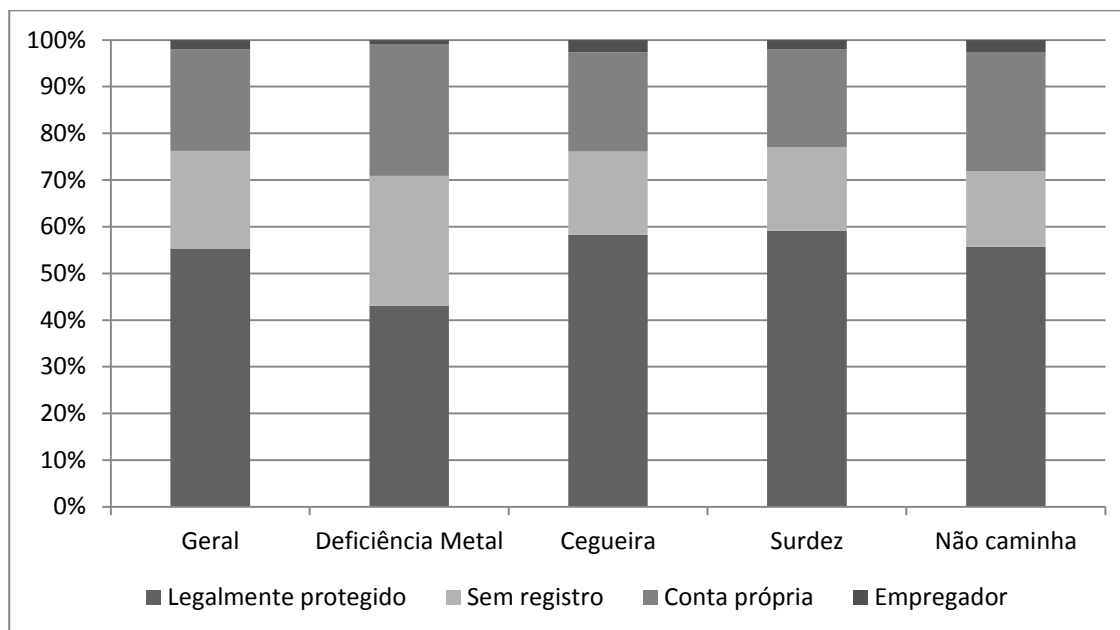
5.2.3 O Perfil dos Trabalhadores com Deficiências

A ocorrência do trabalho na população com deficiência demonstrou variar fortemente segundo as diferentes condições registadas nos dados. O exame da educação também retrata essa diversidade. No entanto, somente com essa informação, pouco pode ser inferido a respeito da qualidade da inserção laboral da pessoa com deficiência, no que diz respeito ao trabalho desempenhado, adequação ao nível educacional, remuneração, etc.

Esta secção dedica-se ao estudo do perfil dos trabalhadores com deficiência, com ênfase naqueles com total restrição nas capacidades funcionais, ou seja, a cegueira, a surdez, as condições que impedem o caminhar, além da deficiência mental. A análise do perfil dos trabalhadores com deficiência compreende somente questões relativas às suas realidades laborais, a partir de tendências apresentadas nos dados segundo as distintas categorias de deficiência. Os quesitos analisados correspondem à natureza no vínculo profissional, com ênfase na divisão entre trabalho legalmente protegido e desprotegido. Para qualificar o trabalho protegido utilizam-se os dados da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS). Em seguida, através dos dados do censo, é realizada uma comparação entre o trabalho protegido e desprotegido, com ênfase na escolaridade, tipo de ocupação e remuneração, a fim de contemplar a realidade diversa dos trabalhadores com deficiência.

O primeiro elemento a ser investigado na inserção dos trabalhadores com deficiência diz respeito ao tipo de vínculo laboral estabelecido. Indicador essencial da precariedade laboral, o tipo de vínculo é essencial para entender o nível de segurança do trabalhador.

Gráfico 11–Vínculo trabalhista por tipo de deficiência



Dados: IBGE, 2010

O Gráfico 11 mostra o perfil dos trabalhadores por tipo de deficiência em relação ao vínculo laboral. Quatro tipos de vínculos são apresentados: empregador, trabalho autónomo (“por conta própria”), sem registo profissional, legalmente protegido (que congrega os empregados legalmente registados, os funcionários públicos e os militares). Dentre esses tipos, o autónomo e o sem registo tendem a ser mais vulneráveis, sendo o segundo caso, uma situação ilegal. Tal irregularidade desobriga o empregador do cumprimento das leis trabalhistas que regulam a jornada de trabalho, salários, férias e outros direitos.

A distribuição dos trabalhadores em idade ativa pelas categorias indica por si só um perfil de grande fragilidade, dado que aproximadamente 20% são informalmente empregados. Ao compararem-se os distintos grupos marcados pela deficiência, percebe-se que, para a maior parte deles, o perfil do trabalho não se desvia do observado para a população geral, havendo em alguns casos maior proteção laboral, como subtilmente observado entre os surdos e cegos. Contudo, as pessoas em idade ativa com deficiência mental declarada, além de possuírem a mais baixa participação laboral (17% exercem trabalho remunerado),

estão inseridas em vínculos laborais mais frágeis, sendo 56% desses trabalhadores autônomos ou sem registo, aproximadamente 28% em cada categoria.

No que diz respeito aos vínculos protegidos nos grupos populacionais estudados, de 89% a 92% desses são empregados com “carteira assinada”, ou seja, protegidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Por sua vez, o funcionalismo público abarca de 7% a 10% dos casos, e os militares são próximos a 1%. A CLT possui grande importância para a classe trabalhadora. Exercer uma atividade sob essa proteção legal salvaguarda o direito às férias e outras ausências remuneradas, como a licença de maternidade, afastamento por motivo de saúde, entre outras garantias. Além disso, está associado ao reconhecimento da cidadania do trabalhador. Esta particularidade pode colaborar com a configuração de um “bom emprego”, aquele que é socialmente valorizado e tido como ideal (Abberley, 1999).

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego, que se destina ao registo das admissões e dispensas de empregados sob o regime da CLT, em associação com as informações sobre os demais trabalhadores formais, compõem os resultados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). A RAIS possibilita uma visão ampla do desenvolvimento do emprego formal no país, numa série anual. Um dos temas abarcados pela RAIS é a situação do emprego formal das pessoas com deficiência, além das diferenças regionais, de cor/raça e de gênero.

5.2.3.1 Perfil dos Empregados na RAIS: uma leitura do balanço do mercado de trabalho formal

Os resultados da RAIS referente ao ano de 2010 (MTE, 2011) indicam que foram gerados 2,861 milhões de empregos formais, num crescimento de 6.94% em relação ao ano anterior. Em termos absolutos, as regiões sudeste e sul obtiveram maior acréscimo de postos de trabalho, ao passo que, em termos relativos, os maiores ganhos em comparação ao ano de 2009 foram registados em estados do norte e nordeste⁹⁹.

⁹⁹ Em ordem decrescente: Acre, Maranhão Amazonas e Rondônia. Esses obtiveram acréscimo anual superior a 12%.

Do total de vínculos formais ativos no fim do ano de 2010 (44,1 milhões) apenas 0,7% foram referenciados pelos empregadores como associados a pessoas com deficiência. Os ganhos do ano de 2010 representam um acréscimo de 6% de vínculos, ou seja, abaixo do crescimento do emprego formal total. Dividindo as pessoas com deficiência em seis categorias distintas do registo censitário (física, visual, auditiva, mental, múltiplas e reabilitada), a RAIS indica grande diversidade no campo do trabalho formal das pessoas com deficiência, tanto no que tange às diferentes categorias, como à distinção entre os sexos das pessoas com deficiência empregadas.

O primeiro aspeto abordado pelo relatório consiste na distribuição dos empregos pelas distintas categorias de deficiência.

Do total de trabalhadores com deficiência em 2010, verifica-se a predominância dos classificados com deficiência física (54,47%), seguida dos auditivos (22,49%), visuais (5,79%), mentais (5,10%) e deficiências múltiplas (1,26%). Na situação de empregados reabilitados foram declarados 10,90% do total das pessoas com deficiência. (MTE, 2011)

A princípio, esse resultado contrasta com os dados do censo. Segundo as análises realizadas, a deficiência mental e as deficiências do caminhar são menos vinculadas ao trabalho remunerado, enquanto os dados advindos dos empregadores indicam que a maior parte dos empregos formais das pessoas com deficiência é ocupada por alguém com deficiência física. Isso seria coerente somente se a maior parte das pessoas com deficiência tivesse uma deficiência física, o que não se verifica.

Assim, a hipótese mais segura consiste em admitir que as categorias do Ministério do Trabalho registadas na RAIS não têm correspondência com as categorias censitárias do ano 2010. Deve-se distinguir as pessoas com deficiências empregadas declaradas por seus empregadores, das pessoas com deficiência autodeclaradas (ou declaradas por aqueles com quem coabitam) que, em idade ativa, na sua maioria, não exercem atividade remunerada. Contudo, isso não invalida análises dos dados da RAIS (ou do censo), naquilo que se propõem.

Ainda sobre a diversidade do emprego formal segundo as distintas deficiências, é reafirmada a exclusão das pessoas com deficiência e múltiplas deficiências que ocupam a menor participação no universo das pessoas com deficiência nessa situação perante o

trabalho. Um elemento importante constatado nos dados é o saldo negativo de emprego dos declarados como reabilitados, ou seja, houve mais demissões que contratações daqueles que se tornaram pessoas com deficiência após o ingresso no emprego. A deficiência, portanto, possui duas tendências. Uma positiva com o aumento de indivíduos empregados em 2010, e outra negativa com as demissões das pessoas que adquiriram deficiência.

Outro fator fortemente associado às demissões de pessoas com deficiência é a baixa escolaridade. O saldo é negativo para todos os níveis de instrução inferiores ao Ensino Médio incompleto. Resultados anteriores (dispostos nos gráficos 8 e 9) indicam a importância da educação conseguir um emprego, que é superior ao restante da população. De modo complementar, para o emprego formal, nos dados da RAIS, a dependência da educação é reforçada, ao indicar que essa é também necessária para a estabilidade profissional.

No que diz respeito à distribuição por sexo, a maior parte das pessoas com deficiência empregadas formalmente é do sexo masculino (65,4%). Ao desagregar essa informação, percebe-se uma maior participação masculina em todas as categorias, e quanto mais restrita a participação das categorias no mercado de trabalho formal, maior a desigualdade entre os sexos. Em seus extremos: das pessoas com deficiência física registradas, 64,3% eram homens, enquanto o percentual entre as pessoas com deficiência mental é 71,9%. O mesmo relatório indica que a participação masculina na população de empregados formais em 2010 total, ou seja, sem qualquer outra distinção, era de 58,4%. Dessa maneira, no âmbito da RAIS, a desigualdade entre os sexos, no que diz respeito à participação no mercado de trabalho é maior entre as pessoas com deficiência, e mais intensificada nas deficiências de baixa participação no mercado.

Nesse sentido, esses resultados alertam para a importância do papel do gênero da pessoa com deficiência, ao indicar que, em situação de desvantagem na participação laboral, as desigualdades de gênero podem ser ainda agravadas, consolidando uma sobreposição das desvantagens num arranjo de exclusão. As mulheres somam ao menos duas importantes tendências em relação ao trabalho e deficiência: quando são elas as pessoas com deficiência, estão em menor proporção no mercado de trabalho; quando convivem com uma criança ou adolescente com deficiência, têm as suas possibilidades de trabalho ainda mais reduzidas, em comparação com os homens. Por outro lado, uma perspectiva positiva

em relação à igualdade de gênero é a redução da disparidade entre homens e mulheres na participação do mercado no trabalho observada em cada ano nos dados da RAIS, nos resultados da população total.

Sobre a remuneração, os dados indicam que as pessoas com deficiência recebem um salário superior à média geral dos trabalhadores formais. Isso ocorre em todos os níveis de formação, com exceção daqueles que não tem escolaridade alguma. Não é sobre todas as deficiências que essa característica é observada. Ao desagregar os resultados por categorias de deficiência, as pessoas com deficiência mental e múltipla recebem uma remuneração média inferior à geral. Este diferencial salarial colabora com a hipótese que o trabalho formal das pessoas com deficiência, com as devidas exceções, pode vir a caracterizar uma inserção qualificada suficiente para romper com as dinâmicas do preconceito, como prevê Armer (2004), tanto pela sua remuneração, quanto pela formalidade.

Novamente, porém, a desagregação dos dados sobre as pessoas com deficiência inseridas no mercado de trabalho formal, regulado e protegido por lei, ilustra que a realidade das pessoas com deficiência varia imensamente entre as diversas condições, e, mesmo num panorama geral positivo, grandes desigualdades podem ser observadas.

A maior contribuição dos dados da RAIS sobre as pessoas com deficiência empregadas em 2010 refere-se à educação. Além das demissões maiores entre as pessoas de menor instrução, 55% dos empregados formais pela RAIS tinham pelo menos o Ensino Médio completo. Esse valor sobe para 62.4% ao considerar-se todos os empregados registados no ano. Isso indica que o emprego formal está fortemente associado à educação, o que não é diferente para a população com deficiência.

A lei de cotas, um fator que potencializa a possibilidade da pessoa com deficiência encontrarem um emprego formal, dispõe que, quanto maior a empresa, maior deve ser o percentual de funcionários com deficiência. Esse mecanismo cria uma reserva de vagas que tende a requerer profissionais mais escolarizados e melhor remunerados, dado o perfil do trabalho exercido em empresas com mais de mil funcionários, principais responsáveis pela reserva de vagas no mercado de trabalho. Uma estimativa referenciada ao ano 2000 (FEBRABAN, 2006) indica que 49,1% dessas reservas (518 mil postos de trabalho)

permaneciam não preenchidas, sendo a maior parte (59,8%) em empresas com mais de mil empregados.

Desse modo, constata-se a educação como essencial para o entendimento da empregabilidade. Além de ter uma importância superior como estimado estatisticamente, é especialmente importante para o alcance de um emprego formal, potencialmente qualificado, o que pode colaborar para se explicar os resultados da RAIS que indicam uma remuneração superior para as pessoas com deficiência. E, decorrente desse facto, espera-se que haja maior proteção contra a pobreza.

Por outro lado, não se pode ignorar que mesmos os poucos escolarizados e empregados com deficiência mental ou múltipla não conseguem auferir remunerações condizentes com o nível escolar. Em conjunto com a educação, a condição física parece exercer o papel de administrar a divisão entre os empregáveis e não empregáveis, em primeiro nível e adequadamente remuneráveis dos não remuneráveis, no segundo. Nesse ponto, quando poucos são inseridos, outras discriminações podem vir a se sobrepor, uma vez que nesses grupos a diferença entre os sexos acerca da participação no mercado de trabalho é mais intensamente observada. Contudo, as análises propostas neste estudo não subsidiam afirmações mais assertivas a respeito deste fenômeno¹⁰⁰.

O panorama do emprego protegido aponta, portanto, tendências divergentes. Entre os trabalhadores com deficiência, a proporção de empregados protegidos não difere em muito do observado para a população em geral. De entre as pessoas qualificadas pela RAIS como pessoas com deficiência, aquelas com algumas condições (deficiência física, visual e auditiva) acabam por não se distinguir muito da distribuição geral e até são, em média, melhor remuneradas. Nesses casos, e tendo em consideração a potencialidade da educação, em função da aparente efetivação da integração laboral com qualidade no que diz respeito ao vínculo laboral, pode-se afirmar que o risco de pobreza tem fortes chances de ser mitigado, numa análise que desconsidera os custos associados à deficiência.

Já os casos registados pelo empregador como deficiência múltipla e mental, podendo ambas abrigar uma diversidade grande de condições, indicam estar menos protegidos no

¹⁰⁰ Em suma, foram examinados os impactos da deficiência sobre o trabalho, e para o exame desta questão é necessário atestar a importância de outras características individuais, como o sexo, na determinação do trabalho, nos diferentes grupos populacionais, definidos segundo cada tipo de deficiência.

que diz respeito ao acesso ao emprego formal e serem eficazmente remunerados frente ao risco de pobreza. Nesses casos, distintos entre si, a informação sobre a acessibilidade e facilitadores que podem de facto propiciar a integração laboral, e os tipos de atividades e carreiras que podem ser desempenhadas é demasiado escassa. Por um lado, é necessário desenvolver medidas voltadas para o esclarecimento das possibilidades de trabalho e formação profissional dessas pessoas. Por outro, não se deve desconsiderar que a efetivação desse processo demanda transformações laborais e educacionais específicas. Nesse panorama, a assistência social pode ser determinante frente à ameaça da pobreza. Contudo, deve-se investigar em que circunstâncias os grupos de menor inserção laboral conseguem efetivar seu potencial de trabalho e se esse cumpre o seu papel protetor. Para tal, o conhecimento censitário pode ter grande valor.

Como afirmado anteriormente, os limites da RAIS têm um âmbito restrito, se comparados com o Censo Demográfico. Relacionar ambas as fontes para entender o seu alcance, e entender o potencial de trabalho dos não empregados, é necessário. Inicialmente, deve-se revisitar os percentuais do trabalho protegido e a sua representatividade face ao universo das pessoas com deficiência.

Tabela 11– Trabalho formal no universo das pessoas em idade ativa, por deficiência

	Trabalho formal (%)	Quantidade estimada	
		Trabalhadores formais	Não trabalhadores formais
Geral	32,8	42.841.854	87.886.706
Deficiência Mental	7,4	133.198	1.675.465
Enxergar	Não consegue	27,3	82.554
	Grande dificuldade	20,9	829.184
	Alguma dificuldade	27,7	6.101.668
Ouvir	Não consegue	25,7	59.700
	Grande dificuldade	22,5	192.310
	Alguma dificuldade	25,5	1.123.045
Caminhar	Não consegue	13,2	39.413
	Grande dificuldade	13,2	244.680
	Alguma dificuldade	18,4	969.887

Dados: IBGE, 2010

A Tabela 11 mostra o alcance limitado dos dados da RAIS, uma vez que a maior parte dos trabalhadores em 2010 não atuavam sobre o regimento da CLT. A representatividade do trabalho formal frente ao universo das pessoas com deficiência em idade ativa é ainda mais restrita, tendo o seu mais baixo percentual em 7,4% para as pessoas declaradas com deficiência mental, seguido das pessoas que não conseguem ou têm grandes dificuldades em caminhar (13,2%). Esse resultado indica que a maior participação da categoria deficiência física presente nos dados da RAIS não se refere, na sua maior parte às pessoas com completa restrição para caminhar. Pode-se dizer que a RAIS é adequada para perceber as variações no trabalho formal (tendências de contratações e demissões), enquanto o censo tem o seu valor na amplitude.

Os valores das demais categorias revelam que o trabalho formal é proporcionalmente mais presente entre cegos e surdos do que nos registros das pessoas que têm grande dificuldade em enxergar e ouvir. Esse resultado pode estar a indicar o efeito das políticas de discriminação positiva. As cotas tenderiam, assim, a contemplar mais facilmente uma pessoa com total limitação em ouvir ou enxergar do que aquela com dificuldades permanentes. Seguindo essa lógica, é esperado que pessoas com dificuldades não graves de enxergar, ouvir e mesmo caminhar não sejam contempladas por essa política.

Ao abrigo das leis, o trabalho formal e o seu rendimento salarial deveriam garantir ao trabalhador e à sua família uma mitigação do risco de pobreza. Contudo, é percebida baixa abrangência desse tipo de trabalho, principalmente em alguns casos de deficiências específicas. Faz-se necessário, assim, examinar as condições em que esse trabalho desejado ocorre em relação ao nível de instrução e formação das pessoas e da natureza da atividade desenvolvida. Essa análise se dará em comparação com o trabalho não formal das pessoas com deficiências, nas categorias mais relevantes para a análise (deficiência mental, as incapacidades de enxergar, ouvir, caminhar e as condições que implicam em grande dificuldade em caminhar). Posteriormente, o trabalho da pessoa com deficiência será estudado no contexto familiar.

5.2.3.2 Índícios da Inclusão no Mundo do Trabalho: diferenciais do trabalho protegido

Esta secção destina-se a analisar os diferenciais do trabalho protegido em comparação com o não protegido (autónomo ou informal), para diferentes grupos populacionais marcados pelas categorias de deficiência. O nível educacional dos indivíduos, o tipo da ocupação e a média e mediana da remuneração foram selecionados como os elementos a serem analisados¹⁰¹. A ordem das categorias de deficiência selecionadas segue o critério de restrição do acesso ao trabalho protegido, a iniciar, portanto, pela deficiência mental.

5.2.3.2.1 Deficiência Mental: ausência e exceção

É de grande importância reafirmar que a autodeclaração da deficiência mental não fornece garantias de que as pessoas registadas nessa categoria vivam sobre limitações similares, sendo assim a categoria de maior imprecisão nas análises.

Os indivíduos com deficiência mental são aqueles com maior restrição ao trabalho legalmente protegido. Nesse sentido, é importante não somente diferenciar o trabalho formal do informal, como, também, procurar indícios que possibilitem delinear os casos de sucesso. Contudo, os diferenciais de escolaridade e do tipo de ocupação pouco colaboram para a compreensão do que diferencia as possibilidades do trabalho formal em comparação com o informal para as pessoas com deficiência. Isso ocorre porque, mesmo com um perfil desfavorecido, a distribuição geral da escolaridade e do tipo de ocupação entre as pessoas com deficiência mental que trabalham formal e informalmente não se diferencia muito.

No âmbito educacional, a principal diferença está na ausência de formação escolar (72,3%) entre aqueles que desempenham o trabalho não protegido, essa categoria também possui altíssimo índice entre aqueles com trabalho legalmente protegido (46,1%). Quanto ao tipo de ocupação, há maior percentual em trabalhos qualificados entre os legalmente protegidos, contudo, a principal diferença encontra-se na categoria “trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, caça e pesca”, na qual são classificados 1,8% dos

¹⁰¹ Por se tratar de uma série extensa de informação, os resultados não serão apresentados na íntegra. Esses são descritos textualmente à medida que venham a contribuir para a análise pretendida, encontradas na íntegra em anexo (Anexo II).

trabalhadores com deficiência mental protegidos e 15,1% dos desprotegidos, sendo a segunda categoria com maior representatividade. Isso indica que, sem garantias legais, as pessoas com deficiência mental compõem a força de trabalho remunerado no campo, autonomamente ou para outrem.

O resultado de maior importância na contraposição do trabalho protegido com o desprotegido das pessoas com deficiência mental está na remuneração. O estudo da média e mediana desse valor em salários mínimos indica grande disparidade. O trabalhador protegido recebe, em média, aproximadamente o dobro dos demais (2,2 e 1,2 salários mínimos respectivamente). Contudo, a mediana revela que mais da metade dos trabalhadores com deficiência mental cujo trabalho não está protegido legalmente recebe menos de um salário mínimo. Não está ao alcance dos dados decifrar o exato regime de trabalho dos indivíduos, mas essa remuneração indica reduzida capacidade produtiva entre os trabalhadores autônomos ou grande possibilidade de exploração do trabalho sub-remunerado.

Em suma, as pessoas em idade ativa com deficiência mental declarada têm baixa escolaridade, quando possuem passagem por instituições de ensino. As que possuem escolaridade têm dificuldade em convertê-la em acesso ao trabalho. Quando trabalham com remuneração (17% o fazem), a conversão da educação em rendimentos é desfavorável, se comparadas com a população restante. Por outro lado, a baixa inserção não impede que essa população esteja em risco de exploração.

O perfil da deficiência mental põe em cheque as ideias clássicas de inclusão através da educação e trabalho, ao indicar que a conversão de capital humano (verificado pela educação) em remuneração é pouco operante. Os casos de sucesso não parecem seguir um padrão que possibilite recomendações. Frente a essa limitação, recomendam-se investigações qualitativas sobre as experiências positivas.

Por outro lado, é inegável que a proteção desse grupo e dos seus familiares deve ser garantida por outros meios, como a assistência social. Isso torna-se mais evidente quando levado em consideração o impacto significativo da deficiência mental sobre o risco de pobreza, evidenciado desde a infância até o fim da idade ativa.

5.2.3.2.2 Deficiência Física: notas da diversidade

A deficiência física, investigada pela autoavaliação da capacidade de caminhar e subir escadas, depois da deficiência mental, possui os piores índices de trabalho formal legalmente regulamentado. Deve-se ressaltar que esse quesito, o caminhar, e sua incapacidade podem contemplar uma grande diversidade de condições: paraplegia, amputação, tetraplegia, pessoas acamadas, entre outras situações. Também é razoável crer que a limitação do caminhar possa estar associada a outras limitações. Por outro lado, espera-se que, quanto mais limitadora a condição, mais rara esta seja, especialmente entre as pessoas em idade ativa. Além das pessoas que não conseguem caminhar também serão analisadas aquelas que possuem uma grande dificuldade permanente em caminhar.

Ao compararem-se os dois grupos, percebe-se que as pessoas impossibilitadas de caminhar têm maiores restrições no acesso ao trabalho remunerado que aquelas com grande dificuldade permanente de caminhar, no entanto, têm mais acesso ao trabalho formal. Isso é reafirmado na diferença do perfil educacional dos trabalhadores com deficiência física. Em geral, os trabalhadores impossibilitados de caminhar têm nível educacional mais elevado, mesmo quando no exercício do trabalho informal, o que é marcado principalmente nos diferenciais do Ensino Superior e da participação de pessoas sem qualquer nível educacional concluído.

Na ocupação, percebe-se a importância da categoria “Profissionais da ciência e intelectuais” como segunda categoria mais proeminente entre os trabalhadores que não caminham (ou sobem escadas). O perfil dos que possuem grande dificuldade é inferior nesse sentido, ao registrar mais entradas nos empregos do comércio e em ocupações menos qualificadas.

Esse diferencial demonstra contrapartida na remuneração pelo trabalho. Os trabalhadores com deficiências físicas que impedem o caminhar são melhor remunerados do que aqueles que caminham com grande dificuldade, tanto no trabalho formal quanto no informal. Esses, no trabalho não protegido, têm sua mediana inferior ao salário mínimo, assim como ocorre com os trabalhadores com deficiência mental.

O panorama da deficiência física, portanto, diferencia-se muito pela intensidade da limitação advinda da deficiência. Aqueles que não caminham possuem maior restrição para

entrar no mercado de trabalho (24% atuam), mas possuem uma atuação mais qualificada e com mais garantias profissionais, a exemplo do percentual superior de empregos formais quando comparados com a população em geral. Em contrapartida, as pessoas com grande dificuldade em caminhar têm uma atuação mais ampla no mercado de trabalho (32%) com um perfil desfavorecido, associado a baixos salários e a ocupações de baixa qualificação.

A leitura possível dessa tendência pode ser sintetizada na afirmação: quanto mais restritivas forem as barreiras da educação e do trabalho, mais qualificado e bem posicionado está o indivíduo que a transpuser. Essa ideia indica ser uma premissa consistente no caso da deficiência física. Todavia, não se pode desconsiderar que essa lógica não opera em todos os casos, como a restringida deficiência mental, acima discutida. Essa lógica também desconsidera possíveis fatores intervenientes como as distintas condições que podem (ou não) serem tidas como deficiência e as consequências disso, a exemplo da lei de cotas, que contempla as perdas totais ou parciais das funções motoras, seguindo uma lista de definições contempladas¹⁰², mas distantes de abarcar o universo complexo das dificuldades motoras.

Neste ponto, cabe uma reflexão sobre a relação de perde-ganha (*trade-off*) entre ter uma lei mais ampla que permita a inclusão das dificuldades permanentes ou assegurar mais possibilidades para as pessoas com maiores restrições, uma vez que, orientadas pela redução do custo, as empresas tenderiam a contratar as pessoas com deficiência que menos implicassem em gastos com acessibilidade, assim como as de menor limitação presumida. Por outro lado, essa definição mais restrita pode desfavorecer as pessoas cuja deficiência não implica em limitações completas das capacidades funcionais, criando desigualdades entre essas e as contempladas pela lei. Esses sujeitos sofreriam as consequências negativas da deficiência, ao passo que seriam menos protegidos.

O exame da participação laboral das pessoas com deficiência física também corrobora a prospecção defendida por Barnes (2012): as limitações físicas tendem a perder importância frente a uma mente funcional. Isso se demonstrou válido dada a importância das profissões de desempenho intelectual na inserção laboral desse grupo. Nesse sentido, a ampliação das oportunidades educacionais faz necessária, compensadora e insuficiente.

¹⁰² Caracterizadas como deficiências físicas estão: amputação, paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, paralisia cerebral e nanismo.

5.2.3.2.3 Deficiência Visual e Auditiva: o sucesso relativo

Os dados iniciais acerca dos trabalhadores com deficiência visual e auditiva indicam a presença de restrições ao trabalho que definem um percentual de participação inferior à média nacional. Entre os que trabalham, a participação em empregos formais é superior. Dinâmica similar à das pessoas que não caminham, mas mais atenuada por um percentual de trabalho remunerado superior para cegos e surdos, de 47% e 43%, que se converte em 27% e 26%, se considerados somente os empregos protegidos legalmente.

Tanto para os trabalhadores cegos, como para os surdos, a diferença central no nível de instrução entre os trabalhadores protegidos e os desprotegidos, informais ou autônomos, corresponde à falta de qualquer nível educacional completo. Esse é o nível educacional de mais da metade dos trabalhadores surdos desprotegidos (54,5%). Entre aqueles que possuem direitos trabalhistas assegurados, o nível de instrução mais observado ainda é o mais baixo, porém não totaliza como a situação da maior parte dos indivíduos (34,8%). A mesma distribuição é registrada entre os cegos da amostra, porém, entre esses, a ausência de instrução formal é reduzida.

Quanto às atividades desempenhadas, a diferença entre os trabalhadores formais e informais não é tão demarcada quanto as demais deficiências anteriormente analisadas. Para ambas as deficiências, surdez e cegueira, a principal variação no trabalho protegido consiste na maior participação da categoria “Trabalhadores de apoio administrativo” e menor dos “Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca”, entre os trabalhadores legalmente protegidos. Novamente esse resultado reafirma a proximidade dos ofícios do campo com uma situação de baixa proteção trabalhista, nos quais as pessoas trabalhariam para si ou outro com poucas garantias, como registrado para as pessoas com deficiência mental.

Ainda sobre o perfil profissional, a remuneração de cegos, em média, indica ser a segunda melhor (3,12 salários mínimos para os legalmente protegidos) entre as categorias de deficiência analisadas, sendo um pouco inferior à remuneração média das pessoas impossibilitadas de caminhar. Em todos os casos, trabalhadores cegos ou surdos obtiveram uma média de rendimentos do trabalho superior a dois salários mínimos, com expressivas

diferenças entre os protegidos e não protegidos. Para os surdos, porém, a mediana do rendimento advindo do trabalho autônomo e informal demarca o valor de um salário mínimo, o que, novamente, pode ser um indício de tendência a sub-remuneração ou baixo ganho, no caso do trabalho autônomo.

5.2.3.3 Considerações a Respeito do Trabalho da Pessoa com Deficiência

Os resultados do censo corroboram o panorama do trabalho formal das pessoas com deficiência retratado nos dados da RAIS. De modo geral, para os trabalhadores protegidos, a tendência indica ser positiva. Contudo, há pormenores que desafiam essa simples generalização.

O primeiro refere-se ao papel da educação. Como fator associado à prevalência do trabalho, a educação tem mais importância para as pessoas com deficiência, principalmente entre as mais restritivas. Talvez pela natureza das funções desempenhadas no trabalho, a educação passa a ser um determinante a mais para se conseguir um trabalho, algo próximo ao necessário quando se trata do trabalho formal. Além de distinguir a possibilidade de estar a trabalhar, a educação tem implicações sobre o tipo de vínculo laboral e a qualidade do emprego. As mudanças no mundo do trabalho também colaboram para o entendimento da questão. As ocupações desenvolvidas no setor de serviços estão associadas às pessoas com deficiência escolarizadas, ao indicar que as competências para este tipo de trabalho, que ganham importância cada vez maior (Sennett, 2011), têm maior compatibilidade para as pessoas com deficiência (Barnes, 2012).

Em decorrência disso, para as pessoas com deficiência que obtiveram sucesso escolar, o retorno sobre a remuneração é também potencializado (com exceção da deficiência mental), compondo um panorama otimista do potencial do trabalho como um real mitigador do risco de pobreza.

Por outro lado, sabe-se que a educação das pessoas com deficiência, mesmo com significativas melhorias na última década, ainda está em grande desvantagem relativamente à população restante. O que resulta em baixa ou nenhuma escolaridade de grande parte duma população que depende muito da educação para trabalhar. Nesse

sentido, pode-se afirmar que existem barreiras sobrepostas. Quando há restrição no acesso à educação e aquisição de instrução, trabalhar torna-se algo restrito. Assim, mesmo quando o trabalho se concretiza, a insegurança laboral está presente, em ocupações que, por vezes, não garantem nem a remuneração de um salário mínimo. Essa condição põe em risco o potencial do trabalho como agente de proteção da pobreza.

Essas duas tendências face à educação não são absolutas. A primeira, a escolarização como promotora de uma inserção profissional adequada ou suficiente, indica ser mais linear, ou seja, opera de modo mais estruturado e facilmente observável. A segunda, a ausência da educação como obstáculo do trabalho e fragilizando o trabalhador, por ser a realidade mais comum, é também mais difusa. Um indício disso é o alto percentual de pessoas com deficiência sem qualquer nível de educação concluído que conseguem uma inserção no mercado de trabalho, formal inclusive.

Ainda sobre o papel da educação e seu potencial em promover o trabalho, para um variado conjunto de deficiências que limitam as capacidades funcionais sem as impedirem completamente, a importância da educação não é potencializada, é, por vezes, diminuta. Distintamente das categorias enfatizadas neste estudo, tais condições podem vir a ter um acesso ao trabalho formal ainda mais restrito, a exemplo do observado nas dificuldades em caminhar. Isso indica que, na questão trabalhista, quanto maior a limitação, mais protegidos os indivíduos tenderiam a estar, ao passo que, os sujeitos de limitação intermédia estão em relativa desvantagem.

Na sua relação com o trabalho e a pobreza, a educação demonstra, portanto, ser um fator chave, essencial para a concretização do potencial humano e restrição do risco à pobreza. Por outro lado, é necessário uma breve reflexão a respeito do papel da pobreza, para além de consequência, como causa da restrição ao trabalho. O acesso à educação é um direito cuja violação pode qualificar uma situação de pobreza. Isso se sustenta teoricamente¹⁰³ e, concretamente, nos níveis de analfabetismo e abandono escolar entre as classes mais baixas. Desse modo, para aqueles que dependem ainda mais da educação para se inserirem no mundo do trabalho, a pobreza individual, caracterizada pela restrição à educação, pode ser determinante para definir o potencial de trabalho do indivíduo, além de outras questões

¹⁰³ Pelas propostas de Sen (2003) e Souza (2009).

adjacentes como a dependência, outro elemento qualificaria uma condição de pobreza do indivíduo.

Nesse sentido, a pobreza individual deve ser distinta da financeira-familiar que referencia as análises deste estudo. Em estudo anterior (França e Rios-Neto, 2012), há fortes indícios da condição socioeconômica da família das crianças e adolescentes com deficiência possuir pouco impacto sobre as restrições de atendimento escolar associadas à deficiência. Ou seja, no caso analisado, o status socioeconômico das famílias não possuía impacto sobre a oferta de educação para os elementos com deficiência. Acredita-se que fatores como o papel do Estado em ofertar educação, por exemplo, são mais determinantes. Assim, a pobreza individual, marcada pela violação do direito à educação, resultaria em maior restrição do trabalho e, conseqüentemente, desencadearia outra forma de pobreza, a financeira no nível familiar. Em suma, não se deve analisar a educação desconsiderando a sua falta como um produto da pobreza, e por vezes, a própria pobreza, na sua manifestação individual, para as pessoas com deficiência.

Além do papel da educação, outras questões relevantes, vindas da análise dos dados, devem ser enfatizadas. No exame das condições de vida, educação, trabalho e outras questões, o censo indica ser uma fonte robusta de informações, contudo, a pesquisa invisibiliza um fator muito importante para a população com deficiência, a aquisição da limitação. Essa informação propiciaria diferenciar os casos de uma deficiência que se manifesta desde a infância da adquirida na idade adulta. Os dados da RAIS evidenciam essa lacuna, ao passo que revelam um facto de grande relevância para o entendimento da relação entre deficiência e trabalho. Ao diferenciar as condições de deficiência, a utilização da categoria “reabilitado”, para classificar os empregados que adquiriram deficiência após o ingresso na empresa, revela que esses casos são os principais responsáveis pela demissão de pessoas com deficiência, mesmo num contexto de saldo positivo de emprego de pessoas com deficiência, ou seja, que totaliza mais contratações que demissões.

Há que ter cautela ao interpretar essa informação. Questões relacionadas com os acidentes de trabalho, tipo de função executada antes da aquisição da deficiência e processo de adaptação e reabilitação são necessárias para melhor entendimento da questão. Mas, esse facto não altera o facto de a demissão do empregado que adquire uma limitação ser uma realidade oficialmente registada. Isso compõe mais uma face das desvantagens associadas

à deficiência. A exploração dos dados da RAIS pode vir a qualificar melhor as condições das demissões, porém investigações de âmbito qualitativo são recomendadas para elucidar as histórias e dinâmicas que levam a isso.

Outro elemento que merece uma revisão cuidadosa, e também carece de distinção mais precisa nos dados do censo, é o registo da deficiência mental e suas implicações. É evidente nas análises que a escolarização e o acesso ao trabalho das pessoas classificadas nessa categoria sofrem de demasiada restrição, o que é previsto pela própria definição da categoria. De jure e de facto, os parâmetros para análise das pessoas com deficiência mental distanciam-se das demais categorias pela sua própria natureza. Assim, o acesso à educação e ao trabalho, entre outras questões, mesmo quando mensuradas com precisão, são limitadas nas suas contribuições para inferências acerca das medidas de acessibilidade, barreiras, facilitadores, potencialidades e a própria discriminação. O nível de especialidade necessária para compreender melhor essa realidade está para além do escopo desta investigação. Nesse sentido, também se acredita que uma abordagem qualitativa dos temas venha a elucidar o universo da deficiência mental.

Condição similar, porém, menos complexa reside nos resultados da categoria que avalia a capacidade de caminhar/subir escadas, uma vez que a enorme diversidade de condições que limitam e impedem o caminhar possui especificidades e implicações muito distintas entre si. Diferenças menos discrepantes no que diz respeito às potencialidades e necessidades específicas das demais categorias, que avaliam o enxergar e o ouvir, cujas inferências são mais factíveis.

Por fim, outra questão que se revelou na análise dos dados do censo consiste no trabalho ligado ao campo que indica possuir alguma relevância para as pessoas com deficiência que trabalham para os outros de modo informal ou autonomamente. Os trabalhos do campo, a caça e a pesca, a criação de animais, a agricultura e o extrativismo, estão fortemente relacionados com a precariedade ou ausência de vínculos trabalhistas. Esse tipo de trabalho é mais propenso à sub-remuneração (abaixo do salário mínimo vigente) e pode vir a evidenciar o quadro de precariedade do mercado de trabalho (Baltar 2005).

Por proteger a renda e as condições de vida dos trabalhadores mais vulneráveis e de suas famílias, o salário mínimo representa um instrumento de combate à pobreza. O salário mínimo (como piso de remuneração do trabalho contratado), obviamente, não pode alcançar, e, portanto, proteger da pobreza os trabalhadores que se encontram desempregados ou fora da esfera do trabalho nos moldes capitalistas (como os que trabalham para o próprio consumo ou sem remuneração, por exemplo) ou não cobertos pela proteção institucional do salário mínimo. [...] Nos casos de burla à lei, que ocorrem, por exemplo, no assalariamento com rendimentos inferior ao salário mínimo ou no disfarce do empregado pela contratação de trabalhadores pretensamente autônomos, fazem-se necessárias medidas de fiscalização e estabelecimento de sanções (DIEESE, 2010).

Contudo, isso não indica necessariamente uma situação irregular, especialmente, se consideradas as relações tradicionais de trabalho e do trabalho autônomo no campo. Por outro lado, nas zonas rurais é onde a pobreza se manifesta com mais intensidade e os abusos e grandes irregularidades trabalhistas são recorrentes, como o trabalho análogo ao trabalho escravo. Pormenorizar o trabalho no campo desempenhado pelas pessoas com deficiência é um objetivo demasiado específico para esta investigação, mas recomendado para se ter um retrato fiel à complexidade da realidade brasileira, que indica possuir uma diferença relevante nas potencialidades das pessoas com deficiência, dada a variação entre as zonas rurais e urbanas.

Um outro elemento relevante para a análise dessa dicotomia é o tipo de trabalho desempenhado. Os ofícios do campo são mais braçais, ou seja, utilizam mais a força e faculdades físicas na sua execução. Essas características desqualificam as pessoas com deficiência para o trabalho formal, segundo as tendências apontadas nos dados. Cegos, surdos e pessoas com deficiência mental têm significativa entrada nos ofícios do campo, quando o trabalho é desprotegido legalmente. Essa tendência pode ser positiva se indicar uma redução da discriminação e maior integração comunitária. Por outro lado, pode ser negativa quando esses casos refletem algum tipo de abuso da força de trabalho desses sujeitos. Porém, essa realidade, invariavelmente, contribui para desafiar a ideia de limitações no desempenho de tarefas manuais ou que requerem esforço físico atribuída às pessoas com deficiência.

Feitas essas considerações necessárias sobre o perfil do trabalho da pessoa com deficiência, este estudo prossegue a análise do seu objetivo central: compreender o alcance do trabalho da pessoa com deficiência face à pobreza no contexto familiar.

5.2.4 Trabalho, Pobreza e Família: o potencial do trabalho da pessoa com deficiência

Destinada a estudar o trabalho das pessoas com deficiência no seu potencial de mitigação do risco de pobreza familiar, esta secção tem por objetivo elucidar a relação entre deficiência, trabalho e pobreza, orientada pela hipótese que o trabalho das pessoas com deficiência é secundário na mitigação do risco de pobreza das famílias das pessoas com deficiência.

Para tal, primeiramente, a relação entre a ocorrência do trabalho da pessoa com deficiência e pobreza será examinada a fim de evidenciar as tendências sobre a proximidade do risco de pobreza e a ocorrência do trabalho. Concomitantemente, a importância do trabalho da pessoa com deficiência será investigada na colaboração da sua remuneração para a composição dos rendimentos do domicílio. Por fim¹⁰⁴, um exercício contrafactual propõe estimar qual seria a magnitude da pobreza caso as pessoas com deficiência não trabalhassem.

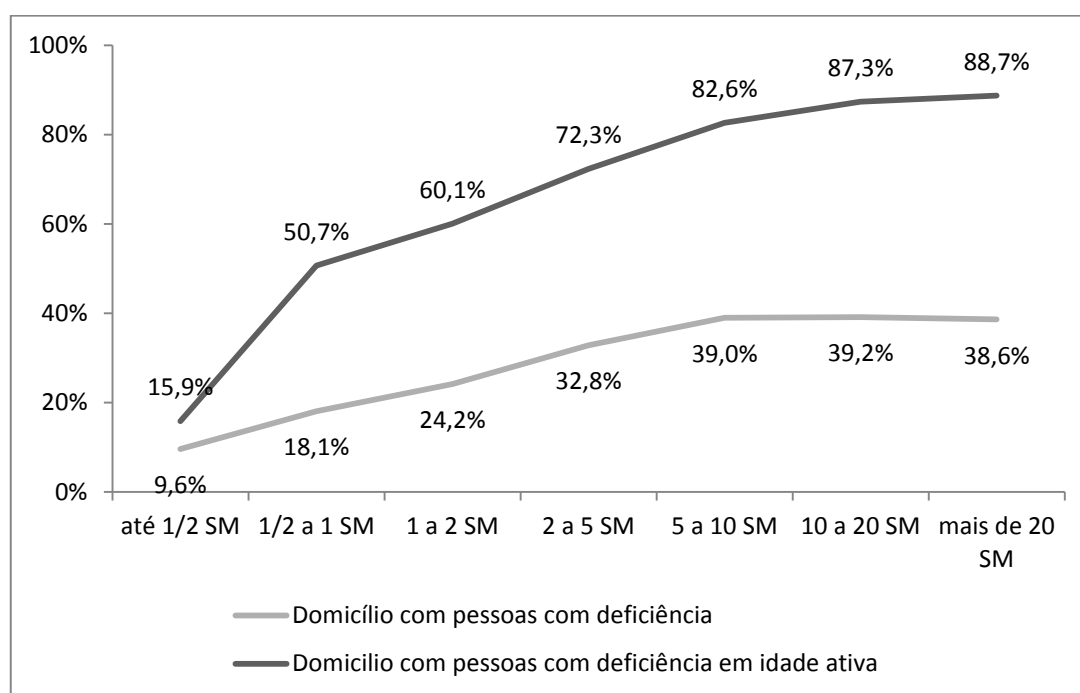
O estudo da ocorrência do trabalho frente ao risco de pobreza tem por objetivo fomentar a reflexão acerca do sentido do trabalho da pessoa com deficiência. Será o trabalho das pessoas com deficiência mais frequente entre as famílias mais pobres ou naquelas com melhores condições financeiras? Saber se o trabalho é mais frequente conforme a sua necessidade (próximo à pobreza) ou em contextos economicamente favorecidos contribui para o entendimento do trabalho da pessoa com deficiência como recurso familiar.

A mútua ocorrência é um claro limite para a identificação de uma tendência geral no que diz respeito às estratégias familiares. Outra limitação desta análise, essa de carácter técnico, consiste no facto de o rendimento do trabalho da pessoa com deficiência estar incorporado no rendimento familiar, o que pode subestimar a proximidade do trabalho com a pobreza domiciliar. Reconhecer as limitações previstas nessa análise, no entanto, não elimina a sua necessidade.

¹⁰⁴ A modelagem logística também foi aplicada ao tema em exames preliminares. Os resultados estatisticamente significativos, porém de pouca relevância para o debate foram abandonados em detrimento de análises descritivas contundentes e do exercício contrafactual.

A análise primária do tema consiste na verificação do percentual de domicílios onde é registado o trabalho remunerado de pessoas com deficiência, entre os domicílios nos quais estão presentes¹⁰⁵, segundo distintos níveis de rendimentos domiciliares (mensais em salários mínimos).

Gráfico 12–Ocorrência do trabalho da pessoa com deficiência, segundo o rendimento domiciliar



Dados: IBGE, 2010

O Gráfico 12 que ilustra a análise inicial, revela um crescente percentual de trabalho da pessoa com deficiência com o aumento do rendimento familiar, que tende a estabilizar nas faixas mais altas. Esse crescimento é um indício que o trabalho da pessoa com deficiência se afasta da pertença do seu domicílio entre os mais pobres, o que será melhor explorado adiante.

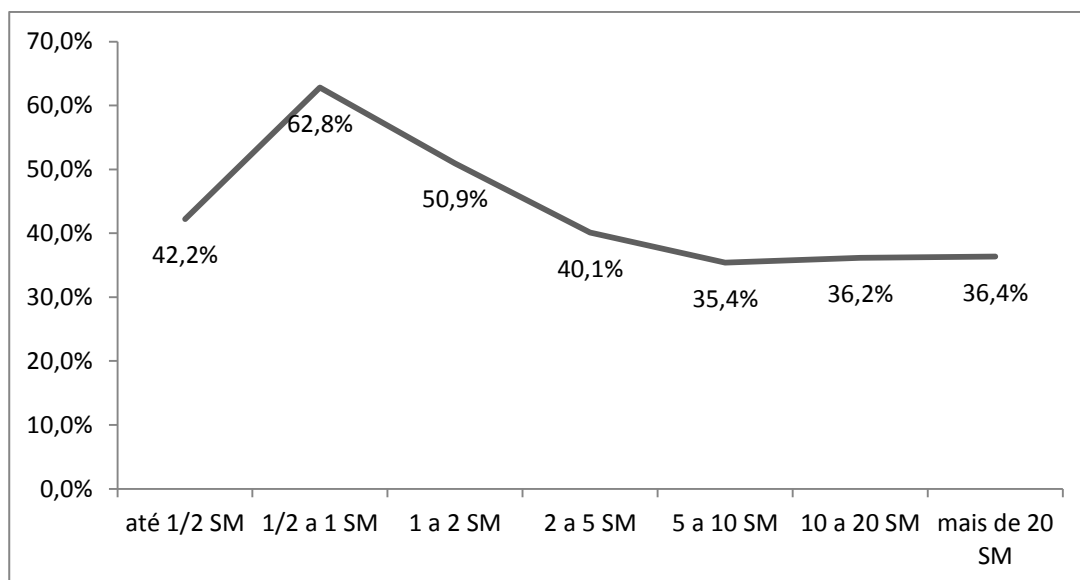
Quanto à contraposição entre necessidade e ocorrência de trabalho, na proximidade da pobreza, devido ao limite da análise, falta informação para constatar se a pobreza é um

¹⁰⁵ Desconsiderando as dificuldades permanentes não graves. Tanto na seleção dos domicílios como dos trabalhadores.

fator que impulsiona o trabalho da pessoa com deficiência. Por outro lado, em seu oposto, a distância à pobreza não indica ser um fator de desincentivo ao trabalho.

Para aprofundar essa leitura, e subsidiar uma reflexão sobre o alcance do trabalho da pessoa com deficiência, é necessária uma leitura da participação da remuneração advinda do trabalho desta população sobre o rendimento total do domicílio. O Gráfico 13 mostra o percentual dessa participação no rendimento domiciliar total, nos casos em que há trabalho da pessoa com deficiência.

Gráfico 13– Participação da remuneração da pessoa com deficiência no rendimento domiciliar



Dados: IBGE, 2010

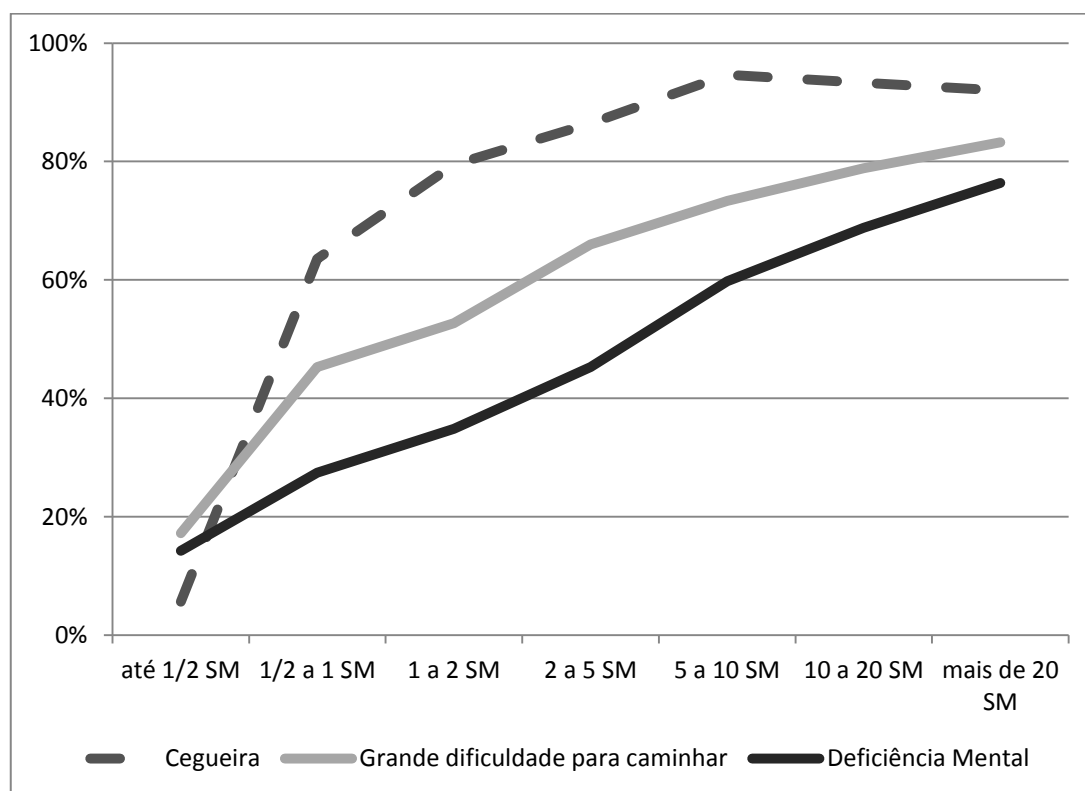
A tendência da participação do rendimento do trabalho das pessoas com deficiência por escalão de rendimento, de algum modo, é inversa à sua ocorrência, com exceção do primeiro escalão, sendo decrescente até o escalão de 5 a 10 salários mínimos, e estabilizando-se após isso. Ou seja, a remuneração da pessoa com deficiência tende a ser mais importante onde é mais rara.

Contudo, essa nunca deixa de ter uma participação média de grande relevância, sempre acima dos 35%, mesmo entre os domicílios com mais rendimento. Deste modo, mesmo

quando distante da pobreza, o trabalho remunerado da pessoa com deficiência compõe uma parcela importante do rendimento doméstico, além de ser mais frequente. Pode-se afirmar, portanto, que uma condição de baixo risco a pobreza não reduz o incentivo para o trabalho da pessoa com deficiência.

Como indicam as análises anteriores, todas as leituras sobre a realidade das pessoas com deficiência e suas famílias que utilizem generalizações, podem ser preciosas por indicar tendências globais, mas incorrem em grandes possibilidades de ocultar informações importantes, dadas as grandes variações observadas entre as distintas condições pessoais. Desta forma, recomenda-se investigar essas peculiaridades para que o todo não se sobreponha às partes.

Gráfico 14–Ocorrência do trabalho da pessoa com deficiência, segundo o rendimento domiciliar e o tipo da deficiência



Dados: IBGE, 2010

Foram examinadas individualmente todas as categorias de deficiência, com exceção das limitações não graves, no percentual de domicílios onde há pessoas com deficiência que exerçam trabalho remunerado. O Gráfico 14 dispõe os casos mais emblemáticos. Entre a linha que representa cegueira, que possui resultados bastante similares à surdez, e a linha que representa a grande dificuldade em caminhar, encontram-se os resultados das demais categorias não expostas no gráfico. Em três das sete categorias estudadas, o percentual de trabalho remunerado ultrapassa 90%, nos domicílios com maior rendimento. Ao analisar-se a participação média nos rendimentos do domicílio por categoria de deficiência, os percentuais variaram entre 36% e 49%, isto é, esses são determinantes na composição do rendimento domiciliar.

Dois casos cujo desempenho merece maior atenção são: a grande dificuldade em caminhar e a deficiência mental. Sem desfazer-se da tendência crescente do trabalho consoante os rendimentos domiciliares, essas duas categorias possuem um desempenho inferior às demais, com ênfase na deficiência mental com baixos percentuais. Mesmo essas condições mantêm a sua importância na composição do orçamento doméstico, quando há prevalência do trabalho.

Tanto para se estar a trabalhar, quanto na importância do rendimento do trabalho, as limitações completas em ver, ouvir e andar não estão em desvantagem se comparadas às grandes dificuldades dessas funcionalidades.

Outra inferência acerca desses resultados, que deve ser explicitada, diz respeito à participação dos rendimentos do trabalho da pessoa com deficiência. Não excedendo em média 50% do rendimento domiciliar, à primeira vista, o trabalho desses indivíduos pode ser tido como de menor importância, secundário, nos ganhos. Porém, a menor média, 36% onde há trabalhadores com deficiência mental, tampouco é baixa. De facto, essa variação reafirma o trabalho da pessoa com deficiência como uma importante fonte de rendimento na composição dos rendimentos domiciliares, especialmente entre os mais pobres, como ilustra o Gráfico 12.

A observada maior prevalência de trabalho nos domicílios com maior rendimento pode estar relacionada com uma maior possibilidade de investimento nos indivíduos, no que tange à instrução e profissionalização, o que ocorre com maior ou menor solidez, conforme

as deficiências. Novamente, observa-se na pobreza uma tendência de causalidade reversa, isto é, um caráter cíclico. Numa dinâmica em que essa não é somente a resposta da falta de trabalho, como também parte das razões dessa falta.

Nesse contexto, deve-se questionar, qual é o poder efetivo do trabalho das pessoas com deficiência frente à pobreza, uma vez que esse é mais raro quanto mais pobre tende a ser a família. Para tal, um exercício contrafactual permite estimar qual seria o impacto financeiro do fim do trabalho das pessoas com deficiência tendo como referência o limite da pobreza adotado. O exercício consiste numa simulação na qual o rendimento do trabalhador com deficiência em idade ativa é extraído do seu domicílio e os percentuais de pobreza são revistos. Para analisar o quão efetivo é o trabalho da pessoa com deficiência frente ao risco de pobreza do seu lar.

Tabela 12 – Resultado do exercício contrafactual

		Domicílio com trabalhadores com deficiência	Domicílio com pessoas com deficiência
Percentual de pobreza	Observado	25,0%	32,0%
	Estimado sem a remuneração do trabalhador com deficiência	58,2%	41,3%
Quantidade de domicílios Total		2.854.912	10.237.960
Percentual dos domicílios com PCD		27,9%	100%

Dados: IBGE, 2010

Os resultados desse exame indicam que o percentual de pobreza observada para os domicílios em que há pessoas em idade ativa com deficiência a trabalhar é 25%, ligeiramente menor que o observado no computo total dos domicílios da amostra (28,5%). E, caso a remuneração do trabalhador com deficiência fosse ausente, esse valor subiria para 58,2%. Isso indica que o trabalho da pessoa com deficiência tem grande importância onde existe e, especialmente, onde é mais raro, entre as famílias com risco elevado de pobreza.

No entanto, se ampliarmos o âmbito de análise para perceber o que essa diferença representa, ao considerar todos os domicílios com pessoas com deficiência (exceto as dificuldades menores em enxergar, ouvir e caminhar), percebe-se que o percentual de pobreza variaria em menos de 10%, valor muito distinto dos 33,2% estimados para os domicílios com trabalhadores com deficiência.

Ao analisar-se essa informação, deve-se ter em mente que o trabalho das pessoas com deficiência é ainda concretizado muito abaixo do seu potencial, o que varia conforme as diversas deficiências. Os resultados positivos acerca da importância da remuneração das pessoas com deficiência na composição do rendimento familiar reafirmam o potencial, quando o trabalho da pessoa com deficiência é presente. No entanto, em apenas 27,9% dos domicílios com pessoas com deficiência o trabalho dessas pessoas pode ser observado.

Esse panorama reforça a necessidade de atenção às peculiaridades acerca dos estudos macrossociais da deficiência. O trabalho da pessoa com deficiência demonstra ser muito importante para a prevenção da pobreza, ao passo que o seu alcance é limitado, dada a distribuição populacional da deficiência e da pobreza, sendo a deficiência mais prevalente entre idosos¹⁰⁶, e a pobreza entre as pessoas com deficiência mais novas, abaixo dos 15 anos. Infere-se, portanto, a partir dos resultados do exercício contrafactual, associado ao conhecimento da distribuição da deficiência e pobreza, que o trabalho é parte fundamental do processo de mitigação do risco à pobreza por meio da inclusão laboral das pessoas em idade ativa, contudo, não é suficiente para determinar a ocorrência ou prevenção da pobreza para toda a população com deficiência.

¹⁰⁶ Em quantidade absoluta, é mais presente entre as pessoas em idade ativa.

6 CONCLUSÃO

Esta investigação mostra que o estudo da pobreza e da deficiência passa pelo exame de uma série de fatores e processos que permita uma leitura crítica das análises da pobreza, do trabalho e da deficiência, assim como do papel das políticas públicas e do Estado nestes domínios de intervenção. A trajetória desenvolvida nesta investigação permite (re)visitar alguns dos conceitos, teorias e metodologias utilizadas nestes debates.

Em primeiro lugar, há que se sublinhar que o entendimento sobre o que é a deficiência e como esta deve ser registada oferece grandes limitações analíticas. No final desta tese, e da utilização dos dados do Censo Demográfico Brasileiro 2010, uma das questões iniciais deve ser retomada. Afinal, “o que é a deficiência”? As abordagens de diferentes correntes de pensamento mostraram-se ser fortemente questionadas face aos registos existentes nos dados. As análises que indicam tendências gerais, sempre que desagregadas, demonstram quão díspares são os percursos e as possibilidades das pessoas com deficiência.

Nesse sentido, há um nó górdio entre o que se entende por deficiência e capacidade funcional no modelo de registo recomendado pela CIF. A CIF retira a funcionalidade da definição de deficiência, utilizando somente as condições físicas e a discriminação para a sua definição, ao passo que, as medidas que possibilitam o seu registo são completamente centradas nas capacidades funcionais, o que produz numa série de incongruências.

Por limitar as capacidades funcionais, a pobreza passou a ser um definidor da deficiência. As análises sobre a complexa relação entre pobreza e deficiência indicam que a pobreza pode levar à deficiência e vice-versa. Porém, no registo do Censo, uma pessoa pode ter deficiência porque é pobre, pela falta de meios para adquirir tecnologias como aparelhos auditivos e lentes. As implicações teóricas dessa dinâmica precisam de ser exploradas, pois têm o potencial de reconhecer a pobreza como uma característica da deficiência, assim como a compreende como uma condição potencialmente transitória.

O modo de registo via capacidade funcional adotado no Censo, que segue as tendências internacionais inauguradas pela CIF, possui uma grande limitação para distinguir pessoas, segundo as suas possibilidades, para a avaliação das suas oportunidades. Essa afirmação é

particularmente verdadeira sobre os quesitos que avaliam a capacidade de caminhar e subir escadas. Uma infinidade de condições pode levar uma pessoa à impossibilidade permanente de caminhar, agregar todas elas numa categoria pode ser um problema para a análise. As necessidades, potencialidades e oportunidades de um tetraplégico e de um paraplégico podem ser muito distintas. Unir ambos os casos num único quesito (alteração implementada nos censos brasileiros em 2010) não contribui para essa compreensão.

Contudo, a maior limitação no registo das deficiências, para os estudos sociais do tema, reside na ausência de um marcador para a sua transitoriedade. Nascer com uma deficiência, adquiri-la na infância, na juventude, quando adulto ou idoso faz imensa diferença na trajetória dos sujeitos. Não poder diferenciar estas etapas limita a compreensão dos fenômenos estudados. Deve-se ter em mente que a população está sempre em mutação. Assim, as crianças com deficiência em situação de pobreza familiar não têm esse risco eliminado ou reduzido simplesmente por se tornarem adultas. O principal motivo para esse risco ser suavizado é a aquisição de deficiências por outros indivíduos que, quando crianças, não as possuíam. O mesmo tende a ocorrer entre os idosos, grupo no qual é também indistinto nos dados aqueles que possuem deficiência por muitos anos, daqueles que somente na velhice adquirem as limitações. O que, mais uma vez, suaviza a percepção do impacto da deficiência no longo prazo, e, conseqüentemente, a importância estimada de elementos como a educação e o trabalho.

Ainda que modelada pela sociedade, a diversidade observada na deficiência é parte da diversidade da experiência humana. O desafio consiste em promover a sua compreensão e romper com o vício de se resumir a sua vivência ao corpo. Alargar essa compreensão é também possibilitar às famílias das pessoas com deficiência que as suas experiências sejam socialmente reconhecidas.

Neste processo de reconhecimento da deficiência como um fenômeno que ultrapassa os limites do corpo, premissa que fundamenta o Modelo Social da deficiência, um desafio consiste em reconhecê-la como uma característica familiar. As análises decorrentes do exame da pobreza nas famílias das pessoas com deficiência, que apontam para o impacto da deficiência nos demais membros da família, colaboram com a ampliação do entendimento da deficiência para além das suas conseqüências individuais.

Ao contrário do que ocorre com a deficiência, a pobreza é costumeiramente analisada como uma característica familiar. Nesta investigação, objetivou-se demarcar a pobreza como uma característica individual. Deve-se reconhecer a possibilidade de pessoas com deficiência serem pobres ainda que inseridas em famílias que não são pobres, segundo critério dos rendimentos *per capita*. Estes casos não estiveram ao alcance das análises, principalmente por estas se centrarem no trabalho, nos exames de nível individual. É inegável a existência de um elo entre a ausência de trabalho e a pobreza, mas estão distantes de ser um o simples reflexo do outro, como indicam as análises macrosociais de Tony Atkinson (1998). Apesar de se mostrarem limitadas nesse aspecto, as análises realizadas possibilitam outras reflexões acerca da pobreza.

As análises críticas, limitações e reflexões acerca da pobreza podem ser vistas em duas vertentes. A primeira, diz respeito à definição e ao conceito de pobreza usado e aos seus limites, cujo debate se centra, principalmente, sobre a adoção do critério financeiro e o limite da análise do custo da deficiência realizada. A segunda dedica-se aos resultados do exame da pobreza frente à realidade estudada.

Primeiramente, esta tese possibilita uma revisão da ideia de pobreza e das suas implicações. A medida de pobreza utilizada na análise contempla apenas uma face deste fenômeno, os recursos financeiros disponíveis na família. De facto, esse elemento indica ser primordial, ou mesmo central, para o entendimento da pobreza, sendo os recursos financeiros os principais recursos geridos pelas famílias para sanar as suas necessidades, como acredita Amartya Sen (1999). Esta investigação mostra a importância de reconhecer os recursos financeiros como elemento central da pobreza, tendo as análises realizadas demonstrado o seu potencial para diferenciar as famílias brasileiras.

A pobreza também pode ser percebida através do consumo, ou seja, pela efetivação do potencial expresso pelos ganhos financeiros. Atendo-se de forma restrita às condições habitacionais, as análises possibilitaram relativizar o entendimento inicial sobre a proteção social dos idosos, cujas deficiências estão pouco relacionadas com a pobreza financeira, mas indicam afetar as condições habitacionais de forma negativa.

Esta análise, um tanto limitada, demonstra que, para as pessoas com deficiência e as suas famílias, o consumo merece atenção. Diversas investigações sobre esse aspecto demonstram

sua importância (Portugal *et al.*,2010; Joseph Rowntree Foudation, 1998; Zaidi e Burchardt, 2003). Contudo, investigações dessa natureza demandam informação que excede a disponível no censo demográfico. Recomenda-se que investigações que adotem essa perspectiva sejam realizadas, para o exame da realidade brasileira, ainda que contemplem uma menor abrangência da população analisada.

No que diz respeito à compreensão da pobreza como fenômeno social, quando relacionada com os custos da deficiência, percebe-se a falta de um tratamento conceptual padronizado do fenômeno, que viabilize a identificação da questão. Entre os diversos conceitos de pobreza discutidos, um resgate da ideia de pobreza secundária de Seebohm Rowntree (1902) parece ser o mais adequado. O conceito denota a situação de uma família que está acima da linha de pobreza, mas cujos recursos não são suficientes para cobrir necessidades básicas. A adoção atualizada deste conceito pode contribuir para o desenvolvimento dos estudos sobre a pobreza, com especial ganho para a sua relação com as deficiências.

Depois de apresentadas as reflexões acerca do conceito e das definições de pobreza decorrentes das análises da tese, importa sublinhar algumas considerações a respeito do que os resultados obtidos revelam sobre a pobreza no contexto estudado, partindo de algumas questões centrais abordadas no decurso do trabalho: a contextualização brasileira, as políticas e meios de enfrentamento da pobreza, as consequências das ações políticas e decisões estatais e os expressivos diferenciais de gênero.

A pobreza no Brasil revela-se como um objeto de complexo entendimento. Outrora vista como uma característica do país, e hoje tida discursivamente como um desafio para o governo, a pobreza encontra-se num processo de transição e de superação da pobreza integrada. Atestar se esse processo é real ou ilusório, investigando as suas bases e possibilidades de consolidação, deve ser uma prioridade da agenda científica do país. Soma-se a essa necessidade, os estudos que venham a contribuir para o entendimento da pobreza em grupos sociais específicos, como realizado nesta tese.

No Brasil, além de se acumularem disputas públicas acerca dos programas de proteção social, o raciocínio que interliga a pobreza e o trabalho deve ser questionado por outra via, ao reconhecer-se que ter um trabalho reduz o risco de pobreza, porém não garante a sua

eliminação. Como resultado, há uma disparidade na qual a redução do desemprego não é acompanhada pela redução da pobreza, em intensidade condizente.

As limitações teóricas para tipificar adequadamente a pobreza brasileira advêm do seu desenvolvimento econômico, que se distancia claramente dos países mais ricos e se distingue dos mais pobres. Nesse contexto, o trabalho é o principal meio para auferir rendimentos e afastar o risco de pobreza, ao passo que indica ser limitado nesse aspeto, por não oferecer garantias de superação da pobreza.

Quanto aos fatores relacionados com a pobreza, além da implicação do trabalho, três fatores precisam de ser discutidos: os diferenciais de género; as políticas de enfrentamento da pobreza; e as consequências das ações políticas e decisões estatais.

Os papéis de género mostraram uma estreita relação com a deficiência. Os diferenciais dos sexos observados no impacto sobre o trabalho possuem associação com a deficiência. Numa casa onde há uma criança ou adolescente com deficiência, as possibilidades de trabalho das mulheres são especialmente afetadas. Outra dimensão de análise revela que, o mercado acolhe mais facilmente a pessoa com deficiência quando esta é do sexo masculino, especialmente, nos grupos de deficiências de maior restrição ao trabalho. Esse panorama revela a contribuição da deficiência para a feminização da pobreza. Os mecanismos sociais que produzem essa distinção precisam ser levados em consideração no desenvolvimento de medidas de combate a pobreza, incluindo os impactos da deficiência na diferenciação de homens e mulheres, para que o enfrentamento da pobreza seja mais eficaz.

Sendo que o foco foi na centralidade da questão do trabalho, outros mecanismos de combate à pobreza e de promoção do trabalho não foram explorados na análise, principalmente, por limitações de informação. Dois deles merecem destaque: a política de cotas e o Benefício de Prestação Continuada. O primeiro, que impõe um percentual variável de profissionais com deficiência nas contratações em empresas e no setor público, precisa de ser investigado primariamente pela ótica do mercado. Ou seja, deve-se pesquisar o impacto dessa medida na criação de uma reserva de mercado, e nos requisitos para as contratações. Esse conhecimento pode ser determinante para que os indivíduos e as suas famílias formulem estratégias para a efetivação desse direito.

Por sua vez, o Benefício de Prestação Continuada pôde ser discutido, mas não avaliado, devido à impossibilidade de distinção oferecida pelos dados. Isso resulta numa perda significativa para esta investigação, ao passo que, reflete a invisibilidade social do BPC. Essa ausência impossibilita investigar a sua eficácia e cobertura. Assim, é possível apenas uma comparação superficial. A brecha de rendimentos das famílias pobres de pessoas com deficiência, em média, equivale a aproximadamente um salário mínimo em 2010, o que seria colmatado com a transferência do benefício. Contudo, essa comparação não distingue as pessoas com deficiência. Se o fizer, as famílias das crianças pobres com deficiência necessitariam de mais ajuda. Além disso, muitas das famílias que recebem o BPC podem permanecer na pobreza e já estarem representadas no computo da brecha de pobreza.

Para além da sua relação com a proteção social, outra reflexão acerca do BPC é necessária, esta no âmbito do trabalho. Em que condições uma pessoa que recebe regularmente um salário mínimo se engajaria num trabalho, caso perdesse essa transferência se o rendimento familiar ultrapassasse meio salário mínimo *per capita*? Essa questão está relacionada com a ideia do alegado risco moral da assistência social, por meio do desenvolvimento da cultura da dependência, sendo um de seus questionamentos mais recorrentes.

No entanto, uma leitura menos conservadora, feita pela perspectiva do mercado, possibilita uma reflexão que merece atenção. Teria o salário mínimo transferido pelo BPC impacto positivo sobre a remuneração oferecida para as pessoas com deficiência, elevando-a? A política de cotas e resultados como os diferenciais positivos de salários observados contribuem com a elaboração de um cenário que precisa ser examinado com mais atenção. Essa questão não é abordada diretamente na tese, mas há indícios que esse questionamento pode ser uma boa hipótese para futuras investigações.

As consequências do BPC e outras medidas precisam de ser estudadas com cautela. Como discute Paul Abberley (1999), é sempre esperado que parte das pessoas com deficiência, as que possuem mais limitações, não beneficiem por completo das medidas de inclusão social. O autor desenvolve esse raciocínio a pensar na inserção laboral. Assim, Abberley alerta para os riscos dos processos inclusivos criarem desigualdade entre as pessoas com deficiência, sem se oporem a eles.

As políticas de inclusão, portanto, não são universais, e investigar as desigualdades é importante. Esta tese mostra que as pessoas com limitada capacidade de ver e ouvir estão menos protegidas no mercado de trabalho que as pessoas cegas e surdas. A promoção do trabalho protegido para uns sem interferir nas conquistas dos demais é um exemplo de um desafio para as políticas de inclusão. Isso requer criatividade, porque o caminho para a inclusão progressiva não se concretiza com medidas padronizadas. As deficiências são em si distintas, e a inclusão não se dá sem esse reconhecimento.

Depois de feitas as considerações sobre a deficiência e a pobreza, a articulação entre os dois fenômenos foi examinada. Nesse processo, duas relações causais foram evidenciadas pelos resultados das análises. A primeira, que consiste na deficiência como produto da pobreza, demonstra ser especialmente válida nas famílias de crianças cuja deficiência se manifesta nos primeiros anos de vida. A segunda, a pobreza decorrente da deficiência, é mais discutida teoricamente. Nesta segunda vertente, desenvolveu-se uma análise da hipótese central desta tese que questiona o poder do trabalho da pessoa com deficiência como fator de proteção à pobreza.

O conjunto da análise indica que essa hipótese deve ser rejeitada, e o seu oposto, portanto, deve ser assumido. Ou seja, o trabalho da pessoa com deficiência tem poder efetivo de redução do risco de pobreza. Por outro lado, os resultados obtidos na investigação, por evidenciarem a deficiência como produto da pobreza, revelam que o poder do trabalho das pessoas com deficiência, além de ser efetivo, tem um alcance limitado. Isto é, nem toda a pobreza que atinge as famílias das pessoas com deficiência é passível de ser sanada através do acesso do trabalho. Nesse sentido, algumas reflexões sobre a realidade do trabalho das pessoas com deficiência e as suas implicações políticas devem ser realizadas.

Uma delas consiste na constatação que o discurso fundador do Modelo Social da Deficiência realizado pela UPIAS (1975), no qual se defende que o combate à pobreza se faz efetivamente pelo combate à exclusão social, — numa equação em que a exclusão (causa) leva à pobreza (consequência) — precisa de ser relativizado. Essa dinâmica demonstrou-se verdadeira, mas não única. É razoável dizer que a pobreza é também a causa da exclusão, segundo a perspectiva do ciclo da pobreza.

Segundo essa abordagem, que encontra forte sustentação nos resultados obtidos, a pobreza não somente leva à exclusão social, como também à deficiência, ambas resultam na manutenção familiar da pobreza, na forma do que se convencionou chamar de ciclo da pobreza. Nesse sentido, a intervenção na exclusão, sobretudo através de maior integração em instituições educacionais e no mercado de trabalho, é fundamental para possibilitar um rompimento com o ciclo da pobreza. Contudo, ações direcionadas para a promoção das potencialidades individuais, além de processuais, representando um investimento de longo prazo, dependem das oportunidades conjeturais e encontram limitações individuais, especialmente entre as pessoas com deficiência. Por outro lado, a pobreza caracteriza-se pelo seu caráter grave e urgente, cujos impactos podem acompanhar o indivíduo por toda a vida (Machin, 1998).

O panorama das necessidades das pessoas e das famílias no combate à pobreza, de exclusão e da instauração da deficiência é dotado de grande complexidade. Esta investigação centrou a análise nas diferenças etárias e tipo de deficiência. No que diz respeito à idade, a relação entre pobreza e deficiência pode ser resumida em: quanto mais nova a pessoa, mais incomum é a presença da deficiência, e mais propensa está a família à pobreza, sendo essa também mais grave. Assim, entre as crianças, a deficiência é mais rara de ocorrer, mas a pobreza é mais grave e frequente entre elas, sendo a idade escolar um período chave, quando a deficiência começa a figurar como uma das causas da pobreza. Ao passo que o contrário é observado nos idosos, grupo no qual a deficiência é um fenômeno mais comum, esperado, no entanto, de menor impacto sobre os recursos financeiros familiares, ao ponto de agravar o risco de pobreza, inclusive, são esses também fonte de recursos.

Nesse contexto, o papel do Estado ganha importância. Pois seria esta a instituição capaz de implicar reais modificações na oferta de trabalho e, principalmente, na oferta escolar. Seria este também o principal responsável por políticas diretas de combate à pobreza. Segundo as análises desta investigação, a população idosa é a mais protegida contra a pobreza, enquanto as crianças são as que ainda mais necessitam de medidas de apoio.

Essa distribuição populacional da deficiência e da pobreza evidencia o limite do trabalho da pessoa com deficiência por não afetar a pobreza onde ela é mais grave. Por outro lado, o trabalho, onde é observado, mostra grande potencial como meio para o combate da

pobreza. Portanto, um desafio consiste em perceber as suas fragilidades para ampliar a sua importância. Nesse âmbito, a investigação possibilitou a elaboração de um diagnóstico da relação entre a pobreza e as deficiências, com ênfase no papel do trabalho. Uma síntese desse trabalho exploratório pode ser condensada em três grupos.

A deficiência mental e a deficiência física compõem o grupo de maior restrição ao trabalho, e menor remuneração. Seriam entre esses, principalmente, que se encontrariam as pessoas com deficiência que necessitam de maior proteção social. Dado o atual contexto brasileiro, espera-se que a política de combate à pobreza não possa confiar na capacidade do mercado integrar essas pessoas como solução para a sua proximidade com a pobreza. Um problema comum no estudo dessas condições com o intento de mapear as possibilidades de trabalho, e não somente, reside na enorme diversidade de possibilidades que essas categorias de deficiência abarcam. Assim, a insegurança de lidar com a informação advinda dessa categorização é uma constante. Sob essa classificação não se distingue uma pessoa paraplégica de uma tetraplégica, cujas necessidades e capacidades funcionais e laborais variam fortemente. Um exemplo da implicação desse sistema de classificação está contido nos dados da RAIS cujas tendências mais positivas estão associadas à deficiência física, contrastando com a classificação censitária. Adiante, esta questão é brevemente revista.

A surdez e a cegueira obtiveram resultados bastante interessantes a respeito da sua relação com a pobreza e com o trabalho. Nos grupos etários referentes à idade escolar e à idade ativa, a cegueira demonstrou ter impacto significativo, aumentando a propensão da família à pobreza. Por seu turno, quando pobres, as famílias dos surdos são as mais pobres, segundo a brecha de rendimentos média. Ambos os resultados, porém, não possuem correspondência direta com as tendências gerais do trabalho, quanto às garantias trabalhistas e remuneração. O percentual de pessoas a trabalhar encontra-se abaixo da média populacional, mas algumas tendências merecem otimismo, especialmente no que diz respeito à educação. Os cegos foram aqueles que, proporcionalmente, obtiveram o maior crescimento na taxa de atendimento escolar entre os anos 2000 e 2010, enquanto os surdos possuem o retorno mais potencializado da escolaridade para a inserção no mercado de trabalho. Como expressas no censo, de modo geral, essas deficiências possuem fragilidades frente à pobreza, por um lado, e melhor participação no mercado de trabalho, por outro.

Assim, a melhor qualificação e maior inserção no mercado de trabalho indicam serem estratégias potencialmente sólidas de enfrentamento do risco de pobreza.

Por fim, as limitações sensoriais graves (mas não completas), ou seja, as pessoas que declararam possuir grandes dificuldades permanentes em ver ou ouvir obtiveram uma série de resultados intermediários, nos quais se destacam a menor inserção no mercado de trabalho e menos acesso ao trabalho legalmente protegido, em comparação com a cegueira e a surdez, proporcionalmente. Este cenário sugere a hipótese que essas diferenças estejam a expressar o efeito de políticas de proteção e promoção do trabalho para as pessoas com deficiência, como as cotas em empresas e no setor público. Se assim for, a opção por proteger as pessoas com maior limitação funcional pode estar a criar um grupo de pessoas com deficiências que reúne uma combinação danosa que conduz à pobreza, composta por significativa limitação, suscetibilidade à discriminação e baixa proteção. Assim, na atuação do Estado em busca da proteção da pessoa com deficiência, proteger um pode significar excluir outro. A veracidade desse dilema precisa ser atestada por meio de investigações que se debruçam sobre o mercado de trabalho e focalização de políticas. Por outro lado, as estatísticas laborais desse grupo também podem estar a indicar somente (ou também) que a inserção profissional de baixa qualidade não contribui para a promoção das capacidades funcionais, restringendo a possibilidade de aquisição de tecnologias corretivas (como óculos, lentes e aparelhos auditivos).

Esses resultados mostram que o trabalho possui grande importância, porém não pode ser um elemento exclusivo para a superação da pobreza. Assim, idealmente, romper o vínculo entre pobreza e a deficiência significa num desafio no qual as estratégias adotadas devem ser tão variadas quão diversa é a realidade. Ao menos três frentes de atuação são recomendadas: o combate à deficiência, o combate à pobreza e o combate à exclusão social.

O combate à deficiência deve concentrar-se essencialmente na oferta de meios que impeçam a instauração e uma limitação física em decorrência da pobreza, sobretudo entre as crianças. A desnutrição, a falta de serviços médicos especializados pré e neo natais, por exemplo, são questões passíveis de intervenção que podem oferecer grande resultado no combate da deficiência que decorre da pobreza. Esse tipo de deficiência, caracterizada pelas condições mais complexas, possui forte associação com a pobreza, possivelmente

como consequência dessa, não como sua causa, pelo menos durante os primeiros anos de vida.

O combate à pobreza, centrado nos programas de transferência de renda, ainda que encarado com algum ceticismo acerca das suas capacidades de superação das forças que levam ou mantêm uma família em situação de pobreza, indica ser importante para sanar as demandas imediatas associadas às necessidades mais básicas das famílias, como a alimentação. Devido à propensão à pobreza, para as famílias das pessoas com deficiência, os impactos das medidas de transferência monetária indicam ser ainda mais valiosos.

O combate à exclusão, pensado através do trabalho, não pode ignorar o fator educacional. Os resultados desta investigação sugerem que, para grande parte da população com deficiência, a educação demonstra ser essencial na distinção de quem está dignamente empregado das demais pessoas com deficiência que não conseguem uma inserção profissional. O papel da educação na realidade estudada parece ser subestimado no seu impacto e nas suas implicações teóricas, centradas no trabalho. O impacto da educação sobre a obtenção de um emprego e a remuneração é superior para as pessoas com limitações funcionais totais (em ver, ouvir e caminhar). No entanto, este resultado pode estar a demonstrar, para as pessoas com deficiência, a necessidade de mais educação para se conseguir um emprego.

Além disso, considerando a pobreza como um fenômeno familiar, pode-se dizer que o intervalo entre o início da idade escolar e o início da vida ativa (6 aos 15 anos) indica ter grande implicação sobre a possibilidade de uma família estar em situação de pobreza, dada a presença da deficiência. Acredita-se que as questões relativas ao cuidado e a inclusão numa instituição de ensino, que estão fortemente interligadas, são essenciais para entender tamanho impacto, requerendo e restringindo os recursos familiares. Recursos que, por sua vez, não conseguem ter poder suficiente para reduzir os impactos negativos da deficiência em conseguir concretizar o atendimento escolar (França, 2010) ou acesso o trabalho.

Por fim, o combate à exclusão das pessoas com deficiência do mundo do trabalho deve ser pautado em pelo menos duas frentes de atuação do poder público: a promoção do trabalho e o combate à precarização.

A primeira, com o objetivo de aumentar a participação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, é, como indicam as análises, determinante. Cabe ao Estado o principal papel de fiscalizar e atualizar as medidas legais, e à sociedade civil, em ação conjunta com este, oferecer informações e promover campanhas com o objetivo de esclarecer as possibilidades de trabalho e divulgar as experiências positivas junto das empresas e da sociedade. Recomendam-se também investigações sobre a atuação e potencial das pessoas com deficiência no autoemprego e no papel de empregador, para que políticas nessa área possam ser elaboradas.

Por seu turno, o combate à precarização é necessário para assegurar a dignidade do trabalhador com deficiência e seu status de cidadão, certificando este com um trabalho legalmente protegido. As análises indicam que as pessoas com deficiência, com frequência, exercem um trabalho legalmente desprotegido. Nessas condições, as pessoas com deficiência são sub-remuneradas e não possuem as garantias laborais essenciais.

As possibilidades de auferir ao menos um salário mínimo, além de outras conquistas trabalhistas, são essenciais para evitar a exploração do sujeito e a efetividade do trabalho como meio de proteção individual e familiar contra a pobreza, ao invés de ter um trabalho que contribua para a sua pobreza. Novamente, é dever do Estado a fiscalização e combate às infrações.

Todas essas frentes de atuação indicam ser importantes para dissociar a deficiência da pobreza. É importante sublinhar que a relação entre ambas é complexa. As tendências apontadas revelam que o trabalho das pessoas com deficiência pode ser uma via para a dissociação da pobreza da deficiência, mas ele não deve ser compreendido como a solução total do problema, uma vez que o seu poder é limitado, tanto por não alcançar todas as pessoas com deficiência e suas famílias, como por ser ele também diverso e, frequentemente, frágil. Então, as necessidades de protegê-lo e promovê-lo são evidentes, especialmente por meio do investimento na educação, que pouco tem destaque na literatura. Por outro lado, há a necessidade de se reconhecer os limites do trabalho e valorizar outros meios de combate da pobreza, sobretudo quando destinados às crianças com deficiência e aos seus familiares.

BIBLIOGRAFIA

Abberley, Paul (1987), “The concept of oppression and the development of social theory of disability”, *Disability, Handicap & Society*, 2(1).

Abberley, Paul (1997), “The limits of classical social theory in analysis and transformation of disablement”, in Barton, Len; Oliver, Mike, *Disability studies: past, present and future*. Leeds: The Disability Press.

Abberley, Paul (1999), *The significance of work for citizenship of disabled people*. Apresentado na University College Dublin, <http://disability-studies.leeds.ac.uk/files/library/Abberley-sigofwork.pdf> [14 de abril de 2013]

Alcock, Pete (1997), *Understanding poverty*. Basingstroke: Macmillan Press.

Alves, Joana (2013), “Olhando o cuidado familiar a partir do paradigma da dádiva”, *REALIS Revista de Estudos AntiUtilitaristas e PósColoniais*, 3(1).

Amiralian, Maria; Pinto, Elizabeth; Ghirardi, Maria; Lichtig, Ida; Masini, Elcie; Pasqualin, Luiz (2000), “Conceituando deficiência”, *Revista de Saúde Pública*, 34(1).

Aranha, Maria (2001), “Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência”, *Revista do Ministério Público do Trabalho*, 11(21).

Armer, Bill (2004), “In search of a Social Model of Disability: Marxism, normality and culture”, in Barnes, Colin; Mencer, Geof, *Implementing the Social Model of Disability: Theory and Research*. Leeds: The Disability Press.

Atkinson, Anthony (1998), “Chapter one: Social Exclusion, Poverty and Unemployment”, in Atkinson, Anthony; Hills, John, *Exclusion, Employment and Opportunity*. CASE Paper 4. London: Centre for Analysis of Social Exclusion, London School of Economics.

Azevedo, Darana; Burlandy, Luciene (2010), “Políticas de combate à pobreza no Brasil, concepções e estratégias”, *Revista Katálysis*, 13(2).

Barbosa, Maria Angélica *et al.* (2012), “Cuidado centrado na família no contexto da criança com deficiência e sua família: uma análise reflexiva”, *Texto & Contexto Enfermagem*, 21(1).

Baltar, Paulo (2005), “Salário mínimo e mercado de trabalho”, in Baltar, Paulo *et al.* (org.), *Salário Mínimo e Desenvolvimento*. Campinas: Unicamp.

Barnes, Colin (1997), “A legacy of Oppression: A history of disability in Western culture”, in Barton, Len; Oliver, Mike, *Disability studies: past, present and future*. Leeds: The Disability Press.

Barnes, Colin (2012), “Re-thinking Disability, Work and Welfare”, *Sociology Compass*, 6(6).

Barnes, Colin; Mencer, Geof (1996), “Introduction: exploring the divide” in Barnes, Colin; Mencer, Geof, *Exploring the divide: illness and disability*. Leeds: The Disability Press.

Barros, Ricardo (2009), *Sobre a Evolução Recente da Pobreza e da Desigualdade*. Brasília: IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/090924_compres30ricardo.pdf [03 de maio de 2014]

Becker, Gary (1993), *Human Capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education*. Chicago: University of Chicago Press.

Bismark-Nasr, Elizabeth; Frutuoso, Maria; Gamabardella, Ana (2008), “Efeitos tardios do baixo peso ao nascer”, *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 18(1).

Bourdieu, Pierre (2006), *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk.

Bruschini, Cristina (2006), “Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado”, *Revista Brasileira de Estudos de População*, 23(2).

Camargo, Camila *et al.* (2013), “Perfil socioeconômico dos beneficiários do Programa Bolsa Família: o que o Cadastro Único revela?”, in Campello, Tereza; Neri, Marcelo (org.), *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: IPEA.

Camargo, José (2004), “Política Social no Brasil: prioridades erradas, incentivos perversos”, *São Paulo em Perspectiva*, 18(2).

Capucha, Luís (2005), *Desafios da pobreza*. Oeiras: Celta Editora.

Cardoso, Fernando Henrique; Faletto, Enzo (1970), *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Carvalho, José (2002), *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Castel, Robert (1998), *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes.

CEDEPLAR: Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (2007), *Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Compate à Fome.

Coleman, James (1966), “Desempenho nas escolas públicas”, in Brooke, Nigel; Soares, José (org.) (2008), *Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Costa, Alfredo, (2008), *Um olhar sobre a pobreza: vulnerabilidade e exclusão no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Gradiva.

Crow, Liz (1996), “Including all of our lives: renewing the Social Model of Disability”, in Barnes, Colin; Mencer, Geof, *Exploring the divide: illness and disability*. Leeds: The Disability Press.

Daly, Mary; Lewis, Jane (2000), “The concept of social care and the analysis of contemporary welfare states”, *British Journal of Sociology*, 51(2).

Davis, James (1985), *The logistic causal order*. Beverly Hills: SAGE Publications.

DIEESE: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2010), *Salário Mínimo: Instrumento de combate à desigualdade*. São Paulo: DIEESE.

DIEESE: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2013), *Pesquisa de emprego e desemprego*, <http://www.dieese.org.br/analisepep/annualMET.html> [15 de maio de 2013]

Diniz, Debora (2007), *O que é deficiência*. São Paulo: Brasiliense.

Diniz, Debora; Squinca, Flávia; Medeiros, Marcelo (2007), “Qual deficiência? Perícia médica e assistência social no Brasil”, *Cadernos de Saúde Pública*, 23(11).

Domingues, José (2010), “Revisitando a obra Dependência e Desenvolvimento na América Latina”, *Série Cadernos FLACSO*, 1, 1-23.

DRA: Disability Rights Advocates (2001), *Forgotten Crimes: The holocaust and people with disabilities*. Oakland: DRA. http://www.wwda.org.au/wp-content/uploads/2013/12/forgotten_crimes1.pdf [14 de abril de 2013]

Elwan, Ann (1999), *Poverty and Disability: a survey of the literature*. Social Protection Discussion Paper Series 9932. World Bank.

FAO: Food and Agriculture Organization of the United Nations (2012), *The estate of food insecurity in the world: economic growth is necessary but not sufficient to accelerate reduction of hunger and malnutrition*. Rome: FAO.

Farias, Norma; Buchalla, Cassia (2005), “A Classificação internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde da Organização Mundial da Saúde: conceitos usos e perspectivas”, *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 5(2).

FEBRABAN: Federação Brasileira de Bancos (2006), *População com deficiência no Brasil: fatos e percepções*. São Paulo: FEBRABAN.

Ferreira, Sergio; Veloso, Fernando (2003), “Mobilidade Intergeracional de Educação no Brasil”, *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 33(3).

Filmer, Deon (2005), “Disability, Poverty and Schooling in Developing Countries: Results from 11 household surveys”. *Social Protection Discussion Paper Series 0539*. World Bank.

Fineman, Martha (2004), *The autonomy myth: a theory of dependency*. New York: New Press.

Finkelstein, Vic (2001), *The Social Model of Disability repossessed*. Manchester Coalition of Disabled People, <http://disability-studies.leeds.ac.uk/files/library/finkelstein-soc-mod-repossessed.pdf> [12 de abril de 2013]

Floriani, Ciro (2004), “Cuidado familiar: sobrecarga e proteção”, *Revista Brasileira de Cancerologia*, 50(4).

França, Tiago (2010), *Deficiência e escolarização no Brasil: um estudo acerca do atendimento, atraso e progressão escolar dos deficientes segundo o Censo 2000*. Dissertação de mestrado em Demografia. CEDEPLAR.

França, Tiago; Rios-Neto, Eduardo (2012), “A escolarização das pessoas com deficiência no Brasil: atendimento, atraso e progressão no Ensino Fundamental segundo o Censo 2000”, *Revista Brasileira de Estudos de População*, 29(2).

Freyre, Gilberto (2005), *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. São Paulo: Global Editora e distribuidora.

Furtado, Celso (2005), *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Gilson, Stephen; Depoy, Elizabeth (2000), “Multiculturalism and Disability: A critical perspective”, *Disability & Society*, 15(2).

Glenginning, Caroline; Tjadens, Frits; Arksey, Hilary; Morée, Marjolein; Moran, Nicola; Nies, Henk (2009), “Care Provision within Families and its Socio-Economic Impact on Care Providers”. *Working Paper 2342*. Social Policy Research Unit, University of York.

Goedhart, Theo; et al., (1977), “The poverty line: concept and measurement”, *The journal of human resources*, 12(4), 503-520.

Goffman, Erving (1975), *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar.

Gorz, André (1987), *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forence Universitária.

Guimarães, Raquel (2010), *Probabilidade de progressão por série no Brasil: evolução, seletividade e aplicação de modelos idade-período-coorte*. Dissertação de mestrado em Demografia. CEDEPLAR.

Hans, Herbert (1972), “The positive functions of poverty”, *America Journal of Sociology*, 78(2).

Hosmer, David; Lemeshow, Stanley (1989), *Applied logistic regression*. New York: J. Wiley.

Hughes, Bill; Paterson, Kevin (1997), “The Social Model of Disability and the Disappearing Body: Towards a sociology of impairment”, *Disability & Society*, 12(3).

Hunt, Paul (1966), *Stigma: the experience of disability*. London: Geoffrey Chapman.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), *Mulher no Mercado de Trabalho: perguntas e respostas*, http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp.pdf [27 de junho de 2014]

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012), *Censo Demográfico 2010: Notas metodológicas*. Rio de Janeiro: IBGE.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2014), *Indicadores IBGE: Principais destaques da evolução do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa*. http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/retrospectiva2003_2013.pdf [04 de maio de 2014]

Ivo, Anete (2008), “Georg Simmel e a ‘sociologia da pobreza’”, *Caderno CRH*, 21(52), 171-180.

Joseph Rowntree Foudation (1998), *The cost of childhood disability*, <http://www.jrf.org.uk/sites/files/jrf/scr748.pdf> [06 de maio de 2014]

Kowarick, Lúcio (1999), “Conceito da Exclusão Social”, in Vêras, Maria Pardini (org.), *Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam*. São Paulo: Educ.

Kudlick, Catherine (2003), “Disability History: Why we need another ‘other’”, *The American Historical Review*, 108(3).

Leal, Maria; Gama, Silvana; Cunha, Cynthia (2006), “Desigualdades sociodemográficas e suas conseqüências sobre o peso do recém-nascido”, *Revista de Saúde Pública*, 40(3).

Machin, Stepehn (1998), “Chapter Four: Childhood Disadvantage and Intergenerational Transmission os Economic Status”, in Atkinson, Anthony; Hills, John, *Exclusion, Employment and Opportunity*. CASE Paper 4. London: Centre for Analysis of Social Exclusion, London School of Economics.

Mariano, Silvana; Carloto, Cássia (2009), “Gênero e Combate à Pobreza: Programa Bolsa Família”, *Estudos Feministas*, 17(3).

MDS: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2014), “Benefício de Prestação Continuada”. <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/beneficiosassistenciais/bpc/beneficio-de-prestacao-continuada-bpc> [03 de maio de 2014]

Medeiros, Marcelo; Diniz, Debora (2004), “A nova maneira de se entender a deficiência e o envelhecimento”. *Texto para discussão n°1040*. Brasília: IPEA.

Mitra, Sophie; Posarac, Aleksandra; Vick Brandon (2011), “Disability and Poverty in Developing Countries: A snapshot from the World Health Survey”. *Social Protection Discussion Paper n° 1109*. World Bank.

Mont, Daniel (2007), “Measuring disability prevalence”. *Social Protection Discussion Paper Series 0706*. Washington: World Bank.

Moyes, Adrian (1981), *One in Ten: disability and the very poor*. Oxford: Oxfam.

MTE: Ministério do Trabalho e Emprego (2011), *Boletim de Indicadores do Mercado de Trabalho— Pessoas com Deficiência n° 3*. Brasília: TEM, www3.mte.gov.br/observatorio/indicadores_boletim_03.pdf [25 de novembro de 2013]

Narayan, Deepa (1999), *Voices of the poor: can anyone hear us?* New York: Oxford University Press.

Neri, Marcelo; Pinto, Alexandre; Soares, Wagner; Costilla, Hessia (2003), *Retratos da deficiência no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV.

Neri, Marcelo; Soares, Wagner (2012), “Desigualdade social e saúde no Brasil”, *Caderno de Saúde Pública*, 18, 77-87.

Oliver, Mike (1994), “Capitalism, Disability and Ideology: A materialist critique of the normalization principles”. *International Conference on Normalization na University of Ottawa*. Ottawa, Canadá, <http://www.leeds.ac.uk/disability-studies/archiveuk/Oliver/cap%20dis%20ideol.pdf> [10 de fevereiro de 2012]

Oliver, Mike (1996), “Defining Impairment and Disability: issues at stake”, in Barnes, Colin; Mencer, Geof, *Exploring the divide: illness and disability*. Leeds: The Disability Press.

Oliver, Mike; Barnes, Colin, Barnes (2006), “Disability Politics and the Disability Movement in Britain: where did it all go wrong?”, *Coalition*, jun.

OMS: Organização Mundial da Saúde (2002), *Toward a common language for function, disability and health: International Classification of Functioning, Disability and Health (ICF)*. Genebra: OMS.

Orshansky, Mollie (1965), “Counting the poor: another look at poverty profile”, *Social security bulletin*, 28.

Paugam, Serge (1996), “A new social contract? poverty and social exclusion: a sociological view”, *EUI working papers of the Robert Schuman Centre*, 96(37).

Paugam, Serge (1999), *Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam*. São Paulo: EDUC.

Paugam, Serge (2006), *A desqualificação social*. Porto: Porto Editora.

Pero, Valéria; Szerman, Dimitri (2008), “Mobilidade Intergeracional de Renda no Brasil”, *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 38(1).

Portugal, Silvia; Martins, Bruno; Ramos, Luís; Hespanha, Pedro (2010), *Estudo de avaliação do impacto dos custos financeiros e sociais da deficiência*. Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra.

Prado Junior, Caio (1961), *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora Brazileinse.

Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação (2013), *As internações por Causas Externas*, <http://www.sarah.br/Cvisual/Sarah/AA-Prevencao/PDF2013-09/01%20Geral%20Causas%20Externas.pdf> [15 de abril de 2014]

Rêgo, Walquíria; Pinzani, Alessandro (2013), “Liberdade, dinheiro e autonomia: o caso do Programa Bolsa Família”, in Campello, Tereza; Neri, Marcelo (org.), *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: IPEA.

Rein, Martin (1971), “Problems in definition and measurement of poverty”, in Townsend, Peter (1971), *The concept of poverty*. Londres: Heinemann.

Riberto, Marcelo (2011), “Core sets da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde”, *Revista Brasileira de Enfermagem*, (64)5.

Rio Group: Expert Group on Poverty Statistics (2006), *Compendium of the best practices in poverty measurement*. Rio de Janeiro: IBGE; ONU.

Rocha, Sonia (2013), *Pobreza no Brasil: A evolução de longo prazo (1970-2011)*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Altos Estudos e Pesquisas.

Rodrigues, Carlos; Andrade, Isabel (2010), *Monetary Poverty, Material Deprivation and Consistent Poverty in Portugal*. Working Paper 25. Lisboa: ISEG.

Rowntree, Seebohm (1902), *Poverty: a study of town life*. New York: The Macmillan Company [orig. 1901].

Ruaro, João; Ruaro, Marinêz; Souza, Damião; Fréz, Andersom; Guerra, Ricardo (2012), “Panorama e perfil da utilização da CIF no Brasil: uma década de história”, *Revista Brasileira de Fisioterapia*, 16(6).

Rust, Tom; Metts, Robert (2007), *Poverty and Disability: trapped in a web of causation*, <http://ecomod.net/sites/default/files/document-conference/ecomod2007-rum/181.pdf> [01 de julho de 2009]

Santos, Leonor; Guanais, Frederico; Porto, Denise; Morais Neto, Otaliba; Stevens, Antony; Cortez-Escalante, Juan; Modesto, Lucia. (2013), “Menor ocorrência de baixo peso ao nascer entre crianças de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família”, in Campello, Tereza; Neri, Marcelo (org.), *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: IPEA.

Santos, Wederson (2011), “Deficiência e BPC: o que muda na vida das pessoas atendidas?”, *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(1).

Sasaki, Romeu (2002), “Como chamar as pessoas que têm deficiência?”, in Sasaki, Romeu, *Vida independente: história, movimento liderança, conceito, filosofia e fundamentos*. São Paulo: RNR.

Schramm, Joyce; Oliveira, Andreia; Leite, Iúri; Valente Joaquim; Gadelha, Ângela; Portela, Margareth; Campos, Mônica (2004), “Transição epidemiológica e o estudo de carga de doença no Brasil”, *Ciência & Saúde Coletiva*, 9(4).

Schwartzman, Simon (2004), *As causas da pobreza*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Segall-Corrêa, Ana; Marin-Leon, Letícia; Helito, Hugo; Pérez-Escamilla, Rafael; Santos, Leonor; Paes-Sousa, Rômulo (2008), “Transferência de renda e segurança alimentar no Brasil: análise dos dados nacionais”, *Revista de Nutrição*, 21.

Sen, Amartya (1983), “Poor, relatively speaking”, *Oxford economic papers*, 35(2), 135-169.

Sen, Amartya (1999), *Pobreza e fomes: um ensaio sobre direitos e privações*. Lisboa: Terramar.

Sen, Amartya (2003), *Desenvolvimento como liberdade*. Lisboa: Gradiva.

Sennett, Richard (2004), *Respeito: a formação do caráter em um mundo desigual*. Rio de Janeiro: Record.

Sennett, Richard (2011), *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record.

Shakespeare, Tom (1996), “Disability, Identity and Difference”, in Barnes, Colin; Mencer, Geof, *Exploring the divide: illness and disability*. Leeds: The Disability Press.

Shakespeare, Tom (1997), “Cultural representation of disabled people: dustbin for disavowal?”, in Barton, Len; Oliver, Mike, *Disability studies: past, present and future*. Leeds: The Disability Press.

Shakespeare, Tom; Watson, Nicholas (2002), “The Social Model of Disability: an outdated ideology”, *Research in Social Science and Disability*, 2.

Silva, Josué (1999), “O ‘Adeus ao Proletariado’ de Gorz, vinte anos depois”, *Lua Nova*, 48.

Silva, Maria Ozanira (2007), “O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil”, *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(6).

Silva, Maria Ozanira (2010), “Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira”, *Revista Katálysis*, 13(2).

Simmel, Georg; Jacobson, Claire (1965), “The poor”, *Social problems*, (13)2.

- Simmel, Georg (1998), *Les pauvres*. Paris: Presses Universitaires de France [orig. 1907].
- Smith, Adam (1776), *An inquiry into the nature and cause of the wealth of nations*. London: Home University Library.
- Souza, Jessé (2003), *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Souza, Jessé (2006), *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ.
- Souza, Jessé (2009), *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Souza, José; Carneiro, Ricardo (2007), “Universalismo e Focalização na Política de Atenção à Pessoa com Deficiência”, *Saúde e Sociedade*, (16)3.
- Souza, Regina (1995), “Educação Especial, Psicologia do Surdo e Bilinguismo: Bases históricas e perspectivas atuais”, *Temas em Psicologia*, 3(2).
- Spiker, Paul (2007), *The idea of poverty*. Chicago: University of Chicago Press.
- Stiker, Henri-Jacques (1999), *A History of Disability*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- Thomas, Carol (2004), “How is disability understood? An examination of sociological approaches”, *Disability & Society*, 19(6).
- Toni, Mírian (2003), “Visões sobre o trabalho em transformação”, *Sociologia*, 9, 246-286.
- Townsend, Peter (1979), *Poverty in the United Kingdom: a survey of household resources and standards of living*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press.
- Townsend, Peter (2010), “The meaning of poverty”, *The British journal of sociology*, 61, 85-102.
- Travassos, Claudia; Viacava, Francisco; Laguardia, Josué (2008), “Os suplementos saúde na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) no Brasil”, *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 11(supl 1).
- Trigueiro, Larissa; Lucena, Neide; Aragão, Paulo; Lemos, Moema (2011), “Perfil sociodemográfico e índice de qualidade de vida de cuidadores de pessoas com deficiência física”, *Fisioterapia e Pesquisa*, 18(3).
- UPIAS: The Union of the Physically Impaired Against Segregation (1975), *Fundamental Principles of Disability*. London: UPIAS.
- Vasconcelos, Ana Maria; Gomes, Marília (2012), “Transição demográfica: a experiência brasileira”, *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 21(4).
- Vasey, Sian (1992), “A response to Liz Crow”, *Coalition*, set.

Wang, Kai-Wei; Barnard, Alan (2004), “Technology-dependent children and their families”, *Journal of Advanced Nursing*, 45(1).

Woortmann, Klass; Woortmann, Elle (2004), *Monoparentalidade e chefia feminina: conceitos, contextos e circunstâncias*. Série Antropologia 357. Brasília: UnB.

Zaidi, Asghar; Burchardt, Tania (2003), *Comparing incomes when needs differ: Equivalisation for the extra costs of disability in the UK*, CASEpaper 64. Centre for Analysis of Social Exclusion, London School of Economics.

Zimmermann, Clovis (2006), “Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: o caso do Bolsa Família do governo Lula no Brasil”, *SUR Revista Internacional de Direitos Humanos*, (4)3.

ANEXO I – Modelos Ajustados

Modelo I-A

Variável dependente: pobreza financeira (rendimentos iguais ou inferiores a meio salário mínimo *per capita*).

Variáveis independentes: espécie de domicílio, quantidade de idosos, proporção entre crianças e adultos, instrução máxima entre os adultos, trabalho das pessoas em idade ativa, trabalho das pessoas anterior à idade ativa, trabalho de idosos, indisponível ao trabalho, rendimento de programas sociais (e outras fontes), crianças em idade pré-escolar com deficiência, criança em idade escolar com deficiência, pessoa em idade ativa com deficiência, idoso com deficiência, localização (rural ou urbana), região do país.

Tabela 13 – Modelo I-A

	Coefficiente	Significância	Erro padrão	Wald Test
Espécie de domicílio (ref.Unipessoal)		0,00		20499
Nuclear	0,611	0,00	0,01	13258
Estendida	0,846	0,00	0,01	20219
Composta	0,679	0,00	0,01	5246
Quantidade de idosos (ref. Zero)		0,00		35830
Um	-0,668	0,00	0,00	28098
Dois ou mais	-0,986	0,00	0,01	17363
Razão de crianças (ref. Sem crianças)		0,00		315702
Mais adultos	0,897	0,00	0,00	87410
Igual quantidade	1,503	0,00	0,00	163927
Mais crianças	2,574	0,00	0,01	254100
Instrução máxima atingida (ref. Sem instrução)		0,00		285160
Fundamental	-0,174	0,00	0,00	3378
Médio	-0,975	0,00	0,00	119530
Superior	-2,531	0,00	0,01	191935
Mestrado ou Doutorado	-2,838	0,00	0,03	10862
Trabalho em idade ativa (ref. Todos trabalham)		0,00		403467
Nem todos	1,317	0,00	0,01	50092
Ninguém	3,026	0,00	0,01	258949
Sem pesos em idade ativa	0,578	0,00	0,01	3674
Trabalho em idade escolar (ref. Não)	-0,836	0,00	0,01	6029
Trabalho de idoso (ref. Não)	-1,11	0,00	0,01	12197
Indisponível para trabalho (ref. Não)	0,658	0,00	0,02	1860
Rendimento de Programas sociais (ref. Não)	-0,612	0,00	0,01	15758
Criança em idade pré-escolar com deficiência (ref. Não)	0,174	0,12	0,11	2
Criança em idade escolar com deficiência (ref. Não)	0,4	0,00	0,05	58
Pessoa em idade ativa com deficiência (ref. Não)	0,255	0,00	0,01	830
Idoso com deficiência (ref. Não)	-0,117	0,00	0,02	37
Localizado na zona rural (ref. Não)	0,716	0,00	0,00	71037
Região do país (ref. Norte)		0,00		326361
Nordeste	0,37	0,00	0,00	7376
Sudeste	-0,841	0,00	0,00	38489
Sul	-1,318	0,00	0,01	75436
Centro-Oeste	-0,811	0,00	0,01	21126
Interceto	-2,439	0,00	0,01	110797

Dados: IBGE, 2010

Modelo I-B

Variável dependente: pobreza financeira.

Variáveis independentes: espécie de domicílio, quantidade de idosos, proporção entre crianças e adultos, instrução máxima entre os adultos, trabalho das pessoas em idade ativa, trabalho das pessoas anterior à idade ativa, trabalho de idosos, indisponível ao trabalho, rendimento de programas sociais (e outras fontes), crianças em idade pré-escolar com deficiência mental, idade pré-escolar com deficiência visual, idade escolar com deficiência auditiva, idade escolar com deficiência física, crianças em idade escolar com deficiência mental, idade escolar com deficiência visual, idade escolar com deficiência auditiva, idade escolar com deficiência física, pessoa em idade ativa com deficiência mental, pessoa em idade ativa com deficiência visual, pessoa em idade ativa com deficiência auditiva, pessoa em idade ativa com deficiência física, idoso com deficiência mental, idoso com deficiência visual, idoso com deficiência auditiva, idoso com deficiência física, localização (rural ou urbana), região do país.

Tabela 14 – Modelo I-B (continua na página seguinte)

	Coeficiente	Significância	Erro Padrão	Wald Test
Espécie de domicílio (ref. Unipessoal)		0,00		20560
Nuclear	0,612	0,00	0,01	13291
Estendida	0,847	0,00	0,01	20277
Composta	0,680	0,00	0,01	5261
Quantidade de idosos (ref. Zero)		0,00		35944
Um	-0,668	0,00	0,00	28093
Dois ou mais	-0,988	0,00	0,01	17591
Razão de crianças (ref. Sem crianças)		0,00		315636
Mais adultos	0,897	0,00	0,00	87354
Igual quantidade	1,502	0,00	0,00	163884
Mais crianças	2,573	0,00	0,01	254030
Instrução máxima atingida (ref. Sem instrução)		0,00		285266
Fundamental	-0,174	0,00	0,00	3391
Médio	-0,975	0,00	0,00	119614
Superior	-2,532	0,00	0,01	192011
Mestrado ou Doutorado	-2,839	0,00	0,03	10866
Trabalho em idade ativa (ref. Todos trabalham)		0,00		403524
Nem todos	1,317	0,00	0,01	50105
Ninguém	3,027	0,00	0,01	259036
Sem pessoas em idade ativa	0,578	0,00	0,01	3673
Trabalho em idade escolar (ref. Não)	-0,836	0,00	0,01	6028
Trabalho de idoso (ref. Não)	-1,110	0,00	0,01	12198
Indisponível para trabalho (ref. Não)	0,658	0,00	0,02	1860
Rendimento de Programas sociais (ref. Não)	-0,612	0,00	0,00	15749
Criança em idade pré-escolar com deficiência mental (ref. Não)	0,458	0,03	0,21	5
Criança em idade pré-escolar com deficiência visual (ref. Não)	-0,173	0,33	0,18	1
Criança em idade pré-escolar com deficiência auditiva (ref. Não)	-0,156	0,54	0,26	0
Criança em idade pré-escolar com deficiência física (ref. Não)	0,550	0,00	0,20	8
Criança em idade escolar com deficiência mental (ref. Não)	0,543	0,00	0,08	43
Criança em idade escolar com deficiência visual (ref. Não)	0,233	0,00	0,07	10
Criança em idade escolar com deficiência auditiva (ref. Não)	0,155	0,27	0,14	1
Criança em idade escolar com deficiência física (ref. Não)	0,176	0,26	0,15	1
Pessoa em idade ativa com deficiência mental (ref. Não)	0,198	0,00	0,02	92
Pessoa em idade ativa com deficiência visual (ref. Não)	0,303	0,00	0,01	775
Pessoa em idade ativa com deficiência auditiva (ref. Não)	0,012	0,73	0,03	0

Pessoa em idade ativa com deficiência física (ref. Não)	0,002	0,93	0,02	0
Idoso com deficiência mental (ref. Não)	-0,056	0,48	0,08	0
Idoso com deficiência visual (ref. Não)	-0,046	0,07	0,03	3
Idoso com deficiência auditiva (ref. Não)	-0,156	0,01	0,06	8
Idoso com deficiência física (ref. Não)	-0,120	0,00	0,03	17
Localizado na zona rural (ref. Não)	0,716	0,00	0,00	71018
Região do país (ref. Norte)	0,000	0,00	0,00	326222
Nordeste	0,371	0,00	0,00	7384
Sudeste	-0,840	0,00	0,00	38449
Sul	-1,318	0,00	0,00	75373
Centro-Oeste	-0,810	0,00	0,01	21116
Interceto	-2,440	0,00	0,01	110828

Dados: IBGE, 2010

Modelo I-C

Variável dependente: pobreza ampla (pobreza financeira ou viver em habitação de baixa qualidade).

Variáveis independentes: espécie de domicílio, quantidade de idosos, proporção entre crianças e adultos, instrução máxima entre os adultos, trabalho das pessoas em idade ativa, trabalho das pessoas anterior à idade ativa, trabalho de idosos, indisponível ao trabalho, rendimento de programas sociais (e outras fontes), crianças em idade pré-escolar com deficiência, criança em idade escolar com deficiência, pessoa em idade ativa com deficiência, idoso com deficiência, localização (rural ou urbana), região do país.

Tabela 15 – Modelo I-C

	Coefficiente	Significância	Erro Padrão	Wald Test
Espécie de domicílio (ref. Unipessoal)		0,00		15908
Nuclear	0,224	0,00	0,00	2894
Estendida	0,551	0,00	0,00	12240
Composta	0,421	0,00	0,01	2646
Quantidade de idosos (ref. Zero)		0,00		8115
Um	-0,324	0,00	0,00	7433
Dois ou mais	-0,361	0,00	0,01	3366
Razão de crianças (ref. Sem crianças)		0,00		148210
Mais adultos	0,752	0,00	0,00	66655
Igual quantidade	0,813	0,00	0,00	45257
Mais crianças	2,368	0,00	0,01	104190
Instrução máxima atingida (ref. Sem instrução)		0,00		268701
Fundamental	-0,256	0,00	0,00	5964
Médio	-0,828	0,00	0,00	82329
Superior	-1,740	0,00	0,00	219929
Mestrado ou Doutorado	-2,230	0,00	0,01	27798
Trabalho em idade ativa (ref. Todos trabalham)		0,00		93122
Nem todos	0,397	0,00	0,00	11240
Ninguém	1,286	0,00	0,00	83589
Sem pessoas em idade ativa	0,137	0,00	0,01	469
Trabalho em idade escolar (ref. Não)	-0,243	0,00	0,01	345
Trabalho de idoso (ref. Não)	-0,195	0,00	0,01	862
Indisponível para trabalho (ref. Não)	0,377	0,00	0,02	560
Rendimento de Programas sociais (ref. Não)	-0,271	0,00	0,00	3694
Criança em idade pré-escolar com deficiência (ref. Não)	0,565	0,00	0,16	13
Criança em idade escolar com deficiência (ref. Não)	0,363	0,00	0,07	26
Pessoa em idade ativa com deficiência (ref. Não)	0,295	0,00	0,01	894
Idoso com deficiência (ref. Não)	0,059	0,00	0,02	14
Localizado na zona rural (ref. Não)	3,299	0,00	0,01	322770
Região do país (ref. Norte)		0,00		477845
Nordeste	-0,903	0,00	0,01	21865
Sudeste	-2,430	0,00	0,01	170508
Sul	-2,079	0,00	0,01	115317
Centro-Oeste	-0,909	0,00	0,01	17710
Interceto	1,545	0,00	0,01	51005

Dados: IBGE, 2010

Modelo I-D

Variável dependente: pobreza ampla (pobreza financeira ou viver em habitação de baixa qualidade).

Variáveis independentes: espécie de domicílio, quantidade de idosos, proporção entre crianças e adultos, instrução máxima entre os adultos, trabalho das pessoas em idade ativa, trabalho das pessoas anterior à idade ativa, trabalho de idosos, indisponível ao trabalho, rendimento de programas sociais (e outras fontes), crianças em idade pré-escolar com deficiência mental, idade pré-escolar com deficiência visual, idade escolar com deficiência auditiva, idade escolar com deficiência física, crianças em idade escolar com deficiência mental, idade escolar com deficiência visual, idade escolar com deficiência auditiva, idade escolar com deficiência física, pessoa em idade ativa com deficiência mental, pessoa em idade ativa com deficiência visual, pessoa em idade ativa com deficiência auditiva, pessoa em idade ativa com deficiência física, idoso com deficiência mental, idoso com deficiência visual, idoso com deficiência auditiva, idoso com deficiência física, localização (rural ou urbana), região do país.

Tabela 16 – Modelo I-D (continua na página seguinte)

	Coeficiente	Significância	Erro padrão	Wald test
Espécie de domicílio (ref. Unipessoal)		0,00		15956
Nuclear	0,225	0,00	0,00	2905
Estendida	0,552	0,00	0,00	12280
Composta	0,421	0,00	0,01	2653
Quantidade de idosos (ref. Zero)		0,00		8145
Um	-0,325	0,00	0,00	7456
Dois ou mais	-0,361	0,00	0,01	3397
Razão de crianças (ref. Sem crianças)		0,00		148145
Mais adultos	0,752	0,00	0,00	66613
Igual quantidade	0,813	0,00	0,00	45221
Mais crianças	2,368	0,00	0,01	104152
Instrução máxima atingida (ref. Sem instrução)		0,00		268766
Fundamental	-0,256	0,00	0,00	5970
Médio	-0,828	0,00	0,00	82354
Superior	-1,741	0,00	0,00	219988
Mestrado ou Doutorado	-2,231	0,00	0,01	27806
Trabalho em idade ativa (ref. Todos trabalham)		0,00		93116
Nem todos	0,397	0,00	0,00	11252
Ninguém	1,287	0,00	0,00	83608
Sem pessoas em idade ativa	0,137	0,00	0,01	473
Trabalho em idade escolar (ref. Não)	-0,243	0,00	0,01	345
Trabalho de idoso (ref. Não)	-0,195	0,00	0,01	863
Indisponível para trabalho (ref. Não)	0,377	0,00	0,02	559
Rendimento de Programas sociais (ref. Não)	-0,271	0,00	0,00	3695
Criança em idade pré-escolar com deficiência mental (ref. Não)	0,577	0,04	0,28	4
Criança em idade pré-escolar com deficiência visual (ref. Não)	0,228	0,34	0,24	1
Criança em idade pré-escolar com deficiência auditiva (ref. Não)	-0,497	0,14	0,34	2
Criança em idade pré-escolar com deficiência física (ref. Não)	0,760	0,01	0,28	7
Criança em idade escolar com deficiência mental (ref. Não)	0,542	0,00	0,12	21
Criança em idade escolar com deficiência visual (ref. Não)	0,221	0,02	0,10	5
Criança em idade escolar com deficiência auditiva (ref. Não)	0,393	0,05	0,20	4
Criança em idade escolar com deficiência física (ref. Não)	-0,154	0,45	0,20	1
Pessoa em idade ativa com deficiência mental (ref. Não)	0,368	0,00	0,02	247
Pessoa em idade ativa com deficiência visual (ref. Não)	0,281	0,00	0,01	533
Pessoa em idade ativa com deficiência auditiva (ref. Não)	-0,011	0,76	0,04	0
Pessoa em idade ativa com deficiência física (ref. Não)	0,106	0,00	0,02	21

Idoso com deficiência mental (ref. Não)	-0,089	0,15	0,06	2
Idoso com deficiência visual (ref. Não)	0,108	0,00	0,02	26
Idoso com deficiência auditiva (ref. Não)	-0,083	0,06	0,04	4
Idoso com deficiência física (ref. Não)	0,023	0,30	0,02	1
Localizado na zona rural (ref. Não)	3,299	0,00	0,01	322771
Região do país (ref. Norte)		0,00		477798
Nordeste	-0,903	0,00	0,01	21861
Sudeste	-2,430	0,00	0,01	170496
Sul	-2,079	0,00	0,01	115304
Centro-Oeste	-0,909	0,00	0,01	17709
Interceto	1,545	0,00	0,01	51004

Dados: IBGE, 2010

Modelo II-A

Variável dependente: trabalho remunerado (estar a exercer, ou estar afastado, de atividade com rendimentos, de ao menos 8 horas, na semana de referência do inquérito).

Variáveis independentes: sexo, idade, cor, estar a estudar, nível de instrução, capacidade de enxergar, ouvir, caminhar/subir escadas, deficiência mental, razão entre adultos e crianças, presença de idosos, deficiências agregadas por grupo etário de um ou mais convivente, localidade (rural ou urbana), região do país.

Interação: sexo*deficiência do convivente.

Tabela 17 – Modelo II-A (continua na página seguinte)

	Coefficiente	Significância	Erro Padrão	Wald Test
Sexo (ref. Masculino)	-1,276	0,00	0,001	942161
Faixa Etária (ref. 15 a 19 anos)		0,00		681860
20 a 24	1,044	0,00	0,003	165829
25 a 29	1,415	0,00	0,003	271252
30 a 34	1,635	0,00	0,003	331025
35 a 39	1,724	0,00	0,003	350131
40 a 44	1,702	0,00	0,003	332839
45 a 49	1,573	0,00	0,003	269941
50 a 54	1,289	0,00	0,003	169001
55 a 59	0,857	0,00	0,003	67686
60 a 64	0,225	0,00	0,004	3843
Cor (ref. Branca)		0,00		6167
Parda	0,055	0,00	0,002	501
Preta	-0,082	0,00	0,006	177
Amarela	-0,056	0,00	0,001	1579
Indígena	-0,559	0,00	0,010	3454
Está a frequentar escola (ref. Não)	-0,435	0,00	0,002	49699
Nível de instrução (ref. Sem instrução)		0,00		370683
Fundamental	0,327	0,00	0,002	35468
Médio	0,767	0,00	0,002	207849
Superior	1,491	0,00	0,003	241664
Mestrado ou Doutorado	1,606	0,00	0,013	14159
Capacidade de enxergar (ref. Sem dificuldade)		0,00		1734
Não consegue	-0,417	0,00	0,015	825
Grande dificuldade	-0,120	0,00	0,004	985
Alguma dificuldade	-0,009	0,00	0,002	27
Capacidade de ouvir (ref. Sem dificuldade)		0,00		1332
Não consegue	-0,438	0,00	0,016	742
Grande dificuldade	-0,167	0,00	0,008	480
Alguma dificuldade	-0,042	0,00	0,003	144
Capacidade de caminhar/subir escadas (ref. Sem dificuldade)		0,00		45261
Não consegue	-1,618	0,00	0,016	9709
Grande dificuldade	-0,850	0,00	0,006	23760
Alguma dificuldade	-0,390	0,00	0,003	14877
Deficiência mental (ref. Não)	-1,997	0,00	0,007	90925
Região do país (ref. Norte)		0,00		205385
Nordeste	-0,136	0,00	0,002	3049

Sudeste	0,352	0,00	0,002	20380
Sul	0,718	0,00	0,003	66807
Centro-Oeste	0,438	0,00	0,003	18867
Localizado na zona rural (ref. Não)	-0,419	0,00	0,002	73390
Quantidade de idosos (ref. Zero)		0,00		39969
Um	-0,362	0,00	0,002	30162
Dois ou mais	-0,477	0,00	0,004	11992
Razão de crianças (ref. Sem crianças)		0,00		4782
Mais adultos	-0,005	0,00	0,001	15
Igual quantidade	-0,045	0,00	0,002	380
Mais crianças	-0,192	0,00	0,003	4450
Criança em idade pré-escolar com deficiência (ref. Não)	0,553	0,00	0,091	37
Criança em idade escolar com deficiência (ref. Não)	0,289	0,00	0,042	47
Pessoa em idade ativa com deficiência (ref. Não)	-0,040	0,00	0,006	40
Idoso com deficiência (ref. Não)	-0,133	0,00	0,018	55
Interação mulher e criança em idade pré-escolar com deficiência	-0,583	0,00	0,121	23
Interação mulher e criança em idade escolar com deficiência	-0,342	0,00	0,058	35
Interação mulher e adulto com deficiência	0,170	0,00	0,009	363
Interação mulher e idoso com deficiência	0,367	0,00	0,026	198
Interceto	-0,468	0,00	0,004	17804

Dados: IBGE, 2010

Modelo II-B

Variável dependente: trabalho remunerado (estar a exercer, ou estar afastado, de atividade com rendimentos, de ao menos 8 horas, na semana de referência do inquérito).

Variáveis independentes: sexo, idade, cor, estar a estudar, nível de instrução, capacidade de enxergar, ouvir, caminhar/subir escadas, deficiência mental.

Tabela 18 – Modelo II-B

	Coefficiente	Significância	Erro Padrão	Wald Test
Sexo (ref. Masculino)	-1,239	0,000	0,001	950198
Faixa Etária (ref. 15 a 19 anos)		0,000		693898
20 a 24	0,995	0,000	0,003	156014
25 a 29	1,353	0,000	0,003	260840
30 a 34	1,573	0,000	0,003	327943
35 a 39	1,684	0,000	0,003	350888
40 a 44	1,689	0,000	0,003	338902
45 a 49	1,589	0,000	0,003	284977
50 a 54	1,328	0,000	0,003	186632
55 a 59	0,902	0,000	0,003	78640
60 a 64	0,256	0,000	0,004	5246
Cor (ref. Branca)		0,000		53799
Parda	-0,108	0,000	0,002	2040
Preta	-0,254	0,000	0,006	1777
Amarela	-0,282	0,000	0,001	46435
Indígena	-0,908	0,000	0,009	9542
Está a frequentar escola (ref. Não)	-0,444	0,000	0,002	53568
Nível de instrução (ref. Sem instrução)		0,000		518335
Fundamental	0,446	0,000	0,002	69626
Médio	0,898	0,000	0,002	311624
Superior	1,628	0,000	0,003	302889
Mestrado ou Doutorado	1,763	0,000	0,013	17404
Capacidade de enxergar (ref. Sem dificuldade)		0,000		2874
Alguma dificuldade	-0,372	0,000	0,014	680
Grande dificuldade	-0,151	0,000	0,004	1766
Não consegue	-0,049	0,000	0,002	799
Capacidade de ouvir (ref. Sem dificuldade)		0,000		1373
Alguma dificuldade	-0,424	0,000	0,016	720
Grande dificuldade	-0,161	0,000	0,007	459
Não consegue	-0,052	0,000	0,003	231
Capacidade de caminhar/subir escadas (ref. Sem dificuldade)		0,000		42756
Alguma dificuldade	-1,559	0,000	0,016	9181
Grande dificuldade	-0,803	0,000	0,005	21831
Não consegue	-0,381	0,000	0,003	14536
Deficiência mental (ref. Não)	-1,989	0,000	0,007	93504
Interceto	-0,323	0,000	0,002	17926

Dados: IBGE, 2010

Modelo II-C

Variável dependente: trabalho remunerado (estar a exercer, ou estar afastado, de atividade com rendimentos, de ao menos 8 horas, na semana de referência do inquérito).

Variáveis independentes: sexo, idade, cor, estar a estudar, nível de instrução, capacidade de enxergar, ouvir, caminhar/subir escadas, deficiência mental, razão entre adultos e crianças, presença de idosos, deficiências agregadas por grupo etário de um ou mais convivente, localidade (rural ou urbana), região do país.

Interação: sexo*deficiência do convivente; nível de instrução*capacidades funcionais.

Tabela 19 – Modelos II-C (continua nas páginas a seguir)

	Coefficiente	Significância	Erro Padrão	Wald Test
Sexo (ref. Masculino)	-1,276	0,0	0,001	941512
Faixa Etária (ref. 15 a 19 anos)		0,0		679405
20 a 24	1,043	0,0	0,003	165297
25 a 29	1,414	0,0	0,003	270354
30 a 34	1,634	0,0	0,003	329989
35 a 39	1,723	0,0	0,003	349056
40 a 44	1,7	0,0	0,003	331693
45 a 49	1,571	0,0	0,003	268783
50 a 54	1,287	0,0	0,003	168064
55 a 59	0,854	0,0	0,003	67179
60 a 64	0,222	0,0	0,004	3747
Está a frequentar escola (ref. Não)	-0,435	0,0	0,002	49562
Nível de instrução (ref. Sem instrução)		0,0		301591
Fundamental	0,32	0,0	0,002	27515
Médio	0,768	0,0	0,002	171540
Superior	1,494	0,0	0,003	194479
Mestrado ou Doutorado	1,597	0,0	0,015	11202
Capacidade de enxergar (ref. Sem dificuldade)		0,0		1476
Não consegue	-0,606	0,0	0,02	918
Grande dificuldade	-0,111	0,0	0,005	586
Alguma dificuldade	-0,001	0,6	0,002	0
Capacidade de ouvir (ref. Sem dificuldade)		0,0		1612
Não consegue	-0,74	0,0	0,021	1298
Grande dificuldade	-0,151	0,0	0,009	282
Alguma dificuldade	-0,032	0,0	0,004	56
Capacidade de caminhar/subir escadas (ref. Sem dificuldade)		0,0		32376
Não consegue	-1,919	0,0	0,023	6840
Grande dificuldade	-0,838	0,0	0,006	17031
Alguma dificuldade	-0,399	0,0	0,004	10895
Deficiência mental (ref. Não)	-2,129	0,0	0,008	73541
Instrução*Enxergar		0,0		208
Fundamental*não enxerga	0,381	0,0	0,04	91
Fundamental*grande dif. enxergar	-0,014	0,2	0,01	2
Fundamental*alguma dif. enxergar	-0,005	0,3	0,005	1
Médio*não enxerga	0,34	0,0	0,038	81
Médio*grande dif. enxergar	-0,037	0,0	0,01	13
Médio*alguma dif. enxergar	-0,032	0,0	0,004	55

Superior*não enxerga	0,114	0,1	0,063	3
Superior*grande dif. enxergar	0,002	0,9	0,021	0
Superior*alguma dif. enxergar	-0,02	0,0	0,008	6
Pós*não enxerga	0,045	0,8	0,218	0
Pós*grande dif. enxergar	-0,006	1,0	0,105	0
Pós*alguma dif. enxergar	0,008	0,8	0,037	0
Instrução*Ouvir		0,0		812
Fundamental*não ouvir	0,602	0,0	0,047	163
Fundamental*grande dif. ouvir	0,012	0,6	0,023	0
Fundamental*alguma dif. ouvir	0,042	0,0	0,01	18
Médio*não ouvir	0,931	0,0	0,048	369
Médio*grande dif. ouvir	-0,075	0,0	0,023	11
Médio*alguma dif. ouvir	-0,058	0,0	0,01	36
Superior*não ouvir	1,313	0,0	0,102	166
Superior*grande dif. ouvir	-0,257	0,0	0,047	30
Superior*alguma dif. ouvir	-0,215	0,0	0,019	131
Pós*não ouvir	0,86	0,0	0,399	5
Pós*grande dif. ouvir	0,36	0,2	0,263	2
Pós*alguma dif. ouvir	-0,125	0,2	0,09	2
Instrução*Caminhar		0,0		380
Fundamental*não caminhar	0,468	0,0	0,049	93
Fundamental*grande dif. caminhar	-0,033	0,1	0,017	4
Fundamental*alguma dif. caminhar	0,053	0,0	0,009	31
Médio*não caminhar	0,592	0,0	0,043	189
Médio*grande dif. caminhar	-0,067	0,0	0,017	15
Médio*alguma dif. caminhar	0,013	0,2	0,009	2
Superior*não caminhar	0,867	0,0	0,074	138
Superior*grande dif. caminhar	-0,078	0,0	0,034	5
Superior*alguma dif. caminhar	-0,049	0,0	0,018	7
Pós*não caminhar	1,12	0,0	0,3	14
Pós*grande dif. caminhar	-0,007	1,0	0,166	0
Pós*alguma dif. caminhar	0,052	0,6	0,089	0
Instrução*Mental		0,0		1321
Fundamental*mental	0,501	0,0	0,021	590
Médio*Mental	0,505	0,0	0,021	597
Superior*mental	0,833	0,0	0,043	369
Pós*mental	0,873	0,0	0,2	19
Região do país (ref. Norte)		0,0		205156
Nordeste	-0,136	0,0	0,002	3046

	Sudeste	0,351	0,0	0,002	20355
	Sul	0,718	0,0	0,003	66771
	Centro-Oeste	0,438	0,0	0,003	18859
Cor (ref. Branca)			0,0		6165
	Parda	0,055	0,0	0,002	503
	Preta	-0,082	0,0	0,006	177
	Amarela	-0,056	0,0	0,001	1570
	Indígena	-0,559	0,0	0,01	3458
Localizado na zona rural (ref. Não)		-0,419	0,0	0,002	73518
Quantidade de idosos (ref. Zero)			0,0		39705
	Um	-0,361	0,0	0,002	29979
	Dois ou mais	-0,475	0,0	0,004	11895
Razão de crianças (ref. Sem crianças)			0,0		4815
	Mais adultos	-0,006	0,0	0,001	16
	Igual quantidade	-0,045	0,0	0,002	390
	Mais crianças	-0,193	0,0	0,003	4484
Criança em idade pré-escolar com deficiência (ref. Não)		0,559	0,0	0,092	37
Criança em idade escolar com deficiência (ref. Não)		0,293	0,0	0,042	48
Pessoa em idade ativa com deficiência (ref. Não)		-0,041	0,0	0,006	42
Idoso com deficiência (ref. Não)		-0,134	0,0	0,018	55
Interação mulher e criança em idade pré-escolar com deficiência		-0,626	0,0	0,122	26
Interação mulher e criança em idade escolar com deficiência		-0,36	0,0	0,058	39
Interação mulher e adulto com deficiência		0,162	0,0	0,009	328
Interação mulher e idoso com deficiência		0,366	0,0	0,026	198
Interceto		-0,465	0,0	0,004	17429

Dados: IBGE, 2010

ANEXO II–Diferenciais do trabalho protegido por tipo de deficiência

Cegueira

Tabela 20 – Trabalhadores cegos por nível de instrução

Nível de instrução	Empregador		Trabalhador protegido		Trabalhador não protegido	
	N	%	N	%	N	%
Sem instrução ou fundamental incompleto	566	15,3	22550	27,6	25717	46,7
Fundamental completo ou médio incompleto	335	9,1	15121	18,5	10535	19,1
Médio completo ou superior incompleto	1160	31,4	28203	34,6	13189	24,0
Superior completo	1546	41,8	14403	17,7	5098	9,3
Mestrado ou doutorado	88	2,4	1305	1,6	481	0,9
Total	3695	100,0	81581	100,0	55020	100,0

Dados: IBGE, 2010

Tabela 21 – Remuneração dos trabalhadores cegos, em salários mínimos

Remuneração em SM	Empregador	Trabalhador protegido	Trabalhador não protegido
Média	12,6	3,1	2,7
Mediana	5,9	1,8	1,2

Dados: IBGE, 2010

Tabela 22 – Trabalhadores cegos por área de atuação

Área de atuação	Empregador		Trabalhador protegido		Trabalhador não protegido	
	N	%	N	%	N	%
Membros das Forças Armadas, Policiais e Bombeiros Militares	0	0,0	948	1,1	0	0,0
Diretores e Gerentes	1422	38,2	3791	4,6	2398	4,3
Profissionais das Ciências e Intelectuais	701	18,8	10543	12,8	5608	10,1
Técnicos e Profissionais de Nível Médio	76	2,0	7398	9,0	3724	6,7
Trabalhadores de Apoio Administrativo	18	0,5	11785	14,3	1669	3,0
Trabalhadores dos Serviços, Vendedores dos Comércio e Mercados	537	14,4	12527	15,2	10670	19,3
Trabalhadores Qualificados da Agropecuária, Florestais, da Caça e da Pesca	91	2,4	829	1,0	4770	8,6
Trabalhadores Qualificados, Operários e Artesãos da Construção, das Artes Mecânicas e Outros Ofícios	212	5,7	7918	9,6	8227	14,9
Operadores de Instalações e Máquinas e Montadores	0	0,0	2491	3,0	389	0,7
Ocupações Elementares	16	0,4	15174	18,4	12667	22,9
Ocupações mal definidas	652	17,5	9113	11,0	5192	9,4
Total	3724	100,0	82516	100,0	55314	100,0

Dados: IBGE, 2010

Sudez

Tabela 23 – Trabalhadores surdos por nível de instrução

Nível de instrução	Empregador		Trabalhador protegido		Trabalhador não protegido	
	N	%	N	%	N	%
Sem instrução ou fundamental incompleto	307	14,8	20570	34,8	21197	54,5
Fundamental completo ou médio incompleto	303	14,7	10728	18,2	6330	16,3
Médio completo ou superior incompleto	600	29,1	19183	32,5	7867	20,2
Superior completo	811	39,2	8130	13,8	3286	8,5
Mestrado ou doutorado	45	2,2	461	0,8	204	0,5
Total	2066	100,0	59071	100,0	38884	100,0

Dados: IBGE, 2010

Tabela 24 – Remuneração dos trabalhadores surdos, em salários mínimos

Remuneração em SM	Empregador	Trabalhador protegido	Trabalhador não protegido
Média	10,6	2,7	2,1
Mediana	5,0	1,6	1,0

Dados: IBGE, 2010

Tabela 25 – Trabalhadores surdos por área de atuação

Área de atuação	Empregador		Trabalhador protegido		Trabalhador não protegido	
	N	%	N	%	N	%
Membros das Forças Armadas, Policiais e Bombeiros Militares	0	0,0	365	0,6	0	0,0
Diretores e Gerentes	641	31,0	1620	2,7	980	2,5
Profissionais das Ciências e Intelectuais	500	24,2	6254	10,5	3328	8,5
Técnicos e Profissionais de Nível Médio	28	1,4	4582	7,7	1601	4,1
Trabalhadores de Apoio Administrativo	0	0,0	6684	11,2	841	2,1
Trabalhadores dos Serviços, Vendedores dos Comércio e Mercados	279	13,5	7421	12,4	6489	16,6
Trabalhadores Qualificados da Agropecuária, Florestais, da Caça e da Pesca	71	3,4	650	1,1	4233	10,8
Trabalhadores Qualificados, Operários e Artesãos da Construção, das Artes Mecânicas e Outros Ofícios	160	7,8	6345	10,6	6212	15,9
Operadores de Instalações e Máquinas e Montadores	39	1,9	5708	9,6	3059	7,8
Ocupações Elementares	22	1,1	13854	23,2	9092	23,2
Ocupações mal definidas	324	15,7	6155	10,3	3315	8,5
Total	2066	100,0	59636	100,0	39149	100,0

Dados: IBGE, 2010

Não caminham ou sobem escada

Tabela 26 – Trabalhadores que não caminham por nível de instrução

Nível de instrução	Empregador		Trabalhador protegido		Trabalhador não protegido	
	N	%	N	%	N	%
Sem instrução ou fundamental incompleto	403	22,0	11440	29,3	14254	48,5
Fundamental completo ou médio incompleto	172	9,4	6277	16,1	4921	16,7
Médio completo ou superior incompleto	571	31,2	13242	34,0	6904	23,5
Superior completo	637	34,8	7531	19,3	3115	10,6
Mestrado ou doutorado	48	2,6	501	1,3	212	0,7
Total	1831	100,0	38992	100,0	29406	100,0

Dados: IBGE, 2010

Tabela 27 – Remuneração dos trabalhadores que não caminham, em salários mínimos

Remuneração em SM	Empregador	Trabalhador protegido	Trabalhador não protegido
Média	8,2	3,3	2,3
Mediana	3,9	1,8	1,2

Dados: IBGE, 2010

Tabela 28 – Trabalhadores que não caminham por área de atuação

Área de atuação	Empregador		Trabalhador protegido		Trabalhador não protegido	
	N	%	N	%	N	%
Membros das Forças Armadas, Policiais e Bombeiros Militares	0	0,0	514	1,3	0	0,0
Diretores e Gerentes	678	37,0	1565	4,0	1277	4,3
Profissionais das Ciências e Intelectuais	431	23,5	5601	14,2	3628	12,3
Técnicos e Profissionais de Nível Médio	26	1,4	3581	9,1	1595	5,4
Trabalhadores de Apoio Administrativo	0	0,0	5166	13,1	604	2,0
Trabalhadores dos Serviços, Vendedores dos Comércios e Mercados	231	12,6	4918	12,5	5552	18,8
Trabalhadores Qualificados da Agropecuária, Florestais, da Caça e da Pesca	95	5,2	387	1,0	2301	7,8
Trabalhadores Qualificados, Operários e Artesãos da Construção, das Artes Mecânicas e Outros Ofícios	71	3,9	4177	10,6	4810	16,3
Operadores de Instalações e Máquinas e Montadores	30	1,6	3100	7,9	2013	6,8
Ocupações Elementares	16	0,9	6115	15,5	5123	17,4
Ocupações mal definidas	253	13,8	4243	10,8	2623	8,9
Total	1831	100,0	39367	100,0	29527	100,0

Dados: IBGE, 2010

Grande dificuldade de caminhar ou subir escadas

Tabela 29 – Nível de instrução dos trabalhadores com grande dificuldade para caminhar

Nível de instrução	Empregador		Trabalhador protegido		Trabalhador não protegido	
	N	%	N	%	N	%
Sem instrução ou fundamental incompleto	2498	39,2	125862	51,6	249497	73,6
Fundamental completo ou médio incompleto	1025	16,1	39970	16,4	43572	12,8
Médio completo ou superior incompleto	1834	28,8	56447	23,1	38285	11,3
Superior completo	938	14,7	20594	8,4	7353	2,2
Mestrado ou doutorado	76	1,2	1096	0,4	422	0,1
Total	6372	100,0	243968	100,0	339129	100,0

Dados: IBGE, 2010

Tabela 30 – Remuneração dos trabalhadores com grande dificuldade para caminhar, em salários mínimos

Remuneração em SM	Empregador	Trabalhador protegido	Trabalhador não protegido
Média	6,9	2,0	1,2
Mediana	3,9	1,3	1,0

Dados: IBGE, 2010

Tabela 31 – Trabalhadores com grande dificuldade de caminhar por área de atuação

Área de atuação	Empregador		Trabalhador protegido		Trabalhador não protegido	
	N	%	N	%	N	%
Membros das Forças Armadas, Policiais e Bombeiros Militares	0	0,0	1161	0,5	0	0,0
Diretores e Gerentes	2121	33,3	4590	1,9	8915	2,6
Profissionais das Ciências e Intelectuais	759	11,9	18869	7,7	12690	3,7
Técnicos e Profissionais de Nível Médio	122	1,9	15191	6,2	8364	2,5
Trabalhadores de Apoio Administrativo	3	0,0	20201	8,3	3676	1,1
Trabalhadores dos Serviços, Vendedores dos Comércio e Mercados	1048	16,5	44892	18,4	69144	20,4
Trabalhadores Qualificados da Agropecuária, Florestais, da Caça e da Pesca	390	6,1	3625	1,5	45959	13,5
Trabalhadores Qualificados, Operários e Artesãos da Construção, das Artes Mecânicas e Outros Ofícios	515	8,1	26344	10,8	47451	14,0
Operadores de Instalações e Máquinas e Montadores	196	3,1	22829	9,3	25449	7,5
Ocupações Elementares	238	3,7	70059	28,6	95905	28,2
Ocupações mal definidas	981	15,4	16877	6,9	21983	6,5
Total	6372	100,0	244637	100,0	339538	100,0

Dados: IBGE, 2010

Deficiência mental

Tabela 32 – Nível de instrução dos trabalhadores com deficiência mental

Nível de instrução	Empregador		Trabalhador protegido		Trabalhador não protegido	
	N	%	N	%	N	%
Sem instrução ou fundamental incompleto	897	28,6	61298	46,3	124511	72,3
Fundamental completo ou médio incompleto	500	15,9	21750	16,4	22085	12,8
Médio completo ou superior incompleto	924	29,4	35776	27,0	20419	11,9
Superior completo	786	25,0	12669	9,6	4886	2,8
Mestrado ou doutorado	33	1,0	896	0,7	268	0,2
Total	3139	100,0	132389	100,0	172169	100,0

Dados: IBGE, 2010

Tabela 33 – Remuneração dos trabalhadores com deficiência mental, em salários mínimos

Remuneração em SM	Empregador	Trabalhador protegido	Trabalhador não protegido
Média	7,5	2,2	1,2
Mediana	3,9	1,4	0,8

Dados: IBGE, 2010

Tabela 34 – Trabalhadores com deficiência mental por área de atuação

Área de atuação	Empregador		Trabalhador protegido		Trabalhador não protegido	
	N	%	N	%	N	%
Membros das Forças Armadas, Policiais e Bombeiros Militares	0	0,0	1251	0,9	0	0,0
Diretores e Gerentes	1021	32,4	2887	2,2	2716	1,6
Profissionais das Ciências e Intelectuais	457	14,5	10687	8,0	6999	4,1
Técnicos e Profissionais de Nível Médio	35	1,1	7893	5,9	4353	2,5
Trabalhadores de Apoio Administrativo	15	0,5	12649	9,5	2269	1,3
Trabalhadores dos Serviços, Vendedores dos Comércios e Mercados	558	17,7	22018	16,6	25908	15,0
Trabalhadores Qualificados da Agropecuária, Florestais, da Caça e da Pesca	179	5,7	2437	1,8	26108	15,1
Trabalhadores Qualificados, Operários e Artesãos da Construção, das Artes Mecânicas e Outros Ofícios	190	6,0	14043	10,6	22849	13,2
Operadores de Instalações e Máquinas e Montadores	15	0,5	11998	9,0	8606	5,0
Ocupações Elementares	108	3,4	35128	26,4	58595	34,0
Ocupações mal definidas	572	18,2	11876	8,9	14092	8,2
Total	3149	100,0	132866	100,0	172495	100,0

Dados: IBGE, 2010

Texto escrito conforme o Acordo Ortográfico - convertido pelo Lince.